



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**EDUCAÇÃO CATÓLICA, GÊNERO E IDENTIDADES:
O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana
(1937 – 1970)**

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO

JOÃO PESSOA

2010

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

**EDUCAÇÃO CATÓLICA, GÊNERO E IDENTIDADES:
O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana
(1937 – 1970)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, vinculada à linha de pesquisa Educação Popular, Comunicação e Cultura, como satisfação parcial para a obtenção do título de doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

João Pessoa

2010

C824e Correia, Maria Ivete Martins.
Educação Católica, Gênero e Identidades: o colégio Santa Rita de Areia na história da educação paraibana (1937-1970)/ Maria Ivete Martins Correia.- João Pessoa: [s.n.], 2010.
300f.; Il.
Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.
Tese (Doutorado) – UFPB - CE

1. Educação. 2. Educação Católica . 3. Educação Feminina. 4. História das Instituições.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

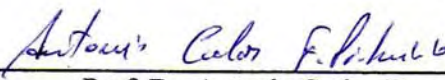
MARIA IVETE MARTINS CORREIA

**EDUCAÇÃO CATÓLICA, GÊNERO E IDENTIDADES:
O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana
(1937 – 1970)**

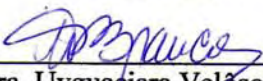
Tese submetida a julgamento para a obtenção do título de doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Educação Popular, Comunicação e Cultura.

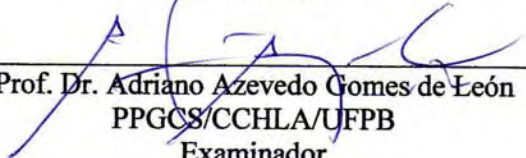
JULGAMENTO



Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
PPGE/CE/UEPB
Orientador



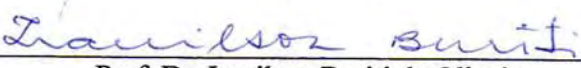
Profa. Dra. Uyguaçara Veloso Castelo Branco
PPGH/CCHLA/UEPB
Examinadora



Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León
PPGCS/CCHLA/UEPB
Examinador



Profª. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
NPGED/UFS
Examinadora



Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
PPGH/UFCG
Examinador

CONCEITO: Aprovada com distinção

DEDICATÓRIA

Quiséramos oferecer este trabalho como se oferece um saboroso prato a estimados comensais. Ao degustá-lo, pudessem os leitores e leitoras, ademais do seu caráter acadêmico, evocar reminiscências dos sabores ou dissabores outrora experimentados. A aventura de criá-lo, mesmo compartilhada, encerra riscos na escolha, na dosagem e na mistura dos ingredientes em vista de um produto que se exige inusitado, podendo ocorrer que não se identifiquem os sabores desejados. Apegando-nos ao argumento de uma razão pós-moderna que acolhe as sensibilidades humanas integrando, enfim, ciência e vida, dedicamos este trabalho:

- a Pedro e Joana: por sua união resultamos vida; por nossa convivência, resultamos pessoa;
- a Louis Gustavo: nas dobras deste legado, poderás vislumbrar nossas identidades;
- às franciscanas alemãs: na obscuridade do desterro, alcançastes luz e erguestes um magistério;
- às irmãs brasileiras: vossa constância franciscana mantém vivo o Colégio Santa Rita;
- às narradoras do quinto capítulo desta tese: nas histórias aqui contadas, desnudastes vossas identidades, vossas almas, vossas vidas;
- a Madre Trautlinde: movendo linha, agulha, mãos, cérebro e coração nas malhas do *tricot* artístico, nos pontos de cruz e sombra, no rococó, no filé, no grampado, no *frivolité*, no corte, na costura, na trama do macramé, teceste identidades;
- às alunas e alunos, ex-alunas e ex-alunos do Colégio Santa Rita: sua inclusão de forma direta ou indireta nesta “leitura” sobre a nossa escola, as(os) estimule a re-inventá-la sob novos olhares.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que o trabalho científico demanda, ficam de alguma forma, incompletos, pelas tensões que o fechamento da tarefa mobiliza. Tentando evitar omissões e tendo em vista o amplo espectro de informações exigido, dirigimos um agradecimento geral às comunidades areiense, franciscana, docente e discente do Colégio Santa Rita. Em especial, agradecemos:

- a Deus, fonte de inteligência e inspiração às pessoas que se encontram material e imaterialmente no contexto de alcance deste trabalho;
- aos professores e professoras do Centro de Educação, alocados no Programa de Pós-graduação em Educação e no Departamento de Fundamentação da Educação da Universidade Federal da Paraíba, a partir dos quais foram mobilizadas intervenções propícias à realização da nossa formação doutoral;
- às irmãs franciscanas do Colégio Santa Rita, que nos acolheram inúmeras vezes, confiando-nos documentos da Fraternidade e do Colégio, indispensáveis à realização desta tese;
- a Terezinha Pereira de Andrade, primeira confidente das nossas intenções de tese;
- às colegas de turma do Colégio, com as quais compartilhamos vivências escolares juvenis, decisivas para a construção das nossas identidades;
- às alunas e alunos que tivemos desde 1972 quando nos formamos normalista, até hoje, por cuja interação pudemos reinventar identidades;
- à turma 26 do Doutorado em Educação, cujo ecletismo me propiciou significativas interações. Em especial, a Mara Simões, Almir Cezar, Antonia Arisdélia, Daluz Olegário, Leônidas Leão e Nadia Jane, pelas interações solidárias;
- às funcionárias e funcionários do programa de Pós-Graduação em Educação, pelo suporte às ações que concorreram para a realização do nosso doutorado;
- ao historiador Tancredo Torres, pela doação de referências úteis sobre o colégio e sobre a cidade de Areia;
- a Maria José Azevedo, que, sempre atenta aos acontecimentos culturais de Areia, disponibilizou-nos valiosas fontes;
- a Ricardo Grisi, pelo acesso ao Arquivo Eclesiástico da Paraíba;
- a Maria Lúcia de Medeiros, e a Olga Smênia de Sousa Ramalho, pela eficiência e paciência na digitação dos nossos escritos;

- a Mayne Emanuelle Martins Rodrigues, pela colaboração no apanhado e na organização dos dados deste estudo;
- a Louis Gustavo Martins Jerônimo, pelas imagens fotográficas, “discursos visuais” que presentificam nossas representações sobre o colégio;
- a Pedro Martins Casado Neto, responsável pela recuperação da planta do Colégio Santa Rita, que tem importância central na perspectiva de análise adotada;
- a Vera Lúcia Félix de Almeida e Lúcia de Fátima da Silva Cruz, prestimosas secretárias que nos facilitaram o acesso ao arquivo do Colégio Santa Rita;
- a Maria Helena Marinho do Monte Silva, pelo empréstimo da coleção de boletins, precioso registro da sua identidade estudantil;
- a Antonio Washington de Almeida Gondim e a Maria do Rosário Costa Gondim, pela disponibilidade de referências e pelo empréstimo de precioso documental elucidativo das articulações que viabilizaram a gestão das franciscanas alemãs no Colégio Santa Rita;
- a Ivonete Martins Rodrigues, pela valiosa ajuda na transcrição das histórias que compõem o sexto capítulo deste trabalho;
- a José Hellosman do Monte, por sua prestimosidade na finalização deste trabalho;
- às professoras doutoras Uyguaciara Velôso Castelo Branco e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; aos professores doutores Adriano Azevedo Gomes de León e Iranilson Buriti de Oliveira, componentes da banca, cujo exame tem em conta o interesse pela produção de um conhecimento alinhado aos elevados fins da ciência;
- ao professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, curador da memória histórica e educacional da Paraíba, colega de trabalho e orientador desta tese.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana (1937-1970)**. 2010. 296 f.: Il. Tese (Doutorado) Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

RESUMO

Considerando a ubiquidade da mulher na educação, mormente na educação católica feminina, e a sua quase invisibilidade nos registros oficiais da história da educação paraibana, este estudo tem como objetivo compreender o jogo de relações estabelecidas no projeto de educação católica desenvolvido pelas franciscanas de Dillingen no Colégio Santa Rita, situado na cidade de Areia – Paraíba, no período compreendido entre 1937 e 1970, e suas implicações na constituição das identidades de gênero e profissão das alunas submetidas àquele modelo pedagógico. O trabalho se alimentou do referencial foucaultiano, articulando-o às categorias educação católica, gênero, e identidade, que elegemos para nortear este estudo. A pesquisa foi desenvolvida a partir da investigação genealógica aplicada à análise dos referenciais bibliográfico e documental (documentos da Igreja Católica, documentos da Ordem Franciscana, documentos do Colégio Santa Rita, escritos de ex-alunas, entrevistas a irmãs franciscanas alemãs e brasileiras e a ex-alunas do Colégio). Neste sentido abordamos, em seis capítulos, o pensamento católico ultramontano, a Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, a cidade de Areia, as alemãs pioneiras e o Colégio Santa Rita em seu arranjo arquitetônico, em seus aspectos pedagógicos e em sua dimensão disciplinar, a partir dos conceitos de dispositivo e panoptismo. Apanhamos e analisamos também as memórias de seis ex-alunas da referida instituição, que foram analisadas a partir dos conceitos foucaultianos de tecnologias do eu e governamentalidade. A tese que nos conduziu no percurso investigativo é a de que a educação desenvolvida no Colégio Santa Rita, apoiada no cânon católico, foi relevante para o contexto educacional paraibano e cumpriu um papel no ordenamento da sociedade e no processo de constituição da identidade das alunas submetidas àquele modelo de educação.

Palavras Chave: Educação Católica Franciscana; Educação Feminina; Identidades; História das Instituições.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana (1937-1970)**. 2010. 296 f.: Il. Tese (Doutorado) Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ABSTRACT

Considering the omnipresence of women in education, specially in the catholic girls schools, and its almost invisibility in official registers of Paraíba's Education History, this study has as objective to understand the game of relations established in the project of catholic education developed for the Franciscan of Dillingen nuns in the *Colégio Santa Rita* (catholic high school), in the city of Areia, from 1937 to 1970, and its implications in the constitution of genre and professional identities of the girls who studied there. The research is based upon Michel Foucault ideas as theoretical references, articulating the categories *catholic education*, *genre* and *identity*, choose to guide this study. The work was developed from the applied genealogical inquiry to the analysis of the bibliographical and documental sources (documents of the Catholic Church, the Franciscan order and Colégio Santa Rita; memories and memorabilia of former-pupils; Franciscans nuns and former-pupils interviews, and also local newspapers). In that way, in six chapters the text treats on the Catholic Ultramontane thought, the Order of the German Franciscans' Sisters of Dillingen, the city of Areia (Paraíba State, Northeast Brazil), the German pioneers nuns, and the Colégio Santa Rita in its architectural arrangement, its pedagogical and disciplinary aspects, by the concept of *panopticism*. The text also analyzes the memories of six former-pupils from that educational institution, from the Foucault's concepts of *technologies of the self* and *governmentality*. The thesis of this work is that the Education developed in the Colégio Santa Rita, based upon the Catholic canon, was an important aspect in Paraíba's educational context from 20th century 30's to 70's and had a main role in the ordering of local society and also in the process of identity constitution of girls who studied submitted to that pedagogical model.

Keywords: Franciscan Catholic Education; Girls Education; Identities; Institutions History.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana (1937-1970)**. 2010. 296 f.: Il. Tese (Doutorado) Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ZUSAMMENFASSUNG

Unter Berücksichtigung der Allgegenwart der Frau in der Erziehung, hauptsächlich in der weiblichen katholischen Erziehung, und deren fast Unsichtbarkeit in den offiziellen Registern der Geschichte der paraibanischen Erziehung ist es das Ziel dieser Studie, das Zusammenspiel zwischen den bestehenden Beziehungen im von den Franziskanerinnen aus Dillingen im Colégio Santa Rita in Aréia – Paraíba im Zeitraum zwischen 1937 und 1970 entwickelten Projekt der katholischen Erziehung und seinen Auswirkungen auf den Aufbau von Lebensstil und Beruf derjenigen Schülerinnen, die diesem pädagogischen Modell unterzogen wurden, zu verstehen. Die Arbeit basiert auf dem foucaultschen Bezugssystem, angewendet auf die Kategorien der katholischen Erziehung, des Geschlechts und der Identität, die für die Ausrichtung dieser Studie ausgewählt wurden. Die Forschung wurde vom genealogischen Forschungsansatz ausgehend auf die Analyse der bibliographischen und dokumentarischen Referenzen (Dokumente der Katholischen Kirche, Dokumente des Franziskanerordens, Dokumente des Colégio Santa Rita, Schriftzeugnisse von ehemaligen Schülerinnen, Interviews mit deutschen und brasilianischen Franziskanerschwestern sowie mit ehemaligen Schülerinnen des Colégio) angewendet. In diesem Sinne werden vor dem Hintergrund der Konzepte Veranlagung und Panoptismus in sechs Kapiteln das ultramontane katholische Denken, die Kongregation der Franziskanerschwestern aus Dillingen, die Stadt Areia, die deutschen Vorreiterinnen sowie das Colégio Santa Rita in seiner architektonischen Aufmachung, unter pädagogischen Aspekten und in seiner fachlichen Dimension erörtert. Erfasst und analysiert wurden ebenfalls die Erinnerungen von sechs ehemaligen Schülerinnen dieser Institution auf der Basis der foucaultschen Konzepte von Technologien des Selbst und Gouvernementalität. Die These, die zu diesem Untersuchungsweg geführt hat, war, dass die im Colégio Santa Rita entwickelte und an den katholischen Kanon angelehnte Erziehung relevant war für den erzieherischen Kontext Paraibas und eine Funktion erfüllt hat bei der Ordnung der Gesellschaft sowie im Prozess des Identitätsaufbaus derjenigen Schülerinnen, die diesem Erziehungsmodell unterzogen wurden.

Schlüsselwörter: Franziskanische katholische Erziehung; weibliche Erziehung; Identitäten; Geschichte der Institutionen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

01	Papa Pio IX.....	39
02	Papa Leão XIII	40
03	Papa Pio X.....	41
04	Papa Pio XI.....	42
05	D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques.....	49
06	D. Moisés Sisenando Ferreira Coelho.....	58
07	Pe. Francisco Gomes de Lima.....	62
08	Cardeal Petrus Von Schaumberg e seu selo episcopal	82
09	Interior da Igreja da Casa Mãe em Dillingen.....	85
10	Primeira Escola Franciscana Feminina em Dillingen	87
11	Coroa de flores brancas usada na solenidade do noviciado.....	94
12	Cruz missionária	96
13	A Cruz, os Braços e o Cordão, símbolos do franciscanismo	97
14	Coroa de flores róseas usada no proferimento dos votos simples	97
15	Anel esponsal das franciscanas de Dillingen	98
16	Coroa de espinhos usada no proferimento dos votos perpétuos.....	99
17	Tau, símbolo de identificação da família franciscana.....	101
18	Praça central de Areia, envolta pela névoa	105
19	Brasão da Cidade de Areia	107
20	Sobrado sito à Rua Pedro Américo.....	111
21	Carta da irmã Maria Flavia Schulte, à madre Maria Laurentia Meimberger,	123
22	Carta da Madre Gertrud ao Padre João Coutinho, vigário de Areia	125
23	Carta da Madre Eugenia ao Sr. José Castor Gondim	127
24	Altar de Adoração Perpétua no Côro da Casa Mãe em Dillingen	129
25	Madre Maria Florésia Kirchmayer.....	134
26	Madre Maria Venantia Schmid.....	134
27	Madre Maria Iluminaris Allger.....	135
28	Madre Maria Trauthlinde Frischholz.....	135
29	Madre Maria Urbana Shöberl.....	136
30	Madre Maria Ildefonsa Stauss	136
31	Madre Maria Friedheid Späth.....	137
32	Madre Maria Rafaela Hitzler.....	137
33	Santa Rita de Cássia, Padroeira do Colégio Santa Rita	138
34	Cartão de Despedida da Madre Florésia Kirchmayer	142
35	Frontispício do Colégio Santa Rita.....	147
36	Plantas do Colégio Santa Rita.....	149 b e c
37	Recordação da Formatura da ex-aluna Edésia Gaião.....	174
38	Boletim Escolar da Ex-aluna M ^a Helena Marinho	187
39	Boletim de Música (acordeon)da Ex-aluna M ^a Helena Marinho	188

40	Cartão de Louvor da ex-aluna Estelita Antonino de Sousa	190
41	A ortopedia ou a arte de prevenir e corrigir	196
42	Genealogia de Beatriz Perazzo Barbosa	202
43	Beatriz Perazzo Barbosa	207
44	Genealogia de Maria Violeta de Brito Lyra Salviano	213
45	Maria Violeta de Brito Lyra Salviano	218
46	Genealogia de Enilde de Almeida Gondim	224
47	Enilde de Almeida Gondim	230
48	Solar Vila Neuza, propriedade de Enilde de Almeida Gondim	232
49	Genealogia de Estelita Antonino de Sousa	236
50	Estelita Antonino de Sousa	241
51	Genealogia de Rosinéia Silveira Porto Silva	248
52	Desfile Cívico Rosinéia Silveira Porto Silva (1ª à direita).....	250
53	Encenação da peça "Cinderela Somos Nós"	255
54	Solenidade de Formatura de Rosinéia Silveira P. Silva	256
55	Genealogia de Josefa Ribeiro da Silva	263
56	Josefa (Nenzinha), Lúcia e Josefa Ribeiro	268

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Educandários erigidos/reabilitados no Episcopado de D. Adauto	
Aurélio de Miranda Henriques	53
Quadro II – Educandários erigidos/reabilitados no Episcopado de D. Moisés	
Sisenando Ferreira Coelho	60
Quadro III – Candidatas e irmãs diplomadas nos cursos seriados oferecidos pelo	
Colégio Santa Rita (1955-1972)	154
Quadro IV – Irmãs que receberam formação em disciplinas específicas até 1964	157
Quadro V – Matrícula do Curso Primário (1937-1970)	159
Quadro VI – Matrícula do Curso Normal Livre (1937-1948)	160
Quadro VII – Matriz curricular do Curso Normal Livre (1937-1948)	161
Quadro VIII – Matrícula do Curso Ginásial e Ginásial Industrial (1946-1972)	163
Quadro IX – Matriz curricular do Curso Ginásial (1948)	164
Quadro X – Matrícula do Curso Colegial Normal (1951-1970)	166
Quadro XI – Matriz curricular do Curso Colegial Normal (1969).....	167

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE ENUNCIÇÕES CONCEITUAIS

1 CARTOGRAFIA DA TESE	17
1.1 ORIGEM DA PESQUISA	17
1.2 MARCO TEÓRICO	24
1.3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	30
1.4 ESTRUTURA DA TESE	35
2 O PENSAMENTO CATÓLICO ULTRAMONTANO E A EDUCAÇÃO FEMININA	37
2.1 RUPTURAS E EMERGÊNCIAS	37
2.2 IMPLANTAÇÃO NO BRASIL	43
2.3 ESPECIFICIDADES NA PARAÍBA.....	48
2.4 REPRESENTATIVIDADE EM AREIA	61
2.5 INGERÊNCIAS NA EDUCAÇÃO FEMININA	65
3 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE DILLINGEN	74
3.1 FONTES INSTITUINTES	74
3.2 INSTAURAÇÃO DO CONTROLE ECLESIAL	78
3.2.1 Da vida fraterna à vida consagrada	78
3.2.2 Franciscanismo e educação: um novo apostolado	84
3.2.3 As luzes e a secularização: retorno à pobreza franciscana	88
3.3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FRANCISCANA FEMININA	90

SEGUNDA PARTE O UNIVERSO DA PESQUISA E A MISSÃO FRANCISCANA

4 AREIA, PATRIMÔNIO NACIONAL.....	104
4.1 MEMÓRIAS DE UMA CIDADE	104

4.2 A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTA RITA	118
4.3 O CONTEXTO ALEMÃO: ARTICULAÇÕES PARA A VINDA DAS FRANCISCANAS	120
4.4 A TRAVESSIA OCEÂNICA DAS PIONEIRAS	129
 5 O COLÉGIO SANTA RITA NA VIGÊNCIA DAS FRANCISCANAS DE DILLINGEN	143
5.1. O ARRANJO ARQUITETÔNICO	143
5.2 A FORMAÇÃO DAS MESTRAS	152
5.3 OS CURSOS OFERECIDOS PELO COLÉGIO	158
5.4 DISCURSO, SUBJETIVAÇÃO E IDENTIDADES	169
5.5 O REGIME DE ENSINO	175
5.5.1 O internato	175
5.5.2 O externato	181
5.5.3 A caridade pela via da educação	182
5.5.4 A confissão	184
5.5.5 O sistema de avaliação	186
5.6 AS FESTAS DE FORMATURA DO CURSO COLEGIAL NORMAL	191
5.7 A OBRA SOCIAL FRANCISCANA EM AREIA	197

TERCEIRA PARTE MEMÓRIA E IDENTIDADES

6 MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS: SINGULARIDADES E CONVERGÊNCIAS	200
6.1 BEATRIZ PERAZZO BARBOSA	202
6.1.1 Educação estética e visibilidade feminina	210
6.2 MARIA VIOLETA DE BRITO LYRA SALVIANO	213
6.2.1 Educação feminina e carreira profissional	221
6.3 ENILDE DE ALMEIDA GONDIM	224
6.3.1 Quebrando o paradigma do casamento como destino	234
6.4 ESTELITA ANTONINO DE SOUSA	236
6.4.1 Frangrâncias do dogmatismo revelado na educação laica	244
6.5 ROSINÉIA SILVEIRA PORTO SILVA	248
6.5.1 O arquétipo de Cinderela na construção do feminino	260

6.6 JOSEFA RIBEIRO DA SILVA	263
6.6.1 À flor da pele	270
6.7 TECNOLOGIAS DO EU, GOVERNAMENTABILIDADE E IDENTIDADES	272
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	278
REFERÊNCIAS	285

ANEXOS

ANEXO I - PROTOCOLO COMITÊ DE ÉTICA

ANEXO II - CORPO DOCENTE DO COLÉGIO SANTA RITA (1948)

ANEXO III - RELATÓRIO MOVIMENTO ESCOLAR (1937 E 1964)

ANEXO IV - PLANOS DE CURSO E ATIVIDADES: HIGIENE E PUERICULTURA,
LATIM, FRANCÊS, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, DESENHO E
TRABALHOS MANUAIS

ANEXO V - PONTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA (A CASA)

ANEXO VI - CAPAS – LIVRO DE SOLFEJOS E CANTOS ESCOLARES
CADERNO DE DITADO DE INGLÊS

ANEXO VII – CARTA DA IRMÃ MARIA FLÁVIA SCHULTE A MADRE MARIA
LAURENTIA MEIMBERGER

ANEXO VIII – FOTOS DO COLÉGIO SANTA RITA

PRIMEIRA PARTE

ENUNCIAÇÕES CONCEITUAIS

1. CARTOGRAFIA DA TESE

1.1 ORIGEM DA PESQUISA

A educação é um dos maiores desafios de nossa contemporaneidade e sua complexidade não se esgota nas questões em pauta no presente. Aos seus propósitos gerais – possibilitar ao educando autoconhecimento e autogestão, compreensão do mundo e engajamento social – subjaz uma correlação de forças que determina as prioridades político-econômicas circunscritas aos interesses em jogo no contexto histórico e é sobre este tácito jogo de forças que se vão modelando a adesão, a resistência e as modificações às propostas educacionais ofertadas à população. Pensar a educação impõe, pois, a necessidade de refletir sobre sua ação pretérita: sobre as imposições, determinações, condições de possibilidade, de resistência e de modificação através das quais o nosso “presente” educacional veio a existir. Ancorado nesta premissa, o presente estudo tem como foco a educação católica feminina. Investiga, especificamente, a influência da pedagogia desenvolvida por freiras franciscanas alemãs no Colégio Santa Rita de Areia, no período de 1937 a 1970. Analisa a importância daquela educação na cena política, econômica e cultural de então, e seus efeitos na constituição de identidades de gênero e profissão das mulheres submetidas àquele processo educacional.

A preocupação em compreender a trama das relações que engendraram tal educação nos inquietou, gerando indagações que ultrapassariam o período no qual estivemos assujeitada àquela ideologia na condição de aluna, persistindo quando nos tornamos professora sob a direção da mesma ordem religiosa e permaneceram na academia, quando decidimos problematizar o objeto em questão: o que conhecemos acerca dos planos que traçaram o futuro de gerações de mulheres em que nos encontramos inclusa? Sob quais postulados e para que fins a igreja católica criou um tipo de educação feminina, cuja viabilidade requereu um modelo “panóptico” de escola? Que reações de acomodação e resistência este modelo ensejou em suas protagonistas? O que dizer de seus resultados?

A proposição que orienta a construção desta tese funda-se no pressuposto de que educação ministrada pelas irmãs franciscanas alemãs no Colégio Santa Rita de Areia, apoiada na securidade do cânon católico ultramontano reacionário ao ideal emancipatório feminista,

foi relevante ao contexto educacional paraibano e cumpriu seu papel como instrumento disciplinar e ordenador da sociedade e como processo constitutivo da identidade das alunas submetidas àquele modelo pedagógico.

Na perspectiva crítica, abrir questionamentos sobre uma história que parece óbvia não é simplesmente descrevê-la, mas interpretá-la e ao fazê-lo, construí-la. Neste propósito, nossa preocupação de imprimir um caráter de cientificidade à ação educacional feminina católica do Colégio Santa Rita não se esgota na denúncia de omissão sobre uma história pujante que, como tantas outras histórias de mulheres não mereceu a devida atenção na pena dos heróis masculinos. Também não se restringe a uma tomada de consciência identitária tão cara às mulheres em face do anonimato a que por tanto tempo foram relegadas. Tampouco se limita à necessidade de construir uma memória. Para além de um registro dos acontecimentos de um ponto de vista feminino, é um esforço científico de afirmar sua plena representação na vida; de validar sua ação na história, sem excluir a contraparte masculina, e sem pretensões de concluir, neste relato, sua ação histórica.

Muito se tem denunciado a invisibilidade do feminino na ciência e na história, ainda consideradas domínios do masculino, mas a verdade é que as mulheres sempre fizeram história, à margem da narrativa oficial dos heróis. Em dado momento, uma vontade de ruptura epistemológica possibilitou a revelação dos saberes que traziam nas entranhas, nas mãos, no cérebro, no coração. No Brasil, Safiotti (1969) abriu o debate pelo qual os estudos feministas adentraram à Academia com a obra “A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”. Desde então, volumou-se representativa produção acadêmica que incorporou a mulher como sujeito da ciência e da história¹

Na Paraíba, a história feita pelas mulheres é uma preocupação recente² e em função da complexidade que o próprio fazer histórico comporta, apresenta rarefações, carecendo de registro e de ressignificação em áreas onde a atuação feminina tem sido decisiva. Portanto, o objeto desta tese se justifica como necessidade temática que pertine aos campos disciplinares da Educação, da História e da Sociologia. O interesse em estudar a educação católica feminina, ministrada pelas irmãs franciscanas alemãs no Colégio Santa Rita de Areia/PB, para o qual, após setenta e três anos de serviços educacionais, não se volveu ainda um olhar historiográfico do ponto de vista feminista crítico, encontra relevância no fato de que por

¹ No campo específico da educação católica feminina, encontramos os trabalhos de: Passos (1995); Manoel (1996); Nunes (1997); Louro (1997); Cunha (1999); Flores; Morais (2003); Ferreira (2006); Ribeiro (2007).

² Enumeramos, entre outros: Santos e Kulesza (2003); Machado (2003); Sales (2005); Machado (2005) Santos; Machado; Nunes (2007).

meio dela se construiu o devir da sociedade. A escassez de registros científicos consistentes³ sobre aquela educação implica limites à memória educacional e causa reducionismos à História da Educação paraibana, impondo a necessidade de construção de um corpo teórico para estudos sócio-histórico-educacionais que ressignifiquem o papel da educação católica e da participação da mulher na formação de gerações, no contexto educacional da Paraíba. Nestas breves considerações, sob três ordens de justificação que remetem a uma motivação pessoal, inferem preocupações acadêmicas e assinalam relevância social, enunciamos nossa pretensão de contribuir para ampliar o campo da historiografia educacional paraibana.

O lapso de tempo que demarca o espaço de inteligibilidade histórica em que transitamos nesta investigação reporta-se ao período compreendido entre 1937, ano em que as franciscanas assumem o Colégio Santa Rita, e 1970, quando se esgota o modelo de educação católica no Brasil nos moldes em que funcionava até então no universo estudado: competente na preparação das elites preferencialmente pelo confinamento em internatos, alheio à revolução operada no âmbito dos costumes e perpetuador de padrões culturais homogeneizantes que legitimavam uma identidade branca, católica, heterossexual e submissa ao dogmatismo da revelação⁴. O ano de 1972, marca a extinção do internato e a implantação do regime de co-educação nos cursos ginásial e colegial normal, oferecidos pelo colégio.

O interregno desta pesquisa extrapola o significado cronológico do tempo externo e mecânico do calendário, na medida em que remete a uma realidade mediata que ensejou a constituição de um modelo de educação no interstício recortado, cuja compreensão reporta à necessidade de recuperação de um “antes” e projeção em um “depois”. No sentido instrumental, o tempo cronológico em sua unicidade é uma espécie de grade na qual se situam ou se classificam os acontecimentos sucedidos, mas a data de uma ocorrência histórica só a define em conexão com outras determinações. Assim, um fato social não se identifica apenas por uma atribuição cronológica, senão enquanto uma combinação de forças que podem

³ Gondim (1988), enxergando a importância da educação ministrada pelas franciscanas alemãs no contexto da educação areense, contemplou o Colégio Santa Rita como tema de sua monografia de especialização pela Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do professor Itan Pereira da Silva.

⁴ Paralelamente à consolidação do Estado Democrático provedor da educação como direito subjetivo humano e condição para a cidadania, o pontificado de João XXIII (1958-1963), despidendo-se gradualmente da posição inflexível, dogmática, defensiva e centralizadora assumida pela Igreja desde a Contra-Reforma, adotou uma atitude de abertura às necessidades humanas e de adequação aos valores contemporâneos. O Concílio Vaticano II (1962-1965) operou a renovação da Igreja e a reintegração das comunidades cristãs separadas de Roma, suplantando o radicalismo ultramontano. Seus reflexos na educação católica são marcados pelo esforço de incorporação de conceitos, categorias e valores contemporâneos em relação à multireferencialidade do conhecimento e à complexidade da condição humana.

caracterizá-lo se mostrar estável, não necessariamente surgindo nem desaparecendo em uníssono (ARÓSTEGUI, 2006).

Sabemos que cada periodização recorta na história um certo feixe de acontecimentos, e, reciprocamente, os acontecimentos se inscrevem na temporalidade. Entretanto sua inscrição como relato harmônico e invariante de uma totalidade vem dando lugar a uma nova aventura do saber que se afasta da narrativa sacralizada como sequência horizontal de acontecimentos independentes do jogo de forças que os atravessam. Ao invés, o discurso histórico aproxima-se de metodologias complexas que inserem a descontinuidade, o diálogo com múltiplas instâncias os símbolos, as imagens, a iconografia, as instituições e suas práticas, encetando numerosos modos de ligação com as ciências da vida, das economia e da linguagem (FOUCAULT, 2005).

A demarcação da investigação problematiza, portanto, o período em que os grupos dominantes emprestavam relevo à educação católica no Brasil. Após a Proclamação da República, os bispos brasileiros publicaram uma pastoral aceitando o novo regime político, mas repudiando perseguições religiosas e formalizaram sua reação ao Decreto 119-A, que instituiu a secularização do Estado Brasileiro, através de dois documentos elaborados coletivamente: a Carta Pastoral aos Fiéis da Igreja do Brasil, em 19 de março de 1890, pugnando não só a colaboração, mas a união Igreja-Estado para a construção de uma República sólida; e a Reclamação do Episcopado Brasileiro, entregue ao Marechal Deodoro da Fonseca, em 06 de agosto do mesmo ano, contra o Projeto Constitucional em discussão que determinava a precedência do casamento civil, sobre o religioso, a expulsão dos jesuítas, a exclusão do ensino religioso nas escolas públicas, restrições à aquisição de bens pelas ordens religiosas e a proibição da entrada de religiosos estrangeiros no país.

A revisão do Decreto 119-A e do texto provisório da Constituição coube a Rui Barbosa, ex-aluno e amigo de D. Antonio de Macedo Costa, líder do clero brasileiro. Após a revisão, foram retirados do texto Constitucional a proibição à fundação de conventos e à entrada de religiosos (as) estrangeiros (as), a expulsão dos jesuítas e as restrições à Igreja acerca dos bens materiais. A precedência da união civil foi comutada pela simultaneidade. Permaneceram: a laicização do ensino público, a secularização dos cemitérios e o veto à aliança entre o governo e qualquer confissão religiosa (DIAS, 2008). Para os bispos, a Constituição, projetada a partir de um reduzido grupo de políticos e intelectuais, não refletia a realidade do país, e, neste sentido, cumpria elaborar um plano de ação para reconduzir o

Estado a Deus, tarefa exemplarmente executada pelo bispo da Paraíba, como veremos no primeiro capítulo.

Rui Barbosa mediu a negociação dos dispositivos educacionais que interessavam à Igreja. Mais à frente, em 1930 e em 1937, Getúlio Vargas sedimentou alianças com o clero brasileiro, então liderado por D. Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro, fato que imprimiu fortes marcas eclesiais à Constituição de 1934 e à do Estado Novo (MANOEL, 1996). Consubstanciado nos processos de colonização, evangelização e educação, o catolicismo no Brasil tornou-se fundante das identidades, tendo como aliados o sistema político-econômico de base oligárquica, a tradição cultural lusa e a estrutura familiar patriarcal.

Entretanto, o desenvolvimento e a complexificação do quadro econômico brasileiro, ao solapar os interesses dos latifundiários em favor da burguesia urbana transferindo poder da aristocracia rural para os grupos emergentes, ensejou uma ruptura decisiva no quadro de aspirações sociais da população brasileira a partir de 1930, exigindo o realinhamento do Estado às novas exigências impostas pela ordem social capitalista. No âmbito da educação, o realinhamento da oferta estatal mostrou-se insuficiente para atender a crescente demanda impulsionada pelo processo de urbanização e pelas necessidades geradas nas novas relações de produção, criando uma defasagem de natureza quantitativa, face ao número insuficiente de escolas, ao baixo rendimento escolar e à exclusão da população desfavorecida; e qualitativa, em razão da inadequação do conteúdo do ensino às novas exigências sociais. Tal defasagem persistiu, apesar dos esforços de implantação da educação laica, refletindo no sistema educacional as contradições da realidade social, marcada, de um lado, pelo avanço do capitalismo industrial e, de outro, pela persistência dos valores tradicionais da aristocracia rural, que concebia o conhecimento como distintivo das elites e como instrumento de dominação (ROMANELLI, 1984).

No contexto de então, o alto custo do ensino domiciliar e a incompatibilidade de *status* entre as elites e a clientela do sistema de ensino estatal, impuseram a necessidade de criação de uma escola compatível com a condição das elites femininas, e confiável, no sentido de eliminar os riscos do esclarecimento na subversão das tradições, dos costumes e das relações sociais patriarcais (MANOEL, 1996). A solução encontrada para este delicado problema foi a retomada e a ampliação do empenho católico na educação feminina, iniciado

no Império. Acreditando que a educação católica ultramontana⁵, fundamentada em específicas noções de respeito, disciplina e submissão a um conhecimento dogmático, garantiria a ordem social desejada, a oligarquia apoiou o ensino religioso extensivo às elites liberais.

Nos albores da ditadura Vargas (1937), ano da chegada das franciscanas alemãs a Areia, vigia na Paraíba o governo de Argemiro de Figueiredo, eleito por via indireta pela Constituinte Estadual de janeiro de 1935. De origem e militância rural Perrepista,⁶ Argemiro adotou a estratégia do Estado centralizado de base conservadora, restituindo prestígio aos coronéis, encarnando a contra-revolução à Revolução de 1930. Acompanhando a centralização político-administrativa federal, manteve presença em todos os municípios, aos quais fazia chegar, através da Rádio Tabajara (uma das muitas realizações do seu governo), recomendações vespertinas diárias re-transmitidas por amplificadores instalados nas praças centrais, como fazia Vargas no Rio de Janeiro através da Rádio Nacional. Compartilhou também a posição anticomunista do governo federal, que, simpática à Igreja, fortaleceu a antiga aliança entre oligarquia e catolicismo conservador com a mediação do Estado, possibilitando a expansão de uma rede escolar católica por todo o país (MELLO, 2002).

Do alto dos seus 622 metros, uma pequena cidade destaca-se no contexto paraibano por sua topografia, vocação agrícola, precedência política e intelectual que lhe asseguraram posição diferenciada na história do Estado e da nação. Poderia chamar-se terra onde Canta a Cigarra ou Sertão dos Bruxaxás, em honra aos seus habitantes nativos; ou Gameleira, tal o nome da árvore brotada da virgindade do seu solo, ou talvez, vergonteada de uma estaca do curral em cujo entorno se edificaria. Nominou-se Areia, solo raro, naquelas paragens lamacentas, prainha onde tropeiros e animais saciavam a sede e aplacavam o cansaço de suas lides, embalados pelos sussurros de um riacho que percorre os declives orientais da Borborema. Sua natureza traçara seu destino afirmado na exuberância vegetal, na amenidade climática e na pureza de suas fontes: Areia é pouso e acolhimento. Com esta vocação, acolheu, em junho de 1937, as irmãs franciscanas alemãs da cidade de Dillingen, que se instalaram no Colégio Santa Rita, palco desta investigação.

⁵ O ultramontanismo caracteriza-se como uma política de re-europeização do catolicismo marcada pela centralização institucional na figura do Papa, cuja orientação política visava garantir a independência da Igreja contra o mundo moderno que se constituía um imenso perigo para a salvação da alma porque postulava liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política, dessacralizando as relações entre os homens e secundarizando a revelação divina em favor das especulações racionais (MANOEL, 1996).

⁶ Simpatizante, partidário, filiado ou aliado ao Partido Republicano da Paraíba – PRP.

Simultaneamente, para além do Atlântico, o nazismo perseguia as ordens religiosas, e a Igreja, em sua ubiquidade ultramontana, tratou de articular missões para as congregações perseguidas, em atendimento às conveniências das partes envolvidas. O quadro de tensões sociais brevemente mapeado no interstício que compreende o marco temporal deste estudo, visou situar vinculações à arena educativa, que culminaram com a chegada das franciscanas alemãs ao Colégio Santa Rita, em Areia, cuja trajetória pretérita interrogamos do lugar que assumimos no presente, o que imprime à história uma tendência atualizante, que a torna contemporânea.

A igreja católica, atenta às transformações sociais ocasionadas no contexto de consolidação do Estado Moderno que postulava direitos civis para todos, inclusive para as mulheres, passou a vislumbrar, na educação das jovens, a possibilidade de neutralizar as aspirações emancipatórias ensejadas pela modernidade, entregando às ordens religiosas esta empreitada. Acerca deste ambicioso projeto, fomos mobilizada a investigar uma suposta singularidade na educação ministrada pelas franciscanas alemãs sediadas em Areia, indagando: Como se efetivou a educação no Colégio Santa Rita, qual a sua importância na história da educação paraibana e quais as suas implicações na construção das identidades femininas? No enfoque pretendido, a resposta a esta problemática ultrapassa os limites da pesquisa bibliográfica e remete a uma investigação empírica, não limitada a investigar o ideário do projeto educacional católico e as alianças que viabilizaram a sua implantação na Paraíba, mas também as formas de execução que assumiu, e suas repercussões na subjetividade das alunas.

É oportuno lembrar que se tal projeto foi inspirado pela igreja androcêntrica cujos documentos capitais assinalam um modelo de educação para a submissão, sua execução no Colégio Santa Rita coube a mulheres alemãs, o que sinaliza desdobramentos peculiares a serem elucidados ao longo deste estudo. Estas características que atravessam o ensino católico de então, constituem domínio singular para a aplicação do gênero como categoria de análise e abrem o objeto à perspectiva interdisciplinar pelas filiações ao domínio da História e da Sociologia, ensejando a complexidade de que se alimenta a pesquisa Pós-moderna. Trabalhamos o nosso objeto a partir das três categorias que titulam o nosso trabalho e que, em sequência, abordamos sucintamente.

1.2 MARCO TEÓRICO

A **educação católica** é representativa na história da educação brasileira, para a qual tem convergido considerável volume de estudos, sendo significativamente referenciada tanto no âmbito da história geral da educação no Ocidente quanto no contexto da historiografia nacional. Sob a égide da doutrina da revelação, a educação católica se instituiu como saber crível e capaz de alçar o homem a Deus. Suas referências matrizes emanam das encíclicas papais, das cartas pastorais e da política ultramontana, pelas quais as questões divinas se vinculam às questões humanas. Permitem desvelar as prescrições eclesiais para o magistério católico, a diretriz teocêntrica do currículo e a participação da igreja na formulação das políticas educacionais durante o período estudado, constituindo, portanto, referências importantes nesta investigação.

A exclusividade reportada ao jesuitismo na produção historiográfica brasileira tem obscurecido o protagonismo de outras ordens religiosas, particularmente o pioneirismo franciscano e sua persistência como orientação religiosa, científica e social que influenciou decisivamente o processo de colonização (FREIRE, 1959). Três séculos antes do surgimento da Companhia de Jesus, os franciscanos já ocupavam as cátedras das principais universidades e casas de estudo medievais européias. No Brasil, de 1500 à atualidade, a Ordem Franciscana tem história na ação missionária e na educação em quase todos os níveis de ensino, sendo franciscana a maior editora católica da América Latina. Somam cento e nove os anos em que as edições da Vozes orientam os professores, os alunos, os ilustrados e a população brasileira (SANGENIS, 2006). O trabalho arqueológico dos historiadores tem demonstrado que, no Brasil, o apostolado catequético da Ordem Franciscana é anterior a 1549, ano da chegada dos jesuítas, e, embora não assumindo caráter institucionalizado, se estabeleceu como ação missionária indigenista de cristianização dos nativos a partir do achamento oficial, em 1500 (LIMA, 2010).

Na Paraíba, a partir de 1589, a Ordem Franciscana exerceu significativo trabalho na pacificação e na evangelização da população nativa, mas também no ensino, em uma ação missionária conflituosa e incompreendida, ora pelas autoridades governamentais, ora pelos religiosos jesuítas (BURITY, 2008). Especificamente na educação, desde o século XVIII até a

segunda década do século XX, *fräuleins* (palavra alemã que designa a moça na transição entre a puberdade e o casamento), munidas de diplomas e, mais tarde, do manual de didática “Quarenta Cartas Pedagógicas” de Karl Bormann, publicado em 1859, atuavam no Brasil como preceptoras e governantas, nos lares da aristocracia e da burguesia abonada, ensinando, além das matérias comuns, línguas, desenho, etiqueta e música (RITZKAT, 2007). A partir da segunda metade do século XIX, quando o imperialismo francês que desde o século XVII dominava o Ocidente, começou a ser destronado pela ascendência de outros países sobre a América, a influência alemã se fez sentir no Brasil em múltiplos setores como a agricultura, o comércio, a vidraçaria, a metalurgia, a medicina, a literatura, a engenharia, a fotografia, a religião, a arte e a educação. Em especial, a música projetou-se no Brasil principalmente através do piano “objeto técnico, desdobrado noutro, estético, e num terceiro, este, já sujeito ou já transobjeto: o romantismo germânico” (FREIRE, 1971, p.24).

O braço feminino da Ordem que tem origem alemã marcou significativamente a educação brasileira e paraibana desde a terceira década do século XX, quando as beneditinas alemãs de Twitzing que já eram educadoras no Brasil, mediarão a vinda das franciscanas de Dillingen para atuarem como missionárias e como educadoras em Cabo Frio, Rio Bonito, São João do Meriti, Nova Friburgo e Duque de Caxias/RJ; Uberlândia, Tupaciguara e Muzambinho/MG; Ubirici, Ipumirim, Presidente Getúlio/SC; Padre Bernardo, Mimoso e Uruaçu/GO; Sobral/CE; Santa Cruz do Arari/PA; Maceió/AL; São Raimundo Nonato/PI; Nova Mamoré/RO; São Bento do Una e Belo Jardim/PE; **Catolé do Rocha, Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Campina Grande, João Pessoa e Areia/PB** (SENDRA, 2007, grifo nosso). Atualmente, a congregação continua presente na Paraíba no século XXI, através dos Colégios Santa Rita em Areia, Francisca Mendes em Catolé do Rocha e João XXIII em João Pessoa, fato que não deve ser obscurecido nem silenciado na historiografia, na pesquisa educacional e na pesquisa social.

A estratégia de intervenção desta pesquisa exige uma revisão da educação católica pela inserção do **gênero** como categoria de análise histórica que tem suscitado abundante produção no campo da educação, ensejando ricos enfoques à problemática educacional na atualidade. O gênero atravessa a história, e os jogos de poder encetados nas instituições. Aglutina a complexidade e os enlaçamentos postulados pela crítica pós-estrutural; rejeita a idéia de polaridades excludentes; é dinâmico, relacional e imanente às relações humanas concretas. Abarca individualidade, complementaridade, reciprocidade, o poder, o concreto e o simbólico; é polissêmico e perspectival. Estes marcadores o inscrevem como categoria

relevante ao contexto das ciências, pois, ao denunciar aspectos reducionistas do paradigma positivista e ao incorporar novos objetos à ciência, constituiu um dos vetores influentes no realinhamento paradigmático pós-estrutural.

O gênero é performado mediante um processo laborioso, sutil, estratégico e velado de interpretação da realidade plena de sanções, tabus, prescrições e de estilos corporais já estabelecidos pelas normas regulatórias do discurso (BUTLER, 1987). Como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e como um primeiro modo de imprimir significado às relações de poder (SCOTT, 1990), o gênero aglutina: as representações simbólicas culturalmente disponíveis, expressas em oposições binárias que marcam a sexualidade ocidental; os conceitos normativos, que põem em evidência as interpretações de sentido dos símbolos, expressas pelas doutrinas educativas, religiosas, científicas, políticas e jurídicas como decisões consensuais para determinar o sentido do masculino e do feminino; a irredutibilidade do gênero ao parentesco, definindo-se não apenas no universo doméstico, mas também no âmbito educacional e social; a identidade subjetiva que, com base na psicanálise, postula a evolução das relações de gênero a partir da transformação da sexualidade biológica dos indivíduos à medida de sua aculturação, na elaboração de sua estrutura emocional. Estes elementos foram amplamente explorados no contexto da educação católica; tal a razão da adoção da formulação de Scott (1990), como provisão útil à presente investigação.

A identidade é um tópico para o qual flui atualmente consistente teorização. No período a que nos reportamos as filiações de parentesco, classe, gênero, sexualidade, profissão, religiosidade e territorialidade compunham ainda uma provisão cultural que oferecia posições “estáveis” aos sujeitos deste estudo⁷. A identidade, então entendida como atributo de uma essência humana indivisível e divinamente dada, deveria ser conformada no temor a Deus e encontrar suas âncoras sociais na metaidentidade da cultura e do Estado-Nação, cujos marcadores, em sua pressuposição de estabilidade e coesão, obscureciam e neutralizavam a complexidade da condição humana.

Atualmente, porém, esta categoria vem merecendo atenção no contexto das complexas transformações que em escala global têm afetado as identidades culturais nacionais, outrora percebidas como sistemas estáveis, integradores e produtores de sentido

⁷ Considere-se que o período investigado situa-se entre 1937 e 1970; que o *locus* da pesquisa é um colégio franciscano situado em uma cidade tradicional do interior paraibano, localizada na região Nordeste; considere-se que a globalização é uma realidade da modernidade tardia, “muito desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões” (HALL, 2005, p. 78).

para a constituição das identidades individuais. A descontinuidade desta provisão cultural desaloja as pessoas de seus tempos, lugares, heranças, memórias e ocupações tradicionais e as insere em uma nova ordem na qual a processualidade das relações de classe, raça, parentesco e territorialidade que conformavam a noção de pertencimento, as configurações de gênero e sexualidade que envolvem o desejo, as formas de trabalho e lazer que também performam as noções do eu, ensejam a emergência de novas identidades, atestando, portanto sua historicidade. Desloca-se assim, a noção de identidade aprioristicamente dada como atributo da essência humana para a noção de identidade como uma “celebração móvel”, historicamente construída e continuamente transformada em relação às formas pelas quais o sujeito é representado ou interpelado pelos sistemas culturais em que se insere (HALL, 2005).

É esta posição sócio-construcionista que adotamos no presente estudo: a de que aprendemos a ser quem somos nas experiências que vivenciamos. Construimos nossas identidades a partir dos esquemas simbólicos e da rede de significados subjacentes às práticas das instituições às quais nos vinculamos. A partir da noção de identidade como constructo, indagamos sobre a singularidade de uma educação franciscana e sobre suas ingerências na constituição das identidades femininas, tomando como campo de análise o Colégio Santa Rita em Areia, Paraíba.

Ao presidir esta investigação o nosso olhar é cumulativo: o olhar pretérito da colegial, o olhar profissional em posição e temporalidade diversas; o olhar reflexivo que o trajeto da pesquisa exige; o olhar afiançado pela ciência, que revela ao público um reconhecimento do universo estudado.

O objeto desta investigação se instituiu no contexto de uma razão educadora Moderna, mediante aliança do Estado com a Igreja Católica, a quem caberia prover uma educação feminina imune aos perigos que estimulavam sua emancipação. Presidindo o projeto instrucional, os princípios do credo católico otimizavam o seu caráter messiânico e totalitário em direção à salvaguarda da família e da sociedade, e à conquista da salvação eterna. Destarte, a instituição confessional, exigia, além do cumprimento das atividades prescritas nos postulados razoáveis assentados na idolatria do progresso, a disciplina de “ser” um determinado caráter.

A despeito de suas certezas, o paradigma moderno que igualava ciência a razão remetida ao progresso, convivera com um duplo receio: uma dúvida instigante e útil que não ameaçava a sua autoridade, pressupunha a ignorância e a ambivalência como ocasiões para

afirmar a potência da razão; a outra, suspeitosa da superioridade da razão sobre qualquer outro conhecimento, desafiava o poder da ciência para validar o saber racional em detrimento dos demais (BAUMAN, 1999). De sua aplicação resultam avanços científico-tecnológicos imprescindíveis à humanidade. Incluída nestes avanços, a capacidade reflexiva para detectar as rachaduras que comprometeriam sua proclamada securidade ensejou a recomposição dos sistemas de referência para fazer face à complexidade do mundo, exigindo da comunidade científica redefinições em seus objetos de investigação, em suas estratégias de intervenção, em suas posições ideológicas frente à realidade, em suas formas de enunciar o discurso científico.

Os realinhamentos consequentes da resistência ao mapeamento totalitário e unívoco da realidade pela ciência moderna ensejaram a constituição de uma epistemologia crítica⁸, fruto da reflexão dos cientistas sobre a ciência em si mesma: sobre pressupostos, limites, impactos, utilização, alcance, conseqüências e significação sociocultural da atividade científica, refutando a ilusória pretensão de que o produto da ciência eleva-se acima das condições reais de elaboração da pesquisa, inserindo a questão da responsabilidade social do cientista nas implicações de sua produção, atravessada por relações de poder não apenas econômico, mas também político, racial, de gênero, sexual, religioso (JAPIASSU, 1979; DENZIN; LINCOLN, 2006).

A epistemologia crítica tem, pois, como ponto de inflexão com a epistemologia que infere o conhecimento na Modernidade, a propriedade de romper e contestar o *status quo*, pela implicação constante entre sujeito e objeto, ciência e experiência, poder e saber, conhecimento e realidade. Ocupa-se das questões relacionadas ao poder e à justiça e com os modos pelos quais a economia, os assuntos que envolvem a raça, a classe, as ideologias, os discursos, o gênero, a educação, a religião e outras instituições sociais e dinâmicas culturais se integram para constituir um sistema social (KINCHELOE; MC LAREN, 2006).

⁸ A epistemologia crítica tem tradição nas reflexões dos teóricos que integravam o Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, com destaque para HORKHEIM(1895-1973), MARCUSE(1898-1979) e ADORNO(1906-1969) cujas sensibilidades políticas foram mobilizadas pelas conseqüências da Primeira Guerra Mundial, em face da urgente necessidade de novas referências para a interpretação da realidade, dialogando, em princípio, com a tradição filosófica e social alemã (KANT(1724-1804), HEGEL(1770-1831), MARX(1818-1883) e WEBER(1864-1920) e com a Psicanálise (KINCHELOE; MC LAREN, 2006). O objetivo da epistemologia crítica não é descobrir os fatos como tais, mas prover conhecimentos intervenientes na realidade, informar as ações, apontar lições estratégicas, revelar relações de dominação. A exemplo, citem-se Antonio Gramsci e Michel Foucault (MAY, 2004).

A recusa unânime dos teóricos críticos a formularem uma abordagem unificada da crítica à Modernidade propiciou abertura para abrigar, sob a égide da epistemologia crítica, as conceitualizações pós-estrutural⁹ e feminista crítica¹⁰. O pós-estruturalismo reavalia a cultura do iluminismo baseada no triunfo da razão como horizonte único de explicação científica, e a constituição de um sujeito universal movido por um impulso emancipatório progressivo em um tempo linear e cumulativo, no contexto de uma ordem social estável e de um comportamento individual previsível. Utiliza-se de formas peculiares de análise em que se incluem a gramatologia, arqueologia, genealogia, análise semiótica. A perspectiva pós-estrutural tem sido especialmente receptiva às agendas feministas, marcadas pelo acolhimento dos localismos, das diferenças, das especificidades; pela mobilidade de cenários; pela diversidade de interesses; pelas performatividades¹¹ lingüísticas; pela transitoriedade de suas plataformas continuamente submetidas à crítica e enriquecidas de novos enfoques.

Ao se eximirem historicamente da contribuição feminina, os cientistas sedimentaram um modo de produzir conhecimento que repetiu as virtudes, mas também a parcialidade do seu entendimento da realidade, impondo reduções à complexidade sob a égide de uma ciência enunciada em “gênero neutro”. Entretanto, a crítica feminista a uma ciência “neutra”, ancorada na racionalidade, na exploração e no controle da natureza e dos seres humanos, não postula uma ciência exclusivamente feminina, uma vez que muitos dos referenciais da ciência supostamente femininos, não são exclusivos das mulheres, e nem sempre os atributos femininos têm servido de base para um tipo inteiramente novo de fazer ciência. Embora as mulheres tenham introduzido o belo, o cuidado, o pensamento não-linear, a empatia, a subjetividade, a cooperação, o conhecimento integrativo no contexto da ciência, homens também o fizeram. Além disso, muitas mulheres continuam a perpetuar o paradigma moderno, excludente dos atributos considerados femininos. Ademais, a influência feminista não foi uniformemente sentida em todos os domínios da ciência. O necessário

⁹ As conceitualizações pós-estruturais guardam afinidades com os conceitos Nietzscheanos de perspectivismo, crítica ao binarismo, ênfase nas narrativas genealógicas e na conexão poder-saber, na superação das fronteiras entre os saberes e na desarticulação do “eu” (PETERS, 2000).

¹⁰ O feminismo crítico, marcado por uma crescente complexidade distancia-se das abordagens genéricas e unificadas da realidade, problematiza o feminino sempre situado no interior de quadros históricos de significado, seja nas elaborações teóricas, na formulação de políticas ou na implementação de ações com o intuito de realizar justiça social para as mulheres, perseguindo a harmonização das forças sociais e institucionais (DENZIN; LINCOLN, 2006).

¹¹ A performatividade é uma capacidade agregada à linguagem que permite avançar para além da constatação e da descrição, em direção à construção daquilo que se nomeia. É o poder reiterativo, agregado ao discurso, de produzir os fenômenos que relata ou descreve, e, ao fazê-lo, regulá-los (BUTLER, 2001, p. 155).

redimensionamento da ciência implica a reestruturação do mundo doméstico, acadêmico e profissional numa ética de parceria para uma ciência sustentável que envolva em igual medida: mão, cérebro e coração (SCHIEBINGER, 2001).

Ocupando um lugar na conjuntura pós-moderna, voltamos nosso olhar para o Colégio Santa Rita, erigido sob os cânones do paradigma eurocêntrico moderno, cuja influência no Brasil ultrapassou o período pós-guerra. Ao pretender imprimir um caráter científico a sua ação educativa, assumimos posições teóricas e responsabilidade social sobre o conhecimento que elaboramos para domínio público, cujos dados não podem ser gerados por indução ingênua, senão sustentados em um aparato conceitual que lhes afiance cientificidade.

Neste percurso, situamos brevemente a crise do Paradigma Moderno, que ensejou a configuração de uma abordagem epistêmica crítica no seio da qual se instaura a perspectiva Feminista Crítica Pós-estrutural. Ao cabo deste trajeto compreensivo, informamos nossa filiação à Epistemologia Crítica como um solo fértil, em cuja pujança nos foi possível traçar itinerários para construir um entendimento sobre a realidade estudada privilegiando o pensamento feminista pós-estrutural, com ênfase nos significados, visando interpretar o papel das mulheres na história da educação católica ministrada no Colégio Santa Rita.

1.3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Uma investigação criteriosa precisa estar respaldada em uma opção metodológica que otimize sua operacionalização e afiance a riqueza de suas conclusões; que atenda à especificidade do objeto e traduza o mais satisfatoriamente possível a intencionalidade do pesquisador e os significados expressos pelos sujeitos pesquisados, um e outro inarredavelmente enredados na complexidade da história que não oferece transparência no acesso à realidade. O olhar sobre esta é atravessado pela opção político-ideológica, ética e religiosa; pela posição de gênero, etnia, classe social e escolaridade; pela espacialidade e pela temporalidade; pelo aparato conceitual que direciona a ação do pesquisador; pelos vínculos concretos e simbólicos que enlaçam os sujeitos da pesquisa. Subliminar à utopia empirista de que os fatos falam por si mesmos está também a “vontade de verdade” dos seus protagonistas.

Sem desconsiderar informações quantitativas que permitem uma melhor visibilização do campo empírico, nossas pretensões direcionam a opção pela pesquisa qualitativa. Enquanto via de acesso ao conhecimento nas Ciências Sociais e nas Humanidades onde se inscreve a

Educação, a pesquisa qualitativa tem foco multiparadigmático, metaforizado no cristal que lapidado em forma de prisma reflete externalidades e refrata-se dentro de si mesmo, reverberando em diferentes direções, que combinam simetria e substância, transmutações e multidimensionalidades. A cristalização alude à teoria da luz que representa tanto as ondas quanto as partículas; sem perder de vista a estrutura, enseja derivações desconstruindo a idéia dos vocabulários finais para acatar verdades que dependem do lugar e do ângulo de visão do pesquisador (DENZIN; LINCOLN, 2006).

No esforço de preservar a necessária coerência entre o fundamento epistemológico e a abordagem metodológica desta pesquisa, identificamos pontos de flexão entre pós-estruturalismo e feminismo crítico referindo os que melhor atendem aos interesses deste estudo:

- o abandono de modelos explicativos unificados e homogeneizantes em favor de abordagens compreensivas e interpretativas das micropráticas e das singularidades da experiência humana, enunciadas por uma pluralidade de regimes discursivos sob cuja performatividade a realidade é metaforizada em texto, jogo, palco, imagem, parábola, crítica literária..., introduzindo no discurso científico a imaginação e caracterizando a ciência como autobiográfica (SANTOS, 2003). Esta noção se coaduna com os relatos evocativos em primeira pessoa, que são constituintes deste trabalho; e assegura tranquilidade em relação a nossa vinculação ao universo pesquisado;
- a rejeição à idéia de que a ciência é a-histórica e supra-ideológica em favor da noção de que a produção do conhecimento científico tem sua objetividade “perturbada” pelas relações de poder, pela vontade de verdade, pelas posições do desejo dos seus protagonistas com efeitos sobre as práticas não-discursivas, sendo passível de reconfigurações que lhe conferem um caráter instável em oposição às pretensões teleológicas modernas (JAPIASSU, 1979; FOUCAULT, 2007);
- a superação da hierarquia que, na modernidade, marcou o primado da racionalidade sobre as demais formas de conhecimento em favor da incorporação de outras formas de conhecer inspiradas no senso comum, na arte, na poesia, na fé, fontes de uma ciência compreensiva, íntima, contemplativa e vivencial que se traduz não só como desenvolvimento tecnológico, mas também como sabedoria de vida (SANTOS, 2003).

Valendo-nos da **genealogia** (FOUCAULT, 2005), realizamos uma análise da educação católica e da proposta pedagógica do Colégio Santa Rita: sua proveniência, sua permanência,

sua adequação ao contexto social e sua descontinuidade, desvelando os eixos, as relações, as condições políticas da emergência das verdades expressas em seu discurso, a conversão em práticas de vida e a sua influência no processo de construção das identidades femininas.

O sentido da genealogia não é a revelação de uma supra-história, nem o esforço da captação de uma suposta essência dada como identidade primeva protegida na solenidade de sua origem. É escutar a história ao invés de crer na metafísica. É aprender a não procurar o seu segredo essencial, mas os segredos que construíram sua suposta essência. A genealogia não desvenda a universalidade, mas a dispersão, a descontinuidade, os fatores desconsiderados pela regularidade das narrativas tradicionais. Exige a minúcia do saber e um grande número de materiais acumulados, buscando nas pequenas verdades, proveniências que se opõem “ao desdobramento metahistórico das significações ideais e das indefinidas teleologias” (FOUCAULT, 2005, p. 262).

A análise genealógica perturba conceitos, práticas, normas e símbolos percebidos como intocáveis; restabelece os sistemas de submissão e os jogos de dominação que articulam o corpo com a história, permitindo ver o corpo e a identidade como instrumentos intervenientes no mundo, e em perpétua processualidade, marcados pela história, sendo por isto, adequada aos propósitos desta investigação.

Como construção histórica, a educação católica sustentou-se em práticas discursivas próprias, articuladas, todavia, a instituições que chancelaram seus discursos como verdadeiros, convertendo-os em práticas não-discursivas de ajustamento das condutas ao ideal de sociedade então pretendido. A análise genealógica possibilita o desvelamento de uma rede de práticas e discursos que visavam ao assujeitamento das alunas à verdade postulada na ação educacional do colégio. Os discursos imbricados naquela educação e as “técnicas de si” incorporadas pelas alunas são conceitos privilegiados nesta investigação que reclama como procedimentos a pesquisa documental e a história de vida a que nos reportamos a seguir.

Para a **pesquisa documental**, afastando-nos da apreensão de aspectos invariantes, buscamos reencontrar sob a mensagem genérica dos documentos oficiais, as sutilezas, as inversões e as singularidades em seu múltiplo significado: o pretendido pelo autor (a), o significado de conteúdo do próprio teor do documento e os significados dispersos e heterogêneos que ameaçam a pureza e a constância dos fatos, pois

[...] o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p. 547).

A pesquisa documental abarca uma ampla variedade de fontes que ganharam novos significados a partir das contribuições de Foucault (2005), apontadas por Le Goff (1996), que redimensionam a noção de documento como monumento, atribuindo-lhe novos valores e novas possibilidades de construção da história no interjogo entre o código escrito, os discursos e as práticas não-discursivas.

Adotamos, neste estudo, testemunhos contemporâneos aos eventos que descrevemos, como atas, relatórios, relatos e crônicas; fontes produzidas após o interregno investigado, por pessoas que não testemunharam os fatos em tempo real, como impressos mimeografados e anuários; e fontes indiretas, como índices e resumos que remeteram às bibliografias consultadas. Em qualquer das fontes inquiridas, prezamos pela representatividade, pela afinidade do documento com a finalidade da investigação e com seu significado; e pelas relações das fontes com outras fontes externas e com a realidade, perscrutando sua interveniência sobre o objeto em estudo. Como os documentos estampam autoridade sobre o mundo social excluindo potenciais interpretações contrárias ao seu teor, procuramos atentar para o jogo de verdade que expressam.

Enquanto procedimento inscrito entre a análise psicológica individual e a análise dos sistemas socioculturais, a **história oral** permite captar de que modo indivíduos fazem a história e como atuam na sociedade, sendo também modelados por ela. Relato da experiência pessoal de um indivíduo sobre os acontecimentos que lhe são significativos, a história oral traduz desde a condição material, os papéis sociais, os conflitos, as atitudes, os valores, a auto-imagem, até as formas espirituais do existir, embaladas pelo fluxo das emoções, relatadas singularmente, em primeira pessoa.

A história oral¹² é aqui aplicada para captar a forma como as ex-alunas representam, interiorizam e mantêm vivos os acontecimentos vividos no Colégio Santa Rita que foram

¹² A história oral é definida como história viva, obtida a partir de um conjunto de procedimentos que envolvem a elaboração de um projeto, a escolha das pessoas a serem abordadas, a definição da data e do local das narrações, a transcrição e a formatação dos textos, a conferência do produto escrito, a autorização para a divulgação da história e o seu retorno em primeira mão, para as pessoas que a forneceram. Seu espectro de aplicações abrange a

importantes na constituição da sua identidade. Enquanto relato pessoal que transita no limiar entre sociabilidade e individualidade, cultura e identidade, a história oral, para alcançar seu valor científico, precisa ser remetida aos significados mais amplos que lhe afiancem sentido de totalidade. Seu conteúdo subjetivo conflui para uma apreensão do processo de constituição da identidade das ex-alunas do Colégio Santa Rita no período estudado.

Neste sentido, abordamos seis ex-alunas que representam as quatro décadas que compreendem o interstício privilegiado neste estudo, atendendo aos seguintes critérios: condição de inserção no colégio (aluna interna e externa, aluna pagante, aluna bolsista e aluna assistida); pertença étnica (aluna branca e aluna negra); pertença geográfica (aluna da cidade de Areia e de outras localidades).

Dentre os gêneros¹³ adotados em história oral, optamos pela **história oral temática**, que admite a existência prévia de um projeto e aponta o foco da investigação. Entretanto, não aplicamos questionário nem adotamos a forma tradicional de entrevista. Ao invés, criamos abordagens coloquiais, com pausas para lanches e para depoimentos contados mediante o desligamento do gravador; folheamento de cadernos escritos há sessenta e três anos, ternas evocações a partir de álbuns fotográficos, apreciação de amostras dos variados tipos de franzido à mão, do cantinho de lenço em ponto paris, dos passos para a confecção da cueca, matéria do programa da disciplina Trabalhos Manuais, no último ano do curso colegial normal. Para além de uma coleta de dados convergentes à confirmação do nosso pressuposto, procuramos preservar a riqueza subjetiva captada na oitiva às ex alunas do Colégio Santa Rita.

Cada depoimento foi relatado em três encontros previamente agendados. No primeiro encontro, a história foi gravada, mas também apontada, atendendo à preferência da autora. No segundo encontro, as narradoras efetuaram cortes, retificações e complementações às suas memórias e forneceram as fotos que as ilustram. Em alguns casos, foi feito o envio por *e-mail*. No terceiro encontro, devolvemos a cada uma das entrevistadas uma cópia de suas memórias que lemos conjuntamente, em voz alta. Devolvemos também as fotos que nos foram emprestadas e apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi por elas lido, assinado e encontra-se apenso a este trabalho. Na elaboração da história de Maria

coleta de testemunhos, a formulação de documentos, a análise de processos sociais, o reconhecimento do meio, **o estudo da identidade e a construção da memória coletiva** (MEIHY; HOLANDA, 2007, grifo nosso).

¹³ Basicamente, há três gêneros de história oral: história oral de vida, história oral temática e tradição oral (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Violeta de Brito Lyra, complementamos seu depoimento oral consultando escritos pessoais disponibilizados por ela e por seu esposo, Getúlio Campelo Salviano.

Em se tratando de um estudo que envolve sujeitos humanos, cabe uma breve reflexão acerca do relacionamento entre a pesquisa e a ética. May (2004) postula que os valores e as experiências não podem ser postos entre parênteses, como se sua inclusão no processo de pesquisa fosse algo de que os sujeitos nela envolvidos deveriam se envergonhar. Particularmente na pesquisa qualitativa pós-estrutural e feminista crítica, que assumem a produção de um conhecimento politicamente implicado, a opção por uma postura abertamente subjetiva e a abertura a uma crescente complexidade na escolha de seus objetos e nas formas de interlocução, as razões para integrar preocupações éticas ao contexto das investigações encontram pertinência. No presente estudo, tais preocupações iniciam-se com submissão do projeto de tese ao comitê de ética, atravessam os processos de coleta, análise, interpretação dos dados e divulgação dos resultados, sob o crivo de uma ética pessoal e dos princípios que regem a investigação científica: o consentimento informado – concordância dos sujeitos quanto à sua inserção na pesquisa e as consequências de sua divulgação na esfera pública; e a busca do rigor científico, não apenas para assegurar a confiabilidade e proteger os sujeitos envolvidos, mas também para garantir a validade da investigação.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Considerando, por um lado a ubiquidade da mulher na educação, mormente na educação católica feminina, e por outro, sua invisibilidade nos registros oficiais da história da educação paraibana, este estudo tem como **objetivo geral**: problematizar o jogo de relações estabelecidas no projeto de educação católica desenvolvido no Colégio Santa Rita de Areia; no período de 1937 a 1970, e suas implicações na constituição das identidades de gênero e profissão das alunas. O alcance desta pretensão remete ao seu desdobramento em **objetivos específicos**, a saber: discutir o ultramontanismo no contexto da pesquisa, contemplando a categoria gênero; historiar a Congregação das irmãs franciscanas de Dillingen; situar a cidade de Areia, a fundação do Colégio Santa Rita, as articulações para a vinda das franciscanas e as alemãs pioneiras; analisar o Colégio Santa Rita em seu arranjo arquitetônico e em seus aspectos pedagógicos e disciplinares; identificar os discursos e as práticas através das quais se deu a incorporação do ideário católico da sua proposta educacional no comportamento das

alunas; inferir as implicações daquela educação na constituição das identidades femininas, tomando como referência as memórias das ex-alunas do colégio.

Estes objetivos aduzem à estruturação da tese em três partes. Na primeira parte, agrupamos as enunciações conceituais, situando as teorizações fundantes do projeto de educação católica que investigamos: o primeiro capítulo refere-se à cartografia da tese; o segundo capítulo discorre sobre o pensamento católico ultramontano, com ênfase na educação feminina; e o terceiro, remete à congregação das irmãs franciscanas de Dillingen, com ênfase na construção da identidade franciscana feminina. Na segunda parte, projetamos nosso olhar sobre o universo estudado em dois capítulos subseqüentes: o quarto capítulo apresenta a cidade de Areia, a fundação do Colégio Santa Rita, o contexto alemão, as articulações para a vinda das franciscanas a Areia e a travessia oceânica das pioneiras; o quinto capítulo apresenta o Colégio Santa Rita, *locus* da nossa pesquisa. Na terceira parte, concedemos a palavra a ex-alunas do colégio: o sexto capítulo remete às suas memórias, às nossas inferências sobre as determinações da educação investigada na constituição de suas identidades, e às proposições finais da tese.

Acatamos a concepção de que os resultados desta pesquisa, a despeito de todo rigor, são parciais e provisórios, em face da itinerância do conhecimento, da especificidade das nossas intenções, e, sobretudo, porque ao problematizar o objeto e ao interpretá-lo pela lente de um referencial teórico selecionado, inventamos este objeto.¹⁴ Afastando-nos da idéia de ciência como explicação cabal e completa da realidade, expomos esta investigação ao diálogo crítico, como uma verdade a ser interrogada por novos olhares em função da impossibilidade de esgotar os significados do objeto em estudo.

¹⁴ Ao propor uma agenda para os pesquisadores deste início de século XXI, Costa (2002) concebe a pesquisa como processo de criação e não de mera constatação. O ineditismo da pesquisa está na originalidade do olhar. Neste sentido, não existem velhos objetos, mas olhares exauridos.

2. O PENSAMENTO CATÓLICO ULTRAMONTANO E A EDUCAÇÃO FEMININA

Inspirada na doutrina da revelação e tendo como fundamento as decisões do Concílio de Trento, a educação católica baseava-se na disciplina, na renúncia e na obediência; favorecia a uma experiência intimista com Deus e concebia o magistério feminino como um apostolado de serviço ao próximo em detrimento do desenvolvimento da consciência crítica em relação à politização e à valorização enquanto categoria de trabalho. Para melhor compreender esta concepção de educação, adentramos à sua proveniência, reportada ao contexto político oligárquico e às concepções ultramontanas que, valendo-se do aparelho escolar, objetivaram imprimir uniformidade ao catolicismo. Partindo de uma conceituação, estudamos neste capítulo o ultramontanismo, desde sua origem, implantação no Brasil, consolidação na Paraíba, até a sua representatividade em Areia, com ingerências na educação feminina, especialmente, através do Colégio Santa Rita.

2.1 RUPTURAS E EMERGÊNCIAS

Paralelamente à sua mensagem salvífica, a Igreja Católica empenhou-se na produção, na validação e na disseminação do conhecimento, tendo como chave de acesso a doutrina da Revelação segundo a qual Deus é o centro de toda e qualquer sabedoria possível ao ser humano e Dele provém a luz que permite ao homem alcançar o verdadeiro conhecimento. Todos os saberes pautados na experiência sensível, na exploração empírica, na especulação racional, contrariavam a dogmática eclesial, exigindo de seus autores a sujeição ao cânone teológico sob pena de condenação. Como provedora da salvação e do conhecimento, a Igreja colocava-se em posição superior ao poder secular o qual deveria guiar, visando à felicidade humana no plano temporal e na eternidade.

Entretanto, as crises internas da Igreja e as transformações ensejadas pela modernidade operaram rupturas, deslocando a epistemologia da dogmática teocêntrica, fundada na fé, para a racionalidade antropocêntrica, alimentada pela dúvida. Em salvaguarda ao seu lugar no cenário epistêmico, a Igreja, através de Santo Tomaz de Aquino, fundiu os conceitos da filosofia aristotélica aos seus dogmas, instituindo a filosofia tomista-aristotélica, que, alargada

para além do conhecimento que se atém à razão, aceita a autoridade e a fé como pontos de partida e procede a conclusões mediante o uso da razão. Afirmando ao mesmo tempo, a crença no Deus Criador e nas leis naturais que legitimam a ciência racional, as teses tomistas garantiram um lugar ao pensamento católico no cenário epistêmico da Modernidade que seria marcada pelo primado da razão sobre as demais formas de conhecimento (MANOEL, 1996).

Entre as crises instaladas no interior da Igreja, a mais importante foi a Reforma protagonizada pelo padre Martinho Lutero, que afrontou os dogmas católicos e imprimiu um caráter nacional à religiosidade na Alemanha, inclusive com a tradução da Bíblia para a língua vernácula. Inspirado no tomismo-aristotélico, o Concílio de Trento, convocado para dirimir as digressões que provocaram a ruptura na unidade do pensamento eclesial, alterou a estrutura interna da Igreja impondo decisões nos planos disciplinar, doutrinário, hierárquico e pastoral, visando à consolidação de uma unidade de governo eclesial vinculada à Santa Sé, que viria a originar a futura Reforma Ultramontana para combater o conjunto de ideias *laicas* que floresceram a partir do Renascimento.

Em relação às rachaduras entre a Igreja e o Estado *laico*, o principal exemplo é o da Revolução Francesa que, ao desmontar o absolutismo monárquico, destituindo a Igreja de seus privilégios e contestando seus princípios teológicos com base na filosofia liberal, foi decisiva no surgimento do ultramontanismo como reação defensiva da Igreja, que reafirmava a necessidade de sua intervenção no Estado justificada pelo caráter divino do poder papal, pela superioridade da fé sobre a ciência, e da autoridade espiritual sobre a autoridade temporal. Assim, no limiar do século XIX, patenteava-se no mundo cristão-católico uma quebra na unidade de pensamento: de um lado os regalistas, que defendiam os interesses de uma igreja mais vinculada à nação sob certa dependência do poder civil e com uma estratégia de ação marcadamente política; e de outro, os ultramontanos ou romanos, que postulavam um catolicismo de caráter universal, sob a orientação exclusiva da Santa Sé, pela adesão incondicional ao papa.

O termo ultramontanismo refere-se, pois, à doutrina e política católica que surgiu na França em 1819, a partir da publicação da obra “Do Papado”, fruto de uma reflexão de Joseph de Maistre¹⁵ sobre as conseqüências da Revolução Francesa para o futuro da humanidade, propugnando a necessidade de fortalecimento da figura do papa como fonte de toda

¹⁵ O Conde Joseph de Maistre (1754-1940) foi escritor, filósofo e político, representante do pensamento conservador francês. Combateu o liberalismo e o empirismo. Quando escreveu a obra acima mencionada era embaixador em São Petesburgo. Destacaram-se também, como expoentes do pensamento ultramontano: Lamennais (1872-1854) e Louis Veuillot (1813-1883) (Nova Enciclopédia BARSA, 1999).

autoridade e referência ao poder secular. Conquanto não alcançasse unanimidade, a Teoria de Maistre recebeu a adesão do clero conservador que, mantendo-se fiel a Roma, localizada, em relação à Europa, além dos Alpes, receberam o nome de ultramontanos. Embora no princípio tenha se manifestado na Europa, a partir do século XIX estendeu-se a todos os países de tradição católica, buscando o fortalecimento da Igreja na perspectiva conservadora do Concílio de Trento e empenhando-se na progressiva uniformidade do catolicismo por meio de orientações que emanavam de Roma, tendo por isso, como sinônima, a expressão Romanização (AZZI, 1994).

No interjogo de poder das instâncias em que se instituiu, o ideal ultramontano fechou o cerco aos livres pensadores, repudiando, ao longo do século XIX e no século XX, o indiferentismo, o racionalismo, o liberalismo, o capitalismo, o laicismo, o protestantismo, o comunismo, o espiritismo, as sociedades bíblicas e as sociedades secretas. Dos papas que impuseram o catolicismo romano como único caminho para a felicidade terrena e para a salvação eterna, destacaremos quatro, cujos escritos são significativos para a compreensão do objeto deste estudo¹⁶.



Ilustração 01 - Papa Pio IX (1846-1878)
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

O primeiro foi Pio IX (Ilustração 01), em cujo pontificado foi definido o dogma da Imaculada Conceição de Maria pela *Bula Ineffabilis Deus*, 1854 (COSTA, 1999), suscitando preocupações ao próprio clero, dividido ante a tendência à valorização do aspecto biológico da virgindade da mãe de Deus (RANKE-HEINEMANN, 1999), aspecto que seria pedagogicamente explorado através da educação ministrada no Colégio Santa Rita. Pela carta encíclica *Quanta Cura* (1864) e seu anexo, o *Syllabus* (1865) condenou o liberalismo, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, as sociedades secretas e as sociedades bíblicas liberais.

¹⁶ Os documentos pontifícios constantes neste trabalho encontram-se compilados nas seguintes obras: SILVA, 2009; COSTA, 1999; MARIN, 2004.

No coração de uma Europa cogitante, o dogmatismo de Pio IX abriu uma distância abismal entre a Igreja e seus fiéis, quando na Constituição Dogmática *Pastor Aeternus* - IV Sessão do Concílio Vaticano I - do qual pela primeira vez participaram bispos brasileiros liderados por D. Antonio de Macedo Costa, proclamou a infalibilidade do papa enquanto representante de Cristo:

[...] o romano pontífice quando fala *ex cathedra*, isto é, quando desempenhando seu múnus de pastor e de doutor de todos os cristãos, define, em virtude da sua suprema autoridade apostólica, que a doutrina em matéria de fé ou de costumes deve ser admitida por toda a Igreja, goza, pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa do bem-aventurado Pedro, daquela infalibilidade que o divino Redentor quis para a sua Igreja. Consequentemente essas definições do romano pontífice são irreformáveis por si mesmas, e não em virtude do consenso da Igreja. Se, então, alguém – Deus não o quera! – ousasse contradizer esta nossa definição: seja anátema (COSTA, 1999, p. 318).



Ilustração 02- Papa Leão XIII (1878-1903)
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Sucedendo a Pio IX, Leão XIII (Ilustração 02) redimensionou a ação da Igreja para a infância e para a juventude, categorias emergentes, vinculadas à noção de transitoriedade, comportando excitações e rebuliços que era prudente controlar, e esperanças que era mister conformar aos preceitos da educação e da moral católica através das congregações que Sua Santidade tratou de expandir e cujo caráter disciplinar “além de estar associado a um padrão de eficiência, visava garantir a reprodução de modelos de conduta e, nesse sentido, tinha o respaldo das famílias, também interessadas num controle mais efetivo sobre os filhos”

(BOSCHILIA, 2005, p. 94). O Colégio Santa Rita, contou sempre com a cumplicidade dos pais areienses na imposição de uma disciplina imbuída de uma economia do corpo e da sexualidade para suas filhas.

Leão XIII reabilitou o Tomismo como pensamento oficial da Igreja Católica através da encíclica *Aeterni Patris*, publicada em 1879. Realizou a “estadualização” do poder eclesiástico, criando um poderoso e eficiente sistema de governo eclesial no mundo católico. Era uma só fé, uma só lei canônica, em um sistema rigidamente hierarquizado e encabeçado por um papado empreendedor e intervencionista sob cujos auspícios foram erigidas 250 dioceses no mundo católico, inclusive a da Paraíba, que teve como primeiro bispo o areense Adauto Aurélio de Miranda Henriques (TRINDADE, 2004).

Pio X (Ilustração 03), ao herdar de Leão XIII a fabulosa estrutura eclesiástica, cuidou de incrementar o seu funcionamento no mesmo diapasão tridentino-ultramontano. No ocaso do seu pontificado, Pio X, com quem D. Adauto privava verdadeira amizade, elevou a Diocese da Paraíba a Arquidiocese, conferindo-lhe dignidade de Igreja Metropolitana pela bula *Majus Catholique Religiones Incrementum* de 06 de fevereiro de 1914, constituindo D. Adauto seu primeiro Arcebispo (LIMA, 2007a).



Ilustração 03 - Papa Pio X (1903-1914))
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Mas, seria Pio XI (Ilustração 04), o arauto da educação ultramontana para assegurar o Sumo Bem às almas dos educandos e a paz à sociedade humana, impondo a necessidade de “educação católica para toda a juventude católica nas escolas católicas”. Na encíclica *Divini Illius Magistri*, sobre a educação da juventude cristã, delibera sobre um sistema católico de educação, dos programas de estudo aos materiais de ensino. Para ele, a educação pertence de modo super eminente à Igreja que “como sociedade perfeita tem direito aos meios para o seu fim, já porque todo o ensino, como toda a ação humana, tem necessária relação de dependência do fim último do homem, e por isso não pode subtrair-se às normas da lei divina, da qual a Igreja é guarda, intérprete e mestra infalível” (MARIN, 2004 p. 168). Como essência da educação católica, esta premissa foi adotada no Colégio Santa Rita impondo-se a obediência como meio e fim da educação.



Ilustração 04 - Papa Pio XI (1922-1939))
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Pio XI, condenou o naturalismo que invadia o campo da educação sexual, e, no delicadíssimo campo da honestidade dos costumes, em nome de uma instrução preventiva, desce a particularidades com o risco de em vez de extinguir o fogo, soprá-lo ou acendê-lo imprudentemente no coração simples e tenro da criança, quando bastará, em tempo oportuno alguma instrução individual, cercada de todas as precauções conhecidas na educação cristã

tradicional que “inoculam a virtude da castidade e fecham a entrada do vício” (MARIN, 2004 p. 190).

Na Carta Encíclica *Quas Primas* (1925), Pio XI, opondo-se ao liberalismo laicista, sublinhou a realeza de Cristo sobre o mundo, instituindo a sua festa para impulsionar a sociedade a voltar para o Salvador, pois, “quanto mais se passa com silêncio indigno o nome suavíssimo do nosso Redentor, nas reuniões internacionais e nos parlamentos, tanto mais alto se deve gritar e com maior publicidade se devem afirmar os direitos da sua dignidade real e seu poder” (MARIN, 2004 p. 62).

Em seu pontificado, a Igreja enfrentou processos por acusação de prática de catolicismo político contra o nazismo e exportação clandestina de dinheiro, além do desemprego imposto às congregações, ocasionado por “medidas administrativas hostis às ordens religiosas que arrancaram o bendito labor da sua vocação” (MARIN, 2004 p. 548) Pio XI confia aos superiores das comunidades religiosas a adoção de soluções cabíveis ao rechaçamento imposto à Igreja no Reich Germânico (Carta Encíclica *Mit Brennender Sorge*, 1937). O impacto desta carta, escrita em idioma alemão e enviada secretamente às paróquias para leitura simultânea na missa dominical em todas as igrejas alemãs, resultou em redobradas represálias ao clero e às congregações religiosas, inviabilizando a sua permanência na Alemanha, ensejando, inclusive, a vinda das franciscanas para o Colégio Santa Rita, em Areia.

2.2 IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

No cenário católico brasileiro, as determinações de Trento não haviam sido impostas com o rigor exercido na Europa, face ao regime de padroado¹⁷ e às idiossincrasias da Colônia: a Igreja mantinha relações amistosas com a maçonaria que tivera papel decisivo na luta pela independência e ocupava então importantes funções no governo; os bispos eram escolhidos pelo imperador, que exercendo o direito de *placet*, “jamais permitiu a divulgação das

¹⁷ Padroado é a outorga, pela Igreja de Roma, de certo grau de controle sobre uma Igreja local ou nacional, a um administrador civil, em apreço de seu zelo, dedicação e esforço para difundir a religião, permitindo-lhe nomear bispos, conferir benefícios eclesiásticos, conceder ou recusar o *placet* (validação aos decretos dos Concílios, às Letras Apostólicas e às Constituições Eclesiásticas que não se opusessem à Constituição Brasileira) aos documentos procedentes da Santa Sé. Pelo padroado, o rei, como chefe do Estado, passa a ter o direito “sagrado” de governar. Primordialmente, este direito fôra concedido pelo papa ao Rei D. Manoel, em 1534 (DIAS, 2008).

encíclicas papais no Brasil”; o clero brasileiro era uma categoria do funcionalismo imiscuída na política, e as igrejas eram espécies de fóruns públicos onde se realizavam as eleições; os padres desconsideravam, amiúde, o celibato, inclusive suscitando prole. Neste contexto tropical e multi-étnico, onde as devoções eram alimentadas por um sincretismo expresso mais pelos sentidos do que pela abstração espiritual desejada por Roma, as relações entre a Igreja e o Estado assumiram um caráter regalista que “configurava-se pela imbricação entre as duas instituições, a ponto de, em muitas atribuições públicas e religiosas, o Estado ser confundido com a Igreja, ou ser esta última entendida como um departamento do governo” (DIAS, 2008, p. 31).

Embora tais costumes houvessem sido tolerados pela Santa Sé no Período Colonial e no Primeiro Império, seriam diretamente confrontados pelas imposições ultramontanas a partir de meados do Segundo Império, precisamente no pontificado de Pio IX, o papa da romanização. Aliás, a convivência com a Igreja nunca fora perenemente consensual. A expulsão da Companhia de Jesus pelo marquês de Pombal em 1759, a recusa de Roma em aceitar o regalista Padre Antonio Maria de Moura como Bispo do Rio de Janeiro, em 1833, e o anticelibatário Padre Feijó como Bispo de Mariana, em 1835, são episódios que retratam dificuldades entre as instituições, cuja culminância foi a Questão Religiosa protagonizada pelo paraibano Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda entre 1872-1875, e Dom Antonio de Macedo da Costa, bispo do Pará no interregno 1860-1890, que seguindo a orientação de Pio IX, publicada no Breve *Quaque Doloris*, ao qual não fora dado o beneplácito do Imperador, expulsaram os maçons das irmandades católicas. Não sendo atendidos, interditaram-nas e foram, por isto, condenados a quatro anos de prisão (CARVALHO, 2007).

A preocupação de Dom Pedro II em nomear bispos competentes, diligenciando seus estudos na Europa, recaiu contra o próprio Império, pois de volta ao Brasil, os bispos, imbuídos dos princípios tridentinos e orientados pela encíclica *Quanta Cura* de Pio IX, não mais se consideravam meros funcionários do Estado, e opondo-se à política regalista do imperador, “indispuseram-se ao serviço do governo e buscaram uma postura eclesiástica que fosse condizente com a Santa Sé” (DIAS, 2008, p. 41).

A Questão Religiosa foi, portanto, um conflito entre o poder civil regalista e o poder religioso ultramontano, que teve seu cerne na incompatibilidade de ideologias e nas estratégias de ação entre as duas instituições: o Estado, que assumia gradualmente um posicionamento nacionalista liberal, concebendo a representação eclesial como uma instância

governamental e Roma como uma ameaça a sua soberania; e a Igreja que, imbuída de um ideal antiliberal, professava a universalidade do catolicismo por meio da comunhão com a Santa Sé. Mesmo havendo procurado formalmente a resolução do conflito junto ao governo brasileiro, a Santa Sé não recuou em sua posição: conforme Costa (1999, p. 330), o papa endereçou a Carta Encíclica *Exortae in Ista* aos bispos brasileiros, na qual reitera que todas as sociedades maçônicas “são proscritas e golpeadas pelas Constituições e pelas Condenações Apostólicas e que quantos desgraçadamente se inscreverem nas mesmas seitas incorrem por isso na mais grave excomunhão – providência reservada ao sumo pontífice” (Pio IX, papa. 1876).

A Reforma Ultramontana no Brasil partiu de Mariana, interior de Minas Gerais, com D. Antonio Ferreira Viçoso, e da Bahia, com D. Romualdo Seixas. Encontrou eco em São Paulo, com D. Antonio Joaquim de Melo, no Pará com D. Antonio de Macedo Costa e disseminou-se pelas regiões do Brasil, graças à capilaridade da estrutura eclesiástica montada por Leão XIII, a quem já nos referimos.

Os sacerdotes associados às devoções ultramontanas, como a Adoração à Eucaristia e a Adoração ao Sagrado Coração de Jesus, eram estrangeiros ou haviam frequentado as fontes ultramontanas européias. A piedade que professavam os tornavam suspeitos aos olhos da maioria dos homens brasileiros que os consideravam verdadeiros traidores de seu sexo (BARMAN, 2005). Usavam a batina, destacando-se dos clérigos brasileiros e conquistavam as mulheres para os cultos e para o confessionário, práticas que foram interpretadas como estratégias para influenciá-las, controlá-las e constituir uma rede de ação na Igreja, que era, então, um reduto masculino. A presença feminina nas igrejas e na intimidade do confessionário ofendia as convenções de gênero vigentes, porque usurpava um direito exclusivo dos pais e dos maridos. Ao purificar o culto das influências da cultura popular, o ultramontanismo substituiu uma religião sensorial e espontânea por uma religião espiritual e codificada, distanciada da índole brasileira e afastada das massas, costurando a aproximação Igreja-oligarquia que reconduziu gradualmente a Igreja ao Estado pela reciprocidade de interesses que nem mesmo as diatribes da Questão Religiosa conseguiram sepultar.

Com a criação do Partido Republicano, no ano 1870, em um contexto de mudanças econômicas, insatisfações políticas e expectativas sociais que a limitada estrutura do aparelho monárquico não dava conta de administrar, o ideal republicano tornou-se uma possibilidade real. O golpe militar que instituiu a República resultou de uma conjugação de fatores em

virtude dos quais a monarquia perdeu os pilares em que se apoiava: o exército, a aristocracia rural e a Igreja. Envolveu setores do exército descontentes com o trono, obteve a adesão de fazendeiros progressistas do Oeste Paulista que viam na República uma perspectiva de ampliarem seu poder, e conquistou representantes da burguesia que se afirmava nas áreas urbanas, em novos estilos de vida. Concorreram também a abolição do escravismo, a falência da elite agrária tradicional e a Questão Religiosa, o centralismo do imperador, a impopularidade do Conde D'Eu e a falta de apoio de grande parte da elite política e intelectual à Princesa Isabel. (CARVALHO, 2007; COSTA, 2007).

A Proclamação, em 1889, demarcou o fim do padroado com o corte dos privilégios ao clero, a instituição do casamento civil, a secularização dos cemitérios, a instituição do registro civil de nascimento e óbito, a plena liberdade de culto, a abolição do catolicismo como religião oficial, a laicização do ensino, a recusa de direitos eleitorais aos membros de ordens religiosas. Mas a ruptura entre Estado e Igreja, habilidosamente administrada, abriu espaços para que esta, desembaraçada das diretrizes administrativas e das intrigas do Estado, pudesse intensificar a Reforma Ultramontana ao gosto de Roma, valendo-se de estratégias favoráveis à sua gradual aproximação ao regime republicano, que passou a reconhecer seus serviços educacionais e sua feição urbana e elitizada como necessários à consolidação do progresso.

Com a extinção do Padroado, o fluxo hierárquico papa (Roma) - imperador (Estado) – bispos (dioceses) – clero (paróquias), no qual prevalecera a autonomia do Estado sobre a Igreja, foi substituído por uma nova ordem assentada na mentalidade romanizadora da instituição eclesial, seguindo o fluxo papa (Roma) – bispos (dioceses) – clero (paróquias) – leigos (comunidades), em que prevalecia a autonomia da Igreja. Nesta nova conjuntura, sob o pontificado de Leão XIII, o número de dioceses que, no Brasil, de 1551 até 1890 (339 anos) somava 38 dioceses, cresceu mais de 100% em apenas 40 anos (1890-1930), chegando a 80 dioceses (DIAS, 2008).¹⁸

Afiançado pela infalibilidade papal, estruturado pela estadualização do clero, sedimentado pelos dispositivos cúlticos universalizados, e assegurado pela qualidade dos serviços ofertados, o ultramontanismo esmagava a identidade nacional provocando contundente crítica:

¹⁸ Em 1551, fora implantada a Diocese de Salvador.

O ultramontanismo é, portanto, o mesmo que o papismo. D'onde é infalível o papa, toda a vez que proferir decisões, não só em questões de fé, como no domínio moral, acerca das relações da religião com a sociedade, da igreja com o Estado, e, até, das instituições nacionais. Requer cada uma dessas decisões em todos os catholicos uma submissão absoluta e sem reservas: cumpre-lhes respeital-as no fallar e no proceder. D'aqui vem que, aos olhos do ultramontranismo é completamente monarchico o poder do papa sobre a igreja, e não conhece, nem tolera limites. Cumpre que o papa seja soberano absoluto: fora delle, todos os demais ficam reduzidos a servos e mandatários seus, não sendo, em última analyse, mais que executores, mediatos ou immediatos, das ordens de quem a seu sabor póde limitar-lhes, ou retomar-lhes o poder (JANUS, 1930, p. 377).

Os grandes críticos da reforma ultramontana no Brasil pertenciam às camadas melhor informadas da população, sobretudo a elite liberal republicana e a maçonaria que compunham a cúpula do Estado laico, opondo-se ao primado do teocentrismo sobre a razão e à romanização sobre os nacionalismos culturais e devocionais que expressavam a identidade brasileira.

A oposição ideológica entre o catolicismo que tem como princípio a verdade transcendental e o ideal positivista-liberal, condenado pela Santa Sé, manteve o clero, pelo menos oficialmente, afastado do processo de constituição da República. Também não houve defesa em bloco à monarquia que o afrontara com a Questão Religiosa, mas os bispos apostavam num terceiro reinado, como oportunidade de ouro para ter no governo uma aliada incondicional de suas idéias, haja vista ser a Princesa Isabel fervorosa católica-ultramontana que, quando da Questão Religiosa, estando o imperador a enfrentar os bispos e o papa, correspondia-se com Pio IX pedindo a canonização de Anchieta, e merecera de Leão XIII, em 1888, a “Rosa de Ouro” pela assinatura da Lei Áurea, condecoração reservada aos chefes de Estado católicos, por atos de benemerência (BARMAN, 2005, p. 258; CARVALHO, 2007, p. 154-155).

Coube a D. Antonio de Macedo Costa, a partir de 1890, a condução da reforma ultramontana na República laica, visando fortalecer a Igreja interna e externamente para se relacionar com o Estado Republicano, a partir de cinco estratégias: a formação do clero, as cartas pastorais, a imprensa católica, as visitas pastorais e o envio de congregações religiosas femininas e masculinas para todas as regiões do Brasil. Estas, reforçavam a estrutura católica e purificavam as devoções de seus aspectos profanos, fanáticos e supersticiosos, marcando presença em diferentes campos de ação entre os quais um dos mais contemplados foi o da educação, que propiciou a reaproximação entre o Estado e Igreja: o Estado laico admitiu o ensino confessional e reconheceu oficialmente as escolas católicas que abriram espaços em

seus currículos para disseminar a educação cívica sintetizada no lema positivista “Ordem e Progresso” do Pavilhão Nacional (AZZI, 2006, p. 356, *apud* DIAS, 2008, p. 81).

Direta e indiretamente, as estratégias da reforma ultramontana confluíam para a Educação, “direito sobrenatural da Igreja desde sempre reconhecido pelas famílias, que mesmo pouco ou nada crentes, mandam e levam, aos milhões, os seus filhos aos institutos de educação fundados e dirigidos pela Igreja” (MARIN, 2004 p. 177). A Formação do Clero com base na ortodoxia romana forjava o perfil dos mestres para a docência e para a direção dos colégios; as Cartas Pastorais endossavam e difundiam o conteúdo das encíclicas avalizado pela infalibilidade, influenciando o clero, o poder público, os educadores e a população. A Boa Imprensa veiculava a defesa da Igreja aos ataques da imprensa anticlerical e indicava os conteúdos para lapidar o perfil intelectual e moral da juventude. As Visitas Pastorais fiscalizavam a conduta moral dos padres, garantiam materialmente a Igreja através do pagamento das espórtulas¹⁹ e orientavam os párocos na aplicação da educação cristã.

O amplo conhecimento elaborado pela Igreja tanto no purismo da fé quanto pela associação da fé com a razão ganharam sentido prático pela ação intervencionista da Igreja junto ao Estado, particularmente através do magistério eclesial. O controle exercido pela Igreja na formação das mentalidades, especialmente, a feminina, através do trabalho educativo foi uma das mais importantes intervenções ultramontanas, porque, concentrado na formação de educadoras, obteve formidável efeito multiplicador. No Brasil, a ação da Igreja através da educação feminina de caráter ultramontano teve seu incremento maior entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, concentrando seus investimentos nas elites, com oferta quantitativa e qualitativamente expressiva, implantada paralela e opostamente à Constituição de 1891. A vinda das irmãs franciscanas alemãs de Dillingen para o Colégio Santa Rita, em Areia ocorreu neste interregno, precisamente no ano de 1937.

2.3 ESPECIFICIDADES NA PARAÍBA

Até a última década do século XIX, a representação da Igreja na Paraíba era uma espécie de Vigararia, primitivamente, sufragânea da Diocese da Bahia e, posteriormente, da

¹⁹ Taxas recolhidas pela administração dos sacramentos, doações em dinheiro e em bens móveis e imóveis (LIMA, 2007a).

Diocese de Olinda que compreendia, além de Pernambuco, os Estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (TRINDADE, 2004). Só em 1892 foi criada a Diocese da Paraíba, pela bula *Ad Universas Orbis Ecclesias* do Papa Leão XIII, que recomendou explicitamente a **formação de sacerdotes e professores católicos**, apontando ao seu primeiro bispo, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques (Ilustração 05), a direção desejada por Roma para a Igreja paraibana. Com a instalação da Diocese, abriram-se os portais da Paraíba ao catolicismo ultramontano.



Ilustração 05 - D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques
Primeiro Bispo (1894-1914) e Primeiro Arcebispo da Paraíba (1914-1935)
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

D. Adauto nascera em 1855, no município de Brejo de Areia. Desasnado por sua genitora, preparado pelo professor José Berardo dos Santos Leal e pelo famoso latinista Joaquim da Silva, partiu em 1875, para o Seminário de São Sulpício em Issy, na França, o mesmo em que fora preparado o ultramontano D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que foi padrinho de D. Adauto quando, em 05 de março de 1876, recebeu o sacramento da confirmação em Paris, onde se achava o bispo de Olinda “repousando das fadigas consequentes à Questão Religiosa, no aconchego dos seus irmãos de hábito.” (LIMA, 2007a, p. 53).

Foi a conselho do padrinho que, em 1877, concluído o curso de Filosofia no Seminário de Issy, ingressou no Colégio Pio Latino-Americano de Roma²⁰ para cursar Teologia, e, em seguimento, doutorar-se em Direito Canônico na Universidade Gregoriana. Pelas mãos do mesmo D. Vital, Aduino recebeu, em Roma, a primeira tonsura²¹ e as quatro ordens menores, em outubro de 1877. Foi ordenado sacerdote em 18 de setembro de 1880, na Basílica de Nossa Senhora de Loreto, na cidade do mesmo nome, a trezentos quilômetros de Roma. Coroando sua formação, defendeu tese em Direito Canônico, em 18 de janeiro de 1882. Embarcou de volta ao Brasil no dia 11 de março de 1882. Partira em 1875 um brasileiro católico. Retornou católico-romano. Como disse seu biógrafo Cônego Lima (2007a, p. 58), **“não somente viveu em Roma, mas viveu Roma.”** (grifo nosso).

Tornou-se professor de Retórica e Eloquência Sagrada, de Francês, de Instituições Canônicas, de Religião e eventualmente, de História do Brasil, no Colégio Diocesano e no Seminário de Olinda, do qual foi também diretor espiritual. Paralelamente, foi capelão do Orfanato de Santa Tereza, na mesma cidade. Galgou suavemente a dignidade de Cônego em 1886, proposta pelo bispo de Olinda a D. Pedro II. Era *persona* grata à autoridade eclesial e ao Imperador, que concedeu o *placet* à justa pretensão, como rezava o direito do Padroado.

D. Aduino não lamentou o fim da monarquia, em cuja vigência iniciara-se no seminário e testemunhara o rescaldo da Questão Religiosa que atingiu a Igreja e seu padrinho, mas como fiel ultramontano não celebrava uma República positivista-liberal. Com a proclamação, instalaram-se na Paraíba as oligarquias²² venancista (1889-1891),²³ alvarista

²⁰ Fundado pelo padre chileno José Inácio Victor Ezaguirre, que sonhava com **um clero bem formado para os países americanos**, o que significava dizer: um clero formado nas diretrizes ultramontanas. O Pontifício Colégio Pio Latino-Americano de Roma mereceu especial carinho do papa Pio IX que o entregou aos cuidados da Companhia de Jesus, e para o qual doou livros de sua biblioteca pessoal, alfaías da Igreja e cousa notável, o paramento de sua primeira missa, feito do véu nupcial de sua venerada mãe. Adjudicou-lhe também o sítio “Villa Maffei”, onde foi depois construído o Pontifício Colégio Pio Brasileiro (Catalogus Pontificii Collegii Pii Latini Americam, anni 1932. “4ª editus” apud LIMA, 2007a, p. 72).

²¹ Cerimônia religiosa em que a autoridade eclesiástica faz o corte rente e circular do cabelo do ordinando, na parte mais alta e posterior da cabeça, conferindo-lhe o primeiro grau de clericalato. *Prima tonsura* (FERREIRA, 1990).

²² O cartel oligárquico tinha como base o município, onde os coronéis controlavam o Conselho Municipal e elegiam os deputados, pelos quais tinham acesso ao executivo, que dependente de sua influência para se manter no poder, concedia-lhes amplos poderes, começando pela responsabilidade de levar os eleitores às urnas, nas chamadas eleições a “bico-de-pena”. Por sua vez o presidente do Estado compunha obrigatoriamente com o presidente da República. Somente aos partidários era permitida a candidatura ao legislativo instituindo-se bancadas integralmente situacionistas para garantir a estabilidade do sistema (MELLO, 2007).

²³ Venâncio Neiva era juiz de direito em Catolé do Rocha. Irmão de dois coronéis que serviam diretamente ao Marechal Deodoro da Fonseca na capital federal tornou-se o primeiro presidente republicano da Província da Paraíba. Em seu governo, Areia se fez representar na pessoa de Coelho Lisboa, chefe de polícia da Província indicado pelo Presidente da República à revelia do governante. Após a renúncia do Marechal Deodoro, em dezembro de 1891, Venâncio foi deposto. Tornou-se juiz federal e depois senador. Faleceu em 1939 (ALMEIDA, 1980).

(1892-1915)²⁴ e epítacista (1916-1930).²⁵ Nossa diocese foi instalada na República alvarista. Indicado governador da Paraíba pelo presidente Floriano Peixoto, o major Álvaro Machado era conterrâneo e fora colega de D. Adauto em Areia. Organizou a Constituição Estadual de 1892, cujos constituintes eram integralmente seus partidários e instituiu o cargo de prefeito municipal²⁶, por ele indicado, com a duração do mandato indefinida. Esta providência assegurou o sistema de coronelismo por meio do qual o alvarismo fez cinco presidentes de Estado, com os quais o bispo privava estreita amizade.

Filho, sobrinho e irmão de senhores de engenho, criado na tradição das casas grandes ao entorno do Brejo de Areia, D. Adauto revelava a tẽmpera senhorial do pai coronel:

[...] sentia-se bem nas posições de relevo. Gostava de mandar e ser obedecido. Dificilmente sofria contradição de alguém aos seus pontos de vista muito pessoais. Era o seu tanto vaidoso, não desadorando ainda uma certa ironia mui sutil, uma certa mordacidade mui voltada na crítica [...]. Tinha sede de perfeição e por isso lutava sem trẽguas contra as tendências que punham obstáculo a essa perfeição (LIMA, 2007a, p. 63).

Do engenho, o mando e a operosidade; de Paris, a ilustração; de Roma, a ortodoxia consolidada na estreita relação com a Santa Sé, onde era reconhecido e respeitado. Com um decênio de prática docente (1882-1892) no Colégio-Seminário de Olinda, somado ao apostolado às menores em Santa Tereza, D. Adauto estava apto a assumir o episcopado, mas repeliu a proposta da Santa Sé para a diocese de Curitiba. Em julho de 1893, acatou efusivamente o convite para a diocese da Paraíba. Em 07 de janeiro de 1894, recebia na Capela do Colégio Pio Latino-Americano em Roma, pelo Cardeal Lúcio Parochi, a sagração como bispo. No mesmo dia da sagração, saiu a sua primeira Carta, a “Pastoral de Saudação” impressa em papel cetim na Tipografia Poliglota da Sagrada Congregação de Propaganda da Fé, da Santa Sé. Com seu temperamento aberto e expansivo, nunca ocultou a vaidade que sentia em haver sido o primeiro bispo (1894-1914) e o primeiro arcebispo da Paraíba (1914-

²⁴ O chefe da República alvarista foi o areense Álvaro Lopes Machado (1892-1896) que servia na Bahia como major do exército quando recebeu do Presidente Floriano Peixoto a determinação para governar a Paraíba. Seguiram-se Antonio Alfredo da Gama e Melo (1896-1900); José Peregrino de Carvalho (1900-1904); Álvaro Machado (1904-1905); Padre Walfredo Leal (1905-1908) e João Machado, irmão de Álvaro (1908-1912). Durante os vinte anos do alvarismo, a igreja foi amplamente beneficiada sob o episcopado de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques.

²⁵ Os governantes da oligarquia epítacista foram Antonio Pessoa (1915-1916), Camilo de Holanda (1917-1920), Solon de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930), que instalaram uma política de derrubadas sem precedentes na história republicana da Paraíba, condenado os adversários a duríssimo ostracismo (MELLO, 2002).

²⁶ Até então, o governo do município era exercido pelo presidente do Conselho Municipal.

1935) que, na crônica de Paulo Bougard de Magalhães, era, ainda, alijada dos conhecimentos europeus, assemelhando-se a um recinto fechado onde se confrontavam dois fanatismos: o fanatismo religioso da plebe cujas devoções distanciavam-se do projeto católico encomendado a D. Adauto, e o fanatismo anti-religioso que a maçonaria estava pronta para deflagrar (LIMA, 2007a).

Temperamento arrojado, personalidade rigorosamente treinada para vencer obstáculos, e vontade inquebrantável cultivada na fé, eram as armas do bispo para a árdua missão. Além das suas capacidades, teve sempre o apoio da presidência e/ou vice-presidência do Estado e do legislativo estadual e federal, cujos representantes, seus conterrâneos, eram ex-colegas, amigos, parentes, inclusive clérigos²⁷, vez que a elite areiense polarizou por décadas os destinos do Estado, revezando-se nas diversas instâncias do poder. A partir de 1930, com a subida de Vargas à presidência da República, tendo como principal executivo do governo no Nordeste o areiense José Américo de Almeida, a união entre a Igreja e o Estado paraibano atingiu seu ápice.

Mediante concessões, destinação de verbas, reconhecimento oficial e apoio à centralização das decisões do episcopado, o Estado favoreceu largamente a criação de seminários, a ampliação do patrimônio material da diocese, a fundação de colégios e a instalação de novas paróquias e dioceses, impulsionando a operacionalização da reforma ultramontana. Tal liberdade do poder eclesial sem o comprometimento das relações com o Estado era a situação ideal desejada por Roma que via a Paraíba como exemplo para as demais dioceses da federação. Sem dúvida, D. Adauto cumpriu exemplarmente as determinações de Leão XIII, erguendo não menos de dezesseis educandários, a maior parte deles destinada às classes favorecidas, imprimindo ao ensino um caráter europeu e sedimentando as identificações de gênero arquitetadas pelos homens para as mulheres (Quadro I). Nas escolas destinadas à população pobre, o ensino era ministrado por normalistas remuneradas pelo Estado. Para o Colégio Santa Rita de Areia, o governo comprometeu-se com a destinação de vinte contos de réis anuais, privilegiando o ensino particular destinado as elites, em detrimento da educação pública.

²⁷ Um dos clérigos de maior projeção e aliado do bispo foi o areiense Monsenhor Valfredo Leal, tio de Dr. José Américo de Almeida, que acolitara a primeira missa celebrada por D. Adauto em Loreto.

Quadro I - Educandários erigidos/reabilitados no episcopado de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques

Nº	Educandário	Localização	Ano	Congregação	Procedência	Destinação
01	Seminário Provincial	Paraíba/Capital	1894	Padres Seculares	Diocese/PB	Formação do clero
02	Colégio Diocesano Pio X	Paraíba/Capital	1894	Padres Seculares Assuncionistas/ Maristas	Diocese/PB e França (1927)	Educação masculina
03	Colégio Nossa Sra. das Neves ²⁸	Paraíba/Capital	1895	Damas do Coração Eucarístico/ Religiosas da Sagrada Família	França	Educação feminina
04	Seminário Ferial	Serra da Raiz/PB	1897	Padres Seculares	Diocese/PB	Formação do clero
05	Colégio Santa Luzia	Mossoró/RN	1901	Padre Seculares	Diocese/PB	Educação feminina
06	Colégio Imaculada Conceição	Natal/RN	1902	Irmãs Dorothéas	Gênova/Itália	Educação feminina
07	Colégio Santo Antonio	Natal/RN	1903	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação masculina
08	Colégio Padre Rolim ²⁹	Cajazeiras/PB	1903	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação masculina
09	Colégio São José	Paraíba/Capital (Convento do Carmo	1905	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação de meninos pobres.
10	Aula Primária São José	Paraíba/Capital (Salão da Ordem 3ª São Francisco)	1910	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação de meninos pobres
11	Escola Santa Inês	Paraíba/Capital (Igreja Mãe dos Homens)	1910	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação de meninas pobres
12	Colégio Santa Rita	Areia /PB	1911	Irmãs da Sagrada Família	França	Educação feminina
13	Colégio Nossa Sra. do Rosário	Alagoa Grande/PB	1918	Irmãs Dorothéas	Gênova/Itália	Educação feminina
14	Colégio Santa Dorothéa	Bananeiras/PB	1918	Irmãs Dorothéas	Gênova/Itália	Educação feminina
15	Colégio das Damas Cristãs	Campina Grande/PB	1932	Damas da Instrução Cristã	Liège /Bélgica	Educação feminina
16	Colégio Pio XI	Campina Grande/PB	1932	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação masculina

²⁸ A fundação do Colégio das Neves remonta a 1858, por Henrique de Beaurepaire Rohan, mas suas atividades foram suspensas em 1860 por Luiz Antonio da Silva Nunes, então presidente da Província da Paraíba do Norte (MELLO, 2002, p. 117).

²⁹ A pedra fundamental do Colégio foi colocada em 1843 na Fazenda Cajazeiras, propriedade da família Rolim, em torno da qual se constituiu o Município do mesmo nome, cuja fundação é atribuída ao Padre Rolim em 1863 (GOUVÊA, 2007).

Aos olhos de Roma, o episcopado de D. Adauto era o resultado da operosidade da personalidade invulgar do apóstolo, do mestre, do diretor de almas, do administrador temporal dotado de zelo e cultura, conhecimento dos homens e equilíbrio financeiro, atividade e clarividência, profundo senso prático e invejáveis dotes de economista. Aos olhos da maçonaria, opostamente, D. Adauto era um grande capitalista, um rico latifundiário, um financista hábil que mal disfarçava sua avidez de ouro, no comando de uma diocese que não prestava homenagem a Jesus, mas a Roma (LIMA, 2007a).

Por longos anos do seu episcopado, enfrentaria a diocese duríssima campanha anticlerical encabeçada pela maçonaria, que se iniciou com a regulamentação dos Conselhos das fábricas³⁰ e das irmandades, em 1895, e com a recristianização da Festa das Neves, mediante portaria de 04 de março de 1889, que restringia a participação em comissões de festas religiosas aos verdadeiros católicos, obedientes às prescrições da autoridade diocesana, para evitar a aplicação das ofertas em pompas externas e em profanos lusismos, que desabonavam a Igreja segundo o critério ultramontano.

Na Paraíba, a reforma ultramontana cumpriu rigorosamente a estratégia de ação adotada em nível nacional, pautada nos documentos, Pontos da Reforma da Igreja no Brasil (1890) e nas orientações que emanaram do Concílio Plenário Latino-Americano (1899), atualizando-se na comunhão com a Santa Sé: o papa, como intérprete de Deus; os bispos, como representantes fiéis do papa; o clero, como executor cordato; e os leigos, como filhos obedientes. O mecanismo disciplinar que constituía o eixo desta estrutura rigidamente hierarquizada era transmutado em um sentimento de paternidade, cuja submissão era esperada como consequência natural ante a incontestabilidade do desígnio divino.

Como primeiro item da reforma, a **formação do clero** na Paraíba primava pelo alto ensinamento da doutrina católica segundo as prescrições de Trento contra as ideologias modernas mantendo-se no seminário rigorosíssima rotina de estudo e de conduta, com graves penas disciplinares para os que se desviassem. Para impedir o desvio das vocações, D. Adauto instituiu o Seminário Ferial, onde os seminaristas no recesso das aulas eram instruídos pelo próprio bispo. Paralelamente ao seminário, a obra educacional da diocese da Paraíba para os leigos através das **congregações estrangeiras** passou a ser uma estratégia considerável do ponto de vista da estruturação da Igreja na Paraíba, uma vez que atuava na formação dos

³⁰ Na linguagem canônica, fábrica é o capital constituído pelas rendas aplicáveis às despesas de culto, conservação e manutenção das igrejas (Enciclopédia e Dicionário Internacional W.M.Jackson. Inc Editores. Rio de Janeiro, p. 4506, *apud* LIMA, 2007a, p. 193).

quadros da própria Igreja – seminaristas – na formação das normalistas, para educarem cristãmente os filhos na nação, e na formação de intelectuais católicos que pudessem atuar no campo da política e na sociedade local. Neste ponto da Reforma Ultramontana, a cidade de Areia foi privilegiada, recebendo duas congregações estrangeiras para o Colégio Santa Rita: em 1911, as irmãs francesas da Sagrada Família; em 1937, as irmãs franciscanas alemãs.

Destacou-se a Diocese da Paraíba no cumprimento do programa de implantação do catolicismo romano explorando proficientemente outro ponto da Reforma: a **Imprensa Católica**³¹, com o objetivo de divulgar a doutrina cristã em sintonia com as orientações de Roma, preservar os bons costumes e a fé católica e defender a Igreja paraibana dos seus inimigos, representados, sobretudo, pela maçonaria que contava com o Jornal “O Comércio”, cujos articulistas eram seguidores da Organização. Foi a imprensa, tema da carta pastoral “Do Nosso Dever para com a Imprensa”, publicada por D. Adauto em 1918. Como veículo de informação, doutrinação, instrução e lazer a boa imprensa foi amplamente explorada na educação, pois a direção das escolas adotava o material didático permitido pela igreja, originário em geral, de editoras católicas. No Colégio Santa Rita esta orientação seria firmemente acatada, adotando-se principalmente, o material didático produzido pela Marista FTD³².

As **Visitas Pastorais**, além de grandes empreendimentos de expansão da doutrina cristã pelo caráter catequético e litúrgico marcado por numerosas práticas sacramentais, constituíam mecanismos administrativo-burocráticos pelas funções de fiscalização da atuação do pároco e de sustentação material da Igreja. Nestas ocasiões de ajustamento da paróquia às diretrizes episcopais e de congraçamento espiritual das famílias cristãs, a palavra autorizada do bispo dinamizava as comunidades e favorecia conclaves políticos, beneficiando mutuamente a Igreja e o poder civil.

Item dos mais fecundos da reforma ultramontana na Paraíba foi a obra escrita de D. Adauto, que soma trinta e nove **Cartas Pastorais**³³ de reconhecida proficiência doutrinal e conteúdo marcadamente político, a três das quais nos referiremos brevemente. A primeira, “Deus e a Pátria” (1909), foi matéria no “Jornal do Brasil” e em “O País” que exaltaram o ardor combativo do prelado contra a “Constituição atéia, razão de todos os males da

³¹ São exemplos de jornais católicos da época: “A Imprensa”, “Boletim Eclesiástico”, “A Voz da Mocidade” e “A Verdade” (LIMA, 2007a).

³² Iniciais de Frere Theophane Durand que, em 1883 assumiu a direção da congregação dos irmãos Maristas, e impulsionou a publicação de obras educativas pela irmandade, que foi fundada em 1817 por Marcelino Champagnat, beatificado em 1955 e canonizado em 18 de abril de 1999, pelo Papa João Paulo II.

³³ As Cartas Pastorais citadas neste trabalho foram obtidas no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

República Brasileira”. Na Carta, o bispo repudia a apostasia e o indiferentismo reinantes na sociedade, lastima o envolvimento da Pátria nas trevas da maçonaria francesa, convoca o Exército, a Marinha e o povo brasileiro a exterminarem as misérias que se alastram no solo pátrio (HENRIQUES, bispo, 1909). Referindo-se à Carta, o cardeal Merry Del Val, secretário de Estado de Sua Santidade, menciona que ao Papa Pio X “foi sobremodo grato o zelo e a submissão que nela brilham para com a Santa Sé Apostólica, e formula ardentes votos para que todos os bispos do Brasil trabalhem vigorosamente na promoção e na defesa da causa católica” (LIMA, 2007a, p. 284).

D. Adauto não perdia ocasião para reafirmar o conteúdo da Carta “Deus e a Pátria”, doutrinando as autoridades e deplorando o divórcio que os constituintes haviam instituído, em 1891, entre a sociedade brasileira e o Criador, ao repudiarem a Cristo e à Igreja, “santificadora das nações”. Exemplo claro foi a reposição do Crucifixo no Tribunal do Júri, em primeiro de novembro de 1915, paraninfado por cinquenta ilustres cidadãos, de coronéis a desembargadores. O juiz de direito da 1ª Vara, revestido de beca, recebeu a imagem e D. Adauto ocupou o lugar de honra no Tribunal. José Américo de Almeida³⁴, então Procurador Geral do Estado, pronunciou discurso “belíssimo na forma, profundo nos conceitos, o qual mereceu os mais calorosos aplausos”. Ecoando em Roma, seu pronunciamento “cheio de fé e de doutrina” causou magnífica impressão a Pio X, pelo que, “querendo Sua Santidade dar ao mesmo um atestado de sua paternal benevolência, se dignava enviar-lhe um diploma com a benção apostólica autografada.” (D. José Aversa, Núncio Apostólico, *apud* LIMA, 2007a, p. 367).

Ao ensejo da Segunda República, a Carta “Deus e a Pátria” foi reeditada no Rio de Janeiro pelo Cônego Melo Lula, tendo sido considerada “adequadíssima ao momento que então atravessava o Brasil”. Seu autor aspirava nada menos que a substituição do lema “Ordem e Progresso”, do Pavilhão Nacional pelo lema “Deus e a Pátria”. Para tanto, com a solidariedade de José Américo, enviou telegrama de felicitações pela vitória de Getúlio Vargas, a quem encareceu, em momento oportuno, a troca da legenda na Bandeira (LIMA, 2007b, p. 488-489).

A Segunda Carta Pastoral de D. Adauto que encontra pertinência a este trabalho, “Propagação da Fé e Instrução Religiosa” (1930), trata da fé como excelsa virtude, sem a qual

³⁴ O Dr. José Américo de Almeida era conterrâneo, afilhado de D. Adauto, e ex-seminarista. No ano anterior ao episódio que acima registramos, D. Adauto celebrara, “com a máxima solenidade, seu matrimônio com Dona Alice de Azevedo Melo. José Américo era também redator-secretário e articulista de “a Imprensa” com a coluna “Vespertina” em que abordava questões de ordem social e moral do seu tempo (LIMA, 2007a, p. 335-336).

é impossível a vida eterna, pois “quem não crê, será condenado” (Mc. 16, 26), e convoca as forças católicas para o apostolado: “ide e ensinai a todos os povos” (Mt. 28,9), combatendo o ateísmo e o indiferentismo que promovem as paixões desordenadas, a desobediência, a rebelião contra as leis e as autoridades, o relaxamento dos vínculos domésticos, a discórdia na família, a desordem na sociedade e o desmantelamento do Estado pelos levantes à ordem pública. Para doutrinar os fiéis, a diocese valeu-se da família e da escola, onde a obediência aos pais e aos mestres eram os primeiros e decisivos passos para a submissão em níveis posteriores (HENRIQUES, bispo, 1930).

Na Paraíba, a Igreja não lamentou o final da Primeira República. A diocese apoiou a chapa liberal Getúlio Vargas - João Pessoa, rejubilou-se com a Revolução de 1930, e deu-lhe franco apoio na esperança de sepultar os quarenta anos de apostasia do Estado brasileiro. Sua luta não seria inglória. Vitoriosa a Revolução, D. Adauto deslocou-se ao Rio de Janeiro para pleitear o reconhecimento oficial dos direitos de Deus na República pela condução da sociedade através do ensino religioso nas escolas oficiais e oficializadas e pelo reconhecimento oficial do casamento religioso (LIMA, 2007b).

Na terceira Carta Pastoral que alude à educação, “Das vantagens do Ensino Religioso” (1932), D. Adauto convoca pais e mães a plantarem no coração dos filhos, com o auxílio do pároco e dos catequistas,

uma fé cujas luzes suplantem as trevas do passado e cuja docilidade submeta o orgulho do espírito humano; [...] uma pureza de costumes que escape ao contágio do mundo corrompido e corruptor e que subjuguem a violência dos sentidos, formando desde a infância uma alma superior aos objetos sensíveis, um coração que domine as paixões, uma coragem que só tema o pecado e um espírito que estime a virtude (HENRIQUES, 1932, p. 7-8).

Para tanto, conclama os diretores e professores das escolas públicas que, sendo católicos, estão incluídos na grande obra salvadora da moral, alicerce de uma sociedade justa e fraterna.

Em seu apostolado de quarenta e dois anos à frente da diocese, D. Adauto, municiado da infalibilidade reportada ao papa, que favorecia aos bispos, como seus representantes imediatos, impôs sua autoridade de forma invejável. Particularmente por meio de suas cartas, estabeleceu uma base ideológica que, no imaginário dos católicos, era aceita como natural, afiançando-lhe a prerrogativa de orientar o seu rebanho no âmbito da religião, da moral e, inclusive, da política (DIAS, 2008).

Aos setenta e sete anos, D. Adauto solicitou da Santa Sé a nomeação de um arcebispo coadjutor. O escolhido foi o seminarista modelo, o padre edificante e o bispo apostólico a quem ele conferira desde a primeira tonsura até a sagração episcopal. Tratava-se do cajazeirense D. Moisés Sisenando Ferreira Coelho (Ilustração 06).



Ilustração 06 - D. Moisés Sisenando Ferreira Coelho
Segundo Arcebispo da Paraíba (1935-1959)
Fonte: Tavares, 1997

Sua posse como coadjutor ocorreu na Catedral de Nossa Senhora das Neves, em 29 de junho de 1932, bem ao estilo de D. Adauto, prestigiada por todas as autoridades locais, pelo chanceler da Igreja Romana Frei André Cardeal Fruhwirth, e por numerosa multidão (LIMA, 2007b).

D. Moisés ordenara-se padre a 01 de novembro de 1901. Como seu mestre, tornou-se educador, ensinando latinidade, liturgia, teologia pastoral e direito canônico e foi diretor espiritual no Seminário Diocesano onde estudara. Ocupou o segundo lugar entre os dez padres que compunham o cabido Diocesano, colegiado de conselheiros do bispo, implantado em 1905. Em 1907, assumiu a direção do Colégio Diocesano Pio X. Em 1908, regeu a paróquia de Cajazeiras. Em 1909, retornou às funções no seminário de onde só sairia para o episcopado em sua terra natal designado pela Bula Papal “*Magis Catholicae Religiones Incrementum*”, de 16 de novembro de 1914. Constituído coadjutor de D. Adauto com direito a sucessão, pelo

Breve do papa Pio XI, datado de 22 de fevereiro de 1932, dedicou especial atenção à educação, tornando-se, em 1934, Presidente do Conselho Regional de Educação Católica. (LIMA, 2007b).

Com a morte de D. Aduino, em 15 de agosto de 1935, D. Moisés tornou-se o segundo arcebispo da Paraíba, até a sua morte, em 18 de abril de 1959, aos oitenta e dois anos de idade. Elegendo como prioridade a juventude, dinamizou as instituições educacionais já existentes e articulou a vinda de novas congregações para atuarem nas obras erigidas por seu antecessor ou em empreendimentos por ele fundados. Sob seus auspícios a população paraibana teve a seu serviço as instituições educacionais elencadas no Quadro II, que apresentamos a seguir:

Quadro II – Educandários erigidos/reabilitados no episcopado de D. Moisés Sisenando Ferreira Coelho.

Nº	Educandário	Localização	Ano	Congregação	Procedência	Destinação
01	Colégio Padre Rolim ³⁵	Cajazeiras	1927	Padre Secular	Paraíba	Educação masculina
02	Escola Normal Nossa Sra. de Lourdes	Cajazeiras/PB	1928	Irmãs de Sta. Dorothea	Gênova/Itália	Educação feminina
03	Colégio Nossa Sra. da Luz	Guarabira/PB	1936	Irmãs dos Pobres de Sta. Catarina	Sena/Itália	Educação feminina
04	Colégio Santa Rita	Areia/PB	1937	Irmãs Franciscanas de Dillingen	Alemanha	Educação feminina
05	Colégio Francisca Mendes	Catolé do Rocha/PB	1939	Irmãs Franciscanas de Dillingen	Alemanha	Educação feminina
06	Colégio Nossa Sra. de Lourdes	João Pessoa/PB	1940	Irmãs Lourdinas	França	Educação feminina
07	Ginásio N. Sra. de Lourdes	Monteiro/PB	1944	Irmãs Lourdinas	França	Educação feminina
08	Escola Superior de Serviço Social	João Pessoa/PB	1952	Irmãs de Jesus Crucificado	Campinas/SP	Educação feminina
09	Colégio Pio X	João Pessoa/PB	1953	Irmãos Maristas	França	Educação masculina
10	Curso São José	João Pessoa/PB	1953	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação masculina
11	Colégio N. Sra. da Conceição	Itabaiana/PB	1953	Irmãs Pobres de Sta. Catarina	Sena/Itália	Educação feminina
12	Escola Doméstica	João Pessoa/PB	1954	Irmãs de Jesus Crucificado	Campinas/SP	Educação feminina
13	Escola de Formação Familiar Casa do Calvário	João Pessoa/PB	1954	Irmãs de Jesus Crucificado	Campinas/SP	Educação feminina
14	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras	João Pessoa/PB	1954	Irmãs Lourdinas	França	Educação feminina
15	Casa da Imaculada Conceição (domésticas)	João Pessoa/PB	1954	Irmãs de Jesus Crucificado	Campinas/PB	Profissionalização feminina
16	Colégio Arquidiocesano Pio XII	João Pessoa/PB	1959	Padres Seculares	Diocese/PB	Educação masculina

Fontes: Anuario dos Religiosos do Brasil (1958); TAVARES, (1997)

³⁵ O Colégio Arquidiocesano Pio XII fundado já no ocaso do episcopado de D. Moisés, mereceu especial empenho do seu bispo auxiliar D. Manoel Pereira.

Nas áreas da saúde e do serviço social, D. Moisés viabilizou a vinda das Irmãs de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor para atuarem no asilo do Bom Pastor e no Centro de Reeducação Feminina; das Salesianas que se encarregaram da Casa de Saúde Frei Martinho e das Vicentinas para prestarem serviço na Maternidade Cândida Vargas e no Hospital São Vicente de Paula. Somam-se ainda, ao seu conjunto de obras sociais, a instituição dos Círculos Operários com a criação da Federação Estadual dos Operários e o incremento à obra social do clero sob sua direção, tanto na capital como no interior do Estado, com destaque para as obras do cônego Ruy Vieira, pároco de Areia. A opção pelos humildes conferiu ao seu episcopado um caráter diferenciado em relação ao seu antecessor.

Em síntese, podemos afirmar que, na Paraíba, a instalação da República (1889), de extinção do padroado (1890) e de expansão da estrutura eclesial, com a criação da diocese (1892), viabilizaram a incorporação da ortodoxia romana centralizada no episcopado de D. Adauto (1892-1934), e sua continuidade com o episcopado de D. Moisés (1935-1959), preparado por D. Adauto em todos os estágios de sua vida religiosa para consolidar a reforma ultramontana no território paraibano.

2.4 REPRESENTATIVIDADE EM AREIA

Antes mesmo de conquistar sua emancipação política que se daria em 1815, Areia alcançou sua emancipação eclesiástica, quando, desmembrada da freguesia de Mamanguape, tornou-se, em 1813, a mais nova paróquia da diocese de Olinda, tendo como primeiro vigário o português frei João de Santa Tereza e, sequencialmente, os padres Antonio José de Brito e José Gonçalves de Medeiros. Precocemente, a nova paróquia recebeu as influências de Roma, através do seu quarto vigário, Manoel Cassiano da Costa Pereira que, antecedendo-se a D. Adauto, foi o primeiro areiense a se formar em curso superior em Roma, e no ano de 1821 rezou sua primeira missa na terra natal.

No paroquiato do padre Francisco de Holanda Chacon (1834-1886), seu coadjutor Padre Joel Esdras Lins Filho, implantou a devoção a Santa Rita, seguido pelo Pe. Sebastião Bastos que atuou de 1886-1888. O ministério de Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque (1888-1912) foi, em parte, coetâneo ao episcopado de D. Adauto. Destacando-se dos vigários de então, acomodados na sacristia e no batistério de suas matrizes, Benvindo mereceu o maior respeito e acatamento do seu bispo, pois morreu pugnando pela elevação cultural e pela

moralização dos costumes dos seus paroquianos, nos moldes ultramontanos. Foi ele o responsável imediato pela ereção da matriz de Nossa Senhora da Conceição e da capela de Santa Rita no colégio do mesmo nome, para o qual diligenciou a vinda das irmãs da congregação francesa da Sagrada Família.

Seu sobrinho e sucessor Francisco Coelho de Albuquerque foi igualmente operoso em dois paróquias (1912-1925 e 1929-1933), intercalados pela gestão do padre Emiliano de Cristo (1925-1928). Em seguida, assumiu a paróquia o padre João Coutinho (1933-1937), um dos responsáveis pela reforma do Colégio Santa Rita e pela vinda das irmãs franciscanas de Dillingen, em substituição às irmãs francesas da Sagrada Família que, não obtendo no Colégio Santa Rita o apoio e o sucesso alcançados por suas co-irmãs do Colégio Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa, deixaram Areia em 1920, sendo redistribuídas para outras casas da congregação.

Sucedendo ao padre Antonio Costa (1937-1940) destacou-se o padre Francisco Gomes de Lima (1941-1948), que fora preparado por D. Adauto e assumira a função de seu secretário particular. À frente da paróquia de Areia, o padre Lima (Ilustração 07) acumulou as funções de diretor e professor no Colégio Santa Rita, vindo depois a consagrar-se como expoente da historiografia eclesial paraibana.



Ilustração 07 - Pe. Francisco Gomes de Lima
Pároco de Areia, professor e Diretor do Colégio Santa Rita (1942-1948)
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

No interregno 1948-1949, revesaram-se o Monsenhor João Antonio de Melo, vigário de Esperança, e frades franciscanos, que entregaram, em outubro de 1949, a paróquia ao padre Ruy Barreira Vieira, arquiteto de uma rede educacional, cultural e social nas zonas rural e urbana do município, e autor de sólido trabalho como professor em quatro instituições educacionais na cidade de Areia (TORRES, 1990).

Dos párocos acima mencionados, todos os que sucederam ao padre Sebastião Bastos, incluindo coadjutores e capelães, estiveram sob o comando de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques e de D. Moisés Coelho, responsáveis diretos pela implementação e consolidação do catolicismo ultramontano na Paraíba. A paróquia de Areia foi, por muitos anos, o epicentro do episcopado de D. Adauto, que se empenhou para tornar frutuoso o múnus de pastor em sua terra natal.

Inspirado no exemplo de D. Antonio de Macedo Costa, que liderava a Reforma Ultramontana no Brasil, o cônego Adauto reuniu privativamente os onze sacerdotes presentes na cidade de Areia por ocasião da festa da padroeira em dezembro de 1890, para discutirem a posição da Igreja no novo regime republicano. O conclave foi censurado pelo jornal areense “A Verdade”, (número de 11 de dezembro de 1890), que alertou ficassem os padres convencidos de que os fins puros, como devem ser, e são os da religião do Nazareno, não se resolvem em conciliábulos, e sim no lugar público como deu exemplo o mártir sublime do Calvário. Foi dirigida a D. Adauto, e teve lugar em sua terra natal, a primeira das muitas reações hostis ao centralismo da Igreja paraibana. Todavia, esta hostilidade não chegou a obstacular a reforma ultramontana em Areia, município paraibano onde se observou mais claramente o consórcio entre a representação eclesial e a elite política, favorecendo as pretensões de Roma e o cumprimento da função pedagógica de manutenção da ordem e correção dos costumes desejada pelo Estado.

Quando da visita do núncio apostólico D. Júlio Tonti à Paraíba, em 1906, Areia, como berço dos estadistas paraibanos, acolheu com quatro dias de festa a comitiva de quatrocentos cavaleiros que subiram a Borborema acompanhando o diplomata pontifício. A representatividade do município era tal que o presidente do Estado (Monsenhor Walfredo Leal), os representantes nas Câmaras estadual (Coelho Lisboa), Federal (Simeão Leal) e no Senado (Álvaro Machado) representavam Areia, assim como o arcebispo (D. Adauto). Todos compunham a comitiva montada, recebida no topo da serra pelo vigário (Odilon Benvindo) também filho de Areia (LIMA, 2007a).

Pela identificação de afinidades entre a elite política e religiosa de então, forjada a partir de vínculos de nascimento e de escolarização e consolidada na mentalidade oligárquica que era marca da cultura política no Estado e particularmente no município, as estratégias expansionistas ultramontanas atingiram seu ponto ótimo em Areia, em uma convergência de propósitos acolhidos pelos senhores de engenho e pelas famílias tradicionais saudosistas de um passado aristocrático que distinguira o município no contexto político e cultural paraibano.

A ação ultramontana encetada por D. Adauto, especialmente na paróquia de Areia, patenteou-se através de múltiplos mecanismos, sempre que possível atuando ele mesmo, como zeloso pastor, em sua terra natal. Durante dez anos pregou os “Sermões da Imaculada” por ocasião da festa da padroeira, em elaboradas prédicas, ao estilo da retórica agostiniana, que conforme seu biógrafo Cônego Lima (2007a), eram revelações do seu espírito construído nos lastros da verdade que adquiriu e solidificou em Roma. Igualmente digna de nota foi a série de conferências que, apontando o catolicismo como único caminho para imprimir significado à vida e alcançar a vitória sobre a morte, empreendeu contra o espiritismo, cujos luminares eram em Areia, relativamente destacados, contando com bacharéis, professores, jornalistas e funcionários públicos.

Consoante com o caráter clerical da reforma ultramontana segundo o qual somente ao clero competia gerir os negócios eclesiais, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi, em Areia, praticamente desativada, porque administrada pela irmandade do Rosário. Esta “deposição dos leigos” foi adotada na Paraíba, com tal rigor, que no episcopado de D. Adauto foram demolidas na capital as Igrejas “Mãe dos Homens”, “das Mercês” e “do Rosário dos Pretos”, justamente as que eram geridas por irmandades, suscitando reclamações à Santa Sé contra o centralismo do Arcebispo (LIMA, 2007b).

No episcopado de D. Moisés, menos afeito às questões políticas e mais voltado para a obra evangelizadora, observou-se extraordinária ampliação do ministério católico através da Ação Católica, da obra catequética, das missões, da obra das Vocações Sacerdotais, das Semanas Eucarísticas, da interiorização da imprensa católica, da ereção de capelas nos distritos e municípios e das obras sociais implantadas nas paróquias (TAVARES, 1997; TRINDADE, 2004).

Quanto à formação da juventude feminina, em princípio de inspiração francesa (1911-1919), e de inspiração alemã, a partir de 1937, respectivamente pelas irmãs da Sagrada Família e Franciscanas de Dillingen, reverberou na preparação das senhoritas para atuarem no

espaço social que a República lhes reservava, em tríplice efeito: como esposas, como mães e como educadoras dos filhos da nação. Para a contraparte masculina, o Ginásio Coelho Lisboa, dirigido pelo padre coadjutor Letício de Azevedo Costa, funcionava em regime de internato e externato, no caráter cívico-religioso então exigido.

Mas não se limitava aos educandários católicos a atuação da Igreja em Areia. Também o Ginásio Estadual e a Escola de Agronomia, primeira instituição superior do Estado depois do Seminário Diocesano³⁶ em João Pessoa, receberam os efeitos da ação paroquial pela atividade docente e de extensão do padre Ruy Barreira Vieira. Quanto às classes populares, eram atendidas com o ensino religioso no Grupo Escolar Álvaro Machado e nas escolas paroquiais.

A solidez da estrutura eclesiástica ultramontana fez perdurar a influência ideológica e cultural do catolicismo, de sorte que Areia foi, talvez, o município paraibano mais fortemente impactado com o esgotamento do modelo de educação católica. O laicismo e a invasão da cultura de massa tiveram efeito de avalanche na vida cultural da cidade, com a mudança radical dos valores e dos costumes até então adotados. É pela resistência heróica das franciscanas, em sua quase totalidade brasileiras, que funciona, atualmente, no Colégio Santa Rita o ensino fundamental, no sistema de co-educação para menos de trezentos alunos. Após vários anos sendo custeado pela Alemanha, o Curso Colegial Normal foi extinto em 2004.

2.5 INGERÊNCIAS NA EDUCAÇÃO FEMININA

A condição feminina no Brasil Colônia e no Brasil-Império tem sido contemplada em importantes estudos³⁷ a partir dos quais podemos reunir traços que remetem a uma identidade comum: de modo geral, a mulher deveria preservar sua virgindade como selo de pertença exclusiva ao marido, submetia-se a múltiplas gravidezes, convivia com elevado risco de morte

³⁶ O Seminário Diocesano da Paraíba foi fundado por D. Adauto em 04 de março de 1894, dia em que foi entronizado como primeiro Bispo da Paraíba. Instalado no dia 02 de abril, no palacete episcopal, nas Trincheiras, com **14 alunos do curso superior**, teve como primeiro reitor, o padre Sabino Coelho (TRNDADE, 2004; LIMA, 2007a, grifo nosso). As tentativas anteriores de instalação do ensino superior na Paraíba resultaram infrutíferas. A primeira, em 1823, pelo deputado geral paraibano Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. A segunda, pelo professor areiense Joaquim da Silva que pleiteou a instalação de um Instituto Jurídico na cidade da Paraíba. Após a instalação do Seminário Diocesano, duas novas tentativas de instalação de cursos superiores fracassaram: a Universidade Popular, em 1913 e o Curso de Agrimensura, fundado por Castro Pinto e extinto pelo governador João Pessoa em 1929, por falta de demanda. Tal distinção caberia a Areia, pelo empenho de seu filho José Américo de Almeida, com a implantação da Escola de Agronomia do Nordeste, em 1937, reconhecida pelo Decreto Federal número 5.347, de 06 de março de 1940 (CASTELO BRANCO, 2005).

³⁷ São exemplos clássicos os trabalhos de Muraro (1993), Del Priore (1997), Parker (2000), Del Priore (2005), Freire (2006).

por parto, era excluída do processo instrucional e do trabalho na esfera pública, era discriminada pela ciência e pela lei. Nestas condições, estava subordinada ao homem em um sistema de regras que lhe negava amparo em caso de violência doméstica e sexual e condenava-a em caso de adultério, atribuindo a posse dos filhos ao homem; vetava-lhe os direitos políticos e o controle sobre seus bens.

Mudanças neste quadro começaram a se esboçar com a penetração das concepções iluministas, pela ênfase ao primado da razão sobre os costumes e afirmação da igualdade de direitos a todos os indivíduos; e com a instalação do capitalismo, pela gradual inclusão da mulher no mercado de trabalho, influenciando a constituição de uma nova mentalidade e de novos estilos de vida. Entretanto, no Brasil, e particularmente no Nordeste, o modo pelo qual tais influências afetaram a condição feminina foi lento, desigualmente distribuído e fortemente obstaculado em face da arraigada consciência patriarcal e da condição de classe social, marcadora de experiências e aspirações díspares entre as mulheres escrava, livre pobre e de elite, em particular, no que respeita ao acesso à instrução (PINSKY; BASSANEZI, 2005; COSTA, 2007).

Ao final do século XIX, constatava-se a projeção feminina em extratos da classe favorecida através de sua inserção no universo escolar³⁸, da participação em movimentos sociais³⁹, da produção de uma literatura feita por mulheres⁴⁰, cuja notoriedade começava a ser reconhecida, mas a maioria absoluta continuava confinada no lar e submetida ao mando do marido. Mesmo aquelas que tinham acesso à instrução na Europa, e pugnavam os ideais feministas, debatiam-se não apenas contra a cultura patriarcal que cerceava seus direitos, mas também com as próprias dúvidas e sentimentos contraditórios sobre seus papéis na família e na sociedade.

O perfil feminino ultramontano do Império pode ser sintetizado na figura da princesa Isabel, dedicada ao lar, ao marido, aos filhos, à jardinagem e à música e adepta das práticas religiosas européias no Brasil, como o culto ao Coração de Jesus e adoração à Eucaristia. Afora suas obrigações como regente na ausência de D. Pedro II, a participação na esfera pública se restringia à filantropia, por cuja prática era-lhe atribuída uma superioridade moral que servia de exemplo à sociedade, mas a sua condição singular de regente e o seu modo de

³⁸ Além de escolas secundárias particulares, católicas e protestantes, que despontavam no Segundo Império, o Liceu de Artes e Ofícios, criado no Rio de Janeiro em 1856 para a promoção do ensino técnico e industrial, abriu suas portas às mulheres a partir de 1881 (COSTA, 2007). Também as escolas normais criadas em princípio para receberem alunos do sexo masculino, passaram a aceitar moças (KULESZA, 2003; 2008).

³⁹ A este respeito, veja-se a obra de Mott (1992) sobre a luta da mulher contra a escravidão.

⁴⁰ Neste sentido, Hollanda (1992) realizou criterioso apanhado em obra organizada por Costa e Bruschini. Veja-se também o trabalho de Telles (1997)

vida, compartilhado por seleto grupo de amigas, não era um perfil generalizável. Portanto, a transformação da mulher brasileira em colaboradora do projeto ultramontano era um laborioso empreendimento a realizar: cumpria afastá-la do modelo “Eva” que, nascida pura, deixou-se enganar pelas insídias da serpente, e aproximá-la do modelo “Maria” que, no espírito da oração e da renúncia, suplantou a tentação e o pecado. Para tanto, o conteúdo das encíclicas papais era pródigo em exemplos do perfil feminino desejado pela igreja de Roma. Mencionamos a seguir os escritos papais contemporâneos decisivos nessa empreitada.

Ainda conforme Costa (1999, p. 180-181), Pio IX, ao definir o dogma da Imaculada Conceição da Bem-Aventurada Virgem Maria, pela *Bula Ineffabilis Deus*, em 1854, exaltando-a como a reparadora de seus antepassados e a vivificadora dos seus pósteros, mais bela do que a beleza, mais graciosa do que a graça, mais santa do que a santidade, plenamente digna de se tornar habitação de Cristo, não pelas disposições do seu corpo, mas pela pureza original, instituiu a mãe de Jesus como uma utopia a ser imitada pelas mulheres comuns, mas, ao mesmo tempo, inatingível por sua santidade:

Afinal não era conveniente que aquele vaso de eleição fosse ofuscado pelo defeito que ofusca todos os outros, e se teve com esses em comum a natureza, não teve em comum a culpa; convinha, antes disso, que o Unigênito, como teve nos céus um Pai exaltado pelos serafins como três vezes santo, assim, também tivesse na terra uma mãe a quem jamais tivesse faltado o esplendor da santidade (PIO IX, papa, 1854).

Sob pena de ofender à santidade de Jesus e à sua própria dignidade de mãe do Salvador, Maria foi preservada das dores e da lesão causada às mulheres durante o parto, que os eclesiásticos interpretavam como sinais da maldição do pecado original. Elevada a uma condição supra-humana, tornou-se uma idealização a ser perseguida pelas mulheres, por sua condição virginal e, contraditoriamente, por sua condição maternal.

Assentindo com Scott (1990) que a identidade de gênero aglutina as representações simbólicas culturalmente disponíveis, vemos que no Colégio Santa Rita estas representações eram abundantes, não limitadas ao espaço da capela ou às aulas de religião, mas perpassavam todas as práticas escolares e todo o discurso educativo enfatizando as oposições Eva (pecado) e Maria (pureza); corpo (escravidão/morte) e alma (imortalidade/libertação); homem (iniciativa/agressividade/razão) e mulher (tolerância/meiguice/emoção).

Maria era lembrada pela manhã, quando as alunas invocavam sua proteção no Ato de Consagração; durante as aulas de trabalhos manuais, quando sua história de vida era contada;

no início e no final das aulas através da reza coletiva das Jaculatórias⁴¹; nos lemas propostos pelas mestras de classe às turmas⁴²; e, conforme o calendário litúrgico era invocada na reza do terço e nos hinos, à hora do ângelus, e, especialmente durante todo o mês de maio a ela dedicado, culminando com a coroação como excelsa rainha instantaneamente aclamada na Ladainha, em ritual comovente, previamente ensaiado, capela ricamente ornada, alunas em uniforme de gala, as mais “notáveis” conduzindo processionalmente pétalas de rosa, objetos sagrados e a coroa da Mãe de Deus. Aqueles estéticos rituais envolviam súplicas, louvores e cânticos, acionando um fervor que tinha efeitos na constituição da subjetividade das alunas.

Como responsável pela implantação da reforma ultramontana no Brasil, D. Antônio de Macedo Costa, em sua Carta Pastoral de 1875, espelhado no exemplo de Maria, descrevia as obrigações da mulher casada, exortando-a a amar seu marido, respeitá-lo como cabeça do casal, obedecer-lhe com afetuosa solicitude, admoestá-lo com discrição e prudência, responder-lhe com gentileza e servi-lo com devoção calando quando ele estivesse irritado, tolerando seus defeitos com paciência não tendo olhos nem coração para outros interesses, dedicando-se à oração e permanecendo o máximo possível restrita ao lar (COSTA, 2007; CUNHA, 1999). Esta concepção, reproduzida em todas as dioceses e paróquias brasileiras, constituía um obstáculo à redefinição dos papéis femininos, pois as mulheres sentiam-se pecadoras ao pretenderem satisfação e realização pessoal quando o ideal católico preconizava a renúncia aos seus desejos de crescimento, em benefício do marido e da prole.

Quando, em 1897, o liberalismo dominava o cenário econômico europeu, Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum* que abriu o debate eclesial sobre a condição operária. Na carta, adverte contra os trabalhos

[...] que não se adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família (SILVA, 2009, p. 13).

⁴¹ Oração curta e forte, invocada repetidas vezes com devoção e fervor, para suplicar, para louvar e para agradecer benefícios.

⁴² A expressão “Por Maria a Jesus” que invoca Nossa Senhora como medianeira de todas as graças foi, por anos seguidos, a mais votada entre as várias colocadas à escolha das alunas como lema de turma.

Nesta referência, Leão XIII atribui à natureza as diferenças socialmente construídas para impor limites à ação da mulher limitando sua atuação ao âmbito doméstico e inferioriza a mulher ao condicionar sua honestidade sexual ao confinamento, vendo-a, portanto, como um ser incapaz de autocondução moral.

Já em 1929, Pio XI, na encíclica *Divini Illius Magistri*, sobre a educação cristã da juventude, proíbe a co-educação dos sexos, a emancipação feminina e a educação sexual. Lastima as idéias modernas que confundem a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora, pois “o Criador ordenou e dispôs a conveniência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade”. E porque são os dois sexos destinados a completar-se mutuamente, precisamente pela sua diversidade, esta, portanto, “deve ser mantida e favorecida na formação educativa, com a necessária distinção e correspondente separação”, em todas as escolas, nomeadamente na adolescência, “e nos exercícios ginásticos e desportivos com particular preferência à modéstia cristã na juventude feminina, à qual fica mal toda a exibição e publicidade” (MARIN, 2004 p. 190).

Esta concepção encontrou abrigo na conjuntura brasileira que transferiu o patriarcalismo da casa-grande para a escola pela acessibilidade exclusiva ao sexo masculino durante o período colonial e dominante ao longo do Império. Já na República, o sistema de cadeiras isoladas adotava a separação por sexo, e, mesmo na transição da “era das cadeiras isoladas para a era dos grupos escolares”, o Estado brasileiro adotou a categoria sexo na elaboração do currículo, destinando rendas, flores, chapéus, jardinagem e culinária ao sexo feminino e mecânica, marcenaria, encadernação, marmoaria e eletrotécnica entre outros ofícios, ao masculino (PINHEIRO, 2002, p. 176).

Também as escolas normais, providas pelo poder público, em sua origem, não incluíam mulheres. E, embora elas não fossem formalmente proibidas de frequentar a escola primária, sua exclusão se dava pela redução do conteúdo no currículo, pois a parte relativa a geometria, decimais e proporções que era exigida para o ingresso em níveis mais elevados, lhes era negada (VILLELA, 2008). A presença feminina na escola normal brasileira não teve uma demarcação cronológica unificada. Ela constituiu um avanço sociológico importante que visava atender às necessidades do sistema, às pressões sociais, aos anseios de profissionalização da juventude feminina e à ascensão a matrimônios vantajosos, mas estava também condicionada ao arbítrio dos governantes e dos eclesiásticos.

Na Paraíba, o presidente Carneiro da Cunha (1873-1876) pugnava a necessidade de uma escola normal para cada um dos sexos. Entretanto, a questão do espaço físico e dos recursos materiais e humanos impunha a co-educação, orientada por regras disciplinares de prudência, moderação e “enfraquecimento da atração”. Já o presidente Antonio Herculano de Souza Bandeira (1885-1886), rejeitou a escola normal mista, destinando-a exclusivamente ao sexo feminino, melhor dotado para compreender a índole das crianças e inspirar-lhes a obediência. Em 1905, no segundo governo de Álvaro Machado (1892-1896) instalou-se uma seção masculina da Escola Normal, completamente segregada da escola feminina (KULESZA, 2008).

No ensino católico, a separação por sexo era questão decidida. Assim, o Colégio Santa Rita funcionou inicialmente só para mulheres. Quando aceitou meninos no Curso Primário o fez em classes exclusivas e em turno oposto, face à inexistência de escola que atendesse aos critérios colocados pelas famílias bem situadas do município de Areia, e somente adotou rapazes no Ensino Normal na década de 1970, quando ocorreu o fechamento do internato. A questão da emancipação feminina é abordada por Pio XI na encíclica *Casti Connubii* (1930), em que condena a autonomia social, econômica e fisiológica da mulher referindo-se a sua participação na esfera pública, à administração dos bens e aos encargos conjugais e maternos em relação à prática sexual, e à gravidez. Esta tríplice emancipação

[...] é antes a corrupção da índole feminina e da dignidade materna e a perversão de toda a família, enquanto o marido fica privado de sua mulher, os filhos de sua mãe, a casa e toda a família da sua sempre vigilante guarda. Pelo contrário, essa falsa liberdade e essa inatural igualdade com o homem redundam em prejuízo da própria mulher; porque, se a mulher desce daquele trono real a que dentro do lar doméstico foi elevada pelo evangelho, depressa cairá na antiga escravidão (senão aparente, certamente de fato) tornando-se, como no paganismo, simples instrumento do homem (MARIN, 2004, p. 241-242).

Embora o cristianismo houvesse enfatizado a superioridade da mulher como esposa e mãe, projetando-a no espaço social através dos colégios e associações de caridade, a feminização do catolicismo no Brasil não significou um investimento das mulheres no exercício do poder sagrado; antes, representou a reafirmação de seu estatuto subordinado, já que sua incorporação deu-se em virtude da pretensão ultramontana de usurpar do laicato masculino a gestão dos negócios eclesiásticos (NUNES, 1997). Mesmo quando a igreja

engajou-se na luta pelo voto feminino⁴³, com a criação da Liga Eleitoral Católica por D. Sebastião Leme para conscientizar o eleitorado e os candidatos a defenderem os interesses eclesiais na Constituinte de 1934, agiu em proveito próprio, pois, regulamentando a indissolubilidade do matrimônio, os efeitos civis ao casamento religioso, a incorporação do ensino religioso ao currículo das escolas públicas, a assistência religiosa às Forças Armadas, prisões e hospitais, garantiu sua influência sobre as instituições estruturantes da sociedade e sobre as classes populares que por tanto tempo negligenciara.

Quatro aspectos imprimiram às eleições para a Constituinte, realizadas em 26 de junho de 1933, um caráter inédito: pela primeira vez, o país viveu a experiência do voto secreto, restrito às pessoas alfabetizadas maiores de vinte e um anos; pela primeira vez, o processo de votação foi controlado pela justiça eleitoral; pela primeira vez, consubstanciou-se a ideia de representação classista com a destinação de quarenta vagas na Assembléia Nacional Constituinte para representantes de associações profissionais; e, pela primeira vez, as mulheres foram eleitoras e elegíveis, embora fosse mínimo o contingente de mulheres votantes. Tal conquista foi também resultado da luta de um grupo de mulheres lideradas por Bertha Lutz, bióloga, líder feminista e advogada que posicionara-se frente a frente com os legisladores na campanha sufragista, participando inclusive da comissão de juristas que redigiu o Código Eleitoral de 1932 (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

No âmbito da educação, as ingerências da igreja junto aos constituintes tiveram um saldo positivo para os eclesiásticos: ao reconhecer o ensino ministrado nos estabelecimentos particulares, ao deslocar verba pública para o financiamento do mesmo e ao isentar tais estabelecimentos do pagamento de impostos, a Constituição de 1934 praticamente oficializou a rede de ensino particular, estimulando-a em detrimento da rede pública (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006).

Quando, em 1936, Vargas se apropriou da trilogia “Deus, família e pátria” como *slogan* do seu programa de governo, a família e a escola, apontadas como instituições estruturantes dos princípios básicos da nacionalidade, foram chamadas a promover a educação cívica e moral das futuras gerações visando à sustentabilidade do autoritarismo imposto à nação pelo Estado Novo. Nessa conjuntura, abriu-se um espaço à mulher, exaltando-se sua

⁴³ Até 1930, o direito de voto às mulheres não existia na legislação brasileira. O projeto de Código Eleitoral preparado em 1932 previa a concessão do direito ao voto somente às mulheres desquitadas ou abandonadas e às solteiras, casadas e viúvas que dispusessem de economia própria, o que a Igreja concebia como um golpe nos direitos da família e interferiu junto à Comissão de elaboração do Código, em favor da extensão do direito do voto a todas as mulheres (HORTA, 1994).

missão na condução da sociedade, reconhecendo-se a necessidade de ofertar-lhe oportunidade de educação formal como forma de prepará-la para o seu papel de educadora dos filhos da nação (HORTA, 1994). Envolvida no processo político que conduziu Vargas ao poder, a Igreja, que já investira em uma “reforma pelo alto” quando durante a República laica trabalhara na formação da elite política e de intelectuais com os quais pôde contar na Constituinte de 1934, empenhou considerável investimento na educação feminina. No ano seguinte (1937), as franciscanas alemãs de Dillingen instalam-se no Colégio Santa Rita, em Areia.

Em 1937, a nova Constituição elege a infância e a juventude como alvos de garantias especiais do Estado remetendo à família o primeiro dever para com a educação integral da prole. Através das Leis Orgânicas do Ensino (Reforma Capanema), impõe-se nítida diferenciação de objetivos, conteúdos e estratégias educacionais em relação aos sexos, “na medida em que diferem os destinos que a providência lhe deu”. O ensino secundário apresenta caráter enciclopédico e militar visando à formação das elites condutoras do país torna clara esta diferenciação, sendo a separação dos sexos explicitamente exigida. A co-educação só podia ser adotada excepcionalmente, mediante autorização do Ministério da Educação e Saúde, e, uma vez autorizada, a separação por sexo deveria ser observada na composição das turmas (CUNHA, 1989; GHIRALDELLI JUNIOR, 2006).

Quanto à educação das mulheres, deveria levar em conta a “natureza” da personalidade feminina e o seu papel dentro do lar, mediante conhecimentos necessários ao cabal desempenho da sua missão de mães e donas de casa. Assim, a disciplina Economia Doméstica foi incluída na 3ª e 4ª séries no curso ginasial, e em todas as séries do Clássico e do Normal, frequentados por mulheres. No município de Areia, as polarizações de gênero encontraram respaldo social talvez sem precedentes no Estado, com escolas para homens e escolas para mulheres nos níveis ginasial, colegial e superior, reforçando, por tabela, outras polarizações de classe social, credo religioso e etnia. No Colégio Santa Rita, mantinha-se, então, a separação dos sexos por classe e turno, também no nível elementar.

É sob a égide desta Constituição autoritária e sob a inspiração das Leis Orgânicas do Ensino que o Colégio Santa Rita consolida seu funcionamento, com liberdade para fixar o programa do ensino religioso, legalmente permitido, em todos os cursos oferecidos e ministrando a educação moral e cívica determinada por Vargas que, permeando todo o processo escolar, deveria confluir para a elevação do caráter e da dignidade dos indivíduos e do fervor patriótico esperado da sociedade brasileira sob a ditadura Vargas.

O pensamento ultramontano centralizador, fruto do Concílio de Trento (1545-1563) e do Concílio Vaticano I (1869-1870), que culminou com a instituição do dogma da infalibilidade do papa, resistiu até o Concílio Vaticano II (1962-1965) convocado por João XXIII, que conclamou os leigos à partilha da vocação missionária. É neste período, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, que esmaece a luta da Igreja para recuperar o controle sobre o sistema educacional brasileiro.

3. A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE DILLINGEN

Reportamo-nos neste capítulo aos discursos instituintes da Ordem Franciscana representados na Regra, nos Estatutos, nas Constituições e nas Diretrizes Provinciais enquanto enunciações normativas basilares da Congregação, por excelência destinadas a serem convertidas em práticas capazes de imprimir nos congregados(as) uma singularidade identitária, possível de ser detectada na histórica da Congregação de Dillingen, e, sobretudo, nos mecanismos de construção da identidade franciscana feminina que descrevemos nos itens que se seguem. Perquirimos a possibilidade de uma imbricação dos discursos normativos da Ordem Franciscana na sua missão educacional de modo a imprimir-lhe uma marca própria e influenciar a construção de identidades nas alunas submetidas àquela educação, tomando como campo de investigação o Colégio Santa Rita.

3.1 FONTES INSTITUINTES

A Ordem Franciscana remonta ao século XII. Ao fundador Francisco de Assis (1181-1226) atribui-se um espírito profético pela capacidade de comunicar-se, de concentrar-se na condição humana, de reabilitar a mensagem de Cristo ao clero indolente do seu tempo, de ensinar um novo modo de encontrar a Deus mediante uma mensagem de acolhimento e alteridade. Seu carisma atraiu adeptos ensejando a adoção de uma Regra que aprovada pela Igreja, instituiu a Ordem Primeira dos Frades Menores. Atraiu também uma jovem, abrindo lugar para o feminino inferiorizado no contexto androcêntrico da Igreja, com a criação da Ordem Segunda das Clarissas. Acolheu, ainda, leigos de ambos os sexos dando origem à Ordem Terceira Secular à qual se filiaram as Beguinhas de Dillingen, raiz da Congregação que, a partir de 1937, serviu à comunidade de Areia. O franciscanismo, sua iconografia e sua simbólica, assim como representam o Santo e a Ordem, conformam também os seus seguidores. No caso do Colégio Santa Rita, a adesão ao modelo franciscano é percebida principalmente na disciplina, no culto às virtudes e na valorização do trabalho como instrumentos de ascese a Deus, através de um apostolado fundamentado nos ditames da revelação.

As fontes que regulamentam a vida da comunidade franciscana de Dillingen são: a Regra, que originalmente foi redigida por São Francisco, os Estatutos e o Carisma, redigidos

pelo bispo a cuja jurisdição a comunidade estava subordinada. São documentos confirmados pela autoridade apostólica e dos quais se depreendem as Constituições e as Diretrizes Provinciais que orientam as ações específicas das casas agregadas a cada província. Como preceitos estruturantes da congregação, fundamentam o modelo de educação ministrado pelas Congregações.

Em seu sentido geral, **Regra** é um conjunto de prescrições por cuja aplicação uma comunidade regula sua vida e doutrina seus membros, devendo ser meditada individual e coletivamente na busca do seu sentido mais profundo, para atualizar a comunidade na especificidade da Congregação. A Regra da Ordem Terceira de São Francisco aprovada em 1223, pela bula papal *Solet Annuere* de Honório III e confirmada por Nicolau IV, primeiro papa franciscano da história da Igreja em 1289, é o documento basilar da congregação. Sua aceitação pelas religiosas de Dillingen decorreu de longa e amadurecida reflexão que as introduziu na família franciscana sob a jurisdição do bispo de Augsburg e sob a direção da mestra do convento. A regra só seria traduzida para a língua alemã no início do século XIV, pelos Irmãos Menores de Augsburg. Posteriormente, foi transcrita pela irmã Lioba, tornando-se matéria de estudo para a comunidade.

Na Regra, Francisco traduziu em palavras o que em obras experimentara. Inversamente, a religiosa, deve converter em obras o enunciado da Regra, que resumidamente preceitua: o prévio e criterioso exame da fé e da obediência da aspirante à Sé Apostólica; a exigência da fraternidade que se inicia pela reconciliação prévia da aspirante, com aqueles que lhe tenham ofendido⁴⁴; a promessa de cumprimento aos mandamentos do Senhor e a submissão à penitência e à repreensão em caso de descumprimento da Lei de Deus; o despojamento de toda vaidade, o uso de roupas simples, o veto ao uso da seda e de jóias; o dever de honrar e louvar ao Senhor com a reza do Pai Nosso antes e após as refeições, a reza do ofício divino e as demais orações do ritual adotado na rotina franciscana; a submissão a um sacerdote sábio nas obras de misericórdia e na penitência; a solidariedade para com as pessoa vitimadas por doenças e a evitação de todo e qualquer ato de discórdia.

Em síntese, a Regra exige: a observância do Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, a vida em obediência, em castidade e sem propriedade. Em seu testamento, São Francisco ordenou que se mantivessem sua autenticidade e o seu cumprimento:

⁴⁴ A mensagem de amor e de perdão privilegiada na Regra franciscana está referenciada em Mt. 5, 44-48.

[...] ordeno firmemente por obediência a todos os meus irmãos, clérigos e leigos, que não introduzam glosas na Regra nem nestas palavras dizendo: assim devem ser entendidas. Mas, como o Senhor me concedeu de modo simples e claro dizer e escrever a regra e estas palavras, igualmente, de modo simples e sem glosa, as entendais e com santa operação as observeis até o fim (Escritos de São Francisco, Testamento. TEIXEIRA, 2008, p. 191).

Os **Estatutos**⁴⁵ que complementam a Regra, redigidos pelo bispo Degenhard de Hellenstein e Heidenhein enfatizam a virtude da obediência e prescrevem as rigorosas penitências a serem aplicadas em casos de indisciplina, falta de caridade, falta de zelo pelo trabalho e comportamentos contrários à castidade. Contudo, em respeito às virtudes franciscanas da prudência, da caridade e da união, a punição não deve ser decretada pela mestra isoladamente. Ela deve ouvir a opinião das irmãs Conselheiras, do assistente espiritual do convento e do pregador das irmãs, inclusive para modificar a pena quando, por fraqueza ou doença, a irmã não possa cumprí-la (HAAS, 2000).

Da Regra depreende-se **o Carisma**, fundamentado no seguimento a Jesus pelo exemplo de Francisco de Assis. Foi o Cardeal Petrus von Schaumberg que em 1464, ao confirmar juridicamente a propriedade material, a dimensão espiritual e a missão evangelizadora das irmãs franciscanas de Dillingen autorizou seu Carisma: “As mulheres reunidas no mosteiro devem servir a Deus sempre, devota e zelosamente, **para o consolo de todas as almas fiéis**. Sua vida de renúncia, de recolhimento e de oração é **serviço**” (HAAS, 2000, p. 18 – grifos da autora).

Carisma é uma intuição fundamental, uma característica distintiva que, em determinadas pessoas, marca intensamente a sua identidade e, nas ordens religiosas, é atribuído a um dom espiritual obtido por concessão divina. No contexto da ordem franciscana, é uma potencialidade dinâmica e criativa emanada do sopro do Espírito, em vista da necessidade ou utilidade da comunidade, para cuja expressão se faz necessária uma forma especial de vida. Pelo cultivo do carisma, a religiosa obtém a possibilidade de inspirar confiança incondicional como mediadora da graça divina.

O Cardeal Petrus von Schaumberg refere-se às religiosas do Grande Convento de Dillingen como *geistliches personen* (pessoas espirituais), à sua congregação como *geistliche wesen* (entidade espiritual) e à sua casa como *Gotteshaus* (casa de Deus). Atendendo à convocação do Espírito, o carisma fundante das franciscanas implícito na Regra

⁴⁵ Como interpretação do projeto de Deus para a vida humana, os estatutos são originalmente referidos em Sl. 119, 1-33.

é: consagrar-se, louvar e honrar um Deus de amor, mas que também se encarnou; Jesus criança e Jesus Crucificado se tornam objeto predileto a ser contemplado e imitado (dimensão espiritual); viver em comunidade e em concórdia (dimensão fraterna); servir a Deus e aos homens, consolando as almas em suas necessidades na consciência de pertença à família franciscana e na fidelidade à Sé Apostólica (dimensão de serviço). “Todo carisma exige a capacidade da atenta escuta de novos apelos, pois o Espírito recria e amplia o seu chamado” (HAAS, 2000, p. 27). A solidariedade, a alegria, o amor aos mais pobres e o respeito à natureza enquanto obra divina são elementos inconfundíveis do Carisma franciscano desde o seu nascimento, e que marcam a atualidade e a necessidade da sua mensagem diante do individualismo, das disparidades econômico-sociais e das questões ambientais que o mundo experimenta.

De São Francisco, as congregações herdaram um itinerário para a vida, individualmente e em comunidade. Das **Constituições**, elaboradas por ocasião do Capítulo Geral⁴⁶ da Congregação e sancionadas pelo Papa, depreende-se um conjunto de instruções e diretivas para sua missão religiosa, profissão de fé, persistência nos sacramentos, vida em comunidade fraterna e testemunho de vida na oração e no trabalho. Tais deliberações reforçam, nas congregações, os votos de pobreza, castidade e obediência. Na pobreza, identificam-se a Jesus Cristo, que sendo rico se fez pobre e forasteiro por amor, e a Francisco que não reteve para si nenhuma riqueza. Quanto às irmãs, dependem da superiora para o uso e disposição de quaisquer bens. Na castidade, renunciam à realização pessoal pelo matrimônio, para corresponderem com amor indiviso e pessoal ao amor de Cristo, em completa doação de corpo e coração, testemunhando a primazia absoluta de Deus em sua vida terrena e antecipando a vivência de valores que são próprios do Reino dos Céus. Na obediência, assumem como irmãos de Francisco, a submissão ao Papa, acatando as determinações da Igreja e as ordens da Superiora, unidas a Cristo que, cumprindo irrestritamente a vontade do Pai, foi obediente até a morte, testemunhando que a sua liberdade pessoal se plenifica na doação.

As Diretrizes Provinciais reafirmam o carisma da Congregação: “Inspiradas em Francisco de Assis, seguir a Jesus Cristo, o Servo de Deus, pobre e crucificado, vivendo a contemplação na ação, atentas às necessidades do tempo e aos apelos da Igreja” (Depoimento

⁴⁶ Instância de decisões convocada e presidida pela superiora geral ao término do seu tempo de governo, onde se acham representadas todas as irmãs, visando: eleger a superiora geral e suas conselheiras, examinar a vida da Congregação à luz do Evangelho e da Regra e considerando as necessidades da Igreja e os sinais dos tempos; avaliar o cumprimento do disposto nas constituições e alterá-las quando for o caso; dirimir conflitos não resolvidos nas instâncias imediatas, confirmar diretrizes de vida para a congregação e prestar contas do exercício financeiro da gestão (Regra e Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1982).

da Irmã Flávia Brito, superiora da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, com sede em Areia/PB, em 23.03.2009). Internamente, as Diretrizes Provinciais são documentos que, preservando os fundamentos da Ordem, norteiam a atualização do apostolado às necessidades históricas e às condições operacionais da Congregação.

Além das fontes acima referidas, outros escritos de São Francisco são importantes no contexto da Ordem: a hagiografia do santo, sua oração diante do crucifixo de São Damião⁴⁷, o Cântico do Sol ou Louvor às Criaturas, o seu Testamento, Saudação às Virtudes e o Tratado dos Milagres, que são ensinamentos universais e perenes da Ordem Franciscana. As normas de vida devem ser convertidas em obras. Era exigência de Francisco que

[...] todos os meus irmãos trabalhem e se exercitem, e aqueles que não sabem aprendam um ofício [...] para sermos menos pesados aos homens e a fim de que o coração ou a língua por meio de coisas ilícitas não vague no ócio” (2 Celano, Cap. CXX, 161, 4-5. TEIXEIRA, 2008 p. 401).

Seguindo o preceito do fundador a obra educacional das alemãs de Dillingen, como apostolado de salvação, deve, em tudo, aproximar-se do exemplo franciscano da perfeição. Esta perfectibilidade, as irmãs procuravam incutir nas alunas para que a reproduzissem em seu apostolado como educadoras.

3.2 INSTAURAÇÃO DO CONTROLE ECLESIAL

3.2.1 Da vida fraterna à vida consagrada

Congregações surgem a partir de possibilidades de emergência de novas formas de vida enredadas na ordem simbólica e nas condições concretas de existência das pessoas congregadas. Tal ocorreu com as Beguinhas⁴⁸, precursoras das franciscanas, que surgiram na França e se espalharam pela Alemanha, Bélgica e Países Baixos no ano 1.200, assumindo uma forma de vida especificamente feminina, de caráter religioso, dedicada à oração, à caridade,

⁴⁷ Francisco rezou esta oração no momento em que recebeu a mensagem de Deus: “Francisco, vai e reconstrói minha casa”: “*Altíssimo, glorioso Deus, ilumina as trevas do meu coração, dai-me uma fé reta, uma esperança certa e caridade perfeita, sensibilidade e conhecimento, ó Senhor, a fim de que eu cumpra o Vosso Santo e veraz mandamento* (Escritos de São Francisco, Oração Diante do Crucifixo. TEIXEIRA, 2008, p. 157).

⁴⁸ A origem do termo Beguina é imprecisa. Supostamente, o termo foi cunhado pelos albigenses e empregado tanto para designar as ortodoxas quanto as mulheres heréticas. Apesar das primeiras manifestações de sua religiosidade datarem do século XII, na Diocese de Liège, o início do movimento é tomado a partir de 1215, quando o Cardeal Jacques de Vitry obteve a autorização do Papa Honório III para que tais mulheres vivessem juntas e se exortassem mutuamente a seguir os preceitos cristãos de caridade e humildade.

ao cuidado dos idosos e doentes e aos ofícios de doçaria e tecelagem, de que sobreviviam. Praticavam uma vida ascética, parecida com a monacal, mas sem vínculo com ordens religiosas e sem o controle do masculino. A partir do crescente número de adeptas, iam adotando medidas organizativas à semelhança de uma Regra não bulada, que embora coloquialmente válida, não o era no sentido do direito eclesiástico. Naquele contexto, a mulher era herdeira de uma inferioridade que sendo anterior ao Cristianismo foi, todavia, legitimada pela Igreja. Ao contrário do homem que na visão genesíaca provém do sopro do Espírito de Deus, a mulher era, em sua origem carnal derivada, susceptível à tentação e à queda, necessitando da tutela masculina que, pelo senso moral de então, se exercia de forma coercitiva.

Coetaneamente ao surgimento e à expansão das Beguinhas, a Igreja empenhou-se em firmar a doutrina e a moral católica por meio da liturgia e dos sacramentos. Em 1139, o papa Inocêncio II declarou que a ordenação sacerdotal e o casamento eram mutuamente excludentes, proibindo o casamento aos sacerdotes, invalidando as uniões contraídas após a ordenação e exigindo a sua dissolução. Desde 1139 as esposas dos padres foram “rotuladas, sem distinção de ‘concubinas’ ou ‘prostitutas’ pelo papa Alexandre III (m. 1181). Em 1231, o Sínodo Provinciano de Ruão determinava a raspagem do cabelo das concubinas dos padres perante a comunidade reunida num ofício de acusação e então eram severamente punidas” (RANKE-HEINEMANN, 1999, p. 123-124). O Concílio de Latrão, em 1215, e o Concílio de Lyon, em 1274, marcam a institucionalização dos sacramentos cuja prática além de identificar o pertencimento e a fidelidade dos católicos, era usada como estratégia para confirmar a autoridade da igreja. Dois sacramentos, em especial, regulavam o comportamento das mulheres: o matrimônio, pela sujeição ao marido; e a penitência, pela sujeição ao padre.

A conjuntura cultural que lhes era desfavorável exacerbou-se após a instauração da Inquisição, em 1231, pelo papa Gregório IX, em que 85% das pessoas condenadas eram mulheres que detinham saberes e serviam às comunidades, exercendo lideranças perigosas, aos olhos da Igreja. Nestas condições, a vida consagrada era a alternativa honrosa ao casamento e às suas decorrências: a submissão, o elevado risco de morte por parto, a vergonha da infertilidade e a humilhação da traição. Proliferaram, então, movimentos femininos que, à margem das formas tradicionais de devoção, buscavam a Deus por caminhos novos, na

experiência contemplativa e missionária em comunidades assistidas espiritualmente pelos clérigos, assistência que não tardaria a ser negada pela própria Igreja⁴⁹.

Os conventos eram lugares de confinamento, mas também de apropriação de saber, de criação e de cultura para as mulheres, algumas das quais se mostraram muito influentes na vida mística e na filantropia, buscando espaços em atividades outorgadas exclusivamente aos homens, adotando contra-condutas às imposições de seu tempo, despertando a misoginia dos clérigos. As Beguinhas foram alvo de suspeição e ameaçadas de heréticas pelo papa Clemente V que, no Concílio de Vienne em 1312, vetou a instalação e a manutenção das suas casas, em face de sua vida anti-eclesial e de sua mentalidade “herética”. A Inquisição as perseguiu, e elas foram obrigadas a abandonar os beguinários e a buscar sobrevivência nos asilos femininos⁵⁰ então abundantes na Europa.

Atenta àquelas perseguições, a Casa dos Hartmann de Dillingen e Kyburg favorecia a fundação de mosteiros, certificando sua existência por meio de Cartas de Fundação. Assim procedeu em relação ao grupo de Beguinhas que se fixaram em Dillingen, cidade situada ao longo do Danúbio, na Suábia, região do Estado alemão da Baviera. O conde Hartmann IV e seu filho, o bispo-príncipe Hartmann V, doaram uma fazenda e uma casa com horta e prado, gesto que marcou o ano de 1241 como data fundacional do “Grande Convento de Dillingen”. Na época, um bispo não era somente chefe espiritual, mas também senhor territorial, arbitrando como legislador e como juiz sobre seu território. O bispo Hartmann possuía, junto com seu pai, a cidade de Dillingen, seu burgo e outros bens como patrimônio da família. Sem herdeiros do sexo masculino, consagraram seus bens a Nossa Senhora, doando-os ao território de Augsburgo após a sua morte⁵¹ (HAAS, 2000, p. 19-20).

Como as Beguinhas continuassem sendo perseguidas, o príncipe Degenhard de Hellenstein e Heidenheim, sobrinho do bispo Hartmann V, sendo bispo de Augsburgo de 1303 a 1307, aconselhou-as a se agregarem a uma Ordem já existente na Igreja Católica. Oportunamente, grupos leigos e religiosos, de homens e mulheres manifestavam-se simpáticos aos ideais postulados por São Francisco de Assis. As Beguinhas de Dillingen

⁴⁹ “Já no fim do século XII começara a resistência das Ordens Masculinas quanto ao cuidado dos mosteiros femininos. Em 1215, o Concílio de Latrão proibiu a fundação de novas Ordens, em geral. E as existentes não quiseram mais receber mulheres” (HAAS, 2000, p. 14).

⁵⁰ O contingente excedente de mulheres na Europa durante a Idade Média, em razão das baixas masculinas ocasionadas pela proliferação de guerras entre reinos e feudos e pelas Cruzadas, possibilitam a emergência de novas formas de vida às mulheres que passaram a gerir sua própria existência, sustentando-se com esmolas e com recursos oriundos do seu próprio trabalho, o que suscitou a *Frauenfrage* ou “Questão das Mulheres” (PERROT, 2007).

⁵¹ Um relevo fixado no pátio interno no Castelo de Dillingen, obra do ano 1500, perpetua essa doação da família Hartmann (HAAS, 2000, p. 20).

aceitaram a Regra da Ordem Terceira aprovada desde 1223 por bula papal de Honório III e confirmada por Nicolau IV. Estendida a mão protetora e ordenadora da Igreja sobre a comunidade das Beguinhas de Dillingen, abriu-se a perspectiva de aceitação e de ampliação de sua atuação, ao preço do rigor da Ordem Franciscana.

Em 1438, por ocasião da celebração da missa em honra à Festa das Candeias na Igreja Matriz de Dillingen, anexa ao Convento, as irmãs foram surpreendidas por um incêndio⁵² que queimou sua casa até os fundamentos. Assim, o século XV marca o anonimato das cinco pioneiras, a destruição da sua casa de madeira, dos registros primevos da congregação e dos documentos que marcaram a transição da vida fraterna para a vida consagrada.

Mas como a fênix, pássaro lendário que renasce das cinzas, as irmãs receberam do cardeal de Augsburgo, Petrus von Schaumberg (Ilustração 08) o mosteiro reconstruído, e Carta de Fundação que reconhecia e certificava formalmente as dádivas dos antecessores conde e bispo Hartmann, declarava a congregação como entidade possuidora de bens livres de taxas e impostos; ordenava que as autoridades civis e religiosas respeitassem tais liberdades; reconhecia a retidão de sua prática religiosa e reiterava sua subordinação à autoridade do bispo, passando a ser considerado um novo fundador da Ordem. Para confirmar juridicamente os privilégios da entidade, chancelou a carta com seu selo e entregou-a às religiosas (HAAS, 2000). A partir de então, adesões fortaleceram a Ordem que prosseguiu entre alegrias, prosperidades, partilha de dons e serviços ao próximo, mas também enfrentando perdas e dores em recorrentes perseguições (SENDRA, 2007).

⁵² Este triste episódio eternizou-se através da arte, nos afrescos pintados no teto da Igreja da Casa-Mãe, em Dillingen que retrata o pranto das irmãs, frente à tragédia, a reconstrução do convento pelo bispo e a entrega da Carta de fundação (HAAS, 2000, p. 33).

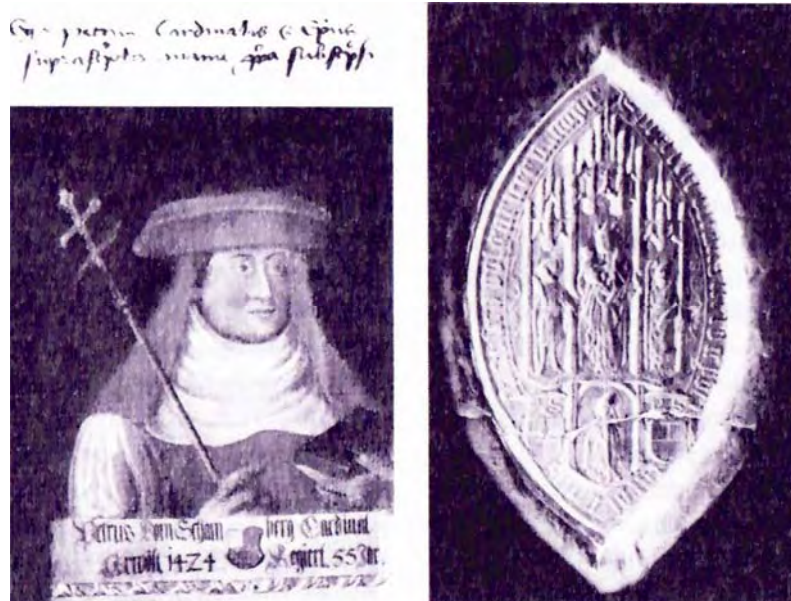


Ilustração 08 - Bispo Cardeal Petrus Von Schaumberg e seu selo episcopal
Fonte: HAAS, 2000

A Europa do século XVI torna-se palco da Modernidade que, com sua racionalização, deslocaria o espírito humano, outrora agasalhado nas asas etéreas do dogmatismo revelado e do salvacionismo religioso, para a insegurança da condição humana dividida entre a divina certeza e o exercício da dúvida proposta por René Descartes, iniciando a trajetória da visão teocêntrica para a visão antropocêntrica do universo. Importantes transformações simultâneas à desintegração do feudalismo afetaram a produção do conhecimento, abalando a hegemonia dos *divinae litterae* (dialética escolástica) em favor dos *humanae litterae* (humanismo integral) que, florescendo com os livres-pensadores nos ambientes palacianos e seculares, disputariam, no transcurso da Modernidade, o saber e o poder com a autoridade eclesiástica, sob o pressuposto de que as verdades da fé eram inacessíveis à razão.

No âmbito religioso, o monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546) provocou, a partir de 1517, uma ruptura da unidade do Cristianismo, atacando a corrupção na Igreja de Roma, a hierarquia eclesiástica, a prática das indulgências, a doutrina católica sobre pecado e graça, perdão e purgatório, e os dogmas, sintetizando sua oposição ao desvirtuamento do cristianismo na obra “As 95 Teses sobre os Abusos da Igreja Oficial”. A conquista de adeptos entre os nobres, os camponeses explorados e a própria Igreja exigiu desta uma revitalização espiritual que começou com a suspensão dos abusos eclesiásticos. A Contra-Reforma forjada no Concílio de Trento reafirmava a essencialidade da Igreja e o valor dos sacramentos, a eficácia das obras e a intervenção da graça, a redefinição da vida eclesiástica nos planos disciplinar, doutrinário e pastoral, o impulso aos estudos teológico-filosóficos e o incremento

às Ordens religiosas para frear o avanço do protestantismo e difundir o catolicismo. Neste mister, a energia da Companhia de Jesus recuperou para a Igreja a maior parte da região sul da Alemanha.

Rompida a unidade cristã européia, abalou-se o poder político do papado. As teorias protestantes afirmavam o individualismo religioso, embrião do Capitalismo; e o acesso à Bíblia, embrião da educação popular. A teorização essencialmente pedagógica da Contra-Reforma teve como um dos efeitos práticos a capacidade de dar vida a novas instituições escolares, através de minuciosa preceptística à luz de modelos de comportamento que abarcavam todas as dimensões da vida, tomando a virtude da obediência como meio e fim da educação, a se exprimir na família, pela submissão ao pai; na escola, pela veneração à autoridade do mestre; nas relações sociais, pela aceitação da ordem estabelecida (CAMBI, 1995).

O patrimônio material do Convento das irmãs franciscanas de Dillingen experimentara naquele período de decadência do catolicismo uma evolução⁵³ que sobejava aos seus esforços de renovação espiritual, integrando-as a uma minoria privilegiada em cujo extremo oposto situava-se a massa camponesa explorada, que clamava por justiça. Para frear a frivolidade e corrigir os erros de uma disciplina religiosa “afrouxada pelo espírito do tempo”, as visitas canônicas ao convento amiudaram, gerando cartas, decretos, advertências e penitências à comunidade e à mestra. Mencionavam desde o descumprimento da Regra e dos Estatutos até o comportamento inconveniente à mesa, as danças e os cantos profanos, as visitas frequentes e prolongadas às irmãs, as viagens sem permissão do bispo, o acolhimento excessivo de hóspedes, os gastos desnecessários, o passeio de carroça com o confessor sem a companhia de um criado... A questão mais polêmica foi a da Clausura, não exigida nos Estatutos, mas imposta pelos visitantes por deliberação do Concílio de Trento, sob pena de excomunhão. As condições logísticas do Convento não comportavam a sua instalação, mas o bispo Heinrich von Knöringen doou o terreno anexo para fazer o jardim, condição para a construção da clausura. O convento de Dillingen que fora poupado do vendaval luterano, “não foi preservado da superficialidade religiosa, nem da ausência de zelo e disciplina, numa prática de costumes que buscava a auto-satisfação” (HAAS, 2000, p. 38).

⁵³ Nem a Regra que a Ordem adotara em 1289, nem os Estatutos a ela acrescentados proibiam a aquisição de bens. A Irmã Bárbara Wernherin que foi a Mestra da Congregação de 1470-1512 efetuou dezesseis contratos de compra e troca de bens. Sua sucessora, Anna Eckingerin (1512-1520) comprou ainda mais terras, de modo que, em 1578, o Convento possuía 150 *jauchert* em campos, prados e florestas. Um *jauchert* (antiga medida agrária usada no Sudeste da Alemanha) equivale a 34-47 hectares (HAAS, 2000, p. 39).

No século XVII, a vida no Grande Convento de Dillingen foi gravemente perturbada com a Guerra dos Trinta Anos que as nações européias travaram entre si, a partir de 1618, movidas por interesses e rivalidades dinásticas, religiosas, territoriais e comerciais e que provocou a fuga e o exílio de parte das vinte e cinco irmãs do Grande Convento e ceifou a vida das que nele permaneceram, pelo contágio da peste. Em termos materiais, contaram-se a drástica redução dos juros de suas reservas em Munique, a perda das cotas de produção dos campos arrendados, o roubo de parte do gado e de oito cavalos e o esvaziamento dos celeiros. Era preciso recomeçar e, para tanto, a Mestra do Convento se mobilizou. Novas adesões à vida religiosa e o auxílio de pessoas abastadas restituíram a normalidade à casa.

3.2.2 Franciscanismo e educação: um novo apostolado

O século XVIII marcou a edificação da igreja do convento autorizada em 1732 pelo bispo Alexandre Sigismund apesar dos protestos do vigário de Dillingen sob o infundado argumento de prejuízo da ventilação à matriz da paróquia. A construção em estilo pré-barroco, concluída em 1738, foi ornada pelo trabalho de artistas famosos com afrescos representativos da história da Ordem, os altares acabados em ouro, e os objetos sagrados incrustados em pedras preciosas (Ilustração 09). A construção foi conduzida pela Mestra Aloysia Erlacherin, cujas atitudes centralizadoras foram denunciadas por ocasião das visitas canônicas de 1738 e 1741, “no sentido de que solicitava muito pouco a opinião das Conselheiras, não respeitava bastante as irmãs mais idosas e até mesmo que ela era sovina” (HAAS, 2000, p. 81).



Ilustração 09 - Interior da Igreja da Casa-Mãe em Dillingen
Fonte: HAAS, 2000.

Também o vigário Lohbrunner acusou-a de atrair os seus paroquianos com a bela igreja que guardava uma relíquia da Cruz de Cristo, com a missa instrumentada cuja chamada se antecipava à da matriz e com a colocação de um confessionário público no qual o capelão do Convento ouvia confissões, ocasionando, pelo esmero da casa e dos rituais, o esvaziamento da matriz. Apresentou formalmente suas queixas à Cúria Diocesana que decretou a destituição da mestra, em 1742, episódio inédito em 500 anos da Congregação. A liderança e o empreendedorismo eram prerrogativas do mundo masculino que a inveja do padre e a misoginia da igreja trataram de punir exemplarmente. Todo o rigor imposto à Ordem foi gradualmente assimilado como um atavismo e evidenciado em suas missões. Tal foi o caso da disciplina imposta à educação franciscana, sobre o que adiante iremos discorrer.

As ordens contemplativas eram, no século XVIII, alvo da antipatia iluminista, que as julgava improdutivas e perniciosas, exigindo-lhes um trabalho concreto em favor da sociedade face à decadência que se instalara na Europa com a Guerra dos Trinta Anos. A secularização das vastas propriedades da igreja que beneficiavam um reduzido número de "iluminados" era um projeto já recomendado por Lutero e inspirava cuidados ao clero. Percebendo o interesse iluminista no patrimônio acumulado pelas irmãs do Grande Convento Franciscano de Dillingen, o senhor feudal e bispo-príncipe da Diocese de Augsburg, Clemens Wenceslaus, "preocupado com o bem-estar espiritual e material de seus súditos e conhecendo a limitada possibilidade de instrução para a juventude", resolveu introduzir a obrigatoriedade do ensino primário e criar a escola Normal em Dillingen (HAAS, 2000 p. 82).

Tratando de agasalhar seu projeto educacional no ninho eclesial, o bispo incumbiu o sacerdote e professor universitário Dr. José Antonio Scheneller de assumir a sua direção, a capacitação às professoras e a produção do material didático de seu "Método Renovado de Ensino". Para as classes femininas, determinou o espaço do Convento e, para ministrar as aulas, designou as irmãs franciscanas, que, de início, resistiram ao novo ministério sob a alegação de perturbação da disciplina claustral. Instadas pelo bispo que lhes requereu também uma contribuição anual para financiar o estudo das meninas pobres, acabaram por aceitar a missão educacional como um apelo divino, destinando a casa de hóspedes da congregação para o funcionamento da escola feminina, oficialmente fundada em 19 de outubro de 1774 (Ilustração 10). As irmãs designadas pela Mestra para o ensino eram eventualmente dispensadas do Coro, do Breviário, do Ofício e dos trabalhos de limpeza do convento (HAAS, 2000).

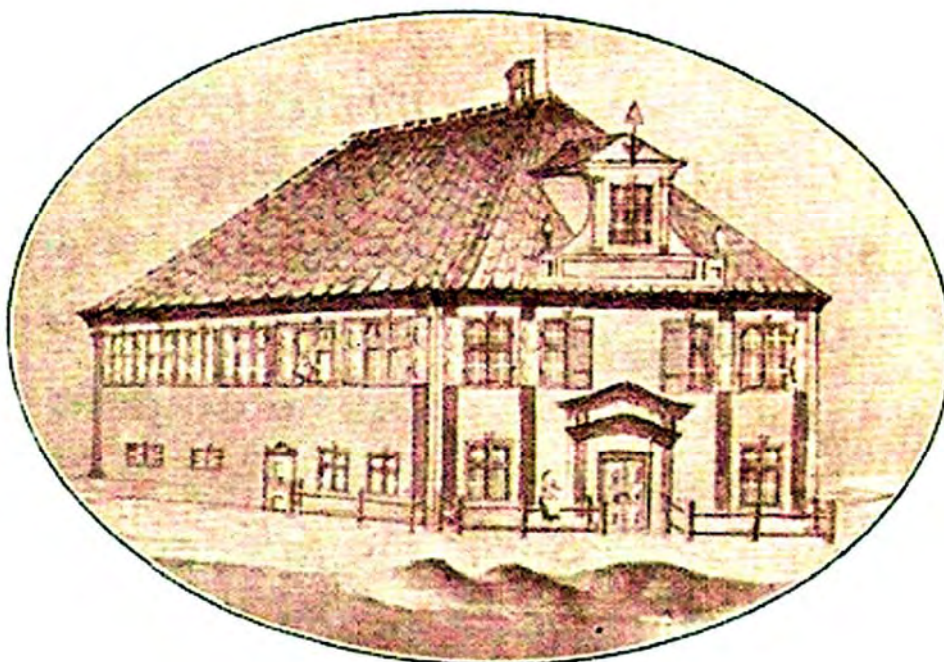


Ilustração 10 - Primeira Escola Franciscana Feminina em Dillingen
Fonte: HAAS, 2000

A rotina da "perfeita educação" que ministravam iniciava-se às 7 horas e 30 minutos da manhã com a missa diária anterior às aulas, das 8 às 10 horas. Retomada às 13 horas, estendia-se até as 15 horas e 30 minutos. Aos domingos, após a missa obrigatória, as alunas iam para a sala de aula, e eram sabatinadas sobre a pregação. Concluída a 4ª série, as alunas que desejassem ingressavam na Escola Normal de Dillingen, onde se habilitavam para o ensino, como verdadeiras cristãs úteis a Deus e ao Estado, garantindo o efeito multiplicador do método de Scheneller e a marca da Igreja na oferta de uma educação de excelência.

Diferentemente das Ursulinas, primeira instituição religiosa feminina consagrada à educação de moças, que remonta a 1535, e dos Jesuítas, cuja missão catequética, missionária e educativa a serviço da Igreja de Roma iniciou-se em 1540, a Ordem Franciscana surgiu mais remotamente, em 1208, como Congregação missionária mendicante, itinerante e contemplativa que pregava a pureza espiritual, o desprendimento dos bens terrenos e a identificação com os sentimentos de paz e alegria, longe da estabilidade e da segurança econômica dos conventos. A força de seu apostolado nos primeiros cinco séculos está vinculada à missão evangelizadora na Europa, Ásia, África e América, sendo a Ordem que granjeou maior número de adeptos, em grande parte, justificado pela natureza de sua missão evangelizadora e pelo carisma do seu fundador. Sua vida interna atribulada resultou em vários desdobramentos. Em 1517, tornou-se, em parte, conventual. Por uma decisão política, as irmãs de Dillingen assumiram tardiamente, em 1774, um projeto educacional de inspiração

masculina, que as utilizou como educadoras resilientes o suficiente para garantirem o sucesso dos seus superiores, a sua sustentação, a satisfação dos pais e a eficiência das alunas.

Para as irmãs franciscanas, a missão foi abraçada como chamamento divino. O criador, em sua onisciência, usando como mediador o bispo-príncipe Clemens Wenceslaus, despertou nas irmãs de Francisco sua latente vocação educativa, por cuja expressão sobreviveriam em tempo futuros. Acolhendo aquela missão, preparavam as irmãs o seu amanhã e o das muitas mulheres que educariam.

3.2.3 As luzes e a secularização: o retorno à pobreza franciscana

Já no ocaso do século XVIII, o exército de Napoleão ocupou o Castelo de Dillingen. Pelo pacto de paz selado em 1801, a França recebeu as terras da margem esquerda do Rio Reno, usurpando os principados e a maior parte dos domínios do bispo Clemens Wenceslaus. Para indenizar os príncipes seculares, o Estado decretou a desapropriação dos mosteiros e dos principados eclesiais, efetivando a secularização há muito arquitetada pela filosofia das Luzes. O racionalismo se reafirmava como fundamento de todo conhecimento e ação humana, suplantando o dogmatismo e os valores do mundo medieval.

O Grande Convento das Irmãs Franciscanas de Dillingen, juntamente com outros vinte, passou às mãos do governo da Baviera. Usurparam das irmãs seu patrimônio e sua economia própria: campos e florestas, lavouras, gado, cavalos, currais, imóveis, dinheiro. Os utensílios de cobre, estanho e latão, a prata, as pérolas e as pedras preciosas da igreja foram leiloadas pelo comissário local e pela Secretaria das Finanças de Dillingen sob a supervisão de um Comissário Geral, que ordenara vender tudo a quem mais oferecesse, "tal era o grande interesse por parte do Estado em conseguir dinheiro às custas de bens alheios" (HAAS, 2000, p. 95). As irmãs ficaram sujeitas à Lei Civil na condição de pensionistas, passando, cada uma, a receber quinze florins ao mês a partir de primeiro de outubro de 1805, quantia ínfima em face do padrão anterior, insuficiente até mesmo para uma alimentação digna, sem contar as necessidades de saúde e a impossibilidade de trabalho das irmãs idosas.

Reiteradas cartas da Mestra e um parecer do diretor da Secretaria das Finanças de Dillingen relatavam a precariedade da vida das irmãs, lembrando "que o governo dentro de seus propósitos humanitários, deveria tratar adequada e honestamente os membros que a secularização considerou penosos ao Estado" (Id, p. 98). Pedidos de aumento sucederam-se em expressões humílimas da Mestra ao relatar a penúria a que ficou submetida a comunidade.

Doze anos depois, em 1817, foram em parte, acolhidos. A secularização iluminista seguiria impondo à Ordem grandes dificuldades e ameaças que não passavam despercebidas à prudência das franciscanas, mobilizando-as à procura de novos ofícios que confirmassem sua utilidade social e o cumprimento do ministério franciscano.

A Mestra Celestina Hintermayer, ciente dos perigos que rondavam, então, os conventos, propôs ao rei da Baviera, através de sua consorte a Rainha Karoline, a inclusão do Convento no número dos prédios a serem restaurados para servirem à Educação, oferecendo os préstimos das irmãs como membros úteis ao Estado. Não obstante as diligências favoráveis da rainha, o governo do Estado indeferiu o pedido em 1824, tendo ainda **"a ousadia de oferecer o uso gratuito do prédio conventual à cidade de Dillingen, tão logo as irmãs se extinguissem"** (HAAS, 2000. p. 102, grifo nosso). Na iminência de ver a comunidade desaparecer para sempre, a Mestra sucessora, Angelina Hausler (1824-1836), relatou em carta remetida em 1826 a Ludovico I, novo rei da Baviera, a situação do Convento, o perigo de sua extinção que seria um desserviço à formação ético-religiosa das moças, à formação de uma nova geração de boas domésticas, mães piedosas e esposas virtuosas. Incansável na defesa da sua família franciscana, a irmã mestra roga que sua Alteza

queira perdoar a nós, criaturas femininas, quando ainda arde em nós, criaturas velhas, o zelo por nosso Instituto, por um Instituto que deverá tornar-se um refúgio para as moças desta pátria" (M.L. Schreyer Geschichte, v. II, p. 27-28, *apud* HAAS, 2000, p. 103).

Em resposta, o rei Ludovico concede a restauração do Mosteiro para fins educativos; assegura o uso do prédio do Convento, da Igreja e dos jardins anexos às irmãs, mas como propriedade do Estado; assegura-lhes pensão vitalícia; destina duas professoras para ampliarem o quadro do ensino; permite a admissão de noviças com a autorização do Governo Regional e do Ordinariado Episcopal; submete o Instituto Religioso conventual à Paróquia e à Diocese, e o Instituto de Ensino à supervisão da Inspeção do Ensino e do Governo Regional; finalmente, autoriza além da escola feminina mantida pelas irmãs desde 1774, a abertura de um educandário em regime de internato e externato para filhas da cidade e redondezas cujos pais pudessem pagar-lhes os estudos.

Tais decisões demandavam muita energia e trabalho, reformas no prédio, capacitação, adequação do Estatuto e, sobretudo, direção espiritual. A Regra de São Francisco continuava valendo, mas deveria sofrer emendas em vista da nova finalidade principal do Mosteiro, "a

qual fazia com que as religiosas de Dillingen não levassem mais vida contemplativa somente, mas procurassem ser úteis ao próximo e ao Estado, através da educação e formação da juventude feminina" (HAAS, 2000, p. 109). A missão educacional restituiu em parte a condição econômica das irmãs, e, sobretudo, abriu um campo de ação que se expandiu, através das casas filiais em terras européias, ao longo do século XIX, por solicitação dos sacerdotes e dos prefeitos. Quando estes consultavam as autoridades da Baviera sobre a qualidade do seu trabalho educacional obtinham sempre excelentes referências, tal como informa o parecer emitido em 1853, pelo governo da Suábia em resposta a uma solicitação da Franconia: "realmente, religiosas em geral são eficientes na Escola, mas as Franciscanas superam as outras. Pois elas, tendo muitas candidatas, admitem somente as melhores e assim têm boas professoras, cuja atuação consiste numa grande benção" (HAAS, 2000, p. 109-115).

Na segunda metade do século XIX, a Alemanha despontava como país industrial que formava trabalhadores especializados não só nas escolas, mas também nos canteiros de aprendizagem das grandes empresas. A educação libertara-se gradualmente das restrições dogmáticas eclesiais, evoluindo à luz da noção de que o guia da vida é a lei do dever. O modelo de universidade como complexo de escola de graduação com base em experimentação e pesquisa avançada, outorgando o direito de buscar a verdade **sem restrições ideológicas, políticas ou religiosas**, que se tornaria referência mundial, chamou a atenção dos ilustrados para demandas sociais antes desconsideradas: a condição feminina, a infância, os deficientes, os indigentes requeriam políticas específicas para as quais as virtudes franciscanas tinham sua importância.

Para nossas irmãs de Dillingen, as realizações deste século se iniciaram com a restauração do convento pelo Estado, para servir à sociedade como casa de educação, evoluíram com a fundação das casas filiais que abriam possibilidades diversificadas de atuação, tanto no âmbito da educação (creches, escolas primárias, escola industrial em sistema de internato e externato), quanto no campo da assistência social (institutos para surdos-mudos e deficientes mentais, cursos de formação de empregadas domésticas e operários, lares para crianças abandonadas), além da assistência à saúde. "As irmãs compreenderam-se como colaboradoras de Deus na construção de seu Reino no mundo, a serviço da Igreja e do Estado" (HAAS, 2000, p. 195).

No início do século XX, em um cenário europeu de guerras, abria-se novo campo de atuação: a América sensualística e necessitada de polimento, pela qual a Regra muito podia fazer através da educação. O poder eclesiástico ultramontano providenciou a missão

transoceânica das franciscanas de Dillingen: em 1913, os Estados Unidos; em 1937, o Brasil; em 1976, a Índia. Todas as missões partiam da casa-mãe em Dillingen, que ainda hoje se mantém como matriz das demais casas espalhadas pelo mundo. No Brasil, as primeiras missões franciscanas fixaram-se em Areia, na Paraíba e em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. A vinda das alemãs era de todo conveniente à Ordem, mas é oportuno lembrar as motivações ligadas à política educacional brasileira no período Vargas e o interesse das oligarquias em proporcionar, através da educação, a ordem, a disciplina e o rigor necessários ao controle da juventude e da índole feminina.

Atualmente, a congregação continua ofertando educação a uma reduzida demanda, convivendo e aprendendo no diálogo franciscano com as comunidades liberadas da outrora vigiada relação com Deus. A dinâmica atual da congregação é “viver os momentos de contemplação e os de ação, estar para receber e para dar, deixar-se amar e amar” (HAAS, 2000, p. 196), afirmando seu carisma no exemplo inesgotável de Francisco de Assis. Contemporaneamente, o foco de sua atuação redireciona-se em favor das comunidades carentes. Neste sentido, as irmãs mantêm uma casa de formação que recebe adesões, localizada nas “Cinco Bocas”, no bairro de Mandacaru em João Pessoa. A propriedade de Areia, hoje com menos de trezentos alunos, é também residência das irmãs e, desde 1964, sede provincial, sob o patrocínio de Maria Medianeira das Graças, que reúne as casas do Nordeste em uma única jurisdição, tendo atualmente como superiora a irmã Flávia Brito.

Escritora amplamente consultada nesta obra, a Irmã Michaela Haas, alemã de nascimento e radicada no Brasil desde 1952, reporta-se à história de sua congregação como “semelhante à de Jesus: como Ele acolheu a força do Espírito durante trinta anos silenciosos para depois estar atuando entre os homens, assim também as nossas irmãs, no seu longo tempo de clausura e contemplação experimentaram e ouviram o Paráclito, acolhendo depois o seu chamado à ação”, cumprindo a Regra de perfeita imitação a Cristo formulada no século XII pelo Seráfico Francisco (HAAS, 2000, p.196).

3.3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FRANCISCANA FEMININA

Presentificamos, neste trabalho, o período de 1937 a 1970, que atualiza a noção de convento como entidade híbrida, simultaneamente comunidade residencial e organização formal, casa de devoção e de instrução, em cujo interior são providas todas ou quase todas as

necessidades da vida, sob a administração de uma autoridade central. Um conjunto de regras formais explícitas orienta as atividades, racionalmente planejadas, cronometradas e executadas para atenderem aos objetivos da instituição⁵⁴, que “em nossa sociedade é uma estufa para mudar pessoas; um experimento natural sobre o que se pode fazer do eu” (GOFFMAN, 1974, p. 22).

O processo de formação que passamos a descrever era literalmente cumprido pelas irmãs do Colégio Santa Rita de Areia, no período a que se reporta esta pesquisa. Nossa intenção é referenciá-lo à noção de “identidades,” que elegemos como norteadora deste trabalho. O aprimoramento do espírito para a grandiosa missão de imitar a Cristo justifica o rigor na preparação das operárias. O desligamento do mundo, cuidadosamente elaborado ao longo do postulante e do noviciado, é aperfeiçoado até a auto-renúncia e exige não apenas a obediência à Regra, mas, sobretudo, a experiência de ser uma nova pessoa, cuja identidade é construída por meio de estratégias de identificação apoiadas nas fontes documentais legadas por São Francisco e seus seguidores primevos e também na pujança do simbolismo franciscano.

Assim, a formação das religiosas de Dillingen, seguindo o exemplo de São Francisco,⁵⁵ constitui preocupação central e requer dedicação especial das mestras e das candidatas, cujos requisitos de aceitação são: sadias disposições corporais, espirituais e psíquicas; motivação para a vida religiosa; amor à igreja e aptidão para a vida comunitária. “O objetivo da sua preparação é o desenvolvimento da religiosa no sentido de tornar-se uma personalidade impregnada do Evangelho e que, como mulher, queira viver uma autêntica doação a Cristo” (Regra e Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1982, Cap. VI, 6.1, p. 61). Neste propósito, as candidatas perseguem estágios distintos de uma formação que nunca estará concluída, pois a formação integral funde-se ao apostolado e deve se realizar ao longo de toda uma vida impregnada do espírito de São Francisco.

A pobreza não deveria constituir obstáculo para ingresso num convento de São Francisco. Antes, eram considerados o coração e o espírito da postulante, mas um enxoval básico era necessário e compunha-se de 03 lençóis de 2m x 1,10m, 01 travesseiro de 50 cm x 50cm, 02 cobertores de lã, 02 colchas brancas, 03 toalhas de rosto, 02 toalhas de banho, 02

⁵⁴ Por sua organização interna, pela apropriação particular do espaço e pelo controle estrito dos seus membros, os conventos, manicômios e prisões são classificados por Goffman (1974) como instituições totais. Foucault (2008) os classifica como instituições completas e austeras.

⁵⁵ Francisco formava os co-irmãos com rigorosa preocupação, ensinando-os a andar com passo indeclinável no caminho da santa pobreza e da bem-aventurada simplicidade. Toda ação neles era disciplinada. Seus ensinamentos eram realizados “não tanto pela palavra e pela língua, mas mormente em obra e verdade ele formava os novos filhos” (1 Celano, Cap. XV, 41, 6. TEIXEIRA, 2008, p. 226)

sacos para roupa servida, 02 véus de filó branco, 06 combinações, 12 calças, 03 camisolas, 06 lenços, 06 pares de meias brancas curtas, 02 pares de sapatos pretos de salto baixo, 01 par de chinelos, 01 bacia com jarro e 02 copos, 01 talher completo com 04 guardanapos, 01 caixinha com utensílios de costura (dedal, tesourinha, agulhas, linha branca e preta, botões, pressões etc.), pentes grosso e fino, escovas (para dentes, calçados e roupas), sabonetes, pasta dentifrícia, graxa preta e os vestidos usuais de casa, além de Cr\$ 500,00 para uma farda, e documentos: registro de nascimento, certidão de batismo, certidão de crisma e atestado de saúde (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1937 a 1964, parte A, página avulsa, Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças).

As primeiras candidatas chegaram a Areia em 1946, mas a Sé Apostólica só autorizou a instituição do noviciado no colégio em 1947. Assumiam pesada carga de ocupações domésticas: na cozinha, no refeitório das internas, no jardim e na horta, na lavanderia e na rouparia, na limpeza do piso, das janelas e das portas, trabalhando em silêncio ou rezando o terço como parte das normas disciplinares. Referindo-se ao trabalho das candidatas e noviças, Madre Inviolata, dotada de sensibilidade e de senso de justiça, escreveu em uma carta datada de 31 de julho 1951 a Madre Siegfrieda, que se encontrava na Alemanha: “Todas elas deviam ter mais tempo para o estudo” (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, Parte A, item i, página avulsa). Esta carga excessiva de trabalho era uma das causas da grande desproporção entre o número de jovens que chegavam e as que permaneciam, ao lado da rigidez da hierarquia e da “superioridade” das europeias em relação às miscigenadas postulantes brasileiras, mas a região polarizada pelo município de Areia era reconhecida como pródiga em vocações.

Ao entrar no Convento, **a candidata** começava sua formação em que deveria percorrer todas as instâncias da casa. Paralelamente ao estudo e ao trabalho, iniciava-se na meditação e cumpria a rotina de orações sob a orientação da mestra. Usava saia azul marinho presa à blusa branca por quatro botões. Cobria a parte superior da blusa uma pelerine, espécie de gola feminina que cobre os ombros e o peito, na cor da saia. No peito, um crucifixo preso ao pescoço por um cordão preto. Concluída a formação inicial, nunca inferior a um ano, e persistindo o desejo de abraçar a vida religiosa, a jovem ingressava no noviciado, rigoroso período de estudo e oração. Mantinha-se reclusa e em silêncio. Interrompia os estudos seriados, retomando-os após um ano. Já participava do ofício Divino juntamente com as irmãs professoras. Seu ingresso no noviciado se dava em cerimônia especial. Entrava na Capela em traje de noiva, a cabeça coberta com véu e **coroa de flores brancas** (Ilustração 11),

simbolizando sua pureza, que ofertava a Cristo. No alto da cabeça, os cabelos alinhados em quatro cachos pendentes eram cortados e aparados em uma bandeja como sinal de desligamento do mundo. Recebia o **hábito** preto longo sobre o qual era colocada uma pelerine preta arrematada por pequenina gola branca. Recebia o escapulário, o terço e a cruz missionária. Compunham seu novo traje, sapatos e meias pretas.



Ilustração 11 - Coroa usada na cerimônia do noviciado
Fonte: acervo do Colégio Santa Rita

Enquanto atributo externo, o hábito tem como chave de leitura a virtude da humildade, que remete aos penitentes e aos mendicantes, simbolizada nas cores cinza, marrom ou preta, segundo as distintas famílias franciscanas. Francisco remetia a cor da veste à humildade da cotovia cuja plumagem “assemelhava-se à terra, oferecendo aos religiosos um exemplo de que não devem ter vestes coloridas e elegantes, mas como que roupas descoloridas a modo da terra” (Compilação de Assis, 14, 10-11. TEIXEIRA, 2008 p. 853). O hábito agrega também o sentido de purificação, pois o cordão remete à tradição do povo hebreu que cingia os rins no sentido de obter a purificação do corpo e do espírito. O Novo Testamento também adota este simbolismo na figura de João Batista, precursor de Jesus, que, despindo-se de toda vaidade, vestia-se com peles de animais e sobre a veste usava uma corda para cingir os rins (Mc. 1,6; Mt. 3,4). O hábito agrega também a ideia de poder, pois é socialmente visibilizado como extensão do divino e do sagrado.

Completando o traje, recebia um **véu branco**, cujo uso pelas religiosas corresponde ao uso do solidéu, do latim *solī Deo*, somente a Deus, pelos dirigentes da igreja, indicando a

necessidade de preservar o pensamento das coisas mundanas. O corte dos cachos de cabelo⁵⁶ que precedia a sua colocação, além de medida higiênica, incorporava o sentido de desprendimento da vaidade, da sensualidade e da feminilidade, já que a diferença entre os sexos tem como uma das marcas a pilosidade e seus usos. Operava-se, assim, uma mutilação simbólica ao eu feminino, pois “o pêlo está duplamente colado ao íntimo: por sua penetração interna, por sua proximidade com o sexo. Suas raízes penetram o corpo no ‘eu-pele’, essa fina película que limita interior e exterior” (PERROT, 2007, p. 51). A Igreja sempre esteve cuidadosa em relação aos cabelos femininos. Ao referir-se à mulher orante, o apóstolo Paulo faz recomendações sobre o uso do véu e sobre o cabelo: “Portanto, se a mulher não usa véu, nesse caso que rape o cabelo. Mas se lhe é vergonhoso tosquiá-lo, ou rapá-lo, cumpre-lhe usar o véu” (1 Cor. 11,5-6). Para as franciscanas,

o véu cumpria a finalidade de ajudá-las a desenvolverem uma atitude de humildade e de adoração a Jesus; a compreenderem sua vocação, a perseguirem a maturidade espiritual, a internalizarem sua nova identidade e seu lugar no mundo (Depoimento da Irmã Maria Agnes Soares, do Colégio Santa Rita de Areia/PB, em 13.05.2009).

Nascimento implica nomeação. Assim, ao nascer em Cristo, a religiosa recebia um novo **nome** escolhido pela superiora, que posteriormente passou a ser escolhido pela noviça e, atualmente, tornou-se opcional. O nome comporta um simbolismo que, para além da pertença familiar, da identificação legal e do reconhecimento social, se inscreve no psiquismo como uma possessão a partir da qual se consolida a noção do eu. Sua substituição constitui uma desapropriação simbólica, uma ruptura das vinculações com a família e a infância e uma descontinuidade na individuação. Portanto, “qualquer que seja a maneira de ser chamado, a perda do nome é uma grande mutilação do eu” (GOFFMAN, 1974, p. 27).

Pelo **voto de pobreza**, a religiosa abdica de suas pertencas particulares em favor da comunidade, onde cada pessoa é suprida conforme a sua necessidade⁵⁷. Uma vez que as pessoas atribuem sentimentos do eu àquilo que possuem, imprimindo-lhes valores como elementos integrativos da sua identidade, o despojamento dos seus bens gera a perda de um

⁵⁶ A tosquia foi prática usual nas instituições totais com finalidade higiênica, mas também disciplinar para os militares, niveladora para os detentos, de inferiorização para os escravos, de banimento para os deportados, distintiva para sacerdotes, de purgação para as feiticeiras cujos cabelos as predestinavam ao diabolismo. As normas para a instauração e condução dos processos inquisitoriais determinavam sua raspagem sob a alegação de que nas cabeleiras elas podiam ocultar objetos perigosos (KRAMER; SPRENGER, 1997, Questão XV).

⁵⁷ A renúncia à riqueza material como propriedade individual, postulada e vivida por Francisco, está afirmada na Regra e tem fundamento em At 4, 32-37.

sentido de segurança pessoal que afeta a identidade. “As ordens religiosas avaliaram muito bem as conseqüências para o eu, dessa separação entre a pessoa e seus bens” (GOFFMAN, 1974, p. 28). O chamamento de Jesus - “Francisco, reconstrói a minha casa” - institui o simbolismo da **Cruz Missionária**, a Cruz de São Damião, que sintetiza vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo (Ilustração 12). Diante desta cruz, Francisco viveu a experiência mística de ser escolhido pelo próprio Crucificado para proclamar sua mensagem salvífica. As irmãs franciscanas portavam a Cruz Missionária pendente ao pescoço sobre o peito. Algumas internalizaram seu simbolismo com tal convicção que

mesmo quando em idade avançada, foram liberadas pela Ordem para retornarem ao seu país de origem, não o fizeram⁵⁸, por entenderem que estariam profanando o voto de fidelidade missionária proferido quando receberam a Cruz naquele longínquo 17 de maio de 1937, na solenidade do envio ao Brasil. (Depoimento da Irmã Flávia Brito, superiora da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Areia-PB).



Ilustração 12 - Cruz Missionária
Fonte: Acervo do Colégio Santa Rita

A iconografia franciscana é rica e diversificada, transitando do erudito ao popular, dos altares às ruas. Um ícone, em particular, associa-se mais diretamente à simbologia da Cruz Missionária: sustendo a Cruz, o braço de Jesus e o de Francisco se entrecruzam; o do

⁵⁸ Encontram-se sepultadas no Cemitério de Areia, as irmãs Teodolinde Brenner (1891-1942); Siegfrieda Heinrich (1898-1985); Venantia Schmid (1901-1976); Filipine Schneider (1906-2003); Inviolata Scheckenbach (1907-1982); Justitia Kastner (1907-1984); Trautlinde Frichholz (1912-1993); Eleonore Brumm (1916-1999); Friedheid Spätt (1916-2006) e Francisca Schmitt (1925-2001).

Crucificado, desnudo; o de Francisco, coberto pela manga do hábito (Ilustração 13). O apelo visual deste ícone evidencia claramente o compromisso franciscano de carregar com Jesus a Cruz, símbolo da salvação.



Ilustração 13 - A cruz, os braços e o cordão, símbolos do franciscanismo
Fonte: Acervo do Convento Santo Antonio

Ao professar os **votos simples**, a religiosa usa na cabeça uma **coroa de flores róseas**, (Ilustração 14) simbolizando a perfeição perseguida por São Francisco no propósito de imitar a Cristo. O véu branco é substituído pelo véu preto.



Ilustração 14 - Coroa de flores róseas usada no proferimento dos votos simples.
Fonte: Acervo do Colégio Santa Rita

O ponto culminante desta solenidade é o compromisso com o Reino de Deus, selado pela recepção do **Anel esponsal** (Ilustração 15) que agrega uma complexa simbologia. O anel é referido com símbolo de aliança e reconciliação⁵⁹. Na simbólica eclesiástica o anel representa totalidade, continuidade, eternidade e perfeição.



Ilustração 15 - Anel esponsal das franciscanas de Dillingen
Fonte: Acervo da Irmã Maria Inês Barbosa

Ao recebê-lo, a irmã compromete-se a preservar sem mácula seu compromisso com a Ordem Religiosa e com a Igreja, esposa de Deus, que a partir de então, representa. O anel é também um símbolo material que atesta a autoridade da religiosa como filha restauradora da Igreja perante o mundo. O anel das religiosas de Dillingen é confeccionado em ouro, com a chapa em ônix, sobre a qual estão inscritas as letras gregas “IHS” representando o nome de Jesus, traduzidas também como “Jesus Hóstia Santa” e “Jesus Homem Salvador”. Acima da inscrição, o desenho de uma cruz; abaixo, estão representados os cravos, instrumentos de suplício que estigmatizaram os pés e as mãos de Jesus ao prendê-lo à Cruz, cujos estigmas foram recebidos por São Francisco no Monte Alverne, dois anos antes de sua morte.

Nos **votos perpétuos**, proferidos três a cinco anos após os votos simples, a religiosa renova, em caráter definitivo, a adesão a Cristo na vida e na morte, a aceitação plena da experiência do Crucificado, simbolizada na recepção de uma coroa de espinhos (Ilustração 16)

⁵⁹ Este sentido está referido na parábola do Filho Pródigo em Lc. 15, 11-32.

É um ritual de entrega total, marcado pela prostração da religiosa ao chão enquanto dura o cântico solene da Ladainha de Todos os Santos pela comunidade religiosa, invocando a Deus pela fidelidade da irmã, que recebe uma **coroa de espinhos** simbolizando seu desejo e dever de assemelhar-se a Jesus Crucificado. Nesta adesão plena à Ordem e à Igreja, torna-se, então, membro efetivo da Congregação, com todos os direitos e deveres de sócia do patrimônio material e espiritual do Convento a que pertence, tendo sempre em mente que o preço do direito é cumprir o seu dever (Depoimento da Conselheira Geral Irmã Inês Barbosa Alves, em 14.05.09, na Biblioteca do Colégio Santa Rita em Areia/PB).



Ilustração 16 – Coroa de espinhos usada na solenidade dos votos perpétuos
Fonte: Arquivo do Colégio Santa Rita

São Francisco de Assis transitava muito bem no universo dos símbolos que, ao longo de oitocentos anos de existência da Ordem, têm sido ricamente explorados em sua natureza, em sua forma, em sua capacidade analógica e substitutiva. Embora os atributos que os caracterizam sejam mutáveis, sujeitos a adequações de uso e abertos a novas interpretações, a força da simbólica franciscana tornou-se universal, e suas insígnias, poderosos dispositivos de identificação. No contexto do presente estudo, os símbolos adotados pelas irmãs franciscanas eram de uso obrigatório. Atualmente são, em parte, opcionais.

Um dos distintivos da “totalidade” conventual é a regulamentação, e, para o seu fiel cumprimento, a vigilância e o julgamento de todas as ações dos congregados (as). Tal é o caso da **palavra**, cujo uso tem sido um recurso laboriosamente explorado no contexto religioso católico⁶⁰. A competência para interpretá-la, o *status* dos seus proferidores, o lugar

⁶⁰ O poder da palavra é realçado em momentos cruciais da história cristã-católica. Pelo divino “fiat”, converteu-se o verbo em realidade criando-se o universo, o homem, o pecado, os povos e as línguas (Bíblia Sagrada, Gn); no simbolismo da parábola Jesus instituiu o Cristianismo (Mt., Mc., Lc., Jo); batizados pela chama do Espírito, os onze apóstolos receberam o dom da palavra em línguas antes ignoradas (Lc. 16,15-17; Atos 2, 1-3); A um chamado de Jesus, converteu-se Paulo em evangelizador, expandindo o Cristianismo pela palavra (Atos);

institucional de onde falam; o acesso ao *corpus* de enunciados já existentes, a capacidade de converter o discurso professado em práticas não-discursivas e a reciprocidade a outros discursos contemporâneos que lhe são exteriores, fortaleceram o discurso eclesial conferindo-lhe uma hegemonia cujos efeitos ultrapassariam largamente o seu apogeu, alcançado na Idade Média. Ao licitar um *corpus* enunciativo, a Igreja exclui as enunciações que lhe são incompatíveis⁶¹, explorando também o veto à palavra excluída das suas escolhas estratégicas, como o fazem as ordens religiosas quando impõem o silêncio, a reclusão, o desligamento aos congregados que extrapolam suas fronteiras enunciativas. No caso da Ordem Franciscana, a obediência prevista na Regra constitui o dispositivo regulador que permite ou interdita a palavra aos membros da congregação⁶².

Tais estratégias de controle da palavra continuam válidas, embora com flexibilizações e atenuações. Neste sentido, cabe indagar sobre a dialogicidade da educação franciscana no período estudado. Cabe, outrossim, indagar sobre a influência do discurso franciscano nas práticas não-discursivas pelas quais se estruturam as identificações de gênero e profissão. Cabe, por fim, indagar sobre as possibilidades de alargamento daquele *corpus* discursivo pelas articulações encetadas por suas protagonistas no imbricamento das culturas germânica e nacional.

A experiência fundamental de São Francisco foi a de aceitar a Jesus como centro absoluto da própria existência e inserir-se como colaborador do projeto divino irradiando a alegria e a gratidão de participar da sua missão. Tal como Jesus enviou seus discípulos dizendo: “Ide e anunciai” (Mt. 10, 5-8), Francisco, em seu propósito de imitação ao Cristo, adotou a saudação “**Paz e Bem**” no envio dos Frades Menores, exortando-os a pregar a Palavra com alegria e a testemunhá-la com doçura:

Agostinho, a “Luz da Igreja”, polemista e doutor em Retórica destacou-se pelo uso da palavra consolidando o catolicismo (BROW, 2005; ESTAL, 1999; POSSÍDIO, 1997); foi a palavra das ordens religiosas o principal veículo de transmissão da verdade canônica da Contra-Reforma, emanada do Concílio de Trento (HANSEN, 2007); também pela palavra converteram-se os gentios do Novo Mundo. No caso brasileiro, coube ao **franciscano** frei Henrique Soares, o proferimento inaugural do catolicismo, quatro dias após o achamento oficial com a celebração da primeira missa.

⁶¹ Toda formação discursiva é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de constituição de suas escolhas que admitem ou excluem do seu discurso um certo número de enunciados. Daí o fato de que qualquer discurso pode ser retomado e analisado à luz de uma nova constelação discursiva (FOUCAULT, 2007, p. 74-75).

⁶² Exemplo contemporâneo é o caso do franciscano Leonardo Boff, teórico da Teologia da Libertação, cuja hermenêutica substitui as categorias idealistas tradicionais por categorias históricas que atualizam as relações entre a Igreja e o mundo, na defesa dos pobres e oprimidos. Após sucessivas represálias (suspensão do direito de publicar livros, afastamento da direção editorial da Revista Vozes, proibição temporária de lecionar no Instituto Franciscano de Petrópolis, além das advertências recebidas da Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano), Boff anunciou sua decisão de abandonar o sacerdócio em 1992 (BARSA, 1999).

[...] a paz que anunciais com a boca mais deveis tê-la em vossos corações. Ninguém seja por vós provocado à ira ou ao escândalo, mas todos por vossa mansidão sejam levados à paz, à benignidade e à concórdia. Pois é para isso que fomos chamados: para curar os feridos, reanimar os abatidos e trazer de volta os que estão no erro (MAZZUCO, 2008, p. 4).

A simbólica franciscana é rica e diversificada. Não nos sendo possível no contexto deste trabalho esgotar seu significado, concluímos este tópico com a simbologia do **TAU** que chancelava os escritos de São Francisco e ganhou surpreendente popularidade (Ilustração 17). É um símbolo ancestral encontrado nas pinturas rupestres das civilizações primitivas, nos documentos do faraó Achenaton, na arte da civilização Maia, e difundido na Idade Média como representação do equilíbrio, da perfeição e da vitória. Na Bíblia, é referido por Ezequiel (9, 1-7), para assinalar os justos que foram poupados do extermínio ordenado sobre Jerusalém por causa da idolatria. Esta insígnia foi reeditada em 1215, no Concílio de Latrão presidido pelo papa Inocêncio III, em um contexto eclesial imerso na heresia, na luxúria e no poder temporal, como símbolo da necessária conversão do clero.

Como um dos participantes do Concílio, São Francisco passou a usá-lo como selo de identificação em seus escritos. “O sinal do TAU era-lhe familiar acima de todos os outros: utilizava-o como única assinatura para suas cartas e pintava-lhe a imagem nas paredes de todas as celas” (3 Celano, Cap. II, 3,4. TEIXEIRA, 2008, p. 444). Revigorou sua significação como signo de penitência e conversão, como símbolo da perfeição que perseguia em sua missão, como marca de filiação a Deus e como sinal de salvação.



Ilustração 17 – TAU, símbolo de identificação da família franciscana
Fonte: acervo do Convento de Santo Antônio
Complexo Arquitetônico de São Francisco – João Pessoa /PB

Uma chave para sua interpretação é a linguagem: o TAU é a última letra do alfabeto hebraico, a décima nona letra do alfabeto grego, correspondente à letra T do alfabeto português. Pode ser também, analisado sob o prisma da geometria: verticalidade e horizontalidade; céu e terra; espírito e matéria; o divino expressando-se na condição humana que está sempre em busca daquilo que transcende a sua condição temporal. “Como grafia em forma de Cruz, o TAU é um sacramental que representa o caminho da salvação, e o símbolo de identificação dos membros da Ordem Franciscana” (Depoimento da Irmã Maria Rosa de Santana em 14/mai./2009, na Biblioteca do Colégio Santa Rita).

A partir desta sucinta visão sobre a identidade franciscana construída na riqueza das fontes a que aludimos, reafirmamos nossa pressuposição sobre a influência da educação franciscana nas identificações de gênero e profissão das alunas do Colégio Santa Rita, no período de 1937 a 1970.

SEGUNDA PARTE

O UNIVERSO DA PESQUISA E A MISSÃO FRANCISCANA

4. AREIA, PATRIMÔNIO NACIONAL

Neste capítulo, apresentamos a cidade de Areia - nossa terra natal, onde está situado o *lôcus* desta pesquisa – o Colégio Santa Rita - escola em que estudamos, cuja fundação, demonstraremos, é anterior a chegada das franciscanas a Areia. Em fidelidade às fontes consultadas e ao espírito da pesquisa, utilizamos uma sintaxe libertada da rigidez metodológica moderna, que no passado limitou a expressão da personalização, felizmente acolhida nos atuais cânones epistêmicos. Adotamos, nesta leitura sobre Areia, a noção de ciência distanciada dos modelos homogeneizantes e supra-ideológicos, e assumimo-la no sentido que referimos na abordagem metodológica constante na introdução a esta tese: como “conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos une pessoalmente ao que estudamos” (SANTOS, 2003, p.85). Guiamos nossa investigação pela seguinte indagação: seria Areia um campo propício ao investimento católico para a educação feminina?

4.1 MEMÓRIAS DE UMA CIDADE

No alto da serra, onde a Borborema “ergue o busto para o céu,”⁶³ perfila-se o casario. Nos lados, a grota do Bonito e a do Quebra. Das encostas aos vales que impõem o arremate do espaço urbano, as fontes do Pirunga, do Limoeiro, do Bonito e do Quebra. Nos arredores, riachos a cantarolar cantigas de ninar. Cortando o casario, a folhagem da Gameleira, a sussurrar segredos de namorar. Nesta descrição regionalista,

Areia aparecia como encalhada nos astros e desaparecia num desmaio. Circundava-a uma natureza de contrastes, toda complicada em curvas violentas. O horizonte trancava-se de um lado, quase rente com os telhados e recuava do outro lado, até a infinita perspectiva (ALMEIDA, 2004, p. 61-62).

⁶³ Expressão de Horácio de Almeida na obra “Pedro Américo: Notícias Biográficas”, 1982, p. 44.



Ilustração. 18 - Praça Central de Areia, envolta pela névoa.

Fonte: Acevo da AMAR (Associação dos Moradores e Amigos de Areia).

Abria-se a acolher o beijo de fecundidade do sol e logo negaceava, ocultando-se no véu de organza da névoa e nos outeiros que a encastelavam (Ilustração 18). Essas imagens, anteriores ao silenciamento dos riachos e à derrubada da majestosa floresta que a emoldurava com arabescos áureos na florada dos ipês, ao tombo da Gameleira, relicário dos sonhos e segredos da cidade, permanecem vivas na memória dos seus filhos e visitantes.

Entradas àquelas sertanias inóspitas, à época da colonização, seguiram as indicações da própria natureza, tal como fez Manoel Rodrigues, em 1625, quando escalou a Borborema, ao seguir a montante do Mamanguape, e do Mandaú, seu afluente, na oitava do salto do Riacho Pitombeira, em gargalhada abafada pela acústica da vegetação, primitivamente, “imensa matta de gigantescas arvores de todas as espécies que tomavão os raios do sol aos profundos vales e grotas onde correm os ribeiros” (JOFFILY, 1977, p. 49).

Era de cogitar que aquela terra matizada em vermelho e roxo ocultasse tesouros sob sua indomável anatomia disposta em píncaros cobiçosos de beijar o céu e em depressões abissais desejosas de devassar o secreto do seu próprio ser. Nesta intenção, o invasor holandês Maurício de Nassau determinou, em 1641, incursão ao Sertão de Bruxaxá a procura de ouro,

sob o comando de Elias Herckmans que, com 113 homens, “andou dois meses abaixo e acima, em grandes trabalhos e perigos, havendo percorrido e ultrapassado o território de Areia, sem nada descobrir” (ALMEIDA, 1980, p. 2).

Do lado oriental da Borborema, uma estalagem e um curral construído pelo pioneiro Pedro Bruxaxá definiram, desde os primórdios, a vocação de pouso, acolhimento e liame que viria a ser confirmada para o Brejo de Areia: ali os Cariris se instalavam quando a caça e a coleta escasseavam em outras áreas do seu território; ali os Potiguaras expulsos do litoral fixaram seus últimos redutos de resistência aos invasores brancos; ali, os brancos estabeleceram pontos de apoio importantes para a conquista e ocupação definitiva dos sertões; ali, descansavam os tropeiros e seus animais; ali também, “os primeiros colonos fundaram sítios às margens dos regatos, erguendo palhoças que mais tarde seriam substituídas pelas casas-grandes dos engenhos” (FIUZA, *et al.* 1998, p. 43).

À primeira sesmaria requerida por João Morais Valcácer, em 1672, sucederam-se outras que ao longo da colonização seriam subdivididas em pequenas propriedades. Em fins do século XVIII, o Sertão de Bruxaxá estava conquistado e povoado por famílias da Paraíba e de Pernambuco, atraídas pela prodigalidade da terra onde já se cultivavam a mandioca, o milho, o fumo e o algodão que, entre 1780 e 1850, tornou-se um produto de exportação para atender as necessidades da Revolução Industrial vigente na Inglaterra a partir de 1750⁶⁴. O comércio estava estabelecido e o território da brava nação Cariri, enfim dizimada, estava ocupado por rebanhos de gado.

No século XIX, não apenas as transações agrícola e pastoril da zona do Brejo, mas também do Litoral com destino ao Sertão e deste em sentido inverso, até a capital, convergiam a Areia, então um centro econômico, político e cultural cuja importância extrapolava o âmbito da Província, ecoando no Império do Norte. Conquanto prestigiosa tal projeção acarretou pesado ônus, exigindo dos seus filhos denodo e coragem em momentos decisivos da história, com sacrifício de muitas vidas na Revolução de 1817⁶⁵, na

⁶⁴ A decadência da cultura algodoeira na Paraíba ocorreu em função do fim da Guerra de Secessão entre os Estados do Norte e do Sul dos Estados Unidos, e da retomada da produção por aquele país com maior vantagem em relação ao Brasil. Na Paraíba, além da dificuldade de abertura de mercados, as chuvas e as pragas prejudicavam a produção (ALMEIDA, 1980).

⁶⁵ Iniciada em 1817 no Recife, a Revolução Pernambucana, de inspiração liberal, propugnava a implantação do regime Republicano em reação ao pesado ônus imposto ao Nordeste pela política joanina para fazer face aos gastos de manutenção da Corte no Rio de Janeiro. Entre os insurretos que tiveram seus bens sequestrados e foram remetidos à masmorra da Bahia, estavam os areienses Antonio José Fernandes Nobre e Manuel Coelho Serra, que foram anistiados em 1821 (ALMEIDA, 1980, p. 21).

Confederação do Equador em 1824⁶⁶, e na Revolução Praieira em 1848⁶⁷. O brasão da cidade (Ilustração 19) sintetiza sua intrepidez: as cinco arruelas representam as famílias fundadoras de Areia; as quatro estrelas representam as revoluções de que Areia participou; a tradução do lema do brasão é “Fortalecei-me nas Lutas” (CARDOSO, 2008).



Ilustração 19 - Brasão da Cidade de Areia
Fonte: Prefeitura Municipal

Mas, a verve revolucionária não fora um privilégio das elites. As camadas populares também protagonizaram duas grandes insurreições: a do “Ronco da Abelha”⁶⁸, em represália à Lei de Terras e à Lei do Registro, e a do “Quebra Quilos”⁶⁹ contra o Imposto do Chão, a Lei

⁶⁶ Na Confederação do Equador através da qual pretenderam os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba constituir uma República Independente, Areia sediou o governo revolucionário da Província, negando-se, através do Senado da Câmara Municipal, a aprovar a Carta Magna de 1824 e a reconhecer como governador da Paraíba o Senhor Felipe Nery, nomeado pelo Imperador D. Pedro I, aclamando Félix Antonio Ferreira de Albuquerque em seu lugar. Mesmo não conseguindo seu intento separatista, a Confederação do Equador contribuiu para a queda de D. Pedro I em 1831.

⁶⁷ A Revolução Praieira iniciada em Recife, pleiteava a nacionalização do comércio, da indústria e do artesanato, quase que exclusivamente exercidos pelos portugueses. No embate final, praieiros liberais e tropas imperiais combateram por 8 horas na cidade de Areia sob a chefia de Joaquim dos Santos Leal. Com a vitória das tropas imperiais, sucederam-se as fugas, prisões e morte dos mentores da revolta.

⁶⁸ O Ronco da Abelha posicionava-se contra a Lei de Terras expedida em 1850, que garantia a posse da terra a quem por ela pagasse, reforçando o poder dos proprietários em detrimento dos meeiros que, com a proibição do tráfico negreiro passaram a receber o tratamento dispensado aos cativos. Opunha-se também ao Decreto 798, expedido em 1851, que retirava da Igreja, para escrivãos laicos, a incumbência de emissão do Registro de Nascimento que atestava ser a pessoa escrava ou livre. A população pobre, que confiava menos nos leigos que na Igreja, rebelou-se qual enxame de abelhas e a volta à normalidade só ocorreu com a mediação dos missionários Capuchinhos acionados pelo governo para restabelecer a paz, depois de revogado o Decreto. Opunha-se ainda ao recenseamento implantado pelo Império.

⁶⁹ A revolta do Quebra Quilos assumiu caráter de levante de massas em represália ao Imposto do Chão que impunha taxas extorsivas pelas cargas expostas nas feiras, e em represália à Lei Imperial nº 1157, de 26 de julho de 1862 que instituía o Sistema Métrico Decimal visando inserir o país no padrão de comércio internacional.

do Sistema Métrico Decimal e a Lei do Recrutamento Militar. Na primeira, as “abelhas” conseguiram a revogação da Lei do Registro. Na segunda, 600 “quebra-quilos” assaltaram Areia, quebraram os pesos e medidas, destruíram o açougue público e a casa de coletoria. Conseguiram a redução da tarifa do Imposto do Chão e mudanças na Lei do Recrutamento Militar. Tropas imperiais chegaram a Areia quando os rebeldes haviam partido e, em represália cometeram abusos à população: assaltos, estupros, prisões e a terrível tortura aplicada na Guerra do Paraguai, que consistia em envolver o corpo do prisioneiro com um couro cru molhado, que exposto ao sol, encolhia, pressionando o tórax até combalir seus órgãos, provocando hemorragia e morte.

Na Paraíba, como no Brasil, a escravidão do nativo fora uma empreitada inglória. Indócil ao sistema de trabalho imposto pelo colonizador e exímio conhecedor do território, o nativo evadia-se facilmente. Por outro lado, o comércio de africanos concentrado no Recife consolidava-se como atividade economicamente vantajosa, conveniente ao governo e às elites, facilitando a aquisição ao gosto dos compradores: os mais afilados para o serviço na casa-grande e os de traços étnicos mais acentuados para o eito. Assim, o trabalho escravo foi largamente explorado nos engenhos que circundavam Areia, e só declinou com a proibição do tráfico intercontinental, em 1850, com a migração de escravos para atenderem as necessidades de mão-de-obra na lavoura cafeeira do Sudeste e Sul, e por força da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871.

Como pólo agrícola e comercial, o município concentrava, no século XIX, um número razoável de famílias que podiam oferecer aos seus filhos homens o “luxo” dos altos estudos no Recife, em Salvador, no Rio de Janeiro e até na Europa⁷⁰, o que lhes redobrava o prestígio, vinculado à condição econômica pela posse da terra e de bens comerciais, e à ilustração pelo título de doutor, privilégio raro naqueles tempos em que

os mais simples conhecimentos elementares eram tão pouco espalhados que, não raro, ricos fazendeiros do interior encarregavam seus amigos do litoral de lhes arranjar um genro que em vez de quaisquer outros dotes apenas soubesse ler e escrever (HANDELMANN, 1931, *apud* FREIRE, 2006, p. 382).

Rebelou-se também contra a Lei do Recrutamento Militar que coagia violentamente os “voluntários da pátria” ao serviço militar acorrentando os resistentes e transportando, para a capital, muitos pais, cujas famílias ficavam desamparadas, sem nenhuma assistência (MELLO, 2002; FIÚZA et al, 1998; ALMEIDA, 1980;).

⁷⁰Entre 1850 e 1900 formaram-se 80 areienses, dos quais 26 eram padres, 29 eram bacharéis, 14 eram médicos, 2 eram farmacêuticos, 2 eram engenheiros, 2 eram formados em Belas Artes e 5 eram militares (ALMEIDA, 1980).

Tal ilustração, aliada ao progresso econômico, fez confluír a Areia as ideias progressistas dos meios acadêmicos e culturais dos grandes centros, legando ao município, no século XIX, pioneirismo em muitas áreas. **No comércio**, com a feira mais expressiva da província e uma das maiores do Norte do Império, além de importantes estabelecimentos comerciais. **Na riqueza territorial**, favorecida pela prodigalidade climática e pela extensão, quando emancipada da Vila Real de Monte Mor da Preguiça, atual Mamanguape, em 30 de agosto de 1818, aglutinou as povoações de Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada. “Elevada a cidade em 1846 pela lei nº 2 de 18 de maio, é a primeira, na ordem cronológica em toda a Província, não contada a capital, que já nasceu com essa categoria” (ALMEIDA, 1980, p. 35).

Na saúde, com a instalação da primeira farmácia do interior da Província, cujo boticário, Manoel da Silva, diplomado em Farmácia na Bahia, atuava com a proficiência de um médico. **Na dramaturgia**, com a inauguração do primeiro teatro da Paraíba, em 1859, trinta anos antes do Teatro Santa Roza, na Capital⁷¹. **Na música**, com a melhor filarmônica da Província, que viajava anualmente à cidade da Paraíba para abrilhantar a Festa das Neves. **Nas artes**, ofereceu ao Brasil e ao mundo a genialidade do pintor e político Pedro Américo. **Nas letras**, Areia presenteou a Paraíba e o Brasil com escritores de peso, a exemplo de Simeão Leal, Maximiano Lopes Machado, Otacílio de Albuquerque, Horácio de Almeida, José Américo de Almeida, João da Santa Cruz, Simão Patrício Neto, Ezilda Milanês Barreto, Francisco Tancredo Torres.

⁷¹ Graças ao idealismo de Joaquim da Silva e José Evaristo criou-se a Sociedade Recreio Dramático com 60 membros, cada um dos quais contribuía mensalmente com cinco mil reis para a construção do teatro (ALMEIDA, 1980).

Não se havendo destacado pela valorização aos predecessores Cariris, Areia se notabilizou na **campanha abolicionista** que teve como veículos propulsores a organização coletiva, a imprensa e a música⁷². Seu resultado foi a extinção da escravidão antecipadamente à Lei Áurea, marcando pioneirismo em nível provincial e projetando o município no cenário nacional, com honrarias a Manoel da Silva, herói da cruzada redentora. Mas a integração do negro, em uma sociedade fortemente estratificada como a areiense, foi problemática. Marcada pela herança de séculos de cativeiro, sem trabalho, sem escola e sem poder contar com uma política de inclusão que viabilizasse a transição do escravo para o cidadão, a população negra permaneceu marginalizada.

Seria também Areia o único município da Província da Paraíba onde a força funcionou, com duas execuções, em 1847 e 1861. Em ambas, as escolas, com todos os seus alunos e professores foram obrigadas a formar e acompanhar os condenados em procissão que saía da Matriz de Nossa Senhora da Conceição ao campo de execução instalado nas proximidades do grupo Escolar Álvaro Machado, onde fica atualmente o hospital. Ao retornarem às escolas após a execução dos enforcados, os professores aplicavam meia dúzia de bolos⁷³ em cada aluno para que aprendessem a lição (ALMEIDA, 1980).

Na cultura, Areia se destacou a partir da arquitetura das igrejas, das casas-grandes dos engenhos e dos sobrados da cidade⁷⁴ (Ilustração 20), com eira, beira e tribeira, indicando a proeminência dos proprietários, e onde, no século XIX, as elites cultivavam, ao estilo português, árias de salão e saraus, dançando mazurca, polca e quadrilha, animadas pelas sinhas ao piano e ao violino, e, em ocasiões especiais, pela orquestra da “Sociedade Phênix Musical Areiense”. Grupo seleta, o “*Club dos Hinodos*” era formado exclusivamente por homens obrigados ao estudo do latim para interpretarem com perfeição os hinos nas solenidades cívicas e religiosas. A arraigada herança aristocrática resultou em uma estratificação social que se expressava no passeio público, nas escolas, na igreja, no trabalho, no lazer e no casamento, onde prevalecia também um forte racismo. A mistura de sangue foi motivo de desonra, constrangimento social e perda da solidariedade familiar no século XIX e,

⁷² Tratava-se da “Sociedade Emancipadora Areiense” fundada por Manoel da Silva e colaboradores. Dentre os veículos de comunicação, de que se utilizou, destacaram-se os jornais “O Areiense” fundado em 1887 e “A Verdade” de 1888. A entidade abolicionista utilizava a música profana e a música sacra como meios de sensibilização da população à causa (RIBEIRO, 1992).

⁷³ Desde a instalação das Escolas de Primeiras Letras em Areia, os castigos corporais foram aplicados com tal rigor que muitos rapazes e principalmente moças se abstinham de aprender em face da crueldade física e mental aplicada pelos mestres. Os bolos eram aplicados nas mãos utilizando-se a palmatória.

⁷⁴ Atualmente tombada pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, Areia foi a primeira cidade paraibana protegida pelo IPHAEP através do Decreto nº 8.312 de 04 de dezembro de 1979, sendo atualmente também a primeira cidade paraibana reconhecida como patrimônio nacional (ROCHA, 2007).

mesmo no século XX, tais alianças só eram toleradas quando o negro ou mestiço galgava posição econômica ou intelectual ao nível da classe mais nobre da cidade⁷⁵.



Ilustração 20 – Sobrado sito à Rua Pedro Américo
Fonte: Arquivo da autora.

Tal erudição enriquecia-se em um sincretismo que integrou as contribuições nativa, europeia e africana com as danças indígenas, a cavallhada, a nau catarineta, o carnaval⁷⁶, os

⁷⁵ O ensino particular era para os ricos e o ensino público, para os pobres; a Igreja Matriz com suas cadeiras reservadas era dos brancos e ricos e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, era dos pobres, mestiços e negros; em oposição ao bloco carnavalesco “Vai quem pode” existia o “Quem não pode também vai”. O “corso” era brinquedo exclusivo dos ricos, proprietários de automóvel; O Borborema e o Areiense Clube acolhiam a “nata” da cidade; o Aliança Clube era freqüentado pela classe média e a Sociedade Beneficente do Senhor Antonio Pessoa, no “Beco da Facada” fazia a festa para os pobres.

jogos de salão encetados nas debulhas de milho e feijão, o anedotário das farinhadas, o maxixe, o pastoril, a congada, o coco, o maracatu, o dengo, que contam também histórias de Areia, entoados na cozinha, no engenho, no terreiro, no eito ou na senzala pela escravaria efusiva, engenhosa, dotada de uma sensualidade que integrava ao trabalho e à vida.

Areia foi a cidade que “primeiro se elevou na hierarquia **política** sobre as vilas de seu tempo, a que disputou rivalidade com todos os centros intelectuais da Paraíba, a única que contribuiu com maior número de presidentes, deputados, senadores, intelectuais e artistas” (ALMEIDA, H., 1980, p. 200). Quando, em 1834, foram instaladas as Assembléias Provinciais, Areia compareceu no cenário paraibano com três deputados sendo amplamente visibilizada durante o Império, tanto em nível de Província⁷⁷, quanto em nível nacional⁷⁸. Proclamada a República, fez-se representar na Constituinte Nacional de 1891 por Pedro Américo de Figueiredo, que já glorificado no mundo das artes, teve também na política atuação briosa. Na Constituinte Estadual, Areia brilhou com a atuação de Francisco Xavier Júnior, cujo nome seria consagrado também na educação.

Detendo-nos apenas em nível de governo provincial, é imperativo reconhecermos a magna participação de Areia no Império e na República até a década de 1950. Bento Correia Lima como vice-presidente da Província assumiu o seu governo por duas vezes, em 1834 e 1835. Trajano Alípio de Holanda Chacon, na mesma posição assumiu o governo provincial, durante dez meses no ano de 1839; em 1845, assumiu os destinos da Paraíba o vice-presidente José da Costa Machado. Também o vice-presidente José Evaristo da Cruz Gouveia governou a Província por três vezes: a primeira em 1871 durante seis meses; a segunda, em 1872, por dois meses, e a terceira, em 1873, por um mês. Álvaro Machado foi presidente da Paraíba de 1892 a 1896, passando o cargo ao seu vice-presidente Walfredo Leal, a fim de candidatar-se ao senado. Este governou a Paraíba em 1892, em 1905-1908, entregando-a a João Machado de 1908 a 1912, quando retomou os destinos da Paraíba de 1912 a 1915. Por tudo isto, o Padre Meira, em uma tirada jocosa assim se expressou: “hoje, na Paraíba quem liga não é mais barro, é Areia...” (COSTA *apud* GONDIM, 1988, p. 9). No governo revolucionário de

⁷⁶ As troças carnavalescas mais conhecidas eram “O Toureiro” e “O Avante”, da família Maurício; “Fiação na Folia”, da Telcelagem de Armando de Freitas; “Os Índios”, de Pedro Tonê e João Pé de Bolo; “O Espanador”, de Arthur Lopes.

⁷⁷ Com exceção das legislaturas de 1884 e 1886, Areia continuou a manter representação na Assembléia Provincial ao longo do Império com um deputado em 1838, um em 1840, cinco em 1842, seis em 1844, quatro em 1846, três em 1848, três em 1850, cinco em 1852, cinco em 1854, quatro em 1856, um em 1858, três em 1860, três em 1862, dois em 1864, um em 1866, um em 1868, um em 1870, um em 1872, dois em 1874, dois em 1876, dois em 1878, um em 1880, um em 1882 e um em 1888. Seus nomes estão citados em Almeida (1980, p. 42-49).

⁷⁸ Em nível nacional, Areia se fez representar durante o Império pelos deputados geral José da Costa Machado (1834 e 1853); Manuel Correia Lima (1849); Crispim de Miranda Henriques (1853); Diogo Velho (1857); José da Costa Machado, o Moço (1864); Abdon Milanez (1878) e José Evaristo da Cruz Gouveia (1876, 1882 e 1886) (ALMEIDA, H., 1980, p. 42-49).

1930, Areia se fez representar por José Américo de Almeida, que governou o Estado em 1930 e em 1951-1953. Conquanto representasse um orgulho, tão expressiva participação política não foi bem aproveitada. Provocou dissensões que enfraqueceram o município pelo faccionismo exacerbado, inviabilizando a coesão em torno de projetos econômicos consistentes para enfrentar os revezes de uma economia cíclica, frágil e gradualmente sufocada pelo crescimento dos municípios vizinhos.

A educação institucionalizada em Areia se iniciou com a implantação de uma escola para o sexo masculino ao ensejo da Independência, em 1822, quando foram instaladas as dez primeiras escolas da Província, para construir, pela educação, a consciência patriótica e a identidade nacional. Somente doze anos depois, em 1834, surgiria a primeira aula para as moças, suprimida em 1841, como medida de economia em face do flagelo da seca, e só seria restabelecida em 1847. Impôs-se ao feminino um atraso de dezoito anos em relação ao masculino, no tocante à oferta pública do ensino, discriminação que prosseguiria com o Regulamento da Instrução Pública da Província da Paraíba, publicado em 11 de março de 1852, que suprimia das escolas femininas as noções de geometria prática e o sistema métrico decimal (PINHEIRO, 2002). Vigorava então, a concepção de que o feminino era naturalmente privado da capacidade racional ao nível do masculino. Sabemos, porém, que as distinções naturais entre os sexos são historicamente manejadas a mercê das intenções dos detentores do poder cuja vontade prevalece como verdade. Na vigência desta ordem, as pioneiras areienses foram excluídas dos louros dispensados aos heróis.

Felizmente, este não foi de todo o caso de Júlia Verônica dos Santos Leal (1868-1970), compositora, instrumentista, poetisa e professora a quem Areia deve muito da ilustração e projeção cultural pretérita. Autodidata, idealizou seu “Curso” por cuja aplicação desasnou gerações de paraibanos, entre os quais o expoente José Américo de Almeida. A Júlia, “Areia deve mais do que a todos os seus doutores, todos os seus sacerdotes e todos os seus políticos” (ALMEIDA, J. A., 1965, p. 09). Polivalente, Júlia ministrava letras, canto, piano, artes cênicas e religião, sendo por muito tempo organista e regente do coro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição a quem consagrou uma de suas composições⁷⁹. Embora tenha dedicado sua existência à formação dos conterrâneos, Júlia morreu pobre em sua cidade natal aos cento e dois anos de idade (RIBEIRO, D., 1992). Décadas após a sua

⁷⁹ São de autoria de Júlia as composições: Litanias a Nossa Senhora da Conceição, Tantum Ergo, Ave Maris Stella, Domine Adjuvando Me Festina, Mulheres de Areia, Querida Cidade e os Hinos a São Benedito, a São Francisco, à Abolição (RIBEIRO, D., 1992).

morte, edificou-se à entrada da cidade uma Escola Municipal com seu nome, erigida pelo então prefeito Élon da Cunha Lima.

A cadeira de Francês e Latim, base da erudição católica e prerrogativa da elite, imprescindível aos estudos superiores, funcionou desde 1835, permitindo a Areia oferecer à Província reconhecidos latinistas, a exemplo dos irmãos Cassiano e Joaquim Álvares e do Vigário Chacon, além de excelentes didatas como Joaquim da Silva autor da “Gramática Latina”, e Francisco Xavier Júnior, autor da excelente obra didática “Língua Materna”, que dirigiu também o Lyceu Paraibano a quem Areia ofereceu vários lentes, e dirigiu a Instrução Pública no governo de João Machado (1908-1912).

Em 1864, eram três as cadeiras isoladas mantidas pela Província em Areia. Em 1909, funcionaram duas, mantidas pelo município, com frequência total de 66 alunos, e, em 1926, uma, com frequência de 25 alunos (PINHEIRO, 2002). A intervenção das oligarquias na designação dos professores, somada à precariedade das residências que sediavam as aulas e à escassez e inadequação do material didático resultavam em oscilações na frequência e em problemas na produtividade. Tal situação foi alvo de contundente crítica que propugnava a construção de prédios escolares pelo patrimônio público, para abrigar um projeto de educação compatível às necessidades da República, dando lugar às Escolas Reunidas, instituições transitórias que seriam substituídas pelos Grupos Escolares organicamente estruturados como sistema de educação para as massas, com a função de instruir, moralizar, civilizar e consolidar a ordem social (PINHEIRO, 2002; FERREIRA, 2006).

Se na era das cadeiras isoladas a proposta do governo para a educação, tal como identifica Pinheiro (2002) enfatizava os ideais patriótico-nacionalistas articulados ao discurso da “paraibanidade”⁸⁰ e ao desenvolvimento da vocação rural do país, a partir de 1916 operou-se uma ruptura na organização escolar, inaugurando-se a era dos grupos escolares em que o ideário educacional integrando o nacionalismo e a paraibanidade à visão humanista, buscava superar o ensino livresco e mnemônico, na perspectiva de edificar o homem cívico, moralmente elevado e dotado de um ofício segundo o sexo, valorizando o trabalho como instrumento de disciplina, progresso e elevação do caráter.

Não obstante a maciça participação da mulher no contexto da educação primária na era dos grupos escolares, sua atuação foi raramente laureada. Em inventário realizado no período

⁸⁰ Pinheiro (2002) utiliza a expressão paraibanidade para sublinhar a noção de pertencimento e patriotismo que seria reforçada na política educacional dos Grupos Escolares. Enquanto militar, governador e senador, Álvaro Machado destacou-se como cultor dos ideais do nacionalismo patriótico e do vínculo identitário regional, tendo sido incentivador da criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

compreendido entre 1916 e 1949, Pinheiro (2002) relacionou oitenta e nove grupos escolares implantados na Paraíba, dos quais apenas seis são identificados com nomes de mulheres⁸¹, o que ratifica o anonimato imposto pela História da Educação às suas reais protagonistas. Tal como o trabalho do lar é excluído da esfera econômica, o magistério primário, ao ser realizado pelas mulheres passa a ser visto como extensão do lar, assumindo conotação de maternagem e voluntariado, a que não precisa ser conferida notoriedade, contribuindo para eclipsar a atuação feminina na educação.

À exceção de Júlia Leal lembrada por José Américo e por Horácio de Almeida e de Ezilda Milanês Barreto educadora, escritora e filantropa, cuja memória é honrada por Sales (2005)⁸², muitas mulheres operosas na construção da sociedade areiense, quando não totalmente olvidadas, são meramente citadas nos escritos sobre o município. Esquecidas ficaram muitas sinhás que trabalharam pela glória dos seus filhos homens, assim como as negras cujo leite alimentou os próceres areienses. Da pioneira Ana Umbelina Cavalcanti Chaves a Maria do Carmo Melo que como Jovelina Chaves, Giselda Marinho, Emília Ribeiro, Avani Queiroz e muitas outras que construíram e constroem a grandeza de Areia, muitos desdobramentos hão que ser feitos à História do município e da Educação areiense para que se institua o merecido assento histórico às mulheres de Areia.

A severidade da relação escravocrata estendia-se às demais relações, demarcando espaços e papéis tanto na intimidade do lar quanto no domínio público, com posições desvantajosas à mulher, sublinhando-se no cotidiano momentos cruciais em que a ordem patriarcal e a moral católica se completavam para justificar a sua dominação. Já na constituição da prole, diferia o sentimento paterno em relação ao nascimento dos filhos homens que eram recebidos com regozijo em oposição à indiferença com que eram recebidas as filhas mulheres. Na meninice, incitava-se aqueles a toda ordem de brinquedos que lhes favorecessem a iniciativa, o aguerrimento e a autoridade usando a escravaria como objeto no exercício destes “pendores”. Para as meninas, uma contenção que se iniciava com o traje e culminava na aprendizagem de prendas do lar, numa vida surreal entre suspiros e ais, à espera do príncipe encantado.

Com função correlata à conquista e colonização,

⁸¹ Os Grupos Escolares “Ízabel Maria das Neves”, “Argentina Pereira Gomes” e “Conceição Cabral” em João Pessoa; o “Francisca Moura” em Mari, então subordinado a Sapé, o “Jovelina Gomes” em Uiraúna, pertencente a Antenor Navarro; e o “Leovegilda Martins” em Mogeiro, que era distrito de Itabaiana (PINHEIRO, 2002).

⁸² Em tese de doutorado intitulada “Tecendo Fios de Liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do Século XX”, defendida no Programa de Pós-Graduação de Letras e Literatura da UFPE, em 2005.

as igrejas representavam um pouco de tudo: ponto de apoio para a penetração, epicentro dos arraiais em formação, embriões da nascente organização político-administrativa, mecanismo de submissão da índia e, até, alicerce para a formação da própria nacionalidade (OCTÁVIO, 1983, p. 91).

Articulada à política, à administração, à escravidão, à propriedade e ao regime familiar, a paróquia representava a base das operações eleitorais, estrutura que persistiu em Areia mesmo após a Proclamação, de que é ilustrativa a trajetória do Monsenhor Valfredo Leal que ajudou a garantir a permanência da oligarquia alvarista, tendo sido governador, vice-governador, deputado estadual, deputado federal, senador e fundador do Partido Republicano Conservador, demonstrando grande habilidade no jogo da política oligárquica paraibana na Primeira República (NÓBREGA, 1950).

Particularmente a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Areia, ofereceu à Igreja cinquenta padres de 1821 a 1967 (TORRES, 1990). Maior número de sacerdotes não houve no período, face à desistência de quinze seminaristas, que como ilustrados leigos reproduziram a ideologia católica em suas funções seculares, influenciando decisivamente o destino de Areia. Tal foi o caso de José Américo de Almeida que, com um irmão e dois tios padres, cursou três anos de formação sacerdotal e migrou para a Faculdade de Direito. Tornou-se promotor público, Procurador Geral e consultor jurídico do Estado. Mergulhou nas fontes da Filologia, da Lingüística e da Retórica Eclesiástica. Atuou na administração, no executivo, no legislativo e no judiciário, sendo duas vezes Secretário de Estado, duas vezes Ministro da Viação e Obras Públicas, Interventor da Paraíba, Chefe do Governo Revolucionário do Norte, em 1930, governador do Estado, senador da República e Ministro do Tribunal de Contas. Na política externa, galgou a embaixada (resignatória) do Vaticano. Foi Presidente da União Democrática Nacional (UDN), membro da Academia Paraibana de Letras e corou sua trajetória com a imortalidade, ao tornar-se membro da Academia Brasileira de Letras (ALMEIDA, H., 1970).

Ao final do século XIX, a malha ferroviária instalada no Estado favorecia o acesso às cidades situadas ao entorno do município de Areia, eclipsando sua posição de pólo comercial e de ligação entre o litoral e o sertão, em benefício de municípios outrora a ela subordinados como Alagoa Grande, Itabaiana, Bananeiras e Campina Grande, que passou a ser o elo entre o litoral e o sertão e entre o sertão e o Porto do Recife. Alijada da rota ferroviária, a cidade

perdeu sua precedência econômica, “apertada num cinturão de ferro que lhe tirava as forças de sobrevivência”⁸³ (ALMEIDA, H., 1980, p. 104).

No âmbito dos costumes, tanto no Império como na Primeira República, os passeios permitidos para as moças eram as cerimônias religiosas em cuja homilia as famílias eram exortadas ao cultivo da pureza, da obediência e do temor a Deus e a seus representantes terrenos: o padre e o pai. No casamento das moças, ajustado à sua revelia mesmo antes de apontarem os seus costumes de mulher, prevalecia a vontade do pai, observados os critérios de aumento do patrimônio, preservação da cor da pele, evitação de pessoas estranhas e precocidade etária da noiva, pelo que eram frequentes as uniões consanguíneas, principalmente entre tio e sobrinha. Proibia-se o namoro, permitindo-se excepcionalmente a aproximação após o noivado na presença dos familiares, para fazer jus ao vestido branco, ao véu e à grinalda de flor de laranjeira, símbolos da pureza reportada à Virgem Maria.

Por ocasião das núpcias, as noivas tinham de chorar copiosamente, como demonstração de apego ao lar paterno. Era um costume antigo, observado a rigor, sob pena de constituir uma nota de escândalo, principalmente para as solteironas propectas (ALMEIDA, H., 1980, p. 149).

Uma vez casada, a moça passava da vigilância paterna para a do marido. Seu perfil de boa esposa em um município pequeno e burguês como Areia, impunha-lhe três desafios: o sucesso dos filhos homens, a preservação da pureza das filhas para “casarem bem” e a obediência ao senhor seu marido, cuja honra era em grande parte consequente dos três primeiros objetivos, acrescida a conquista de boa posição econômica e o empenho viril, “a ponto de não poderem as esposas ter mulatas novas na cozinha” (ALMEIDA, H., 1980, p. 148).

Na refeição das casas burguesas e mesmo empobrecidas de Areia, a precedência masculina era marcada pela proximidade do prato de mistura à cabeceira da mesa, reservada ao patriarca, pela primazia do serviço ao seu prato cabendo-lhe o que de melhor se encontrava à mesa, pela prioridade em deixar o recinto antes do que não se podiam ausentar os demais familiares a não ser por motivo justificado, e pela exclusão das mulheres da mesa de refeição sempre que houvesse comensais visitantes. A filha mais velha foi sempre sacrificada para ajudar a mãe e atender ao pai a ponto de postergar o matrimônio, sobretudo nas famílias mais

⁸³ A expansão da malha ferroviária paraibana foi marcada por acirradas disputas entre as elites locais tendo sido preterido o projeto de José Américo de Almeida em favor de outro traçado que excluía Areia da ligação com o Sertão, inviabilizando também o tráfego comercial com o Recife (ALMEIDA, H., 1980).

numerosas e menos abastadas. Entretanto, mulheres houve que, a despeito do controle vigente na sociedade areiense, não se deixaram sublevar em sua vontade nem arrefeceram seus desejos em favor das convenções, mas estas constituíram exceções à regra. Pródiga para com seus filhos homens que tinham chance de alcançar a ilustração, Areia não propiciava iguais oportunidades às mulheres. Neste sentido, nos albores do século XX, a autoridade paroquial foi instada a propiciar oferta de educação para as moças, mas não era esta, ainda, a intenção do Padre Odilon Benvindo, quando mandou erigir o prédio que viria a abrigar o colégio, hoje nominado “Santa Rita”, como veremos a seguir.

4.2 A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTA RITA

A devoção a Santa Rita em Areia preexiste à construção do colégio que tem seu nome. Iniciou-se quando, no século XIX, a Paraíba foi assolada pelo *cólera morbus* que irrompeu em 1856, com recidiva em 1862, fazendo em Areia quarenta e cinco por cento das vítimas de todo o Estado (ALMEIDA, H., 1980). A população invocou a santa e, atribuindo o fim do flagelo à sua interseção, passou a render-lhe culto, o que motivou o vigário Francisco de Holanda Chacon a providenciar a construção de um santuário no largo do mercado público, para onde foi conduzida em procissão até Areia, uma imagem de Santa Rita que pertencera ao oratório privado do Padre Manoel Cassiano da Costa, na Fazenda Serrinha.

Em 1908 o prédio do santuário ameaçava ruir e o vigário Odilon Benvindo autorizou a sua demolição, aproveitando o material na **construção de um hospital** que teve planta do engenheiro militar areiense Álvaro Machado, na qual constava uma capela, que acolheu como orago a Santa Rita da igreja demolida. Ao abençoar o prédio, em 04 de dezembro de 1910, por ocasião de visita pastoral a Areia, o bispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, cioso de suas responsabilidades ultramontanas e assumindo como marca do seu episcopado a criação de uma rede de educandários regidos por congregações estrangeiras, aconselhou o vigário Odilon a destiná-lo à educação das moças da cidade. Por aquiescência do vigário à orientação do seu bispo, **o gestado hospital nasceu colégio**, sob o padroado de Santa Rita (TORRES, 1990).

Diligentemente, a igreja providenciou sua ocupação pelas religiosas francesas da Sagrada Família. Em 1911, chegaram a Areia, comandadas pela superiora madre Hortense, as irmãs Marie Anisie, Marie Angel, Marie Camille, Madeleine e Hubertine. Mas, com fraca

demanda de alunas e falta de apoio em razão da morte do vigário Odilon Benvindo em 1912, as irmãs sentiram-se desprestigiadas e despediram-se de Areia em 1920, quando a educadora areiense Julia Leal, assumiu o colégio até 1935.

Em 1937, as irmãs franciscanas de Dillingen adentrariam ao Colégio Santa Rita para oferecer educação às filhas de Areia, acolhendo, sub-repticiamente, toda a herança cultural que neste capítulo tentamos sintetizar, consubstanciada aos preceitos da ordem religiosa a que estavam agregadas em seus vínculos com o ideal ultramontano para a educação, e com os princípios da sua cultura de pertença, como veremos em seguida. Ao gosto dos remanescentes coronéis e senhores de engenho, o magistério católico ministraria uma formação de inspiração divina que, convertida em uma ciência normativa, deveria guiar as mulheres na senda da ilustração, sem prejuízos aos papéis que então lhes eram requeridos. A identidade do município de Areia continuaria a ser diferenciada, agregando à sua história pregressa uma contribuição educacional européia.

Podemos situar a década de 1930 como marco de um período de vanguarda para Areia, que se estendeu até os anos 1960. Não obstante as flutuações de preços dos produtos agrícolas e as oscilações nas caldeiras dos engenhos pela instabilidade do preço da rapadura, quatro investimentos ofereciam alento à vida do município: a instalação da usina de açúcar Santa Maria, em 1936; a inauguração da Escola de Agronomia do Nordeste, em 1937⁸⁴; a chegada das franciscanas alemãs, em 1937; a instalação do Ginásio Coelho Lisboa, para a educação de rapazes, em 1940. Neste período, o apogeu econômico e cultural de Areia já se havia sepultado. Tentava-se, por meio de uma educação de excelência recuperar uma das vocações históricas do município: o pendor para a ilustração, glória do passado e esperança no porvir. Areia passa a ser a primeira cidade do interior do Estado a oferecer educação em todos os níveis de ensino praticados no Nordeste, prerrogativa restrita às suas elites, enquanto a população pobre vivia uma verdadeira anomia social, a serviço da burguesia, trabalhando no eito, na palha da cana, nas fornalhas dos engenhos, nas cozinhas, nos campos de sisal.

Erigida também sob os cânones ultramontanos, foi grandiosa a obra educacional e social do Cônego Ruy Barreira Vieira, cearense que desenvolveu em Areia um “orgânico paroquiato”, como expressou D. José Maria Pires, beneficiando os pobres através dos seus empreendimentos. Paralelamente à sua obra pastoral, padre Ruy exerceu o magistério no Colégio Santa Rita, no Ginásio Coelho Lisboa (atualmente Colégio Estadual Ministro José

⁸⁴ A Escola de Agronomia do Nordeste, inicialmente subordinada ao Governo do Estado através da Secretaria da agricultura, Viação e Obras Públicas, seria federalizada em 1950 conforme ofício nº 5.056/TSB de 25.01.1950 (Arquivo Público do Estado da Paraíba, Caixa 51, 1950 – Espaço Cultural José Lins do Rego).

Américo de Almeida) e na Escola de Agronomia do Nordeste. Sua contribuição mais expressiva se patenteia no empreendedorismo educacional: a Escola Paroquial “Vigário Sebastião Bastos (Areia – 1952), a Escola Doméstica Nossa Senhora de Fátima (Remígio/Areia – 1952); o Centro Profissionalizante Artesanato Dom Adauto (Areia – 1959), doze Centros Sociais abrangendo os distritos e a zona rural, através dos quais se exerceu o Sindicalismo, o Serviço Social Rural, Escolas Radiofônicas e Escolas para alfabetizar adultos (convênio MEC/Cruzada ABC); os Grupos Escolares de Cepilho/Areia e Tanque Comprido/Areia; as Escolas Reunidas Padre Ibiapina (que dariam lugar ao Grupo Escolar Carlota Barreira (1968), o Centro Social Pio XII que abriga a Biblioteca “Ministro José Américo de Almeida (Areia, 1972); o Museu Regional de Areia (1972) e a Creche Carminha Sousa (1983) (TORRES, 1989). Sua obra estendeu-se à educação técnica para os agricultores, ao criar as Semanas Ruralistas em parceria com a Escola de Agronomia do Nordeste, antecipando, como realçou Tarcisio Burity, a extensão rural adotada no Brasil alguns anos depois.

Muito lentamente, a enorme disparidade da condição social se diluiu. A ação da paróquia, assim como a obra social das franciscanas alemãs concorreriam para amenizar a estratificação social, a partir dos anos 1970. Mas, até os anos 1960 a burguesia areiense teve, a seu gosto, através do Colégio Santa Rita, uma educação que apaziguava as inquietações da alma feminina, tão sensível às fraquezas da carne, nestes humores tropicais sensualistas.

4.3 O CONTEXTO ALEMÃO E AS ARTICULAÇÕES PARA A VINDA DAS FRANCISCANAS

As oito religiosas alemãs que chegaram a Areia em 1937, seis no dia nove de junho e duas no dia vinte e um de setembro, eram educadoras que não podiam mais lecionar em seu país. Em uma Alemanha enfraquecida pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, o Partido Nazista surgira como desdobramento do Partido Nacionalista dos Trabalhadores Alemães⁸⁵ em que adotando como manobra uma mensagem socialista, saiu vencedor nas eleições parlamentares de 1932. Naquelas circunstâncias, o presidente da República, Marechal Hindenburg, nomeou Adolf Hitler, chefe do Partido Nazista, para o cargo de Primeiro Ministro. Com a morte do Marechal, Hitler acumulou as funções de presidente e primeiro-

⁸⁵ National Socialistische Deutsche Arbeiter Parties, que foi levado ao poder na Alemanha por Adolf Hitler em 1932.

ministro. Adotou o título de Führer⁸⁶ e passou a governar com poderes ilimitados. Extinguiu os demais partidos políticos, submeteu os sindicatos ao poder do Estado, adotou a política do espetáculo cívico para impressionar as massas, enquanto implantava uma legislação excludente das diferenças por um programa de eugenia, marcado pelo extermínio, sob variados dispositivos, inclusive o programa de eutanásia, contrário à ideologia cristã.

A ideologia do nazismo assentou-se em duas estratégias que se complementavam: a violência e a propaganda. A primeira esmagava todo pensamento diferente, daí porque proibiu as ações educacional, social e de saúde da Igreja Católica. Já a propaganda, empolgava as massas com um discurso místico representado nesta formulação:

*Es gibt keinen Weg zur Heil
Seine Meilensteine heißen:
Gehorsam, Fleiss, Ehrlichkeit
Ordnung, Sauberkeit, Nüchternheit
Wahrhaftigkeit, Opfersinn und
Liebe zum Vaterland*

Existe um caminho para a Liberdade
Seus marcos indicadores se chamam:
Obediência, Aplicação no Trabalho, Honestidade,
Ordem, Limpeza, Sobriedade,
Veracidade, Espírito de Sacrifício e
Amor ao País Natal.

(Escrito exposto no Campo de Concentração de Dachau, atualmente transformado em Museu). (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dilligen, 1937 a 1964, Parte B, p. 4, arquivo da província franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

No âmbito da educação, Hitler ordenou a criação da Liga Nazista dos Docentes, obrigando os professores a prestarem juramento de fidelidade ao Führer, e todos os membros do sistema educacional a aprenderem e a ensinarem os princípios nazistas.

Especificamente em relação à Igreja, Hitler dissolveu o Partido do Centro Católico e a Associação dos Trabalhadores; impôs pesada censura à Imprensa Católica; proibiu o Ensino Religioso, ordenou a retirada dos Crucifixos das escolas e a apreensão de todas as cópias da Encíclica “*Mit Brennender Sorge*” que o Papa Pio XI fez distribuir secretamente aos sacerdotes em 31 de março de 1937, alertando o clero sobre a situação política na Alemanha. Fechou a tipografia responsável pela impressão da encíclica e prendeu o tipógrafo. Usurpou

⁸⁶ Título usado por Adolf Hitler para autodesignar-se autoridade absoluta no III Reich ou III Estado, que compreende na história da Alemanha o período de 1933 a 1945, dominado pelo Nazismo (Nova Enciclopédia BARS, 1999).

as propriedades da Igreja, expulsou as irmãs que trabalhavam nos asilos, proibiu o ensino particular e anulou os contratos de trabalho das irmãs com as escolas de costura.

A partir de 1937,

[...] as escolas católicas e os mosteiros são fechados e seus bens confiscados. Religiosos que trabalhavam nas escolas são simplesmente demitidos. Nesta situação, os sacerdotes se distanciam sempre mais dos nazistas. Alguns sacerdotes e bispos tomam declaradamente posição contra o governo e condenam fortemente a sua maneira de agir. Como resposta a este protesto, cristãos e cristãs críticos ficam presos e confinados em campos de concentração (SENDRA, 2007, p. 75).

O número de religiosas sem trabalho, sem a proclamada paz franciscana, e em risco iminente de perderem seu teto, tornou-se um sério problema para a Superiora. Nesta situação, todo campo de trabalho era bem-vindo, e as irmãs passaram a trabalhar nas residências como domésticas, nos hospitais militares como enfermeiras e nos campos de refugiados. As hostes católicas alemãs estavam encurraladas. A persistirem na fé e na missão educacional, teriam de procurar outro país. Por esta razão, a Madre Maria Laurentia, superiora geral em Dillingen, cogitava fundar uma filial no Brasil.

Entrementes, a Irmã Maria Flávia Schulte, supervisora das Beneditinas de Twitzing em Olinda, recebeu do Monsenhor João Coutinho convite para dirigir o Colégio Santa Rita em Areia, do qual declinou por falta de religiosas. Informada pelo Frei Petrus Westesmann sobre o interesse da Madre Maria Laurentia em estender seu apostolado ao Brasil, expôs-lhe em carta⁸⁷ (Ilustração 21) as vantagens de sediá-lo em Areia: clima quase europeu, casa reformada, desejo das autoridades eclesiais; necessidade da comunidade, auxílio das jovens professoras do lugar, ajuda governamental anual de vinte contos em caso de ser oferecido curso de formação de professoras, além de ajuda inicial das próprias Beneditinas que se deu principalmente no ensino da língua portuguesa às pioneiras.

⁸⁷ Esta carta é o primeiro registro escrito que trata da vinda das irmãs franciscanas de Dillingen para Areia, cuja cópia em língua alemã se encontra anexa a este trabalho (Cópia fornecida pela Irmã Flávia Brito, atual superiora provincial das Franciscanas de Dillingen no Nordeste. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

**Tradução da carta enviada pela Irmã Maria Flávia Schulte para a Superiora Geral
Madre Maria Laurentia Meinberger.**

Olinda, 16 de junho de 1936.

Mui Reverenda Madre Superiora Geral!

Através do Revdo, Padre Frei Petrus Westermann, OFM, eu soube que a Senhora está inclinada a fundar uma casa filial no Brasil. Alegro-me muito poder fazer - lhe uma proposta oportuna, que eu tive que rejeitar por falta de Irmãs. O mui reverendo Padre de Areia no Estado da Parahyba do Norte, distante daqui sete (07) horas e meia de carro, pediu - me, há uns meses, com muita insistência, Irmãs que pudessem dirigir uma escola com internato.

Apesar de me confirmarem de fonte segura que se trata de uma proposta excelente, tive que negar, embora com o coração pesado, em face das poucas Irmãs. Oportuna é, antes de tudo, a localização do lugar. O clima é muito bom, quase como na Europa. Até batatinhas crescem aqui, uma raridade no Norte do Brasil. A população é muito boa e faz de tudo, juntamente com o mui reverendo Padre, para preparar para as Irmãs um lar bonito e acolhedor. O Governo deseja que, quanto antes, anexam à escola um curso para professoras e promete uma ajuda anual de 20. 000 000 (vinte contos). Isso é muito favorável e um caso de exceção.

Para o começo bastariam 04 a 06 Irmãs. Há, no lugar, umas professoras jovens que, de bom grado, estão dispostas a ajudá-las Irmãs. Apesar de não ser necessário que todas as Irmãs sejam professoras diplomadas, é no entanto, bom que cada uma traga os diplomas das matérias que irá lecionar, mesmo não sendo oficiais, pois, poderão ser, no futuro, de grande proveito. Muito desejada é uma Irmã que saiba desenho e pintura, bordar e fazer flores, igualmente uma professora de Educação Doméstica, uma professora de Música, uma professora de Língua e uma para contas, Ciências, etc. Português, História, Ensino Agrário só são lecionados por professores daqui.

A única dificuldade no início é a língua. No entanto, ela não tão difícil. Eu estou, de bom grado, disposta a ajudar as queridas Irmãs com conselhos e ajudando no que for necessário para superar as dificuldades iniciais.

A viagem será de Hamburgo para Pernambuco com um navio alemão ou com um navio italiano de Trieste ou Gênova para Pernambuco.

Queira a Senhora, mui querida Reverenda Madre Superiora Geral, enviar a resposta quanto antes, pelo correio aéreo para que eu possa logo informar o mui reverendo Padre.

Recomendando as minhas muitas intenções, grandes e pequenas, à sua piedosa oração, fico

sua devota

Irmã Maria Flávia Schulte, OSB

Superiora Provincial das Beneditinas de Olinda, Pernambuco.

Por seu turno, o Padre João Coutinho buscou o apoio do Arcebispo da Paraíba, D. Moisés Coelho que, por intermédio do Frei Mathias Tewel da Ordem dos Franciscanos Menores, reforçou o pleito às franciscanas de Dillingen. Em Areia, D. Moisés, somando-se aos esforços do vigário João Coutinho, reformou o prédio para receber a nova congregação estrangeira.

Já no início do ano de 1936, o jornal católico “A Imprensa”, em matéria sobre a próxima inauguração do Colégio Nossa Senhora da Luz em Guarabira, ressalta a primazia da edificação do Colégio de Areia sobre os demais educandários católicos do Estado:

A cidade de Areia verá também em breve a instalação do seu Colégio. Este será dedicado a Santa Rita. Não é sem razão que sempre louvamos o zelo dos nossos párocos e a generosidade dos nossos católicos. É de ver com que dedicação o povo da importante cidade de Areia ajudou ao Revdmo. Cônego João Coutinho a restaurar, aumentar e embelezar o antigo Colégio que agora ressurgiu com o mesmo nome. **Nenhum dos nossos estabelecimentos particulares de ensino, no dizer de uma das maiores autoridades nesta matéria em nosso Estado, possui as vantagens e disposições pedagógicas que se equiparem às do Colégio Santa Rita. A sua localização, iluminação e arejamento dão-lhe esta merecida e inegável primazia** (A IMPRENSA, quinta feira, 23 de jan. de 1936, p. 6. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, v. 32, grifo nosso).

Concluída a reforma, o colégio foi entregue à direção provisória da areiense Filogônia Cabral, que realizou matrícula para os cursos primário e normal livre. Entrementes, as freiras alemãs que viriam a ocupá-lo, se preparavam para a viagem, conforme pode ser constatado na missiva endereçada ao padre João Coutinho (Ilustração 22).

Pax!

Alemanha,
Tutzing Obb.
Missionskloster.

Rev.^{mo} Senhor Vigário!

Depois de tantas preces, pedidos, esforços pelo
"Colegio Novo" - embarcam no dia 22 de Maio,
dia de Santa Rita 7 Madres Franciscanas
de Dillingen (Bavaria) para Brasil - Olinda e
Acreia. Deus está a favor de todas as coisas! O que
custa muito, vale muito!

Os nomes das Madres de Acreia são
os seguintes: M. ~~Flumina~~ ^{Flumina}, Superiora
M. Illuminaria, prof.
M. Venencia, prof.
M. Hedeferosa, prof.
M. Trautblinde, prof. do Trabalho Man.
M. Urbane, "

e mais uma Madre cujo nome ainda não se
sabe. A maior, (como se vê) parte das madres são
professoras bem formadas. Naturalmente haverá
ainda dificuldades com a lingua. A vontade,
porém de aprende-la é grande. Tenho a
satisfação de ensina-las, dando algumas
informações em pouco tempo, que as Madres

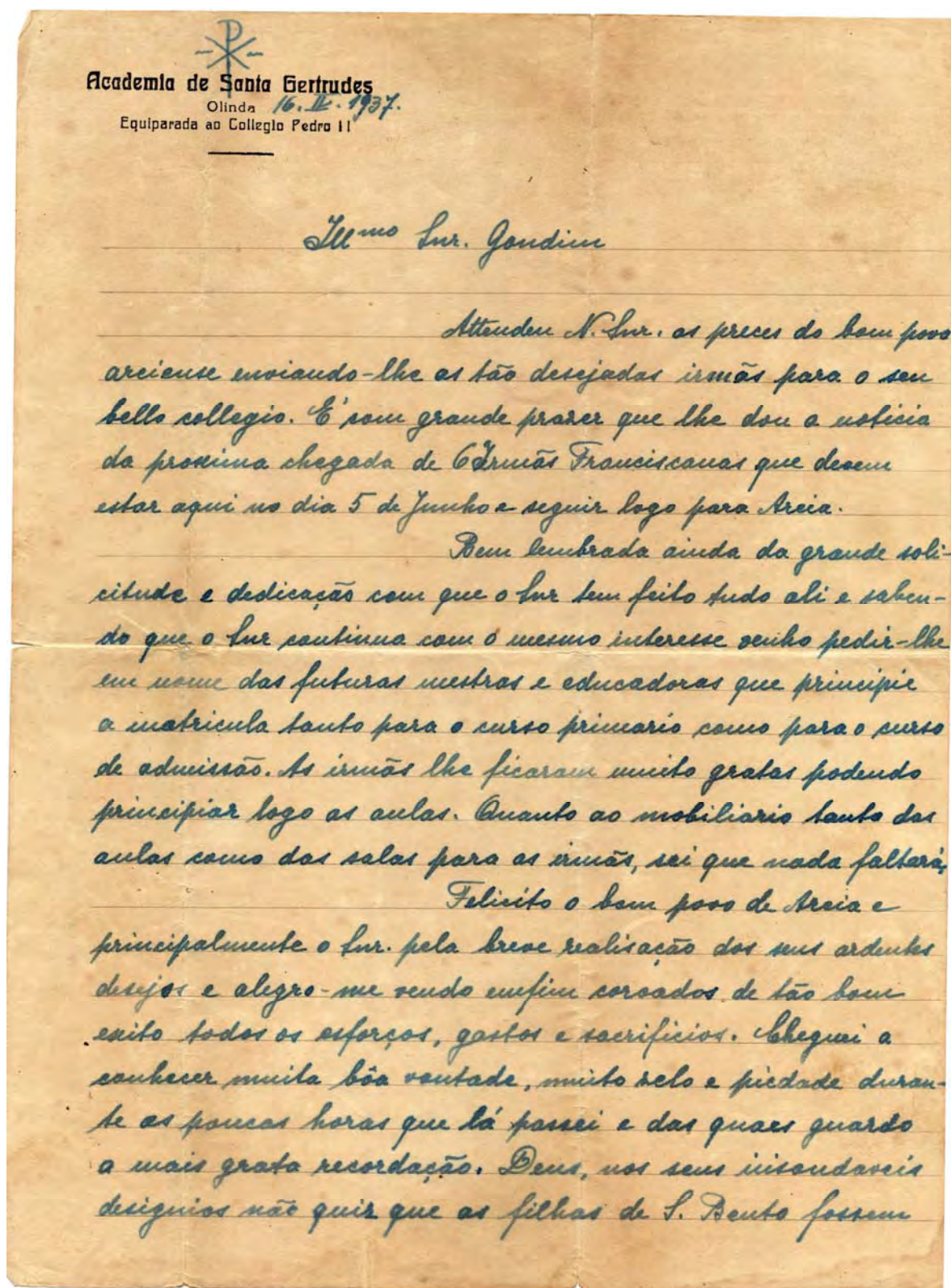
passaram aqui em Tubizing com este fim.
 Não sei, se o V. Rev. se lembra ainda da
 Madre Gertrud, aquela alte, que passou 2.^a
 com Madre Eugenie em Areia na Casa do
 Vigário, Padre João? (Março 1936) A minha
 sorte caiu em outra coisa, do que pensava
 naqueles dias felizes da minha visita. Fui
 transferida no Outubro 1936 para a Europa
 Casa - Mãe como mestre das noviças. Não
 esqueci Areia Por recompense podia ensinar
 as novas madres de Areia.

Na há esperança que tudo se pes-
 sem e pelo desejo do V. Rev. e Senhor José
 Gondim e de toda paraquia, sendo res-
 peitosamente ao V. Rev. pedindo uma
 benção forte também para os meus interesses.
 São quentes! As Madres futuras também
 mandem humildes sondações, esperando
 as maiores considerações para o principio.
 As condições serão as mesmas, não é'?

Viva o Colegio Santa Rita!

Vossa sempre
 Sr. M. Gertrud O. S. B.

Também a comunidade, através dos pais de família politicamente influentes, mobilizava-se no sentido de favorecer a vinda da congregação alemã, como mostra a missiva da beneditina Madre Eugênia, em resposta às solicitações do areense José Castor Gondim (Ilustração 23).



Academia de Santa Gertrudes

Olinda
Equiparada ao Collegio Pedro II

trabalhar em Arica, escolheu as filhas de S. Francisco e
estou certa que ellas farão tudo para contentar o bom
poor de lá.

Terminando esta peço que providen-
cie de tudo porque as irmãs não de ter algumas diffi-
culdades no principio por não sabermos falar ainda
portuguez. É verdade que ellas estudaram já um
pouco mas uma lingua só se aprende bem no meio
do poor que a fala. Recomendando-me á ex^{ma} D. Rita.
Agradeço mais uma vez todo o interesse que tem mostra-
do por nosso collegio e todos os favores a mim prestados
e subscrevo-me

com alta estima e consideração
a humilde servo em J. Chr.
M. Eugenia O. S. B.

Ilustração 23 - Carta da Beneditina Madre Eugênia, ao Sr. José Castor Gondim (16 - II - 1937)
Fonte: Acervo Documental da Família Almeida Gondim

4.4 A TRAVESSIA OCEÂNICA DAS PIONEIRAS

O envio de religiosas franciscanas às missões assumidas pela Ordem, seguindo a tradição do próprio fundador Francisco de Assis, é momento crucial na vida da Congregação. Para as destinadas a Areia, a solenidade do envio aconteceu na segunda-feira de Pentecostes, dia 17 de maio de 1937. Após profunda e comovente homilia diante do Santíssimo, na Capela do Convento de Dillingen, o assistente espiritual Dr. Vicente Fuchs entregou a “Cruz Missionária” às jovens Irmãs Floresia, Venantia, Iluminaris, Trautlinde, Ildefonsa e Urbana e deu-lhes a benção para a viagem.



Ilustração 24 - Altar de Adoração Perpétua no coro da Casa-Mãe em Dillingen
Fonte: arquivo do Colégio Santa Rita

O coro cantou o “Hino a Jesus” e as enviadas seguiram em procissão com o Santíssimo ao Altar de Adoração Perpétua das Irmãs no coro da Casa-Mãe (Ilustração 24). À noite, a festa de despedida teve lugar no refeitório, em uma atmosfera de alegria, de

expectativa, frente a responsabilidade da missão; e de receio em relação à Congregação, face à situação política da Alemanha. Três meses após, embarcariam as Irmãs Friedheid e Rafaela.

Chegou a hora da despedida. Ó casa-mãe querida, com tua Igrejinha acolhedora, o lugar preferido de nossa alma, adeus! Deus te proteja dos pesados anos vindouros e por todo o tempo e a nós conceda boa viagem (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dilligen, 1937 a 1964, Parte B, p. 3, arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

Após uma visita de despedida aos familiares, que durou entre três e cinco dias, as irmãs retornaram à casa-mãe em Dillingen. No dia 20 de maio seguiram para Bremen, de onde embarcaram com destino ao Recife, completando a viagem por terra até Areia, onde chegaram no dia 9 de junho de 1937. Interpretamos seu relato de viagem como uma iniciação, que as desligavam da custódia anterior e abria-lhes um campo de novas vivências e responsabilidades, e que nos permite um conhecimento indiciário sobre elas.

Vinte e dois de maio de 1937, dia de Santa Rita, Porto de Bremen, em Bremerharven. “Com trinta passos chegamos à escada que leva ao navio. O que estamos sentindo? Coragem, tem que ser! Controle do passaporte e revista pela alfândega! Nossos semblantes dizem tudo aos sete senhores importantes que nos inspecionam” (Diário das Pioneiras, dia 22 de maio de 1937, apud SENDRA, 2007, p. 150). Doze caixões transportavam a bagagem e as primeiras ferramentas de trabalho das irmãs, entre elas, um piano, um harmônio, uma máquina de costura e uma máquina de escrever.

Poucos minutos depois, ouve-se o apito do navio! Um momento inesquecível: a querida Mãe Espiritual tem que deixar o navio. Nós ficamos no convés. Acenamos e dissemos as últimas palavras de despedida. A escola, os cabos e a âncora são recolhidos. Quase sem perceber, o navio se afasta. São quatro horas e meia (da tarde). Agora é realidade: nós nos dirigimos a um destino novo. Deus esteja contigo, tu, Pátria Alemã! (Diário de Bordo das Pioneiras, 22 de maio de 1937, apud SENDRA, 2007, p. 150).

Dia após dia as pioneiras relatam as ocorrências da viagem marítima, em uma linguagem entremeada de expectativa e ludismo. Dão conta do percurso marítimo; da movimentação portuária; do vôo circular das gaivotas sobre o navio “Antonio Delfino” e do seu pouso nas ondas verde-azuis; da indolência do gado preto e branco a pastar nas planícies litorâneas; da travessia do Canal da Mancha (Golfo de Biscaya), conhecido como túbulo dos marinheiros; das consequências do balanço do navio:

Maria Ildefonsa abandona apressadamente a mesa, abundantemente posta e corre para o convés. Também Irmã Iluminaris entrega os pontos! Irmã Urbana retira-se para o camarote. [...] Não é possível definir como nos sentimos, pior do que se possa imaginar. Maria Iluminaris promete nunca mais voltar à Alemanha (para não precisar viajar de navio outra vez) (Diário de Bordo das Pioneiras, 24 de maio de 1937, apud SENDRA, 2007, p. 151).

A despeito do incômodo causado pelo enjôo em alguns trechos mais turbulentos do Atlântico, as irmãs vivem a viagem com uma energia curiosa de criança. Assistem a missa, recebem aulas de português. Distribuem “coisas santas”, observam a solidão dos rochedos, admiram-se da suntuosidade do navio e da fartura do cardápio; perscrutam as águas em seus diversos tons e movimentos, divertem-se com o cardume de peixes voadores, cintilantes à luz do sol, e, em seus camarotes contíguos de números 03, 05 e 07, festejam, no dia 30 de maio, o onomástico⁸⁸ da Irmã Urbana. Ao amanhecer,

o comissário-mor de bordo comunicou-nos a notícia do bombardeamento do navio blindado “Alemanha” e as providências tomadas lá em nossa terra, notícia esta, transmitida pelo telégrafo. Aliás, diariamente, às 09h, o jornal de bordo traz as notícias mais recentes do mundo todo. No convés de trás, está hasteada, durante o dia a bandeira suástica a meio mastro. Durante o almoço e jantar, silencia a orquestra. (Diário de Bordo das Pioneiras, 31 de maio de 1937, apud SENDRA, 2007, p. 155).

Neste mesmo dia as irmãs se iniciam no típico cardápio brasileiro, escolhendo feijão preto com arroz, e peixe seco, com temperos. À tarde, absorvidas no estudo da língua portuguesa, quase deixaram de registrar a passagem pelas Ilhas de Cabo Verde, onde segundo lhes foi informado, só há negros seminus. “À noite, um amável passageiro chama a nossa atenção para o Cruzeiro do Sul. Nós o vemos claramente. Após isto, temos em nosso camarote a última “Noite de Maio” com música de flautas” (Diário de Bordo das Pioneiras, 31 de maio de 1937, apud SENDRA, 2007, p. 155).

A exemplo de São Francisco as seis irmãs emolduravam parte da sua rotina de orações com a obra do criador. Somente céu e mar! O mar infinito que fala cada dia uma nova linguagem, ilustra as diversas passagens do Ofício Divino rezado pelas irmãs. Madrugada de 03 de junho. Depois da chuva no mar, uma aurora radiosa, mas as águas agitadas fazem

⁸⁸ Data que remete à profissão de fé da Irmã, e que simboliza seu nascimento em Cristo. A santa do dia é tomada como sua protetora e pode inclusive, ser adotada como seu novo nome, pelo qual passa a ser identificada, em detrimento da data e do nome escolhido por ocasião do seu nascimento carnal. (depoimento da Irmã Maria Cristiane de Oliveira, atual diretora do Colégio Santa Rita, em 05.06.2009, na diretoria do Colégio).

novamente balançar o navio. Às 16 horas e trinta minutos, o “Batismo do Equador”, com carnaval em grande estilo:

Netuno, o Deus do mar, é trazido em procissão festiva para junto da grande piscina. Ele faz um discurso. Os passageiros serão assim limpos das sujeiras do Hemisfério Norte, antes de entrarem no Hemisfério Sul e recebem um batismo. Como é animado! Querendo, pode-se encontrar um sentido mais profundo em tudo isso. Às 19h e 30m é o ‘banquete do Equador’, em traje de fantasia. Quando começa o baile, nós desaparecemos em nosso camarote. Além do mais, é véspera da festa do Coração de Jesus. (Diário de Bordo das Pioneiras, 03 de junho de 1937, apud SENDRA, 2007, p. 156).

Era plúmbeo o véu com o qual a natureza se adornou para recepcionar as seis pioneiras franciscanas de Dillingen, no dia 5 de junho de 1937, em sua chegada a Recife: “Nuvens escuras juntavam-se umas às outras enquanto o navio a vapor se aproximava do Porto do Recife, contornando seus inúmeros abrolhos. Quando o navio lançou âncora, as nuvens derramaram a plenitude da chuva tropical” (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dilligen, 1937 a 1964, Parte B, p. 03, arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB). Em pleno inverno brasileiro, com o termômetro do convés oscilando entre 28 e 29°C, as irmãs sentiam-se envolvidas pelo calor dos trópicos. Na Alemanha, 25°C marcavam a temperatura média das férias de verão. Recebidas por duas irmãs Beneditinas da Academia Santa Gertrudes, as pioneiras seguiram para Olinda no carro das estudantes, por ruas esburacadas, encharcadas e escuras.

Será que os espíritos maus se conjuraram contra nós? Não, nós fomos enviadas pelo Céu e ele há de nos proteger até o nosso destino. Um carro iluminado que vem ao nosso encontro de frente, mostra-nos despretenciosamente também o caminho por um pedaço da estrada até o Céu enviar outro carro em nossa direção fazendo-nos o mesmo ato de caridade. (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dilligen, 1937 a 1964, Parte B, p. 04, arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB)

Temendo por sua integridade, invocaram os santos, admirando-se da calma das suas acompanhantes:

Parece que elas já estão acostumadas a estes embalos brasileiros. Noite escura, os dois braços do rio cheios neste tempo de chuva chegam até a beira da estrada. A luz do carro se apaga. A primeira viagem noturna em solo brasileiro deixou-nos a impressão nova, inesquecível dos contrastes entre a realidade da Alemanha, onde tudo é ordenado até os últimos detalhes e a do mundo ao Sul do Equador. (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dilligen, 1937 a 1964, Parte B, p. 07, arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

O percurso de Olinda a Areia durava, então, sete horas e meia. A cidade situada no brejo paraibano “lembrava a região da Úmbria, na Itália, berço de São Francisco de Assis. O clima ameno e bem aprazível favoreceu a adaptação das novas ‘brasileiras-nordestinas’” (SENDRA, 2007, p. 158).

Em terra areiense, a propriedade que as abrigou pertencia à Mitra Diocesana. Tornou-se colégio, internato, casa de formação, residência das irmãs, e mais tarde, sede provincial. A recepção às irmãs foi calorosa: “As portas se abriram e ao mesmo tempo os fogos estalaram! [...]. Uma multidão de jovens e velhos estava reunida e começou a bater palmas [...] naturalmente nos sentimos sobremodo felizes com isso” (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dilligen, 1937 a 1964, Parte B, p. 09, arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

As necessidades educacionais do município de Areia, arroladas na carta da beneditina Flávia Schulte à franciscana Maria Laurentia a pedido do pároco de Areia, **dão o tom da educação pensada para as mulheres à época**: “muito desejada é uma irmã que saiba desenho e pintura, bordar e fazer flores, igualmente uma professora de Educação Doméstica, uma professora de Música, uma professora de Língua e uma para cantos, ciências, etc.” (Carta da Irmã Maria Flávia Schulte Superiora Provincial das Beneditinas de Olinda para Madre Maria Laurentia Meinbergger superiora geral das Franciscanas de Dillingen, remetida em 16 de junho de 1936). Foi com base nestas necessidades que a Madre Geral, Maria Laurentia Meinberger e suas conselheiras Madre Gonsalva Staudacher, Honoria Zotz e Maria Veneranda Eckel que assumiram a negociação com as Beneditinas de Olinda, enviaram para a missão no Brasil:

Madre Maria Floresia Kirchmayer (Ilustração 25), que era de Günz, região de Memmingen. Exercera as funções de professora e vice-supervisora em Kirchheim. No Colégio Santa Rita, lecionou Religião, Matemática e Ginástica no Curso Normal Livre.



Por seu caráter prudente, mas assertivo, coube-lhe a missão de liderança como Superiora e como Diretora, de junho de 1937 a fevereiro de 1939, quando foi transferida para o Rio de Janeiro. Foi a responsável pelas determinações que estabeleceram as bases do regime disciplinar do Colégio.

Ilustração 25 - Madre Floresia Kirchmayer
Primeira Superiora do Colégio Santa Rita
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita



Madre Maria Venantia Schmid (Ilustração 26), natural de Munich, fora demitida da Escola de Volkach e substituída por uma professora civil, no processo de secularização empreendido por Hitler em toda a Alemanha. No Colégio Santa Rita, dedicou-se à música, ensinando piano, harmônio e acordeom. Estava constantemente ocupada em copiar músicas e preparar as aulas para suas alunas. Mesmo a pequena e provinciana Areia tinha tradição de bom gosto musical e Venântia tinha muito o que fazer.

Ilustração 26 - Madre Maria Venantia Schmid
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita



Ilustração 27 - Madre Maria Iluminaris Allger
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita

Madre Maria Iluminaris Allger (Ilustração 27), natural de Steibis, exercera atividade docente em Furth in Wald. Antes de vir para o Brasil passou quatro semanas estudando português com as irmãs destinadas a Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Aqui chegando foi diretora do Colégio Santa Rita, ensinou Matemática, Ciências, Geografia e Educação Física no Curso Ginásial. Mas sua inteligência e sua força de trabalho seriam dedicadas principalmente à formação das professoras. Foi a responsável pelos cursos Normal Livre e Colegial Normal, ensinando Biologia, Física, Química, Didática Geral e as Práticas de Ensino, e coordenando o Estágio de suas professorandas.



Ilustração 28 - Madre Maria Trautlinde Frischholz
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita

Madre Maria Trautlinde Frischholz (Ilustração 28), era professora de Trabalhos Manuais em Weiden e foi para este mister que chegou entre as pioneiras, trazendo muita criatividade e muitas técnicas em artes manuais. Em 17 de novembro de 1938, realizou a primeira exposição, que causou impacto pela beleza das peças. Daí em diante, esta iniciativa se repetiu a cada final de ano. Ensinou Trabalhos Manuais em todos os Cursos oferecidos pelo Colégio, difundindo uma grande variedade deles: tricot artístico, filé, frivolité, crochê, bordado, *ratanger* costura, macramé, pintura e tapeçaria. Auxiliada pelas Irmãs Reinholda, Rita, Isabel e Anunciada, foi a responsável pelo Curso Ginásial Industrial.



Madre Maria Urbana Schöberl (Ilustração 29), natural de Schierbing, Baixa Baviera, até o envio para o Brasil era padeira do Internato Marista em Ilbertissen. Foi a primeira cozinheira do Colégio, auxiliada por Rita Cassimiro, que trabalhava como cozinheira para dona Filogônia da Gama Cabral, diretora provisória do Colégio.

Ilustração 29 - Madre Maria Urbana Schöberl
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita



Madre Maria Ildefonsa Stauss (Ilustração 30), nascida em Erlasee na Baixa Frankonia, desde a Páscoa de 1936 fora demitida do cargo de professora pelo Estado. Entre nós, lecionou Álgebra, Matemática, Inglês, Francês e História Geral no Curso Ginásial e ajudou Irmã Carolina nas tarefas com o internato. Mais tarde, formou-se em Pedagogia tornando-se orientadora educacional do colégio.

Ilustração 30 - Madre Maria Ildefonsa Stauss
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita

Madre Friedheid Späth (Ilustração 31), em seus 21 anos distinguiu-se por sua vocação materna. Tendo sido professora no Jardim da Infância na Alemanha, abraçou em Areia o Internato Menor. Dedicava tempo integral às pequeninas, orientando-as nos deveres escolares e na conduta pessoal. Para as crianças, a disciplina franciscana não era menos rigorosa, mas as pequenas tinham seus brinquedos e a alegria do passeio dominical.

Ilustração 31 - Madre Maria Friedheid Späth
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita



Madre Maria Rafaela Hitzler (Ilustração 32), procedente de Höchstädt Scho, Diocese de Augsburg, aqui chegando, assumiu múltiplas funções. No curso Ginásial, ensinou Educação Física, Inglês e Desenho. No Curso Normal, ensinou Desenho. Ainda aplicou seus pendores no cuidado às adolescentes do Internato Maior e seus dotes artísticos comandando a pintura da Casa, a ornamentação e os cenários para as solenidades.

Ilustração 32 - Madre Maria Rafaela Hitzler
Fonte: Acervo da Fraternidade do Colégio Santa Rita

A madre Rafaela Hitzler “traçava poemas em tintas” como poetizou o historiador Torres (2000). Executou em vitral uma colossal imagem da Santa Rita padroeira (Ilustração 33), elevada na parede a esquerda do altar-mor da capela, de modo a captar do sol o resplendor, para melhor expressar sua mensagem espiritual. É esta Santa Rita policrômica que foi projetada na retina das pessoas que compartilharam a vida naquela casa de educação. Em honra à memória devocional e em um gesto de congraçamento com a população areense que tão solidariamente as acolheu, as franciscanas permaneceram sob o padroado da agostiniana Rita, cuja imagem barroca primitiva, existe, ainda, na ala lateral direita da capela, que as irmãs destinavam à comunidade.



Ilustração 33 - Santa Rita de Cássia, Padroeira do Colégio Santa Rita
Fonte: <http://blog.cancaonova.com/maninha/files/2009/05/staritadecassia.jpg>

Certamente a Santa Rita não despertou em todas as alunas as mesmas impressões e a mesma ligação espiritual. Porém, não podemos desconsiderar sua representatividade como defensora e protetora do colégio, nem negar a devoção à santa que há cento e cinquenta anos é

ponto de ancoragem da vida espiritual da população areiense. Se pensarmos a iconografia como um instrumento através do qual a cultura comunica suas normas, veicula sua ideologia e incute seus valores, a Santa Rita da capela do colégio, com o olhar remetido a Deus, contemplada na ida e na volta às salas de aula, pode ser interpretada como uma representação simbólica importante na construção da subjetividade das alunas do colégio, ao projetar sentidos para o feminino, enquanto filha, esposa, mãe exemplar e, finalmente, santa, como nos contava a madre Trautlinde.

A ocupação do Colégio Santa Rita pelas alemãs era, agora, uma realidade⁸⁹. A troca de correspondências e as visitas do Sr. José Castor Gondim às Beneditinas de Olinda renderam seus frutos. Para a classe infantil, ele providenciou o primeiro mobiliário: 02 mesas brancas e 10 banquinhos. Também para o refeitório comprou um guarda-louças. Foi pessoalmente a Alagoa Grande recepcioná-las juntamente com o vigário e o Sr. Armando de Freitas. Enquanto viveu, permaneceu amigo do Colégio.

As dificuldades iniciais vividas pelas pioneiras foram ocasionadas pela perda dos apoios de pertencimento, inclusão e comunicação: o abandono da pátria, a inserção em uma cultura com elevado grau de dessemelhança à sua cultura de origem, as dificuldades com o idioma, e, a partir de 1941, o rompimento da correspondência com a Casa-Mãe, pela situação de Guerra na Alemanha. Em relação ao idioma, percebemos na crônica do colégio orientações reiteradas do generalato:

Eu gosto muito que a senhora se empenhe, para que a língua portuguesa seja a língua do uso corrente. Essa generosa renúncia à própria língua materna tem que ser feita, em vista do interesse da missão (Carta da Madre Maria Pia Koch, Superiora Geral, datada de 31.03.1953, à Superiora do Colégio Santa Rita, apud Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dilligen, 1937 a 1964, Parte A, p. 16, arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

⁸⁹ Além das 08 pioneiras que aqui chegaram em 1937, o colégio recebeu as alemãs Justitia, Inviolata, Engelsindes, Siegfrieda, Carolina e Gonzalez, em 1938; Irmholda, Filipine, Teodolinde, em, 1939; Eveline, em 1949; Ermenhilde, Emerita, Gertrud e Eligia, em 1951; Veneranda, Adelaide e Sigwarda, em 1952; Angelina, em 1953; Willegardis, em 1956; Reinholda, em 1957; Ana Elisabeth Waadt e Hanelore Partelli, em 1963, que permaneceram em Areia por tempo variável, conforme designação das superiores, em vista das necessidades das demais casas da Ordem (TORRES, 1990).

E, ainda:

[...] em presença das co-irmãs brasileiras, as irmãs devem falar em português, por outro lado, as irmãs brasileiras, pelo menos as professoras e quem tiver tempo e interesse, devem aprender alemão (Relatório da Visita Canônica de 08 a 15. jul..1960. Visitadora: Madre Maria Pia Koch).

Quando, em 1942, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, as irmãs sofreram o constrangimento de serem consideradas prisioneiras em seu próprio convento. No dia 3 de setembro de 1942, o delegado de polícia de Areia, Sr. Vicente Chaves, recebeu denúncia da suposta existência de um espião alemão disfarçado de frade nas dependências do Colégio, fato de extrema gravidade, uma vez que todos os frades alemães deveriam estar recolhidos em seus conventos por ordem do governo. O colégio foi vasculhado pela polícia sob as vistas do prefeito, do juiz, dos cidadãos areienses e do Padre Franciscano Lima que assumiu sua direção por determinação da Diocese da Paraíba. Mesmo a um oceano de distância da guerra, as irmãs não foram poupadas do grande vexame de ver sua casa vistoriada, mas facilitaram *in totum* a revista para que a sua integridade fosse atestada.

A Madre⁹⁰ Maria Veneranda Sagstetter, que não está entre as pioneiras, posto que chegou ao Brasil em 1952, é a única remanescente alemã que serviu à comunidade de Areia contemporaneamente às aludidas pioneiras, até 1974, quando foi transferida para o Colégio João XXIII em João Pessoa. Reporta-se às suas co-irmãs falecidas,

⁹⁰ Embora as alunas e a comunidade areiense se referissem às franciscanas como “madres”, no regulamento interno da congregação esta identificação era um distintivo daquelas que já haviam proferido os votos perpétuos, conforme ordena a Madre Geral Maria Pia Koch em carta datada de 06.09.1955. Esta orientação foi mudada em 1967, quando, por ocasião da Visita Canônica ao Colégio Santa Rita, a Superiora geral Wilbranda Jessberger reservou o título às Superiores, devendo as demais congregadas ser identificadas como “irmãs” (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1937 -1964. Arquivo da Provinica Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

[...] como pessoas de Deus, pois vivenciaram o apostolado franciscano tanto na oração quanto no trabalho pedagógico que a vida lhes requereu. Eram muitíssimo disciplinadas, exigentes, responsáveis e ao mesmo tempo compreensivas com as jovens que tinham sob seus cuidados. Venceram enormes obstáculos para obterem sucesso, sendo o maior de todos, a adaptação à realidade brasileira e nordestina, tão diversa da alemã. Elas foram exemplo para as demais alemãs entre as quais estou incluída, e também para as irmãs brasileiras que hoje honram a sua memória conduzindo o colégio em meio a obstáculos diferentes dos de outrora, mas não menos desafiadores, ocasionados por esta modernidade tão avançada, que dispersa as alunas da introspecção necessária ao aprendizado e ao conhecimento de si. Sobretudo, guardo na memória como professora de música o caráter artístico que ilustrava a nossa educação e que imprimia erudição à formação das jovens, dotando-as de um gosto estético que aderiu a sua personalidade e que até hoje, quando as encontramos constatamos que ainda cultivam (Depoimento da Madre Maria Veneranda Sagstetter, no Parlatório do Colégio João XXIII, 08.04.2010).

Precocemente, seria reconhecida a operosidade das franciscanas alemãs, haja vista a quantidade de convites para atuarem na Saúde, no Serviço Social ou nas atividades domésticas em Seminários, nos seguintes municípios: João Pessoa/PB (1938, 1959 e 1961); Cuité/PB (1938); Catolé do Rocha/PB (1938); Monteiro/PB (1943); Campina Grande e Lagoa Seca-Ipuarana/PB (1950); Olinda/PE (1953); Sobral/CE (1956); Fortaleza/CE (1964); Alagoa Grande/PB e Mossoró/RN (1968). Todas as solicitações foram expressas documentalmente, diretamente à Casa-Mãe em Dillingen e ao Colégio Santa Rita, e estão referidas na Crônica da Congregação.

Em 28 de fevereiro de 1939, a madre Floresia partiu para Cabo Frio – RJ, mas não esqueceu de agradecer o acolhimento da comunidade areiense, como mostra a ilustração 34. Especificamente ao Sr. José Castor Gondim, a comunidade franciscana foi sempre grata, mantendo correspondências, troca de gentilezas e homenagem no Centenário do seu nascimento.

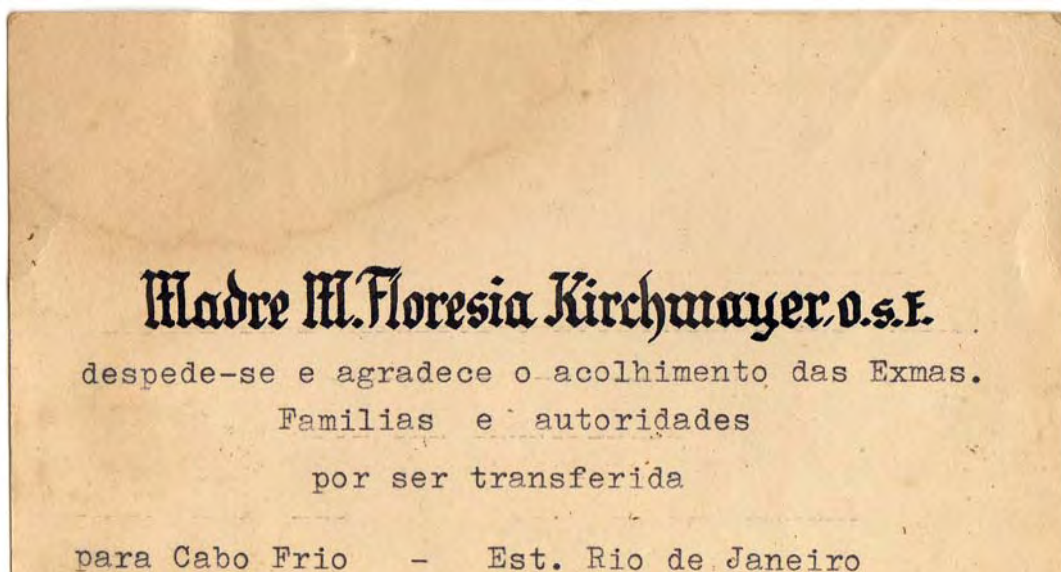


Ilustração 34 - Cartão de Despedida da Madre Floresia Kirchmayer - 1939.
Fonte: Acervo Documental da Família Almeida Gondim

5. O COLÉGIO SANTA RITA NA VIGÊNCIA DAS FRANCISCANAS DE DILLINGEN

Neste capítulo, apresentamos o Colégio Santa Rita, contemplando seu arranjo arquitetônico, a formação de suas mestras, os cursos oferecidos à população, o discurso, o regime de ensino, a confissão, a avaliação, as festas de formatura e a obra social franciscana em Areia. Neste percurso, buscamos elucidar as maneiras pelas quais as pessoas, em seu interior, se constituíram como sujeitos, tomando como referência o conceito de dispositivo como rede de mecanismos que conformam uma estratégia global de assujeitamento mediante uma multiplicidade de processos discursivos e não discursivos tais como a arquitetura, as teorias, as práticas, as leis, as filosofias, a moral, as medidas administrativas que se articulam estrategicamente para garantir a produção do saber e o exercício do poder em dado momento histórico. Ao intervir sobre o campo de forças móveis, instáveis e heterogêneas em que se insere, o dispositivo tem sua estabilidade sujeita a derivações, rearticulações e mudanças de direção, em virtude das resistências que suscita (FOUCAULT, 1979).

5.1 O ARRANJO ARQUITETÔNICO

Enquanto criação humana inscrita na temporalidade, a arquitetura materializa a cultura das civilizações e, neste sentido, como linguagem articulada ao universo material e simbólico do corpo social, traduziu, através das edificações escolares, as intenções de mudança do sentido e dos valores da educação, os anseios de modernização e embelezamento do espaço urbano e o ideal de ordem para alcançar o progresso, ao ensejo dos esforços de reorganização da nação instalados com a República. A gradual transformação operada na escola como sede do patriotismo e do civismo, requereu, além de uma nova arquitetura, novas bases normativas, novo modelo de gestão, novos mecanismos disciplinares, conteúdos e metodologias, incorporando a educação física, a higiene, a saúde, a moral, o civismo e a profissionalização, focalizando o aluno como totalidade para atender às exigências da missão civilizadora republicana.

Para a Igreja, que desde o Concílio de Trento monopolizou a arquitetura com seus templos, conventos e colégios imponentes em reação às concepções luteranas que pugnavam a simplicidade das casas de oração, não foi difícil dialogar com as exigências arquiteturais da República. A monumentalidade das escolas católicas inspirava respeito, ordem, prestígio,

labor, disciplina, competência, poder e uma segurança messiânica e elitizada a cujo abrigo as oligarquias confiavam sua prole. O colégio Santa Rita de Areia atendia a este padrão. Entretanto, após apenas dois anos, as alemãs sentiram a necessidade de ampliar o educandário, iniciando-se a reforma em 1939 e estendendo-se até a década de 1960, sob a coordenação da Madre Carolina Schwarz.

As negociações que se fizeram necessárias para a execução da reforma são reveladoras do quanto a arquitetura é conformada em termos de poder e influência sobre o espaço. O grandioso projeto no exíguo espaço urbano, exigiu nada menos que o fechamento da rua fronteira ao colégio e a desapropriação da Rua 13 de Maio, localizada por trás do mesmo, suscitando forte oposição liderada pelos senhores João Barreto, José Rufino de Almeida, Horácio de Almeida e Germano de Freitas sob a alegação de que o fechamento da rua contrariava os interesses da população residente a oeste da cidade, onde também se localizavam suas propriedades rurais, cujo acesso ao centro seria dificultado, exigindo o contorno do muro da propriedade do colégio. Para dirimir o impasse, um documento, apensado de abaixo-assinado com adesão de grande parte da população foi dirigido ao Interventor Federal⁹¹ que autorizou a continuação da obra em 1944, fechando a atual Rua Vigário Odilon. A desapropriação da Rua 13 de Maio só aconteceu em 1948⁹².

Na crônica da Congregação (Livro 01, p. 30 e 30v), em carta da Madre Carolina para o generalato, datada de 16.12.1945, são referidos agradecimentos pela preciosa ajuda prestada na reforma do Colégio: ao cisterciense padre Hermano Hahn e ao franciscano frei Linus Jansen (autores das primeiras plantas e orientadores da primeira etapa da construção); ao areiense José Castor Gondim (colaborador e voluntário no acompanhamento de todos os estágios da obra); ao franciscano Frei Pedro Westermann (responsável pela planta da expansão da reforma e gerente da obra de construção da capela); aos senhores Moreira (motorista do caminhão do colégio), Alcides Nobre (motorista e fiel auxiliar em todos os trabalhos da edificação), Manoel Salviano (mestre de obras da capela) e à Senhora Leonor (Nini) da Silva Coutinho (companheira da Madre Carolina na peregrinação de cinco meses ao Rio de Janeiro e a São Paulo, em busca de recursos junto aos políticos e amigos paraibanos e areienses, para a reforma do colégio. Tamanho investimento mereceu o reconhecimento da

⁹¹ Tratava-se de Argemiro de Figueiredo, governador eleito por via indireta em 1935, que, com o Golpe de Estado perpetrado por Vargas, tornou-se interventor no período 1937-1940 (MELLO, 2002, p. 196; LEAL, 1966, p. 250 e 253).

⁹² Empenharam-se neste mister junto ao governo do Estado, o deputado Pedro Almeida e o Sr. José Castor Gondim. A Rua 13 de Maio, que adentrava à área do colégio, era habitada por famílias muito pobres. Ligava-se à Rua da Palha, atualmente Rua Abel da Silva.

Mitra Arquidiocesana da Paraíba que doou à Congregação a posse da área construída e do sítio anexo, em 16 de maio de 1946, mediante escritura pública⁹³

Mas, as edificações institucionais, extrapolando a sua função estética, são erigidas para permitir um controle interior articulado que assegure a excelência dos seus serviços, e, neste sentido, a arquitetura pode ser definida como intensificadora da ação dos aparelhos de poder, assegurando sua economia de material, de pessoal e de tempo e sua eficácia, pelo caráter disciplinar preventivo que as suas disposições ensejam⁹⁴. Através da implantação de um sistema panóptico⁹⁵ sutilmente arranjado para otimizar seu funcionamento, torna-se possível que o vigilante observe, com uma olhadela, os indivíduos e que este mesmo vigilante seja vigiado, até chegar ao ponto idealizado: que cada indivíduo seja seu perfeito vigia. O panoptismo

[...] é um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, **nas escolas**, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado (FOUCAULT, 2008, p. 170, grifo nosso).

A finalidade do panoptismo não é a violência, mas a disciplina; não é o isolamento, mas a visibilidade; não é a supremacia de um comandante, mas a otimização das funções sociais pela preparação de indivíduos aptos a exercê-las. Como dispositivo capaz de reformar a moral, difundir a instrução, preservar a saúde, otimizar a economia – tudo isso com uma

⁹³ Assunto informado pela Madre Superiora Carolina Schwarz à Superiora Geral Madre Maria Gonsalva Staudacher em carta datada de 15 de agosto de 1946, e confirmado em resposta da Madre Geral para a comunidade de Areia em 21 de outubro de 1946 (Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB.).

⁹⁴ Para o arquiteto franco-suíço Le Corbusier, a arquitetura, como a lógica e a beleza, é inimiga da confusão, da espontaneidade, do caos e da desordem. Como ciência afim da geometria, a arquitetura é a arte da ordenação matemática e da harmonia. Racionalista, Le Corbusier prioriza a linha reta como fruto de uma intervenção precisa, como resposta a um ato de vontade, atingido com plena consciência. A linha reta, indesejável, limitada por suas próprias regras, por seu binarismo, repele o acidental, o desviante, o arbitrário, o acaso, o descuido de uma ação puramente instintiva (DE MASI, 2003).

⁹⁵ O protótipo do panóptico idealizado pelo jurista inglês Jeremy Bentham é uma arquitetura circular que tem ao centro uma torre vazada em amplas janelas através das quais são visualizados os ambientes dispostos na periferia do círculo, onde se aloja sua clientela. Baseia-se nos princípios da **visibilidade** e da **inverificabilidade**: Da torre central vê-se tudo. Da periferia se é totalmente visto. Porém, o indivíduo nunca deve perceber que está sendo vigiado, e sim, ter a certeza de que sempre pode sê-lo. O panóptico é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal e o seu funcionamento pode ser representado por um sistema arquitetural utilitário e pragmático que permite a visibilidade dos indivíduos nele alocados (FOUCAULT, 2008).

idéia arquitetural à qual são agregados mecanismos disciplinares e instrumentos de intervenção para modificar o comportamento, treinar os indivíduos, tentar experiências pedagógicas – o panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com seres humanos, para analisar as transformações que se pode obter neles.

Neste sentido, as irmãs, antes de tudo, determinavam lugares fixos para a reza, a refeição, o estudo, o recreio e o repouso; registravam as presenças, as ausências e os atrasos; impediam a aglomeração confusa, a circulação difusa, a mobilidade fugidia, evitando perder as alunas de vista; perfilavam-nas para fazer circularem os corpos de forma transparente e organizada. Atribuía uma regularidade, um horário, uma repetitividade e um ritmo às atividades, capacitando as alunas a executarem os gestos, as falas e as ações planejadas. Tornando-se alvo destes mecanismos de poder, o corpo oferecia-se a novas formas de saber:

[...] corpo do exercício mais do que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se enunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais (FOUCAULT, 2008, p. 132).

Enquanto dispositivo que visa assegurar a ordenação das multiplicidades humanas, o mecanismo disciplinar tende a extrapolar o espaço fechado da instituição panóptica para ordenar, no corpo social, a ação humana, respondendo a três critérios: tornar o exercício do poder discreto ou relativamente invisível para não suscitar resistências, estender os efeitos deste poder o mais longe possível, e otimizar ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade dos indivíduos inseridos no sistema, visando ao rendimento do aparelho panóptico em termos de alcance dos seus objetivos. Assim, observa Foucault (2008), a escola católica não deve simplesmente formar crianças dóceis, mas tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar na vida dos seus pais e saber como vivem, quais os seus recursos, seus costumes, sua religião, que locais freqüentam, qual o ritual que legitimou sua união.

Visto de fora, o colégio é encimado por uma cruz em seu frontispício, (Ilustração 35). A arquitetura externa congrega a precisão da linha reta com a suavidade da linha curva,⁹⁶ utilizando o vidro e o ferro, como é próprio das edificações modernas. Embora haja dominância da linha reta, a curva aparece na portaria, nos espaços destinados ao recreio das

⁹⁶ A maleabilidade da linha curva, marca do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, remete ao humanismo, à arte, à estética, à emoção. Fruto da intuição, da imaginação e da espontaneidade, que desempenham na arquitetura de Niemeyer papel tão importante quanto a racionalidade, a curva encontra sua razão de ser na própria liberdade (DE MASI, 2003).

alunas internas e das externas, e na capela. Do lado leste (sentido João Pessoa-Areia), é possível visualizar, à distância dos Engenhos Saboeiro e Laranjeiras, a torre da capela. À vista do ângulo oeste (sentido Campina Grande-Areia), a grandeza da construção é mais expressiva, mostrando o piso superior, a torre da capela, o sítio e a área de esportes circundados por alto muro de pedra que remete às construções monásticas. O muro circunda o colégio deixando a fachada livre, mas, o controle da portaria e a distância das salas de aula e das áreas livres ocupadas pelas alunas, aparta-as da cidade, abrindo oposição ao mundo externo. O controle e a estética germânica do espaço interno do colégio se contrapõem à espontânea conformação da cidade, exigindo das pessoas, em seu interior, uma conduta diferenciada. O colégio se apresentava, portanto, como um abrigo seguro, cujos ambientes amplos, asseados, iluminados e arejados favoreciam à execução dos propósitos do ensino católico e atendiam às exigências do ideal educacional republicano⁹⁷.



Ilustração 35 - Frontispício do Colégio Santa Rita

Fonte: Arquivo da autora

⁹⁷ As orientações técnicas e arquitetônicas para a construção dos prédios escolares na República foram estudadas por Pinheiro (2002) em criterioso levantamento sobre os grupos escolares na Paraíba. Valendo-se de documentação oficial da época, o autor detalha as exigências legais para a criação daquelas casas de educação. Sobre o tema, ver também, Escolano (2000); Bencosta (2005).

Visto de dentro o colégio não possuía a arquitetura circular do panóptico, mas, em seus ambientes, outros marcadores sinalizavam o panoptismo, tais como o estrado,⁹⁸ o sino e o relógio para controlar a duração das aulas e demarcar a ordem do dia; o confessionário, o fogo sagrado e o Santíssimo, indicando a presença de Deus que tudo pode, tudo sabe, tudo vê, e de tudo pede contas; as imagens dos anjos, santos e santas e a foto do Papa, remetendo à proteção divina e ao cultivo das virtudes; o apito que indicava o tempo do banho, assim como a presença das alunas em áreas proibidas. Este aparato valia-se de um outro expediente panóptico mencionado por Foucault: o registro gráfico em relatório e na ficha individual das alunas.

Atendendo às exigências republicanas, o colégio é dotado de amplos espaços para estudo, alimentação, recreação, repouso, oração e visitas. Atende aos postulados higienistas quanto a limpeza do piso e das paredes, ausência de emanções mal cheirosas, aeração, iluminação e isolamento dos ambientes de estudo, que permitiam a serenidade e a concentração. Na classe, o lugar indicado à aluna no primeiro dia de aula permanecia o mesmo, até o final do ano. Sobre o estrado, a mestra; acima dela, a divindade, representada no crucifixo preso à parede. A formação das alunas em fila, o sistema de classes seriadas, a inclusão no internato ou no externato, a condição de bolsista ou pagante, a participação na banda marcial, a inclusão na filiação Mariana e a apresentação em festas eram formas autorizadas de distribuição das alunas no espaço, estabelecendo inclusões e exclusões em nome da disciplina, da decência, do civismo, da obediência e da fé.

Mediante o desempenho no estudo, a limpeza nos cadernos a “boa ou má” índole da aluna, a cor da sua pele, sua conformação estética e a posição da sua família na comunidade, definam-se visibilidades e oclusões que “faziam da sala de aula um quadro único com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente classificador do professor” (FOUCAULT, 2008, p. 126).

O espaço arquitetônico, ao atribuir aos corpos uma dada disposição, acessibilidade, situacionalidade, mobilidade, e atividade, tornava-se partícipe silencioso no conjunto das estratégias acionadas para dar cumprimento às normas regulatórias que incidiam no corpo e na mente das alunas visando à consecução dos objetivos da instituição. Neste sentido, as vivências das mulheres que habitavam o colégio, enquanto resultado de uma dada experiência

⁹⁸ Estrutura plana, construída acima do nível do chão, de modo a constituir um piso mais elevado com o fim de colocar em destaque o professor, permitindo-lhe melhor visibilidade da classe e maior controle sobre as alunas (FERREIRA, 1990). O estrado também demarcava, simbolicamente, a distância que separava as alunas das mestras.

construída pelo poder reiterativo do discurso católico e pelas práticas dele decorrentes, ao conformar as identidades, reforçavam certas categorias de identificação e excluía outras não legitimadas pelo ensino religioso.

Podemos identificar o arranjo panóptico na vigilância à portaria e nos refeitórios, nos dormitórios, no controle das visitas e da correspondência. Para as internas e para as candidatas ao noviciado, a ação panóptica era permanente. As celas ou clausuras localizavam-se em área proibida às alunas e tinham visão para o jardim interno das irmãs, exceção feita às das madres que desempenhavam a função de mestras dos internatos menor e maior e mestras do noviciado: separadas das demais, suas celas eram contíguas aos dormitórios das internas e noviças, para melhor assisti-las. Durante o dia, os dormitórios permaneciam fechados (Ilustração 36 - Plantas do Colégio Santa Rita).

Elementos evocativos da identidade nacional, o Lábaro, o Brasão e o Selo, colocados em espaços estratégicos do colégio, representavam as riquezas, a honra, a glória e a nobreza da nação, assim como a paz que deveria ser cultivada nos corações e pela qual a educação católica muito fez, valendo-se da mensagem do cristianismo. Estes símbolos remetiam a signos correspondentes como a letra dos hinos e o cancionário nacional, evocativos da nação e invocados para incutir o sentimento de compromisso com o país. Este aspecto foi ricamente explorado no Colégio Santa Rita através das disciplinas Canto Orfeônico, Educação Física, Geografia, História do Brasil, Educação Moral e Cívica e Língua Portuguesa, pela seleção de textos evocativos do patrimônio material e simbólico da nação brasileira.

A área destinada ao recreio das alunas internas situava-se na cobertura das salas de aula, no pavimento superior e terminava em um muro sem saída, de onde se contemplava a natureza do brejo em sua plenitude: a névoa, as ondulações do relevo, o esplendor da vegetação, o por do sol e a Escola de Agronomia, reduto masculino à distância contemplado. Pela área de circulação as alunas retornavam às salas de aula, através da escadaria, de onde eram vistas pela brasileira madre Verônica, secretária do colégio, cujo apelido era “soldado raso”. A área destinada ao recreio das externas era protegida por muro, sobre o qual estava fixada uma grade.

Na capela, dotada de rico tabernáculo, o silêncio era pleno de uma energia que impunha um comportamento diferenciado. Uma vigilância, tão sutil quanto eficiente, atuava para que na segunda-feira as mestras de classe nomeassem com exatidão as ausentes à missa dominical em um contingente superior a quinhentas alunas, nos anos áureos do Colégio.

Enquanto umbral para o infinito, a capela era um lugar cuidadosamente preparado para aprimorar o espírito das alunas. Lugar de iniciação no mistério do imponderável, lugar de magnificência que compunha um complexo místico-simbólico-estético-devocional pelo qual a imaginação das devotas era transportada às paisagens da corte celestial anunciadas nas letras do hinário e traduzidas no coro de vozes femininas moduladas pelo harmônio. Era simultaneamente, tabernáculo do paráclito e depositária das aflições temporais comezinhas que perturbavam o coração das jovens alunas: o medo da Madre Carolina, apelidada “General de Hitler”, da chamada oral, da prova-surpresa, da reprovação. As dores de amor, a saudade da família, os segredos pessoais eram causas meritórias pelas quais internas e externas penhoravam a Jesus e aos santos (as) o seu coração, em preces que se elevavam com a fumaça perfumada do turíbulo. Era também lugar impróprio para as alunas externas que professavam outro credo; indesejável para as não devotas, e lugar de transgressão, como a que ocorreu em uma celebração de vigília da páscoa quando uma aluna queimou, com a vela que segurava,⁹⁹ o véu da colega à sua frente. Acima de tudo, a capela era um espaço pleno de simbolismo que visava à materialização da mensagem da instituição em nome de Deus.

Reducionista em relação ao corpo, ao gênero, à raça, à classe social, à sexualidade, e às crenças não-católicas, o discurso da educação no Colégio Santa Rita visava conformar identidades viáveis à manutenção do *status quo*, tendo como subsidiário o espaço físico com seus complementos estrategicamente implantados. Porém, a vida em seu interior não era regida somente pelo calculismo panóptico; era engrandecida pela “imensidão íntima” daquelas que o habitavam em suas identificações e resistências às pessoas e às atividades ofertadas:

[...] cada ambiente do colégio tinha sua energia particular. Ou por sua utilidade, como as salas de aula, ou pela liberdade, como a área do recreio, ou pela paz que inspirava, como a capela. Mas era com a arte das Madres Inviolata e Veneranda, na sala de música, onde eu me sentia melhor, enquanto fiz o curso normal, de 1959 a 1961. Eu cantava no coro da capela e no coral orfeônico que se apresentava em todas as festas. O canto me propiciava aprendizagem, alegria, comunhão com Deus e uma harmonia interior que eu cultivei mesmo não estando mais no colégio, como membro do Coral Universitário, e que cultivo até hoje, para meu equilíbrio pessoal (Depoimento oral de Terezinha Diniz, ex-aluna do Colégio Santa Rita, em 11 /nov./2009).

⁹⁹ Cada aluna confeccionava a lanterna para sua própria vela, na técnica recorte-colagem, ensinada pela Madre Rafaela nas aulas de Artes Plásticas.

Mas, é importante registrar que o habitar não desperta univocamente os mesmos sentimentos na memória das ex-alunas: havia as que choravam a separação da família, as que não gostavam do clima frio e chuvoso, as que estavam sequestradas por imposição dos pais, as que censuravam o tratamento diferenciado segundo a posição de classe social. Era o colégio uma maternidade de educação, uma fábrica de burilar pessoas, uma casa de disciplina, mas também um ambiente agradável,

[...] um fabuloso monumento que sobressai do cume da Borborema a dar maior relevo à paisagem urbanística da cidade. Mais ainda avulta pela grandeza interna, em tudo manifestada, na amplitude das acomodações, na alegria da vida lá dentro reinante, no passadio, na higiene, na disciplina moderada e, sobretudo no aproveitamento (ALMEIDA, 1980, p. 137).

A estrutura arquitetônica hoje é quase a mesma, acrescida de um ginásio coberto e de um parque aquático; decrescida dos estrados e do porta-sombrinhas. Todavia, é milhares de vezes expandida na memória íntima de suas habitantes ancestrais. Para muitas, um fragmento; para outras, indelével; para todas, uma casa de adaptação, mas também de invenção; de disciplina, mas também de devaneios. Todas as edificações e aposentos congregam valores oníricos consoantes à casa de origem, onde o indivíduo abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo através dos pensamentos, dos sentimentos e dos sonhos (BACHELARD, 1993). Ao voltarmos nossa atenção para arquitetura do colégio, é impossível rompermos o vínculo entre o real e o imaginário, entre o passado e o presente. Assim, a objetividade da arquitetura é sempre ampliada pela subjetividade produzida no processo de habitá-la.

A síntese possível entre a linha reta de Le Corbusier e a linha curva de Niemeyer na arquitetura do colégio, pode ser remetida às pessoas que o habitavam. O padrão de uniformidade imposto, foi, a despeito do panoptismo, sempre perturbado, acrescido por movimentos erráticos, inovadores, pela opção pessoal, pela diferença, pela complexidade da condição humana.

5.2 A FORMAÇÃO DAS MESTRAS

Pensar a formação das pioneiras implica reconhecer-lhes uma preparação anterior à chegada a Areia, pois conforme Sendra (2008, p. 157) “as irmãs vieram continuar a tarefa que exerciam na Alemanha e que lhes fora negada pelo Regime Nazista: educar crianças e jovens através de sua missão na Escola”. Também na carta endereçada à Superiora Geral Maria Laurentia Meinberger, a beneditina Flavia Schulte¹⁰⁰ menciona a necessidade de que as enviadas trouxessem os diplomas das matérias que iriam lecionar. Na crônica do colégio consta a informação de que as escolhidas iniciaram curso de Língua Portuguesa que teve continuidade após sua chegada ao Brasil.

Em 1938, as pioneiras alemãs se submeteram ao Exame de Admissão para obterem diplomas no Brasil, como uma espécie de convalidação dos seus diplomas europeus, que se fez necessária para o reconhecimento legal do curso primário (Relatório do Movimento Escolar do Colégio Santa Rita, 1937 a 1970). A subvenção estatal no valor de vinte contos anuais condicionada à oferta de curso de formação de professores, demonstra que a atuação das irmãs no Brasil estava atrelada às conveniências da política governamental, com explícitas diretrizes de gênero, ao solicitar professoras de desenho, pintura, música, bordado, confecção de flores, línguas, educação doméstica, e, por último, contas e ciências.

Para lecionar português, história e agricultura a carta mencionava a exigência da nacionalidade brasileira. Neste sentido, as madres exerciam uma criteriosa seleção para encontrar entre os professores da Escola de Agronomia, autoridades civis, ilustrados e ex-alunas¹⁰¹, pessoas com idoneidade moral, domínio de conteúdos, amor ao trabalho e autoridade para exercerem um manejo de classe capaz de imprimir qualidade ao ensino, integrando-se ao dispositivo disciplinar garantindo a execução da proposta pedagógica segundo o cânon franciscano. A ex-aluna Maria de Lourdes Duarte Gauzerano representa muito bem este segmento, já que transitou em todos os níveis de ensino ofertados pelo colégio, do primário ao ginasial e, quando a madre Iluminaris decidiu retornar à Alemanha em 1976, confiou-lhe o comando do Curso Colegial Normal em detrimento das irmãs brasileiras:

¹⁰⁰ Superiora da Academia Santa Gertrudes, em Olinda/PE, a quem o Monsenhor João Coutinho instado por seus paroquianos e apoiado pelo arcebispo, D. Moisés Coelho, havia solicitado irmãs para assumirem o Colégio Santa Rita.

¹⁰¹ Como amostra desta contribuição destacamos: Severina Sousa, diplomada no Colégio das Neves em João Pessoa; Dr. Diniz, professor da Escola de Agronomia; o padre Ruy Barreira Vieira, vigário de Areia, Américo Perazzo comerciante e professor; Amauri Almeida, promotor de justiça; Silvia Gouveia, ex-aluna do colégio.

No primário, trabalhei com o primeiro Ano B, na mecanização da escrita vertical em caderno de pauta caligráfica, na fluência da leitura e na interpretação de pequenos textos. Ensinei também aritmética e noções de conhecimentos gerais. Para ensinar matemática e história no ginásio, fiz o curso de suficiência. No colegial normal fui fiel aos ensinamentos da minha antecessora e mestra madre Iluminaris que anualmente se atualizava no sudeste/sul do país. Os livros que comprei nada tinham de mais atual do que os seus ensinamentos. Mas adotei inovações como a realização do estágio supervisionado pelas alunas que não eram de Areia em seus municípios de origem, pois tínhamos alunas de Remígio, Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Arara, Pilões e Alagoa Grande (Depoimento da professora Maria de Lourdes Duarte Galzerano em 09/07/2010 em sua residência – Areia/PB).

Se nos anos 1930 as alemãs multiplicaram suas potencialidades para abarcar a tarefa educativa quando a demanda de alunas era modesta, nos anos 1940 abriram a candidatura para ampliar a congregação em face de uma demanda crescente, contando sempre com o auxílio da paróquia. Sobre o Padre Francisco Lima, professor e diretor do Colégio Santa Rita enquanto exercia a vigararia em Areia, madre Carolina disse:

Não se tem palavras para dizer da sua dedicação de pai para conosco e o seu zelo pelo colégio. Foi um orientador, um sacerdote muito humilde. Não fazia exigência de nada. Uma grandeza sem ostentação. Onde dele se precisava, ali ele estava. Em todas as ocasiões, ele estava aconselhando sobre tudo como um pai (PORTO, 2000, p. 14).

Em dois momentos, especificamente, a contribuição de professores e professoras leigas foi destacada: o primeiro de 1957 a 1970, quando as matrículas atingiram entre quatrocentos e quinhentos e vinte alunas/alunos, durante a gestão alemã. O segundo, na gestão das irmãs brasileiras de 1978 a 1990, com a proletarização do magistério, quando o colégio e especialmente o curso colegial normal deixaram de ser redutos das moças de elite. Mesmo com o internato extinto, a matrícula geral subiu à casa dos seiscentos/setecentos alunos/alunas, incremento puxado pela decadência do ensino nas escolas públicas, por uma maior conscientização dos pais sobre a importância da educação e também a adoção da co-educação em todos os cursos oferecidos pelo colégio.

À medida que foram surgindo vocações brasileiras, as candidatas à vida religiosa passaram a receber a formação em casa, ingressando nos cursos oferecidos pelo colégio, como mostra o quadro III.

QUADRO III – Candidatas e irmãs diplomadas nos cursos seriados oferecidos pelo Colégio Santa Rita no interregno 1955-1972

Nº	NOME	CURSO	PERÍODO	OBS
01	Ir. Maria Jacinta	Colegial Normal	1955-57	Cumpriu o curso integralmente
02	Ir. Maria Gertrudis	Colegial Normal	1956-57	Cumprira anteriormente o 1º ano
03	Ir. Maria Veneranda Sagstetter	Colegial Normal	1956-57	Cumprira anteriormente o 1º ano
04	Ir. Maria Dolores	Colegial Normal	1956-58	Cumpriu o curso integralmente
05	Ir. Maria Francisca	Colegial Normal	1956-58	Cumpriu o curso integralmente
06	Ir. Maria Bernadete	Colegial Normal	1956-59	Interrompeu o curso em 1959 para o noviciado
07	Ir. Maria Filomena	Colegial Normal	1958	Cumprira anteriormente o 1º e 2º anos
08	Ir. Maria Inês	Colegial Normal	1956-58	Cumprira como interna leiga os anos anteriores
09	Ir. Maria Francisca	Colegial Normal	1956-58	Cumpriu o curso integralmente
10	Ir. Maria Marta	Colegial Normal	1960	Cumprira anteriormente o 1º e 2º anos
11	Ir. Maria Rita	Ginasial Industrial	1960	Cumprira anteriormente o 1º, 2º e 3º anos ginasial
12	Ir. Maria Benigna	Colegial Normal	1961-63	Cumpriu o curso integralmente
13	Ir. Maria Celeste	Colegial Normal	1962	Cumprira anteriormente o 1º e 2º anos
14	Ir. Maria Cecília	Colegial Normal	1963-65	Cumpriu o curso integralmente
15	Ir. Maria Judite	Colegial Normal	1963-65	Cumpriu o curso integralmente
16	Ir. Maria Anunciada	Colegial Normal	1970-72	Cumpriu o curso integralmente
17	Ir. Maria Cristiane	Colegial Normal	1969-72	Interrompeu o curso em 1970 para o noviciado

Fonte: Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1937 a 1970, Parte B, n/p. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB.

Para lecionar no **Curso Ginásial**, as irmãs ingressaram nas capacitações oferecidas pelo governo brasileiro, a exemplo dos cursos intensivos promovidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) através da Diretoria de Ensino Secundário da Secretaria da Educação do Estado, ministrados nas férias de fim de ano por professores do Sul e do Sudeste brasileiro juntamente com a equipe da Paraíba¹⁰²

Para lecionar no **Curso Colegial Normal**, a falta de formação universitária foi compensada pelos cursos intensivos do Programa de Assistência Brasileira – Americana ao Ensino Elementar (PABAAE) sediados em Belo Horizonte, com duração de seis meses, mediante convênio celebrado entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos com a participação do governo do Estado de Minas Gerais.

Em reforço às capacitações, as irmãs que abraçavam a atividade docente cumpriam, na ordem do dia da instituição, rigorosa rotina, dedicando não menos de quatro horas ao estudo das matérias que lecionavam à correção das tarefas das alunas e à preparação das aulas, sendo três horas à tarde e uma hora à noite para as que lecionavam pela manhã. Inversamente, preparavam-se durante a manhã e à noite aquelas que entravam em sala de aula no turno da tarde. As irmãs que ensinavam nos dois turnos contavam com professora auxiliar para a correção conjunta das tarefas e preparação das aulas no final da tarde e à noite, sendo dispensadas de tarefas na casa. Deviam ainda manter o espírito atento para cumprir sua função disciplinar no esquema institucional e, simultaneamente, grangear a estima e o respeito das aprendizes através de uma firmeza solene que caracterizava o ensino confessional feminino em Areia.

A dedicação com que exerciam o magistério era também exigida das alunas tanto nas atividades realizadas em classe quanto nas tarefas de casa, na chamada oral como na lição escrita, na leitura e no ditado, na caligrafia e na letra gótica, assim como nas prendas domésticas, perseguindo sempre a perfeição à qual toda mestra fiel aos preceitos franciscanos deveria conduzir suas alunas, com um olho na conquista do saber e na formação do caráter e o outro, na salvação da alma. A estratégia acionada nesta perfectibilidade era o exercício,

[...] que dirigido para um estado terminal, permite uma perpétua caracterização do indivíduo seja em relação a esse termo, seja em relação aos outros indivíduos, seja em relação a um tipo de percurso. Assim, realiza, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, e uma qualificação (FOUCAULT, 2008, p. 136).

¹⁰² Esses cursos eram preparatórios para o Exame de Suficiência, por cuja aprovação era obtido o Certificado de Registro de Professor que dava direito a lecionar nos cursos secundários, onde houvesse falta de licenciados.

Quando, na década de 1960, as mulheres adentraram à academia, as irmãs foram gradualmente inseridas no ensino superior, preferencialmente na área educacional; ou no ensino médio profissionalizante, com vistas às necessidades da casa.

Mas, as irmãs que retornavam das universidades, munidas dos seus diplomas, nem sempre permaneciam em salas de aula. Em obediência aos novos direcionamentos do Generalato, assumiam novas missões nas comunidades por meio das Pastorais, em detrimento do apostolado educacional já desfalcado pela morte ou velhice das alemãs pioneiras. Este foi mais um ingrediente que corroborou para o declínio do Colégio Santa Rita, ao lado da crise das vocações religiosas e da assunção massiva da educação como dever pelo Estado. Já as capacitações em **Música** e **Língua Estrangeira** se efetivaram em instituições particulares como mostra o quadro IV.

QUADRO IV – Irmãs que receberam formação em disciplinas específicas até 1964.

Nº	NOME	DISCIPLINA	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	LOCAL
01	Ir. Maria Iluminaris	Didática Didática Didática	CADES CADES CADES	1954 1958 1960	Rio de Janeiro/RJ Porto Alegre/RS Recife/PE
02	Ir. Maria Veneranda	Música Sacra Harmonia Direção de Coral	Prefeitura do Recife Conservatório Fac. de Filosofia	1958-60 1959-60 1960	Recife/PE João Pessoa/PB Recife/PE
03	Ir. Maria Inviolata	Música	Fac. De Filosofia	1960	Recife/PE
04	Ir. Maria Clara	Geografia/História da Paraíba	CADES	1959	J. Pessoa/PB
05	Ir. Maria Jacinta	Língua Francesa Língua Francesa Língua Inglesa	CADES Aliança Francesa Cultura Inglesa	1959-60 1959-60 1959-60	J. Pessoa/PB J. Pessoa/PB J. Pessoa/PB
06	Ir. Maria Siegfrieda	Psicologia Educacional	CADES	1959	J. Pessoa/PB
07	Ir. Maria de Fátima	Música	Conservatório	1959-60	J. Pessoa/PB
08	Ir. Maria Francisca	Língua Francesa	CADES	1960	Garanhuns/PE
09	Ir. Maria Angelina	Língua Inglesa	CADES	1960	Garanhuns/PE
10	Ir. Maria Gertrudis	História	CADES	1960	Garanhuns/PE
11	Ir. Maria Irmholda	História Geral	CADES	1959-60-62	J. Pessoa/PB
12	Ir. Maria Benigna	Língua Portuguesa	CADES	1960-61-63	Garanhuns/PE
13	Ir. Maria Margarida	Desenho	CADES	1960-61-63	J. Pessoa/PB
14	Ir. Maria Dolores	Geografia	CADES	1960-61-63	J. Pessoa/PB
15	Ir. Maria Veneranda	Matemática	CADES	1960-61-63	J. Pessoa/PB
16	Ir. Maria Angelina	Latim	CADES	1961	Recife/PE
17	Ir. Maria Francisca	Psicologia Educacional	PABAE	1961	Belo Horizonte/MG
18	Ir. Maria Ildefonsa	Sociologia Educacional	PABAE	1961-62	Recife/PE
19	Ir. Maria Carolina	Psicologia Educacional	PABAE	1961-62	Recife/PE
20	Ir. Maria Bernadete	Português	CADES	1963	J. Pessoa/PB
21	Ir. Maria Ana	Matemática	CADES	1963-64	J. Pessoa/PB
22	Ir. Maria Marta	Português	CADES	1963-64	J. Pessoa/PB
23	Ir. Maria de Jesus	Ciências	CADES	1964	J. Pessoa/PB
24	Ir. Maria Irmholda	Prática de Ensino	PABAE	1964	Belo Horizonte/MG

Fonte: Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1937 a 1970, Parte B, n/p. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita – Areia - PB

5.3 OS CURSOS OFERECIDOS PELO COLÉGIO

A instalação do **Curso Primário** no Colégio Santa Rita, em junho de 1937, iniciou-se à luz da Carta Constitucional de 1934 que, inspirada no espírito da Revolução de 1930, postulava, através da educação, a necessidade de perseguir uma unidade nacional, um espírito de cooperação e um sentimento de solidariedade social ao mesmo tempo em que buscava desenvolver as tendências e aptidões do educando. A instrução primária compreendia, então um curso elementar de quatro anos acrescido de uma formação complementar, o quinto ano, preparatória para o exame de admissão ao ginásio. A Constituição de 10 de novembro de 1937 imposta à nação pelo regime autoritário de Getúlio Vargas, teve o capítulo referente à educação desdobrado nas chamadas “Leis Orgânicas do Ensino” que compunham a Reforma Capanema¹⁰³.

Decretada somente em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário determinou a obrigatoriedade das seguintes disciplinas: Leitura e Linguagem Oral e Escrita, Iniciação à Matemática, Geografia e História do Brasil, Conhecimentos Gerais aplicados à Vida Social, Educação para a Saúde e para o Trabalho, Desenho, Trabalhos Manuais, Cântico Orfeônico e Educação Física (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006, p. 83). Mas, além das matérias previstas em lei, o colégio introduziu o “Ensino Religioso”, desde a 1ª série, “Trabalhos Feitos em Casa” e a avaliação dos aspectos subjetivos: “comportamento”, “civildade”, “aplicação” e “ordem”.

Para as alemãs que aqui se instalaram, iniciava-se uma difícil aculturação que a despeito de todas as divergências com seu país de origem, conduziu à construção de um sentimento de amor pelo Brasil que pode ser atestado no depoimento que se segue:

A Madre Iluminaris voltou à Alemanha em 1976, mas nunca esqueceu o Brasil. Acompanhou toda a vida política e cultural do país, e todos os anos, no Dia da Independência até a sua morte usava a bandeira do Brasil que levou daqui, como um manto sobre os ombros em honra à terra que a acolheu e que ela adotou como pátria (Depoimento oral da Irmã Flávia Brito, Superiora Provincial do Colégio Santa Rita, em 23.03.2009, na Biblioteca do Colégio).

¹⁰³ As reformas educacionais da gestão Capanema foram decretadas entre 1942 e 1946. Apesar do Estado Novo ter sido extinto em 1945, elas vigorariam por muitos anos. Morrera o Estado Novo, mas seus principais expoentes continuariam a atuar na educação. Além de haver sido o ministro que mais tempo ficou à frente do ministério, Capanema influenciou a educação como deputado após a queda do Estado Novo (NISKIER, 1989; CUNHA, 1989).

Embora o ano de 1960 seja considerado pelos historiadores da educação como demarcador do esgotamento do modelo de educação católica no Brasil, o mesmo não ocorreu em Areia. No quadro V, vemos que a maior matrícula no curso primário ocorreu em 1961, e até 1970 continuou significativa, podendo-se inferir que o Curso Primário sustentou o Colégio quando as matrículas do Curso Ginásial entraram em declínio.

QUADRO V - Matrícula do Curso Primário (1937-1970)

ANO	PRIMÁRIO	EXAME DE ADMISSÃO	TOTAL
1937	48	-	48
1938	69	18	89
1939	76	20	96
1940	82	23	105
1941	60	31	91
1942	69	25	94
1943	69	28	97
1944	94	32	126
1945	138	25	163
1946	169	22	191
1947	112	17	129
1948	100	33	133
1949	96	24	120
1950	102	30	132
1951	103	31	134
1952	113	34	147
1953	118	44	162
1954	140	53	193
1955	150	52	202
1956	196	39	235
1957	198	42	240
1958	211	46	257
1959	154	47	201
1960	206	45	251
1961	243	50	293
1962	217	46	263
1963	218	49	267
1964	200	40	240
1965	223	54	277
1966	205	35	240
1967	215	30	245
1968	198	48	246
1969	218	44	262
1970	232	30	262

Fonte: Relatório do Movimento Escolar do Colégio Santa Rita, 1937-1970, fl. 1 a 56. Arquivo do Colégio Santa Rita

Coetâneo ao Primário, o **Normal Livre** (Quadro VI) funcionou em regime condicional desde 1937, mas só foi oficializado pelo Decreto 1.137 de 20/09/1938, promulgado pelo interventor federal na Paraíba José Marques da Silva Mariz (Jornal “a União” de 20 de setembro de 1938, p. 4). No Livro de Registro de Matrícula assinado pela diretora provisória D. Filogônia Cabral, em 15/04/1937, anteriormente à chegada das franciscanas alemãs, constam os nomes das alunas pioneiras¹⁰⁴.

QUADRO VI - Matrícula do Curso Normal Livre (1937 – 1948)

ANO	SÉRIES				TOTAL
	1ª	2ª	3ª	4ª	
1937	23	-	-	-	23
1838	18	23	-	-	41
1939	18	19	14	-	51
1940	23	18	22	13	76 (Ano da 1ª Formatura)
1941	24	20	20	18	82
1942	27	21	21	21	90
1943	17	24	21	17	79
1944	20	13	29	13	75
1945	31	18	14	29	92
1946	-	25	15	14	54
1947	-	-	23	15	38
1948	-	-	-	31	31

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Normal – 1937 a 1965 (inclusive), p. 02 a 27. Arquivo do Colégio Santa Rita

Se comparado ao curso primário que lhe era simultâneo de 1937 a 1948, quando foi extinto, o curso normal livre teve modesto contingente de alunas, **fato explicável à luz da categoria gênero**: o primário atendia a meninas e meninos, embora separados, inicialmente, por turno e turma e, posteriormente, por turma. Mas podemos também inferir que os pais priorizavam para as filhas o estudo elementar em detrimento dos estudos mais avançados, já que a ilustração, nos anos 1930-1940, era considerada perigosa para as mulheres, para as quais os conhecimentos necessários às contas de casa e à leitura dos livros de reza, já eram suficientes.

¹⁰⁴ **Externas:** Beatriz Perazzo, Cândida Almeida Alcoforado, Neuza Rodrigues, Vivian Barreto Bezerra, Dalva Protázio, Dalva Rodrigues, Jovelina Chaves, Maria Celeste Gondin, Anarlete Gondim, Auri Mesquita de Andrade, Maria Dolores Coelho Pereira, Maria Giselda Baracho Marinho, Alaíde Daniel de Almeida, Rita Nobre Costa, Rita Miriam Barreto, Maria da Conceição e Costa e Nilda Marinho. **Internas:** Marluce Almeida, Célia Almeida, Maria das Graças Cunha, Delifli Laureano dos Santos, Odenia Souza, Rita Porto.

Nos três primeiros anos do Curso Normal Livre eram ministrados os conteúdos gerais e no quarto ano, as disciplinas didáticas destinadas à profissionalização da regente de ensino. A doutrinação cívica e religiosa permeava todas as disciplinas quer através dos textos didáticos, quer através das orações e das práticas. As disciplinas “femininas” davam um tom de nobreza ao ensino, pelo capricho e pelo rigor exigidos das alunas, atendendo plenamente aos interesses patriarcais, pois as normalistas saíam preparadas para assumirem o papel de regentes tanto no ensino quanto no lar.

É importante notar que além da Língua Pátria, as disciplinas que figuravam em todos os anos do curso eram: Música, Trabalhos Manuais e Ginástica, seguidas pelo Desenho, evidenciando no currículo as atividades de expressão, especificamente “femininas”, enquanto que as atividades “lógicas” estão presentes apenas no primeiro ano (Aritmética/Álgebra); e no 2º ano (Aritmética/Geometria). A língua estrangeira era a francesa, marcando a hegemonia da Europa como referência cultural para o Ocidente (Quadro VII).

QUADRO VII - Matriz curricular do Curso Normal Livre (1937-1948)

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Português	Português	Português	Português
Francês Aritmética Álgebra Geografia	Francês Aritmética Geometria Corografia ¹⁰⁵	História do Brasil Hist. Civ. Da Universal Física Química	Pedagogia Metodologia Pedologia ¹⁰⁶ Hist. Natural Ciências Naturais Higiene e Puericultura
Música	Música	Música	Música
Desenho	Desenho	Desenho	-
Trab. Manuais	Trab. Manuais	Trab. Manuais	Trab. Manuais
Ginástica	Ginástica	Ginástica	Ginástica

Fonte: Pastas do Curso Normal Livre, de 1937 a 1948. Arquivo do Colégio Santa Rita.

A partir de 1946, observa-se a gradual desativação do Normal Livre, dando lugar à ampliação da oferta de ensino através do Curso Ginásial e do Curso Colegial Normal, dos quais falaremos a seguir.

O **Curso Ginásial** foi oficializado pela Portaria Ministerial nº 627 de 6 de novembro de 1946, promulgada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e ancorado na Lei Orgânica do

¹⁰⁵ Estudo da descrição geográfica do país, da região, da província, do município.

¹⁰⁶ Estudo natural da criança sob os aspectos biológico, antropológico e psicológico.

Ensino Secundário de 1942, de sabor elitista e doutrinário porque destinado à preparação das “individualidades condutoras”, portadoras das qualidades espirituais a serem infundidas nas massas, com predominância das humanidades e um espírito bem ao gosto do grupo católico-conservador (CUNHA, 1989). O empreendedorismo da Madre Carolina ao implantar o Curso Ginásial, para atender a demanda crescente de alunas que afluíam do próprio município de Areia, dos municípios circunvizinhos e de outros Estados, mereceu a seguinte observação do generalato alemão:

Eu acho que você ainda não deveria ter assumido o Ginásio, enquanto não houvesse os professores necessários. As professoras ficam sobrecarregadas. Nos primeiros anos, deve-se proceder, neste sentido lentamente e com modéstia. Somente quando a base está segura, podemos pouco a pouco subir (Carta da Conselheira Geral Madre Honoria Zott à Madre Carolina Schwarz, datada de 05.10.1946. In: Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1937-1964. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

Face ao reduzido número de irmãs para o trabalho do colégio, o generalato ponderava à superiora e à diretora do colégio sobre a necessidade de evitação do ativismo e da sobrecarga de trabalho em função de preocupações materiais, em detrimento da vida de oração:

Aceitem poucas crianças, encerrem a matrícula se as classes já estiverem cheias. Nada de classe dupla para a mesma professora. As aulas particulares devem ser diminuídas a fim de que as irmãs não gastem as suas forças físicas e psíquicas antes do tempo. Acima de tudo, mantenham disciplina conventual, oração comunitária tanto quanto possível. Não exagerem no trabalho noturno. O costume de se ir para a cama às 21:00h deve ser rigorosamente observado também no Brasil. Em primeiro lugar ser religiosa, cuidar do espírito religioso, só depois ser boa professora e educadora e boa administradora. Nada fazer para agradar o mundo e as autoridades (Carta da Madre Gonçalves às Superiores do Brasil, datada de 31.12.1946, In: Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1937-1964, Parte A, p. 18. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

QUADRO VIII - Matrícula do Curso Ginásial e Ginásial Industrial (1946-1972)

ANO/ SÉRIE	CURSO GINASIAL				GINASIAL INDUSTRIAL				TOTAL
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	
1946	27	-	-	-	-	-	-	-	27
1947	37	19	-	-	-	-	-	-	56
1948	44	26	13	-	-	-	-	-	83
1949	35	30	15	13	-	-	-	-	92
1950	63	26	27	12	-	-	-	-	128
1951	42	50	25	22	-	-	-	-	139
1952	35	26	30	17	-	-	-	-	112
1953	48	30	23	23	-	-	-	-	124
1954	44	36	27	21	-	-	-	-	129
1955	40	40	30	23	-	-	-	-	132
1956	43	29	33	27	08	15	-	-	155
1957	42	34	26	23	07	06	11	-	149
1958	63	42	38	23	-	07	05	11	189
1959	51	51	32	26	-	-	01	03	165
1960	65	49	44	26	-	-	-	02	186
1961	65	55	35	36	-	-	-	-	191
1962	49	69	49	24	-	-	-	-	190
1963	55	47	50	37	-	-	-	-	184
1964	78	40	35	26	06	05	-	-	190
1965	58	30	35	28	08	-	05	-	164
1966	42	29	23	25	06	11	14	04	154
1967	29	33	16	14	08	08	13	16	137
1968	37	28	32	13	07	07	08	14	146
1969	44	29	21	22	07	07	13	16	159
1970	35	37	30	20	08	08	12	12	162
1971	29	23	26	15	05	05	10	14	127
1972 ¹⁰⁷	-	22	16	17	-	03	08	08	74

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Ginásial 1946-1972 (inclusive). Livro de Matrículas do Curso Ginásial Industrial – 1956 a 1974 (inclusive), p. 02 a 24. Arquivo do Colégio Santa Rita.

O acesso ao Curso Ginásial (Quadro VIII) se dava mediante a aprovação no Exame de Admissão, no qual a aspirante prestava provas oral e escrita de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil. A matriz curricular seguia o disposto na Lei Orgânica do Ensino Secundário para o primeiro ciclo, denominado Ginásio, conforme o quadro que se segue:

¹⁰⁷ A partir de 1972, com a extinção do internato e a flexibilização nas relações de gênero, o colégio passou a adotar alunos do sexo masculino nos Cursos Ginásial e Colegial Normal.

QUADRO IX - Matriz Curricular do Curso Ginásial (1948)

1º SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Português	Português	Português	Português
Latim	Latim	Latim	Latim
Francês	Francês	Francês	Francês
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
História do Brasil	História do Brasil	História Geral	História Geral
Ciências Naturais	Geografia	Ciências Naturais	Ciências Naturais
Geografia	Inglês	Geografia	Inglês
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Inglês	Geografia
Ed. Moral e Cívica	Ed. Moral e Cívica	Ed. Moral e Cívica	Ed. Moral e Cívica
Desenho	Desenho	Desenho	Trabalhos Manuais
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física

Fonte: Relatório do Curso Ginásial – 1948. Arquivo do Colégio Santa Rita.

A importância atribuída à Educação Moral e Cívica, na Ditadura Vargas (Quadro IX) e infundida na Educação por seu Ministro Gustavo Capanema, impunha sua inclusão não só como disciplina do currículo, mas também sua imbricação na vida escolar que deveria ser atravessada em todos os seus fazeres, por elevada dignidade e fervor patriótico, como mostra o texto da lei:

Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na Educação Moral e Cívica de seus alunos, buscando neles formar, como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios e de sua missão em meio aos outros povos (Lei Orgânica do Ensino Secundário, abr. 1942, *apud* CUNHA, 1989, p. 129).

Reconhecido e fiscalizado pelo governo federal, o Curso Ginásial tinha seus registros estatísticos e relatórios apreciados e assinados pelo diretor/ diretora, pela secretária e pelo inspetor federal, como mostram os arquivos do Colégio Santa Rita. No cumprimento da lei, as irmãs contratavam um professor brasileiro para lecionar Moral e Cívica, e seguiam rigorosamente o calendário cívico incluindo, nas apresentações orfeônicas, os hinos e cânticos

que simbolizavam a nação e o folclore brasileiro e organizavam desfiles memoráveis nas comemorações da Independência, para os quais a irmã Maria Filomena Salgado dedicava meses de atenção mediando as relações entre as alunas e o instrutor da banda marcial e dos pelotões, Antonio Inácio Silva.

O **Ensino Industrial Básico**, equivalente ao Curso Ginásial foi criado durante o Estado Novo pelo Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942, em quatro modalidades de curso no primeiro ciclo (industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal e aprendizagem) e duas no segundo ciclo (ensino técnico e ensino pedagógico). Seus objetivos contemplavam a dimensão individual referente à preparação do trabalhador, a dimensão empresarial pela provisão de mão-de-obra à crescente demanda do país e a dimensão nacional pelo engajamento do povo brasileiro como construtor da economia e da cultura do seu país. O espírito nacionalista-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek sob o lema “50 anos em 5” reeditou o Ensino Industrial pelo Decreto-Lei nº 46.715, de 25/08/1959.

Articulado ao Sistema de Ensino Nacional, o Colégio Santa Rita adotou o Ensino Industrial em 1956, como oferta compatível com o tecnicismo e a praticidade das alemãs, constatada na observação da Madre Carolina Schwars: “Nós já sempre desejávamos para as nossas vocações um curso ao lado do Ginásio que não tivesse línguas estrangeiras, mas que formasse mais a capacidade prática” (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1937-1964, Parte B, arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB). No Colégio, a recomposição da grade curricular do Ginásio Industrial, se deu pela adoção da disciplina “Corte e Costura”, e pela ampliação da carga horária de “Trabalhos Manuais” e “Economia Doméstica” em substituição ao de Ensino da Língua Estrangeira, servindo inclusive à capacitação das próprias hostes franciscanas segundo as necessidades da comunidade como mostra o depoimento que se segue:

Quando entrei no Santa Rita, Madre Trautlinde percebeu as minhas habilidades manuais e solicitou da Madre Siegfrieda o adiamento do meu noviciado que exigia a reclusão, para que eu pudesse ajudá-la na condução do Curso Industrial. Eu não aceitei o adiamento, mas assumi o compromisso de trabalhar no industrial ao término do meu noviciado. O Industrial foi proveitoso para mim, que aperfeiçoei os saberes aprendidos em casa, ampliei minhas habilidades e adquiri base para o curso superior de Economia Doméstica que fiz no Rio de Janeiro. Ao voltar, apliquei meu aprendizado nas aulas de Educação para o Lar: pintura, primeiros socorros, higiene alimentar, aproveitamento dos alimentos e gerenciamento doméstico, sem abandonar os trabalhos de agulha. Dos vinte e oito anos que passei em Areia, vinte e um foram

dedicados à contabilidade e ao gerenciamento dos funcionários leigos. Transferida para o João XXIII em João Pessoa, continuei lidando com os funcionários e assumi depois a função de Superiora da Fraternidade. Hoje, tudo é industrializado e prático, mas não agrega a riqueza da personificação. O valor do nosso trabalho estava no gosto e escolha pessoal, que falavam do nosso “eu”, no aconchego das vivências na sala do Industrial, nas palavras da Madre, na solidariedade das alunas ensinando e aprendendo entre si, na reza coletiva, na preparação das exposições, nas novidades que a Madre trazia das viagens à Alemanha, na nossa satisfação a cada trabalho concluído, que era também uma realização para a nossa mestra (Depoimento Da Irmã Anunciada, 09.04.2010 – Parlatório do Colégio João XXIII – João Pessoa/PB).

O funcionamento do **Curso Colegial Normal** no Colégio Santa Rita (Quadro X), teve início em 1951. Sua oficialização se deu pelo Decreto 522 de 21/11/1952, na presidência de Getúlio Vargas. Com duração de três anos, correspondendo ao ensino médio e destinado à formação de professores para o ensino primário, elevou o então Colégio Santa Rita a “Escola Normal e Ginásio Santa Rita”.

QUADRO X - Matrícula do Curso Colegial Normal (1951-1970)

ANO	SÉRIES			TOTAL
	1º	2º	3º	
1951	15	-	-	15
1952	10	13	-	23
1953	15	08	12	35
1954	08	15	08	31
1955	09	08	14	31
1956	10	11	08	29
1957	12	11	08	31
1958	12	11	13	36
1959	20	10	09	39
1960	12	14	10	36
1961	12	11	19	42
1962	17	12	10	39
1963	21	14	13	48
1964	23	15	12	50
1965	29	20	13	62
1966	32	22	18	72
1967	26	16	18	60
1968	29	23	19	71
1969	17	23	22	62
1970	25	13	16	54

Fonte: Livro de Matrículas do Curso Normal – 1937 - 1965 (inclusive), p. 28 a 49. Livro de Matrícula do Curso Colegial Normal – 1966-1980 (inclusive), p. 02 a 36. Arquivo do Colégio Santa Rita.

Satisfazendo ao disposto na Lei Orgânica do Ensino Normal assinada em janeiro de 1946, o Colégio apresentava instalações físicas e didáticas adequadas aos propósitos do Curso, corpo docente tecnicamente e moralmente idôneo, manutenção de um professor fiscal,

escola primária em suas dependências para demonstração e prática das professorandas, e brasileiras natas para o ensino de Geografia e História do Brasil. Sua matriz curricular apresenta sub-divisões conforme a natureza das disciplinas, como veremos a seguir.

QUADRO XI - Matriz Curricular do Curso Colegial Normal (1969)

CULTURA GERAL			
DISCIPLINAS	1º ANO	2º ANO	3º ANO
Português	4 aulas	3 aulas	3 aulas
Matemática	2 aulas	2 aulas	-
Estudos Sociais ¹⁰⁸	2 aulas	2 aulas	-
Ciências ¹⁰⁹	3 aulas	-	-
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS			
Psicologia Educacional	3 aulas	3 aulas	3 aulas
Sociologia Educacional	-	3 aulas	-
Higiene e Ed. Alimentar	-	-	2 aulas
Didática geral Teórica e Prática	5 aulas	-	-
Didáticas Especiais ¹¹⁰	-	4 aulas	4 aulas
Prática de Ens. e Estágio Supervisionado ¹¹¹	-	4 aulas	8 aulas
Fund. Históricos e Filosóficos da Educação	-	-	4 aulas
PRÁTICAS EDUCATIVAS			
Arte na Educação Primária ¹¹²	4 aulas	4 aulas	3 aulas
Educação Física	2 aulas	2 aulas	2 aulas
Religião	2 aulas	2 aulas	2 aulas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
Clube Pedagógico ¹¹³	2 aulas	2 aulas	2 aulas
Canto Orfeônico	2 aulas	2 aulas	2 aulas
Biblioteca	1 aula	1 aula	1 aula

Fonte: Pasta do Curso Colegial Normal 1969. Arquivo do Colégio Santa Rita.

A matriz curricular do Curso Colegial Normal (Quadro XI) agregava um tríplice caráter: o primeiro, **propedêutico**, contemplado no núcleo de cultura geral e em seus desdobramentos (notas 108 e 109), graças ao qual as egressas do colégio majoritariamente ascendiam à universidade, propiciando ao feminino a obtenção de reconhecimento intelectual,

¹⁰⁸ História do Brasil, História da Paraíba, Geografia do Brasil. Geografia da Paraíba, Educação Moral e Cívica.

¹⁰⁹ Física, Química e Biologia

¹¹⁰ Didáticas da Linguagem, da Matemática, dos Estudos Sociais e das Ciências.

¹¹¹ Regência de Classe no Curso Primário nos meses de setembro/outubro, do 3º Ano Normal.

¹¹² Artes Plásticas e Visuais, Música, Trabalhos Manuais e Recreação na Escola Primária

¹¹³ Teatro, Declamação e Aulas Passeio.

projeção econômica e social. Foi o Colégio Santa Rita, até 1965, o único estabelecimento de nível médio, e portanto de acesso ao ensino superior, a atender ao sexo feminino em Areia¹¹⁴.

O segundo, **profissionalizante**, atendia à terminalidade através do núcleo de disciplinas específicas detalhadas nas notas 110 e 111, dotava as normalistas de uma formação técnica e instrumental impactante em duas frentes: no lar, por uma educação doméstica ancorada não só na intuição materna, mas também nos novos saberes da Psicologia e da Sociologia; e na sociedade, pelo exercício do magistério em prol do combate ao analfabetismo que manchava a República.

O terceiro, **moralizante e ordenador**, visava formar corpos e mentes dóceis através das práticas disciplinares e seus complementares (notas 112 e 113), em que se incluíam a educação física, a religião, a literatura “honesta” e as artes em geral. À finalidade imanente ao magistério católico de elevar a condição humana das jovens estudantes somava-se uma finalidade transcendente atribuída às normalistas sobre a família e a sociedade como colaboradoras de Deus e da República através de uma pedagogia instrucional, patriótica, moralizante e salvífica. Nesta perspectiva, era atribuído ao diploma da normalista um valor que não encontrava reciprocidade em termos de remuneração. Mas, embora possibilitando às mulheres dividendos modestos, o diploma fê-las surgir na cena pública e as introduziu na universidade. Mesmo através de uma educação sexista apoiada nos significados de gênero em grande parte pré-existentes ao século XX, mesmo como instrumentalizadoras de uma educação pactuada nos interesses androcêntricos do Estado e da Igreja.

Desde os anos 1940, as jovens das famílias favorecidas, munidas do seu diploma, na senda do magistério ou nos cursos universitários,

experimentaram uma dignidade nunca antes experimentada, embrião de dividendos posteriores como a quebra da hostilidade culturalmente arraigada em relação a sua capacidade intelectual, da incredulidade do trabalho feminino no domínio público e do estereótipo de dona de casa exclusiva. Ressalte-se, entretanto, a partir da máxima “só se dá o que se tem e o que se recebe”, que as ex-alunas do colégio reproduziram, em geral, a educação sexista que receberam: apoiada no binarismo que fixava os estereótipos e transformava sublinaramente as diferenças em desigualdades, concepção que viria a ser atenuada a partir dos anos 1970.

¹¹⁴ A partir de 1966, o antigo Ginásio Coelho Lisboa que atendia aos rapazes foi estadualizado e passou a oferecer o Curso Científico em regime de co-educação, sob a direção de Maria Violeta de Brito Lyra Salviano, ex-aluna do Colégio Santa Rita.

A missão das franciscanas de Dillingen era oferecer às jovens uma educação integral, fundamentada no Evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo e no amor ao próximo, incondicionalmente assumido por São Francisco. No cumprimento desta missão, observamos que os princípios estético-disciplinares da educação alemã guardavam fortes vínculos com o militarismo do *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis*, rigoroso método de ensino jesuítico, que abrangia todos os aspectos da vida escolar: do planejamento à administração, dos conteúdos às técnicas, da supervisão à avaliação, do castigo à emulação, da contemplação ao exercício conduzido à eficiência do gesto, ao controle do corpo, à sincronia ao tempo da escrita e à legibilidade do traço. A apreensão da mecânica de ler exigia postura correta, domínio da respiração e perfeita dicção. A leitura silenciosa era explorada como possibilidade de ampliação da experiência individual da aluna.

Acrescentava-se ao método do Colégio Santa Rita uma atitude mental de fé, através da qual a aluna deveria incorporar a necessidade de ser uma nova pessoa, capaz de superar obstáculos e obter sucesso. Contemplação e ação, inspiração e exercício, fé e razão, trabalho e oração eram as contribuições de São Francisco que residiam nas disposições de espírito das alemãs e brasileiras professoras, imprimindo singularidade à educação ministrada no Colégio Santa Rita.

Por meio da estética, escandiam-se as formas do belo: por meio do pragmatismo, convertia-se a aprendizagem em soluções para a vida; por meio do amor, desdobrava-se a criatividade. Considerada a condição humana das irmãs franciscanas, nem sempre o acesso à riqueza daquela educação foi democraticamente socializado.

5.4 DISCURSO, SUBJETIVAÇÃO E IDENTIDADES

Ao proclamar a palavra como instrumento capaz de abrir o coração, modelar o espírito e desenvolver as capacidades humanas, o franciscanismo imprimiu ao discurso um caráter pedagógico amplamente explorado no domínio da educação, que veio a constituir um braço importante da congregação. Entretanto, mesmo não impondo restrições à palavra com a severidade observada por outras ordens religiosas, o discurso franciscano para a educação inscrevia-se nos limites impostos pela fidelidade à Revelação como fonte primária da teologia cristã, e nos limites colocados pela própria Ordem, que aspirava conciliar a ação no mundo

com a busca da perfeição-religiosa no silêncio do claustro, excluindo da sua constelação discursiva as enunciações incompatíveis com os seus postulados.

No discurso da revelação, o sujeito é imagem e semelhança da divindade, o que lhe confere superioridade em relação aos animais e subordinação em relação ao Criador. Não lhe compete criar suas leis morais, mas submeter-se à suprema razão universal pela qual Deus dirige o sujeito enquanto substância por Ele concebida. É na imanência com o Criador que a pessoa obtém a direção divina no percurso de sua subjetivação¹¹⁵.

Já na perspectiva foucaultiana, o sujeito não é uma entidade anterior e acima da sua própria historicidade. Ele se constitui no plano das relações de poder e de saber vigentes em seu tempo histórico e manifestas nos espaços sociais em que se insere, nas práticas discursivas e não-discursivas a que é assujeitado, com destaque para a instituição escolar enquanto agência transmissora e legitimadora dos poderes e saberes que o constituem. Enquanto construção histórica, o sujeito é atravessado pelo discurso¹¹⁶ e através dele se manifesta, em um jogo complexo e instável, que o instaura, ao mesmo tempo, como instrumento e efeito de poder

[...] o discurso veicula e produz poder, reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 1988, p. 96).

Sua produção não é aleatória, senão regulada por procedimentos que lhe afiançam condições de validação, dentre os quais Foucault ressalta a “vontade de verdade” que tem suporte nas instituições e atravessa os planos e objetos a conhecer, os métodos para efetivar o conhecimento, as funções e posições dos sujeitos cognoscentes, os investimentos materiais e técnicos para alcançar o conhecimento. Ao determinar o modo pelo qual a vontade de saber se materializa, a “vontade de verdade” manifesta-se através do aparato do sistema educacional, editoras, materiais didáticos, bibliotecas, laboratórios de pesquisa e demais instrumentos de

¹¹⁵ Agostinho (séc. IV, d. C), ao estilo da filosofia dos antigos que buscava a sabedoria na relação direta com Deus, é considerado, dentre os pais da Igreja, o primeiro a levantar a questão da subjetivação na Filosofia, diferenciando semanticamente as perguntas: “Quem sou? – Sei quem sou”; e “O que sou”? – Deus meu criador tudo sabe a meu respeito”. À primeira questão, responde de pronto: Sou um homem. A segunda questão reporta a uma explicitação divinamente revelada, já que o homem é obra de Deus (CONFISSÕES, Livro I, 5-6, 1984).

¹¹⁶ Para além da noção de discurso como conjunto de signos redutíveis à língua, os discursos, enquanto “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, enquanto espaços de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos, são “conjuntos de enunciados que se apóiam em um mesmo sistema de formação”, podendo-se aludir a um discurso religioso e a um discurso pedagógico, assim como aos discursos clínico, econômico, psiquiátrico, mencionados pelo autor (FOUCAULT, 2007, p. 55, 61 e 122).

produção e veiculação do saber, colocando em evidência a relação poder-saber cujos vetores são reciprocamente implicados:

[...] não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. [...] os processos e as lutas que os atravessam é que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Em “A Ordem do Discurso”, Foucault (1996) refere-se tanto ao discurso doutrinário religioso quanto ao discurso educacional, fornecendo-nos elementos para refletir sobre o corpus enunciativo vigente no Colégio Santa Rita. Referindo-se ao discurso religioso, menciona sua dimensão coercitiva, ao realizar, sob a aparente aceitação de uma regra e o reconhecimento de algumas verdades, um duplo assujeitamento: “questiona o enunciado, através do sujeito que fala; e questiona o sujeito que fala, através do enunciado (p 42)”. Por meio desta estratégia, “liga os sujeitos congregados a certos tipos de enunciação e lhes proíbe outros; liga os congregados entre si e os diferencia dos outros (p.43)”, inscrevendo-os em relações de poder-saber segundo as conveniências da doutrina. Referindo-se ao discurso da educação, menciona sua capacidade de definir a posição do sujeito no interior da escola e da sociedade segundo a relação poder-saber que veicula, ao traduzir o querer da instituição e do contexto político-ideológico que o sanciona:

[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo[...] O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 1996, p. 44-45).

Em sua analítica do sujeito¹¹⁷, Foucault estabeleceu as maneiras pelas quais os seres humanos se constituem como tal a partir de três modos de objetivação: primeiro como objeto do saber¹¹⁸ no âmbito das ciências humanas, que assumindo a forma de discurso científico,

¹¹⁷ Foucault menciona a existência de dois significados para a palavra sujeito: sujeito subordinado a alguém pelo controle e dependência; e sujeito preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento (VEIGA NETO, 2005, p. 136).

¹¹⁸ Os estudos sobre o saber, em que Foucault se utiliza do método arqueológico, são representados sobretudo nas obras “As Palavras e as Coisas (1966), “ A Arqueologia do Saber (1969) e a “A Ordem do Discurso (1971),” que enfatizam as tecnologias da dominação e a produção dos corpos dóceis pelas Ciências Humanas. Remetem à articulação da anatomia política do corpo e de biopolítica da sociedade no exercício do poder, sem abertura de

constituem “regimes de verdade”; segundo, como objeto de práticas divisórias de poder¹¹⁹ mediante as quais os sujeitos são individualizados conforme um eixo de normalização e enquadrados objetivamente como saudáveis e úteis ou anormais e delinquentes, no âmbito dos “jogos de verdade” que os submetem a certos fins de dominação; e, finalmente, por meio de operações através das quais transformam a si mesmos em sujeitos, elaborando uma experiência e uma verdade a respeito de si enquanto sujeitos de desejo, no âmbito das “práticas de si”, efetuando operações sobre seus corpos, suas almas e sua conduta, inferindo sua própria identidade¹²⁰ (FOUCAULT, 1982, apud PETERS; BESLEY, 2008).

A governamentalidade, conjunto de práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos no uso de sua liberdade podem experimentar, se dá no ponto de articulação entre as práticas de governo dos outros e as práticas de si. É nesta intersecção que investigamos a constituição das identidades de gênero e profissão das ex-alunas do Colégio Santa Rita.

Dado que não existem comunidades discursivas absolutamente livres de regulações, é possível identificar situações que sinalizam a distribuição, a apropriação e a restrição da palavra tanto para as irmãs quanto para as alunas inseridas no *corpus* anunciativo do discurso vivenciado no interior do colégio, que lhes conferiam uma posição a partir da qual, ao serem instruídas e reguladas, se constituíram como sujeitos.

Investido da “inspiração divina”, das virtudes franciscanas, do exemplo mariano e de uma suposta superioridade eugênica e cultural alemã, o discurso da educação no colégio devia conduzir as alunas a servirem a Deus, à família e à pátria como esposas, mães e educadoras católicas. As estratégias usadas na disposição de suas enunciações apoiavam-se na hierarquia, que imprimia aos proferimentos da superiora, da diretora e das mestras, poder de verdade inquestionável, e na liturgia, já que os discursos religiosos adotam uma ritualização que determina propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que os proferem (FOUCAULT, 1996). Tais proferimentos eram marcados pela intransitividade, de modo que entre a palavra e a escuta não se abriam às alunas possibilidades de replicação.

espaços suficientes para que haja a ação do “eu”. A posição do sujeito não é a de produtor, mas a de produzido no interior dos saberes.

¹¹⁹ Tais estudos representam a virada genealógica inaugurada com a obra “Vigiar e Punir,” publicada em 1975, que tem relevância direta para a teoria e a prática educacional, permitindo a problematização de conceitos e práticas relacionadas ao poder, conhecimento, subjetividade e liberdade na educação.

¹²⁰ Este estágio do pensamento foucaulteano é marcado pelos estudos no domínio da ética e da sexualidade, remetendo às maneiras pelas quais o sujeito experiencia a si mesmo nos jogos de verdade em que se acha inserido, abrindo espaços para a autoconstituição ética, pela autodeterminação através das práticas de si, resistindo às estruturas de dominação (PETERS; BESLEY, 2008).

A aspiração de pertença à família franciscana impunha restrições ao uso da palavra. Assim, as postulantes ao longo do noviciado, eram submetidas ao silêncio como forma de discurso através do qual deveriam iniciar-se na doutrina.

Durante o noviciado, período de recolhimento, estudo da doutrina, trabalho espiritual profundo e do exercício consciente do silêncio, da solidão e da oração como formas de abrir um espaço para a ação divina na vida religiosa, a candidata interrompia o curso, retomando-o, em geral, um ano depois (Depoimento oral de Terezinha Pereira de Andrade, ex-noviça do Colégio Santa Rita, em 16/06/2008).

Ordinariamente, para as alunas, o discurso era facultado dentro dos limites disciplinares vigentes e das normas enunciativas exigidas, como: “com licença”, “por favor”, “muito obrigada”, “desculpe-me”, acompanhadas de gestos e atitudes como: a espera pela concessão da palavra, o timbre da voz, a posição de pé e a expressão do olhar de modo a evitar a insolência e a acatar com humildade as enunciações das irmãs. Estes marcadores de restritividade situavam a posição dos sujeitos discentes na distribuição do discurso. As enunciações que conferiam notoriedade nos momentos solenes vividos no colégio, eram feitas por alunas alvas, belas, bem comportadas e de boa condição econômica. Convenhamos que “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 09).

Em função do lugar institucional que as irmãs ocupavam, da propriedade discursiva que detinham, das suas posições de desejo e da sua capacidade de derivar o discurso em práticas, seu magistério deteve o poder de moldar nas alunas uma maneira peculiar de compreender o mundo e de agir sobre ele. O discurso do Colégio, portanto, constitui uma lente para a objetivação da sua subjetividade, imprimindo-lhes uma marca identitária que podemos abstrair na enunciação da lembrança de formatura que se segue (Ilustração 37).



Ilustração 37 - Recordação de Formatura de Edézia Gaião – 1948.
Fonte: Arquivo do Colégio Santa Rita

A mensagem não deixa dúvidas: em que pesasse na constituição do perfil da normalista a excelência da formação teórico-metodológica ministrada no colégio, sua missão comportava uma dimensão de transcendência, um apostolado superior que, além de formar cidadãos e cidadãs para a pátria, deveria salvar almas para Deus. Tal estratégia discursiva que colocava a professora como colaboradora predileta de Deus e esteio da sociedade, como guardiã da moral e da ordem, neutralizava possibilidades de organização enquanto categoria, colocando sua missão coletiva acima da sua condição material.

Afastando-nos da noção de discurso como elemento restrito aos signos gramaticais, acatamos com Foucault (1996), que a construção do conhecimento é produto de discursos encetados no acontecimento e nos poderes que ingerem ao acontecimento, à determinação histórica e às condições de possibilidade resultantes das relações de força que precipitam sua emergência.

O discurso da educação católica foi instituído a partir de condições que lhe permitiram justapor-se e sobrepôr-se a outros discursos educacionais no jogo de relações que o enraizaram desde os primórdios da colonização na história social, política, econômica e

cultural do país, reconhecendo-o como exclusiva fonte de orientação moral. Para além de sua credibilidade enquanto saber valorizado no contexto em que se instituiu, seu valor de verdade foi sancionado pelas funções política e disciplinar atribuídas na ordem histórica que aspirava fundir a identidade católica com a nacionalidade brasileira.

5.5 O REGIME DE ENSINO

Dos privilégios de que a Igreja fora privada pela Constituição de 1891, dois estavam vinculados diretamente à esfera educacional: o ensino religioso nas escolas públicas e a subvenção estatal às instituições católicas, com finalidade social. O Golpe de Estado perpetrado por Vargas em 1937 propiciou a sua retomada. Em contrapartida, a Igreja trabalharia em prol da coesão social, preparando os filhos e filhas da burguesia rural, das elites urbanas e dos grupos dominantes interioranos para suceder as oligarquias no poder. Esta aliança era triplamente conveniente: ao Estado, que se eximia da responsabilidade pela educação pública; à oligarquia, que procurava uma educação conservadora para sua prole e à Igreja, que estabelecia através da educação escolarizada uma base estratégica para seu programa de recristianização da sociedade pela doutrina ultramontana (MANOEL, 1996).

Ao assumirem o Colégio Santa Rita, em 1937, as Franciscanas de Dillingen encontraram matrícula efetuada para Cursos Primário e Normal Livre. Face à ampliação da demanda de alunas matriculadas em regime de internato, este foi desdobrado em “internato das pequenas” tendo com mestra a Madre Friedheid, habilitada em Educação Infantil na Alemanha, e “internato das grandes” cuja primeira mestra foi a Madre Carolina.

5.5.1 O internato

Ingressavam no internato meninas e moças procedentes das famílias economicamente bem situadas dos engenhos e fazendas do município de Areia e circunvizinhos, mesmo daqueles em que havia colégios de Religiosas como Campina Grande, João Pessoa e Guarabira, e também de municípios do sertão, e de outros Estados. O poder aquisitivo das famílias das internas pode ser aquilatado pela composição do seu enxoval: 12 calcinhas; 04 combinações brancas; 06 pares de meias brancas; 02 pares de sapatos pretos modelo colegial; 01 chinelo para banho, 01 par de sandálias; 06 lençóis; 02 cobertores; 02 colchas brancas; 03 fronhas brancas; 15 toalhinhas higiênicas (para as moças); 03 toalhas de banho; 03 toalhas de

rosto; 03 toalhas de mão; 01 uniforme de educação física; 01 farda em gasimira azul para a diária (saia de pregas com suspensório em cuja alça listras em sutache branco indicavam a série que a aluna cursava); 01 farda de gala em gasimira azul; 04 blusas brancas de mangas curtas para compor a farda diária; 02 blusas brancas de mangas longas para compor a farda de gala; 01 boina de feltro azul-marinho e um par de luvas brancas para compor a farda de gala; 01 maleta pequena com os objetos de uso pessoal; 02 agasalhos; 03 camisolas e 02 pijamas. Afora este enxoval, a indicação para participação em festas e eventos cívicos, requeria trajes especiais, desenhados pelas irmãs Rafaela e Eleonore e enviados aos pais que providenciavam a sua compra ou autorizavam o colégio a adquiri-los, debitando o valor no carnê da mensalidade.

A rotina do internato era rigorosíssima, com o despertar as 05:30 horas, ao som da voz gregoriana da madre Rafaela – “Viva Jesus!”, a que as alunas respondiam, sonolentas: - “Para sempre, em nossos corações”; missa diária às 06:00h, exceto às segundas-feiras, em que era opcional; café da manhã as 06:40h, início das aulas às 07:15h, banho às 11:45h; almoço às 12:20h, após o que as alunas tinham um tempo livre. As 14:20, estudo na “Sala do Anjo”, no primeiro andar do Colégio, sob a supervisão da irmã Mestra e de sua auxiliar. Terminadas as tarefas, as internas se distribuíam nas atividades opcionais oferecidas pelo colégio: língua estrangeira opcional, trabalhos manuais e educação musical nas modalidades: canto ofeônico, piano, harmônio, violino, acordeon, violão e escaleta, que eram ministradas em um nível de profundidade muito avançado; o curso de piano, por exemplo, tinha a duração de dez anos.

Rezava-se ao despertar, às refeições, antes de cada uma das cinco ou seis aulas do curso seriado, antes do estudo, à hora do *angelus* e ao deitar às 21:00 horas. O sábado à tarde era reservado para os cuidados pessoais, para a limpeza dos sapatos e para a arrumação milimétrica do armário. O uso de maquiagem era proibido, mas discretamente burlado pelas internas mais vaidosas e indóceis. Aos domingos e feriados, o horário era mais flexível, cumprindo-se a missa, passeios ao ar livre, recreios prolongados, com a projeção de filmes selecionados¹²¹ e festinhas promovidas pelas internas do Curso Colegial Normal, através do Clube Lítéro-Recreativo por elas fundado com o apoio e controle do colégio; benção vespertina, manhãs ou tardes esportivas em que o colégio recebia rapazes e depois, em oração, continha a efusão das internas.

¹²¹ No Relatório do Movimento Escolar do ano de 1964, são mencionados: Viagens de Gulliver, O Gigante no Gelo, O Ártico Selvagem, The Sinking of The Titanic, O Salário do Medo, São Vicente de Paula, Rosa de Castilha, Vítima de Sedução, o Gordo e o Magro, Meu filho deve nascer, Branca de Neve e os Sete Anões. Além destes filmes foram mostrados, em 1964, *slides* sobre Miami, sobre a Terra Santa e sobre as vocações (Arquivo do Colégio Santa Rita).

Particularmente, três aspectos do internato nos chamam a atenção: o recreio, o banho e a separação entre internas e externas no interior do colégio. Em dias de sol, o espaço ocupado pelas internas durante o **recreio** era a área descoberta no pavimento superior. Quando chovia, ocupavam a área coberta e o pavilhão dos anjos. Em qualquer dos locais, elas estavam sempre sob a observação da mestra e de sua auxiliar. Se as internas ultrapassavam a área destinada ao recreio, eram surpreendidas por um apito indicando “volte”! É que além das irmãs que eram vistas, havia sempre alguém a vigiá-las, como é próprio dos sistemas panópticos nas instituições totais, onde o poder disciplinar é “absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre em alerta e não deixa nenhuma parte às escuras”, mas é também “absolutamente discreto, pois funciona permanentemente, e em grande parte em silêncio” (FOUCAULT, 2008, p. 148). As que desejassem podiam ocupar esse tempo fazendo trabalhos manuais. Por isso, as irmãs responsáveis por aquelas atividades chegavam sempre, com sua cesta de linhas, agulhas e amostras, tricotando, sorrindo, conversando afavelmente, cativando as alunas para tirarem dúvidas e para adiantarem o seu trabalho com vistas à exposição no final do ano, quando os pais vinham buscar as filhas para as férias e podiam apreciar seu desempenho nas prendas domésticas. Ademais, o trabalho era norma de São Francisco a que a irmã Trautlinde Frischholz dava fiel cumprimento em sua lida ininterrupta pela perfeita condução da vida no Colégio, pois os “trabalhos manuais são um grande meio de ocupar as meninas e de discipliná-las”. As ordens religiosas

foram as especialistas do tempo disciplinar, equacionando tempo-ato-atitude global do corpo bem disciplinado que é a base de um gesto eficiente, pois é proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens; o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo – erro moral e desonestidade econômica. (FOUCAULT, 2008, p. 128).

As alemãs não assimilavam bem a efusiva comunicação das habitantes dos trópicos e, neste sentido, o agrupamento em duplas era estrategicamente evitado entre internas e abertamente abordado entre internas e postulantes ao noviciado, como podemos perceber no depoimento de uma atual religiosa brasileira:

A Madre X perguntou-me ao final do recreio: “você contou quantas vezes a interna ‘Y’ pegou na sua mão enquanto conversavam”? A resposta da religiosa que era então postulante: “não, madre, eu não contei. Se eu não gostasse dela, talvez tivesse contado. Mas ela é minha amiga, e está longe da família, necessitando de amparo. É natural que, ao me confiar seus problemas, busque apoio, segurando a minha mão”. (Aluna Z)¹²².

Quando soava o apito indicando o final do recreio, as alunas em fila indiana e em silêncio absoluto voltavam às classes (pela manhã) ou à sala de estudo (à tarde). Se identificada uma aluna fazendo barulho após o sinal de silêncio, era severamente repreendida diante das demais. Se não fosse possível a identificação, toda a turma era punida com repreensão coletiva, de modo que nenhum ato de desvio passava impune, nenhum deslize ocorria sem a devida correção para que, por meio de uma educação perfectível, se construíssem profissionais, esposas e mães corretas, eficientes e virtuosas.

Mesmo aos domingos quando saiam a passear pelas ruas da cidade acompanhadas por várias irmãs, perfilavam-se em fila dupla. Nestas ocasiões os rapazes da cidade colocavam-se em pontos estratégicos onde o passeio era mais lento, para paquerá-las e, muitas vezes, recorriam a alunas externas como pombos-correio, para mandar-lhes bilhetes ou recados. Por isso, a perspicácia franciscana inviabilizava a comunicação entre internas e externas, mantendo-as separadas durante o recreio e valendo-se principalmente da administração do espaço, como ocorria na distribuição das alunas por classe, em que as internas ficavam sempre nas carteiras do lado da porta para facilitar a sua saída antes das externas que ficavam do lado das janelas; no centro da sala, demarcando a separação, ficavam as postulantes ou irmãs que completavam sua formação, de cujo lugar deveriam observar toda a turma.

O banho das internas era controlado pelo apito. As alunas em fila indiana esperavam a vez, com sua toalha e seu material de toucador, cujo aroma se expandia no ar penetrando as narinas das externas mais humildes que eventualmente passavam pelo corredor. O apito, na boca da irmã Isabel, marcava o tempo do banho:

apito 1: tirar a roupa; apito 2 : abrir a torneira e molhar-se; apito 3: ensaboar com sabonete (sic); apito 4: tirar o sabonete e lavar-se; apito 5: fechar a torneira; apito 6: abrir a porta, final de banho. Eu achava divertido e interessante. Havia o ritmo da eficiência do bem lavar, com o tempo gasto. Acostumava, desde criança, à rapidez nos movimentos e decisões. Essa rapidez seria válida para toda a vida (ALMEIDA, Z., 2010, p. 134).

¹²² A depoente preferiu não ser identificada.

A justificativa para este controle era o elevado número de internas em face do exíguo intervalo de tempo entre o final das aulas e a hora do almoço, o que era verdade, mas não esgotava a intencionalidade da estratégia: a prevenção ao despertar de sensações prazerosas a partir do mapeamento do corpo. Com o poder disciplinar nasce uma arte do corpo humano, uma política de controle,

[...] uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (FOUCAULT, 2008, p. 119).

A **separação entre as alunas internas e externas**, visível em sua distribuição espacial no auditório, na capela, no recreio, nas salas de aula, era desejada pelas irmãs em face de sua responsabilidade para com as alunas, algumas das quais se encontravam internas a contra-gosto, e alimentavam o desejo de fugirem (tentativa que chegou a ocorrer na história da instituição, mas sem sucesso). A influência de alunas externas poderia facilitar-lhes tal intento. Na verdade, ao considerarem perigosas as relações entre internas e externas, ao controlarem as visitas e a correspondência, ao proibirem o contato com o sexo masculino, as irmãs estavam exercendo um controle que era reforçado pela satisfação dos pais em saberem salvaguardada a “honra” de suas filhas. Em uma cidade pequena como Areia, que tinha duas escolas de rapazes (o Ginásio Coelho Lisboa e a Escola de Agronomia do Nordeste) funcionando também em regime de externato e internato, pairava uma energia erótica que não passava despercebida às franciscanas, mas eram jogos de sedução mais sonhados que concretizados.

Como na erótica cortês, o desejo fortalecia-se na impossibilidade de sua concretização. Sua forma possível de expressão eram as serenatas que perturbavam os corações das internas e a rotina das noites no colégio ao ponto de esgotar a tolerância das mestras do internato. A Madre Rafaela, depois de ouvir muitas trovas resolveu aplacar o ardor dos seresteiros com um banho de água gelada em plena madrugada areiense. Alguns daqueles amores “platônicos” resultaram em casamento, enquanto outros terminaram, mas não foram jamais esquecidos... Houve também o caso em que rapazes parentes de internas, em visita ao colégio, se apaixonaram por alunas internas e casaram com elas.

Encasteladas, distanciadas do mundo pelos altos muros do colégio protegidos por São Francisco, Santa Rita, e pelo sistema disciplinar das religiosas alemãs, as sequestradas

internalizavam também o sentimento de uma identidade diferenciada que muitas já cultivavam por pertença genealógica e que era reforçado dentro do próprio colégio por sua participação nos eventos especiais em função das habilidades desenvolvidas através dos saberes artísticos opcionais ofertados pela casa e pelos quais seus pais podiam pagar. Enfim, por serem as pupilas beneficiárias da excelência imputada, nos quatro cantos do “mundo”, ao ensino do colégio, em justiça ao esmerado trabalho das franciscanas.

Muitas alunas ricas, orgulhosas de pertencerem ao colégio, expressavam sentimentos filiais pelas irmãs que exerciam, ao seu modo, uma maternagem. Outras, insatisfeitas com a vida de “sequestro”, não construíam laços e eram indóceis no cumprimento do regulamento da casa. Mascavam chicletes que pediam às externas para comprar, subiam o comprimento da saia, não usavam a combinação, planejavam fugas, confrontavam-se com as mães ao ponto de terem sua matrícula rejeitada no ano seguinte.

A função de mestra do internato era tarefa capital que só perdia em responsabilidade, para o mestrado do noviciado. Madre Carolina foi a primeira mestra do internato maior, de 1939 a 1960, auxiliada pela madre Rafaela e pela Irmã Isabel Florentino. Revezando-se, elas acompanhavam as internas desde o despertar até o adormecer, orientando o cuidado no trajar, no andar, na ordem, na civilidade, na pontualidade, na postura, na higiene pessoal, na etiqueta à mesa, na nutrição, na saúde e na observância do silêncio que, no contexto da ordem franciscana, era uma prática rigorosamente perseguida. O mestrado ao internato era, portanto, tarefa árdua, que levou Madre Carolina a ponderar:

É verdade que o nosso trabalho na Escola muitas vezes é difícil, o caráter do povo é totalmente diferente. Não existe interesse pelo estudo, estuda-se porque é o jeito. As alunas precisam de muita compreensão por parte dos educadores, deve-se ter uma mão firme, mas uma mão de luva. Pode-se conseguir tudo delas, das pequenas e das grandes, quando se procura compreendê-las. Se as tratarmos injustamente, elas podem se enraivecê e se tornar completamente obstinadas. Nossas ex-alunas, pelo menos a maior parte, exatamente as que causaram mais preocupação, permanecem ligadas ao Colégio, partilhando conosco suas dores e alegrias (Carta da Madre Carolina, mestra do internato,¹²³ a Madre Gonsalva Staudacher em Dillingen – Alemanha, datada de 15.08.1946. In: Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

¹²³ Durante o período de 19.06.1942 a 28.02.1954, a Madre Carolina exerceu, simultaneamente, as funções de mestra do internato e Superiora do Colégio.

5.5.2 O externato

Também as alunas externas eram, em grande parte, as filhas dos coronéis, senhores de engenho, proprietários de terras, comerciantes, funcionários federais, profissionais liberais e sitiantes, funcionários do Estado e do município. Entre os últimos, havia os que, com muito sacrifício, correspondiam ao padrão do colégio, mas, de maneira geral, até os anos 1960, as alunas eram oriundas das famílias economicamente melhor situadas da região.

Já na visita ao colégio, a ambientação do parlatório, a limpeza, o acolhimento e a conversa com as irmãs impressionavam positivamente os pais, mas os aspectos que mais os estimulavam a confiarem suas filhas às franciscanas e os convencia da importância do investimento eram a disciplina, os padrões morais e as informações de pais de alunas sobre o nível do ensino, o caráter disciplinar e da referência européia da educação.

Para as alunas externas, o controle incidia principalmente na sala de aula, mas seus efeitos se estendiam para além dos muros do colégio, envolvendo a família, suas condições materiais e influência social, conduta moral e religiosa, amizades, o traje usado nas tradicionais festas da cidade¹²⁴, o estilo de vida da família e a conduta das alunas no namoro. Usando o uniforme, a aluna deveria estar consciente de que encarnava a própria instituição, a qual deveria honrar adotando um comportamento reto e uma postura digna. Sabemos que o vestuário é um marcador de identidade sexual, social, econômica, religiosa, estudantil. Mas, no colégio, seu uso nem sempre foi ponto pacífico. A obrigatoriedade de portá-lo na forma e nas medidas estipuladas provocava subversões.

Era proibido namorar usando o uniforme do colégio, prática que ocorria aos sábados quando as alunas eram liberadas mais cedo, entre as dez e onze horas, e os namorados ou pretendentes as esperavam na praça central. Algumas levavam roupa na bolsa e se trocavam nas casas das colegas que residiam nas proximidades do colégio. Outras desafiavam a norma e namoravam uniformizadas, baixando o suspensório para disfarçar a aparência do uniforme. Invariavelmente eram chamadas pela diretora e pela mestra de classe na segunda-feira. Para o panóptico, capilarizado na comunidade, não havia opacidades, nem espaços sem supervisão.

As mães se inteiravam também das músicas que estavam nas paradas de sucesso, censurando-as quando as julgavam infensas à moral das suas alunas, alertando-as quanto à

¹²⁴ Tradicionalmente, destacavam-se o carnaval, o baile dos calouros, o baile dos ex-alunos e o baile de formatura da Escola de Agronomia, a Festa do Rosário e a Festa de Nossa Senhora da Conceição, o baile das debutantes e a Festa da rainha da cana-de-açúcar. Sobre as alunas que usavam os decotes ousados, as alças muito finas, o tomara-que-caia e as saias muito curtas, pesava velada censura no interior do colégio, tanto maior quanto menos prestigiada fosse sua família.

nocividade das letras de forró, carnaval e das canções românticas, como a que se segue, interpretada por Dalva de Oliveira, em 1962:

Orar
 é estar junto a ti
 é pensar só em ti
 com **ardente paixão**
 orar é **querer teu amor**
 que é meu mundo de paz
 minha eterna oração

Beijar
 tua **boca sensual**
 poder abraçar
 o teu **corpo** ideal

Orar
 É poder converter
 Uma doce ilusão
 Em milagre de amor
É viver neste sonho
O fervor da oração

Esta mensagem, que hipoteca a alma à paixão carnal, foge às regras da higiene mental e corporal e da assepsia emocional burguesa. Porém, muito mais distante está, do projeto de salvação preconizado pelo catolicismo, ao inverter a hierarquia agostiniana da superioridade da alma sobre o corpo, remetendo ao encontro carnal o caráter de oração (os grifos são nossos).

5.5.3 A caridade pela via da educação

O generalato recomendava a manutenção de classe para as meninas pobres da cidade em cumprimento ao ideal franciscano. Contudo, as madres preferiam integrar essa assistência à ação educacional já desenvolvida no colégio, evitando a destinação de outras irmãs para tarefa paralela:

[...] mas os pobres não estão esquecidos. Nós temos, por exemplo, dez internas que não pagam: 30% do curso primário e 30% do curso normal é mantido gratuitamente. Desta maneira eu julgava corresponder ao espírito de São Francisco e à antiga tradição da Casa-mãe. E até agora, isto sempre ocorreu para a nossa benção (Carta da Madre Carolina para a Madre Gonsalva Staudacher, superiora geral, em 16 de dezembro de 1945. In: Cônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

Se do ponto de vista da questão dos recursos humanos esta medida era a mais vantajosa, o mesmo não se pode afirmar em relação às implicações sociais e humanas, pois as moças pobres e negras eram vítimas do preconceito das colegas pagantes, principalmente das internas, procedentes de famílias abastadas, com as quais conviviam sem poder acompanhá-las na qualidade e na beleza dos pertences e na fidalguia dos modos e gestos, ficando inibidas no ambiente de sala de aula, recantadas durante o recreio e retraídas por ocasião das festas.

Para sanar as dificuldades das famílias menos favorecidas, os ilustrados de Areia e seus descendentes que ocupavam posições políticas, favoreciam o colégio com a destinação de bolsas de estudo a nível federal e estadual¹²⁵, em cuja aplicação,

[...] observamos rigorosos critérios. Entre as meninas pobres nós incluímos também aquelas que queremos formar para a nossa congregação, depois filhas de famílias boas e tradicionais que tenham muitos filhos, como também as famílias pobres que devido a dificuldades no setor de ensino, não poderiam dar a seus filhos nenhuma formação escolar, sem tal ajuda. Além disso, o Estado obriga cada colégio a aceitar cinco internas e dez externas gratuitamente. Tivemos mais ou menos sorte, pois as alunas eram muito gratas. Se alguma vez houve entre elas uma com atitudes menos nobres, essa nós expulsamos o mais rápido possível (Carta da Madre Superiora Carolina Schuarz, à Madre Geral Gonsalva, datada de 04.02.1947. In: Cônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

A subvenção estatal ao ensino particular estava condicionada à comprovação de sua utilidade social, razão porque as irmãs registraram o colégio no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), com o nome “Escola Normal e Ginásio Santa Rita”, em 1955, sob processo nº 40.796/45. No dia 15 de setembro de 1955, o colégio foi declarado de “Utilidade Pública Estadual” pela Lei nº 1276, sendo publicado no Jornal “A União”, de 18 de setembro de 1955, cuja certidão foi lavrada no Cartório “Brito Lyra” da cidade de Areia/PB, no dia 23 de janeiro de 1957.

¹²⁵ Dentre outros, estavam incluídos: o senador Domício Gondim Barreto, o ministro José Américo de Almeida e o deputado federal Plínio Lemos.

Bem mais tarde, as alunas negras e pobres puderam ascender socialmente, ocupando posições profissionais que lhes garantiram *status* e/ou remuneração em alguns casos, superiores ao das ex-colegas de famílias burguesas, cumprindo-se, através destas alunas, um branqueamento comportamental. Convenhamos, com Dávila (2006, p. 56), que

embora a idéia de uma raça brasileira possa não ter significado muito para a população, os programas que a “raça” inspirou ligavam as elites e os pobres em um projeto comum que teve repercussões duradouras na definição de pensamento racial no Brasil.

5.5.4 A confissão

Ao longo do quarto ano primário o ensino religioso que se iniciava na alfabetização, assumia uma orientação específica visando à preparação das crianças para o seu primeiro ato penitencial, quando eram instruídas mais intensamente no conhecimento de si e na ascese a Deus, por meio das aulas de catecismo cujo objetivo era sedimentar na criança a disciplina da doutrina católica pela evitação do pecado em suas três ordens de manifestação: o pensamento, as palavras e as obras. No mês de novembro, realizavam sua primeira confissão, ato de penitência em que se submetiam à pena prescrita pelo confessor; ato confessional em que não bastava abominar o seus pecados, mas acusá-los; ato de submissão em que proferiam algo vergonhoso ao representante de Deus; e ato de controle do confessor sobre o confidente que habitava o mesmo espaço e não raramente exercia na instituição a função de professor¹²⁶. Aludindo ao princípio segundo o qual o discurso produz o objeto do qual fala (BUTLER, 2001), nos atos de fala da confissão as alunas, ao falarem sobre si mesmas, se autoconstituíam e se autoconheciam, como também se tornavam conhecidas.

¹²⁶ A Congregação sediada em Areia teve como assistentes espirituais: em 1937, o Padre João Coutinho; de 1938 a 1939, o Padre Antonio Costa; de 1940 a 1941, o Padre Emídio Viana; de 1942 a 1948, o Padre Francisco Lima; em 1949, o Monsenhor Jerônimo Cesar. A partir de 1950, por força do contrato celebrado entre o Colégio Santa Rita e a Província da Ordem dos Franciscanos Menores em Olinda/PE, irmãs franciscanas assumiram os trabalhos domésticos no Seminário Franciscano de Ipuarana em Lagoa Seca/PB e os franciscanos mantiveram um Capelão no Colégio, como celebrante, confessor, pregador de retiro e professor. Foram eles: Frei Fabiano Gundling (1950); Frei Leopoldo Plass (1951-1954); Frei Niceto Schaeffer (1954-1955); Frei Vicente Senge (1955-1962); Frei Lúcio Reher (1962-1967); Frei Geraldo (1968-1973). O capelão residia no próprio colégio. (Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. P. 51, 57 e 86. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia, PB).

A culminância deste processo era a Primeira Eucaristia, ritual dos mais importantes no calendário da instituição, que conferia a graça santificante por meio da qual corpo e alma recobravam a pureza, a força e a beleza evanescidas pela prática do pecado. Uma vez atingido este estágio, a criança era orientada a permanecer em estado de graça e o meio mais eficaz para consegui-lo era persistir no sacramento oferecido regularmente na missa dominical, na primeira sexta-feira do mês, em eventos como os retiros espirituais e em celebrações especiais como o mês de Maria, a Festa do Sagrado Coração de Jesus, a Festa de Santa Rita e a Festa de São Francisco. Em ocasiões de vacilação, não sendo possível receber o corpo e o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo transubstanciado na Hóstia, devia-se comungar em pensamento, como forma de fortalecimento contra o pecado.

Adotada na rotina do colégio, a confissão era um mecanismo de constituição da subjetividade à medida que colocava a individualidade em discussão como condição para a salvação:

[...] a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; em fim (sic), um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (FOUCAULT, 1988, p. 61)

Os efeitos deste discurso recaiam na confidente de quem era solicitada a verdade, muitas vezes, a partir de perguntas encadeadas para detectar contradições. Enquanto procedimento disciplinar do dispositivo institucional, a confissão cumpria o papel de subjugar as energias rebeldes, interditar os desejos carnis, evitar a desobediência e conter os discursos ilícitos, ajudando a conformar e homogeneizar as condutas. E, para além destas funções, seu componente catártico e purificador pelo alívio experimentado com o extravasamento dos tormentos interiorizados, ajudava a manter a harmonia no interior do colégio.

Como primícias ao casamento, a Primeira Eucaristia era amplamente explorada na festa sacra, com a veste específica, o *Adoremus* em capa de madrepérola, o Terço em ouro ou em prata, a vela grande com o decalque do símbolo da Eucaristia, a coroa de flores brancas na cabeça, a procissão das neo-comungantes ao som do cântico evocando letras específicas para o

primeiro encontro com “Jesus Hóstia Santa” e a presença das famílias emocionadas, na capela. Terminado o ritual religioso, as famílias distribuía lembranças e santinhos com dizeres gravados em letra dourada e ofereciam em seus lares rica merenda de biscoitos, doces e bolo confeitado em branco, acompanhado de sucos variados e de bebida gasosa. As mesas eram forradas com toalhas de renda ou de bramante aberto em *richilieux* ou ainda de linho bordado em branco, em uma pompa que marcava contraste com as cerimônias das escolas públicas, podendo-se afirmar que a festa da Primeira Eucaristia do Colégio Santa Rita na pequena cidade de Areia era um ritual distintivo de classe social.

Tomando como referência as elaborações foucaulteanas sobre a constituição do sujeito, nos é possível situar uma projeção do discurso confessional avançando da função primária de heterocondução para uma governamentalidade “autônoma”, na medida em que, ao buscarem uma verdade para sua vida, as alunas faziam o exame de consciência, o auto-escrutínio de suas ações, exercendo uma auto-regulação. E, para além da ação sobre si mesmas, aprendiam ainda a exercer uma crítica sobre sua atuação no âmbito profissional e social, elaborando uma estética da existência referenciada no cristianismo católico, com ênfase nas virtudes franciscanas e marianas e no pragmatismo alemão arraigado no espírito das madres.

5.5.5 O sistema de avaliação

A prerrogativa de avaliar tem sido uma demonstração cabal de poder das instituições escolares sobre o aluno, à medida que se outorgam o direito de aferir até que ponto o ensino converteu-se em aprendizagem. Através da avaliação, o saber do professor afiança-lhe poder para ajuizar e decidir sobre o aproveitamento do aprendiz, aprovando-o ou reprovando-o. Na escola confessional total que aspirava configurar um modelo de sujeito pressuposto como o desejado por Deus, polarizado na dualidade virtude x pecado, a avaliação buscava averiguar também o seu grau de enquadramento àquele modelo e o nível de eficiência do dispositivo acionado para alcançar tal objetivo.

No Colégio Santa Rita, a avaliação era um processo complexo e difuso que permeava todas as atividades das alunas: o perfil religioso, o grau de atenção às aulas, o desvelo e a economia na distribuição da escrita, a qualidade da letra, o nível do discurso, o trato nas

relações interpessoais, a pudicícia na fala, nos gestos e no andar, o cuidado no material escolar, o zelo no traje, o brilho nos sapatos, a limpeza nas unhas e a arrumação dos cabelos. Todos estes aspectos mereciam registro na Ficha Individual e figuravam de forma codificada no Boletim Escolar cujas quatro primeiras notas remetiam à constituição da subjetividade das alunas: a primeira nota, sobre o **comportamento**, avaliava o proceder e a conduta; a segunda, rotulada **civilidade**, referia-se à polidez e à urbanidade; a terceira, **aplicação**, remetia à concentração do espírito na execução das tarefas, e a quarta nota, **ordem**, aludia à disciplina e subordinação ao regime do colégio (Ilustração 38).

ANO DE	Comportamento	Civilidade	Aplicação	Ordem	DISCIPLINAS										Práticas Educativas				Total de Faltas	Assinatura dos pais
					Atividades Extracurric.	Português	Matemática	Est. Sociais	Educ. M. e C.	Ciências	Psicologia	Didática G.	Desenho	Canto Orf.	Artes Fem.	Educ. Fís.	Educ. Rel.	Inglês		
1970																				
MARÇO																				
ABRIL	100	100	100	100	100	85	94	93	100	85	95	95	65	80	90	0		85	0	<i>João de Deus</i>
MAIO	100	100	95	100	100	90	85	85	100	90	90	95	65	80	90	0		65	0	<i>João de Deus</i>
JUNHO	100	100	100	100	100	90	75	93	85	90	90	100	60	80	100	0		90	3	<i>João de Deus</i>
AGOSTO	100	100	100	100	100	80	75	95	95	80	95	90	70	85	80	0		80	1	<i>João de Deus</i>
SETEMBRO	100	100	100	100	100	90	70	98	95	100	95	100	75	80	90	0		90	4	<i>João de Deus</i>
OUTUB.	100	100	100	100	100	90	90	98	95	100	100	100	80	-	90	0		70	11	<i>João de Deus</i>
NOVEMB.																				
1ª Época	Soma					525	489	562	570	545	565	580								
	Exame Final					-	81	-	-	-	-	-								
	Nota Final					88	81	92	95	91	94	94								
2ª Época	Soma																			
	Exame Final																			
	Nota Final																			
RESULTADO FINAL: <u>Aprovada</u>																				

Ilustração 38 - Boletim Escolar – Curso Colegial Normal 1ª Série Ano 1970.

Fonte: Acervo pessoal da ex-aluna Maria Helena Marinho do Monte Silva

Este conjunto de indicadores¹²⁷ codificava a subjetividade das alunas, documentando sua individualidade, sancionando sua identidade, permitindo, enfim, a constituição dos sujeitos da educação como descritível, analisável e singularizável à feição de um *caso* que precisava ser estudado, treinado, retreinado, classificado, normalizado ou excluído. Uma nota abaixo de oito nestes indicadores remetia a uma avaliação sobre a proveniência das alunas,

¹²⁷ Ao longo do período investigado, verificamos mudanças na nomenclatura destes indicadores. No Boletim da mesma aluna referente ao ano de 1964 figuram: “Interesse”, “Responsabilidade”, “Trato Moral” e “Trato Social”.

pois moças bem criadas não apresentariam demérito nestes itens. Como vimos, é próprio do controle panóptico capilarizar-se, difundir-se e amplificar-se no corpo social (FOUCAULT, 2008). Também para as alunas que faziam aulas particulares de Música como instrumentistas, era emitido um boletim mensal que, além do conteúdo específico, mensurava os citados indicadores atitudinais (Ilustração 39).

Ano de 1963	Comport.	Aplicação	Ordem	Piano	~~Violão~~ Acordeão	Harmônio	Solfejo	Canto	Teoria	Harmônia	Faltas de aula	Faltas de estudo	Assinatura do Pai ou Responsável
Março	10	9	9,5		8						1		M ^{te} Giselda M. do Monte
Abril	10	9	9,5		8						2		M ^{te} Giselda M. do Monte
Maió	10	9	9		8,5						4		M ^{te} Giselda M. do Monte
Junho	10	8	9		8						4		M ^{te} Giselda M. do Monte
Julho	10	8,5	9		8						1		M ^{te} Giselda M. do Monte
Agosto	10	9	8		8						1		M ^{te} Giselda M. do Monte
Setembro	10	9	8,5		8,5						4		M ^{te} Giselda M. do Monte
Outubro	10	9	8		8,5						1		M ^{te} Giselda M. do Monte
Novembro	10	8,5	9		8,5				8		2		
1. Prova: TEORIA													
1. Prova PRÁTICA													
2. Prova: TEORIA													
2. Prova: PRÁTICA													

Ilustração 39 - Boletim de Música – Acordeon - Ano 1963

Fonte: Acervo pessoal da ex-aluna Maria Helena Marinho do Monte Silva

O mesmo rigor era aplicado na avaliação dos conteúdos disciplinares. Por isto, o período de provas fazia circular uma energia diferente na dinâmica do colégio, já que o seu resultado determinava uma descrição individual da aluna, uma comparação com as demais e um lugar na distribuição da população discente. Conscientes de que os custos da educação eram altos para suas famílias e que o julgamento das mestras impingia-lhes um estigma individual, ao atribuir-lhes como status sua própria capacidade, e também coletivo, em relação às medidas-padrão a que estavam submetidas todas as colegas, as alunas estudavam, colocavam o livro sob o travesseiro para que durante o sono os conteúdos se registrassem em suas mentes e, na manhã seguinte, à passagem pela capela, pediam iluminação à padroeira Santa Rita. A redobrada vigilância das mestras não impedia totalmente a “cola” que, se comprovada, levava não só a um julgamento negativo no campo do saber, mas principalmente no domínio da moral, com a comunicação aos pais.

As notas alcançadas nos conteúdos disciplinares eram registradas na cor **azul** quando a aluna obtinha aproveitamento da média para cima e, na cor **vermelha**, em caso de aproveitamento inferior à média. Representando a interpretação da instituição sobre a aluna, o Boletim Escolar definia sua pessoa, o que assinalava seu caráter decisivo na vida da aluna, pois, como enfatiza Gallo (2003), avaliar é decidir, decidir é dominar, dominar é ter poder. Poder de aprovar ou reprovar, qualificar ou desqualificar, incluir ou excluir. A entrega do Boletim era momento de expectativa e o seu retorno ao colégio tinha prazo definido e só era recebido com a assinatura dos pais ou responsáveis. Nos casos de notas baixas tanto em relação à avaliação atitudinal quanto em referência à avaliação de conteúdos, os pais eram chamados ao colégio para falar diretamente com a diretora e a mestra de classe e/ou do internato. A reprovação não era um fenômeno raro na rotina do colégio, tanto nos exames ordinários quanto nos exames prestados em “segunda época”, sem atenuantes nem ponderações sobre o resultado final emitido.

O sistema de avaliação era correlato ao sistema de privilégios expressos através da premiação e de sua contraparte, o castigo, aplicados em função da obediência ou da desobediência às normas institucionais. Durante muito tempo o colégio distribuiu cartões distintivos e de louvor (Ilustração 40) e outorgou aprovação honorífica. A aluna era aprovada **simplesmente**, quando obtinha nota de cinco a sete; **plenamente**, se alcançava a nota de sete a nove e **com distinção**, quando obtinha de nove a dez, sendo registrado no boletim o lugar que ocupava na ordem de classificação em relação às demais colegas de turma. Nas séries iniciais, era adotada a nota dez nas tarefas escolares, em suas graduações **de uma até três estrelas**, conforme o merecimento atribuído ao trabalho da aluna.



Ilustração 40 - Cartão de Louvor - Ano 1950

Fonte: Acervo pessoal da ex-aluna Estelita Antonino de Sousa

Desse modo, a avaliação não se limitava a aferir a aprendizagem, mas classificava as alunas por meio de um registro que codificava sua existência. Contestações às notas eram impensáveis, tal a autoridade do magistério franciscano, inspirado nos eflúvios da revelação. Assim, o exame estava no centro dos processos que constituíam os sujeitos como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber, “ao combinar vigilância hierárquica e sanção normalizadora realiza as funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões” (FOUCAULT, 2008, p. 160).

As ex-alunas inquiridas, em sua maioria, referiram-se de forma positiva ao sistema de ensino do colégio, por seu nível de exigência quanto à formação de hábitos de estudo, ao desenvolvimento do raciocínio analítico, ao treinamento das habilidades intelectuais, o que era atestado tanto pela satisfação dos pais quanto pela facilidade de acesso das ex-alunas a níveis mais elevados de ensino, e ainda pelo seu desempenho profissional, o que demonstra que o poder não deve ser analisado apenas em termos negativos: o poder produz saber, produz realidade, aperfeiçoa as habilidades humanas, organiza as forças sociais (FOUCAULT, 2008, p. 161). O discurso da educação no Colégio Santa Rita foi competente no sentido de favorecer

à aprendizagem, mas também à submissão das alunas aos interesses das elites, já que a crítica da realidade não era um aspecto explorado.

5.6 AS FESTAS DE FORMATURA DO CURSO COLEGIAL NORMAL

Os valores estéticos de uma população guardam afinidades com a conjuntura histórica em que se manifestam, sendo cultivados na medida em que otimizam seus regimes de verdade. No Brasil, tais valores receberam principalmente as influências alemã e norte-americana, e foram direcionados ao culto à nacionalidade e à construção do cidadão autônomo e racionalizado, capaz de se identificar com os princípios e valores necessários à harmonia social, definindo o lugar de homens e mulheres no Estado Republicano.

Já em 1890, Rui Barbosa assinalava a influência da educação estética na saúde, na inteligência, na disciplina e na moral da juventude alemã, propugnando sua aplicação no Brasil. Fernando Azevedo referia-se à educação como ciência da pátria e sublinhava o aformoseamento do ambiente escolar como ponto de partida para uma educação estética (VEIGA, 2007). No movimento escolanovista, seria Anísio Teixeira o principal disseminador de uma estética inspirada no modelo norte-americano, através da pedagogia postulada por John Dewey (BARBOSA, 2002).

A cidade de Areia, por intermédio do Colégio Santa Rita, recebeu duplamente os eflúvios da estética alemã: pela influência subliminar à plataforma educacional da nação, e também na execução da educação, diretamente realizada pelas franciscanas alemãs. Às moças, com mais propriedade, esta educação estética deveria ornar o espírito, despertando-lhes emoções de gozo artístico e estimulando uma vida superior pela fruição das suas atividades: música, dança, literatura “honesta”, dramaturgia, declamação, desenho, cultura vocal, pintura, higiene, ginástica e trabalhos manuais.

Como parte da rede articulada de estratégias que conformavam o dispositivo disciplinar do colégio, cada turma tinha uma mestra de classe, a quem cabia, em geral, um maior número de horas-aula nas disciplinas obrigatórias e, portanto, maior conhecimento sobre o aproveitamento e sobre a conduta de cada aluna. Ela era peça chave nas reuniões pedagógicas, pois informava o corpo docente e subsidiava o preenchimento do boletim nos indicadores atitudinais (comportamento, civilidade, educação e ordem).

Às mestras das turmas concluintes se impunha também a tarefa de definir com as alunas o evento que marcaria o encerramento do curso e coordenar as atividades para a sua realização. Era um evento cujo caráter recreativo estava subordinado à sua dimensão pedagógica, captada na expressão da Madre Iluminaris: “[...] uma festa de final de ano é sempre uma reunião de pais e mestres” (Livro de Atas de Formatura do Curso Normal/ 1940-1970. Arquivo do Colégio Santa Rita).

Para as pequenas, esta festa era celebrada na culminância do estágio supervisionado das alunas do curso normal, coroando festivamente o encerramento do curso primário com dinâmicas consoantes ao tema do estágio, que eram diferenciadas da rotina das aulas. Este momento era também abrilhantado pela exposição de trabalhos manuais e desenho das pequenas, números de canto, demonstrações de ginástica e jograis.

Já para a quarta série do curso ginásial, planejava-se uma excursão que durante anos teve como destino a casa de veraneio das madres na Praia Formosa, litoral norte da Paraíba. A mestra de classe controlava o banho de sol e de mar e não se podia receber namorados nem amigos. Para tanto, as alunas rifavam toalhas de *tricot* artístico, exploravam a cantina nas festas do colégio, realizavam pescarias para custear a alimentação, que era preparada pelas freiras responsáveis pela cozinha.

No terceiro ano do curso colegial normal, que oferecia terminalidade, as festas eram acontecimentos destacados na agenda cultural do colégio,¹²⁸ sendo noticiadas na Imprensa Católica e nos jornais laicos da capital, ultrapassando, em solenidade, os rituais de diplomação dos cursos superiores, e, principalmente, sensibilizando a assistência por seu caráter estético e por seu cunho moral e disciplinar. **Eram eventos de conseqüência**, que tinham a finalidade de ecoar na sociedade o cultivo da identidade nacional, a crença no civismo republicano, a limpeza, a urbanidade, os princípios católicos e a elevação moral, por meio da formação estética e do cultivo das sensibilidades.

A mensagem pedagógica dirigida às concluintes era codificada em um **lema** que visava, ao mesmo tempo, sintetizar sua trajetória no colégio e projetar-se como direcionamento de conduta para a vida secular. Pela impressão que causavam aos seus assistentes, as festas serviam também como propaganda do padrão de excelência da educação

¹²⁸ Constavam da agenda cultural: Hora Magna, no início do ano letivo; festa de Maria, das mães e de Santa Rita, no mês de maio; festa junina e de Cristo Rei em junho; festa da Independência em setembro; festa de São Francisco, em outubro; festa da Primeira Eucaristia, em novembro e festa de Formatura, em dezembro. Cada uma destas festas tinha um enfoque diferenciado, privilegiando a religiosidade, ou o civismo, o esporte, o folclore, etc.

ministrada pelas franciscanas alemãs, confirmando, por consequência, a tradição de Areia como “terra da cultura”.

Para a festa de diplomação das normalistas, já em março, a madre Siegfrieda começava a criar ou a adaptar o texto para a cena dramática, que, uma vez concluído, era discutido em reunião para definição do programa e do orçamento da festa. Acordado o projeto e definido o lema da festa com a participação das alunas concluintes do curso normal, iniciavam-se os preparativos: a pesquisa dos números a serem executados pelo orfeão; a consulta ao hinário visando à seleção das peças para a missa cantada; a composição dos arranjos para execuções ao piano, ao violino e ao acordeom; a definição das danças, jograis e poemas, a criação dos figurinos, a idealização dos cenários.

A madre Trautlinde puxava do seu imenso armário os melhores materiais que trazia da Alemanha e idealizava com as suas auxiliares as peças a serem confeccionadas visando à belíssima exposição de artes manuais que era atração para os familiares das alunas, para a comunidade, para visitantes e autoridades. Vendia de toalhas de mesa a casaquinhos de bebê em um contentamento que lhe rosava mais as faces, vaidosa de mostrar aos pais o que as suas filhas realizavam através da cadeira por ela ensinada, que não figurava na “linha dura” do currículo, mas cultivava-lhes a sensibilidade, a paciência, o espírito e as mãos para o cumprimento dos papéis reservados à mulher na conjuntura burguesa da primeira metade do século XX.

Passada a grande festa cívica da Independência, eram selecionadas as artistas entre as alunas mais alvas, belas, bem comportadas e ricas, sucediam-se os ensaios, expediam-se as correspondências e convites, iniciava-se a preparação da casa. No dia da festa, abria-se no parlatório, o livro de visitas onde os ilustrados registravam as suas percepções:

... minha impressão sobre o Colégio Santa Rita é, por sua instalação e por seu progresso pedagógico, uma graça de Deus à minha terra. José Américo de Almeida – Governador da Paraíba. (Livro de Visitas do Colégio Santa Rita – 1937 a 1970 – Festa de 1952.

A profunda impressão que o Colégio Santa Rita produz nos espíritos mais diversos é uma prova de que existe aí um tesouro de bens divinos e humanos que a todos conquista. A mocidade tem hoje a oportunidade de acercar-se destes tesouros. Durmeval Trigueiro Lemos – Secretário de Educação da Paraíba. (Livro de Visitas do Colégio Santa Rita – 1937-1970 – Festa de 1956.)

Em 1943, sob o lema “TUDO PELO BRASIL”, a oradora da turma, Tereza de Jesus Corrêa Pinto, dirigindo-se ao Interventor e paraninfo Ruy Carneiro, promete: “Tudo pelo Brasil, Sr. Interventor: o sangue virginal de nossas veias e muito mais ainda – o sangue virginal de nossas almas, que é o sacrifício... Marchemos para o ideal! Marchemos para a glória! Marchemos para Deus!”. (Livro de Atas de Formatura do Curso Normal, 1940-1970, p. 9-10). Podemos perceber no pronunciamento da oradora, a convergência dos valores doutrinários da pedagogia católica, dos valores disciplinares da cultura alemã e dos valores nacionalistas que marcavam a política de Vargas, encampada pelo governo da Paraíba.

Na festa do ano 1954, a oradora Maria Nazaré Xavier referiu-se ao lema “LIBERDADE, LIBERDADE, ABRE AS ASAS SOBRE MIM” nos seguintes termos: “A verdadeira e santa liberdade é servir aos outros, ter coração para os outros e agora especialmente como professora e educadora, fazer crescer a alma da criança como sacerdotiza da pátria” (Livro de Atas de Formatura do Curso Normal, 1940-1970, p.32).

O programa lítero-artístico-musical da hora solene cumpriu a seguinte pauta:

- 1 – Marcha As Duas Agonias – J. F. Wagner, op. 159
 - 2 – Minha Terra Natal – Coro a três vozes – Casimiro de Abreu
 - 3 – Dança Húngara em Ré Menor – Brahms – para violino e piano a 4 mãos
 - 4 – Oh! Pátria Amada! Coro a três vozes
 - 5 – Grande Fantasia Triunfal – sobre o Hino Nacional brasileiro – L. M. Gotts Chalk – para piano a duas mãos
 - 6 – Prelúdio – Rachmaninoff op. 3, nº 2 – para piano a duas mãos
 - 7 – II Sinfonia – J. Hajdn – para violino e piano a duas mãos
 - 8 – Episódio dramático – Liberdade, Santa, Amada!
 - 9 – Bailado: Escravidão e Independência
 - 10 – Albatroz! Águia do Oceano – Castro Alves – Coro a três vozes.
 - 11 – Hino Nacional brasileiro
- (Livro de Atas de Formatura do Curso Normal, 1940-1970, p.34).

Maria do Carmo Campos de Araújo, oradora da turma de 1956, interpretou entusiasticamente o lema da sua festa “CANTAI AO NOSSO IRMÃO, O SOL!” que para ela constituía um lema de vida sob o qual vivera nove anos como aluna do colégio, uma casa assinalada pelo espírito de São Francisco de Assis:

Ele é para a mocidade o poeta, o arauto do Grande Rei, o jovem insensivelmente alegre e conquistador, mas também a alma de apóstolo que arde em zelo pelas almas e assim projeta luz sobre nosso caminho de educadores para nos curvamos com misericórdia e amor sobre a criança (Livro de Atas de Formatura do Curso Normal, 1940-1970, p.35-36).

Alguns lemas de turmas concluintes chamam a nossa atenção porque ao adentrarmos à sua proveniência podemos perceber o imbricamento dos propósitos ultramontanos e da plataforma nacionalista para a educação:

em 1958, “E acendei as Chamas nos Pátrios Altares” – reconduzi os filhos aos altares;

em 1962, “*Psalite Domino*” – cantai salmos ao Senhor;

em 1968, “*Gravissimum Educations*” – a educação como caminho de salvação;

em 1969, “Despertai a Consciência da Criança e sua Alma Imortal” – das trevas para a luz;

em 1970, “*Pax Bene*” – educação pacificadora.

A turma de 1966 paraninfada por Dr. João Agripino Filho, então governador do Estado, teve como lema a expressão “*LABOR OMNIA VINCIT*”. A respectiva cena dramática exaltou o homem nordestino, que se dá no amor sem reservas através do árduo trabalho nos campos de sisal e nos canaviais, missão a ser perseguida pelas formandas na transmissão do saber e no cultivo das virtudes para a consolidação da família e a elevação da pátria. Finalizou a hora solene, o Bailado das Fadas, em belíssimos trajes, ao som de música clássica comandada pela virtuose Madre Inviolata e suas alunas. Ao final da festa, servia-se para as autoridades e para os pais das concluintes, uma taça de champagne.

Todo este investimento encontrava reciprocidade das alunas e da comunidade que se esforçavam para ostentar *toilet* à altura dos eventos, havendo mesmo a preocupação com o traje a ser usado especificamente na festa das concluintes do Colégio Santa Rita.

O projeto de educação estética do Colégio Santa Rita representava o que de mais excelso havia nos propósitos da educação republicana na Paraíba e na cidade de Areia, como expressão de cultura física, cultura estética, emoção cívica e sensibilidade artística.

Da sua análise, podemos depreender uma dimensão disciplinar que, fugindo à letra fria dos mandamentos e sentenças, incidiu no corpo, continuamente exercitado e vigiado, impondo-lhe uma ortopedia (Ilustração 40), através das atividades escolares, desde a arrumação do uniforme, até a limpeza das unhas, semanalmente vistoriadas, exigindo-se que as alunas espalmassem as mãos sobre a carteira; e um disciplinamento aos impulsos, pelas regras impostas ao falar, sorrir, andar, comer, lavar, vestir e despir o corpo.



Ilustração 40 - A ortopedia ou a Arte de Prevenir e Corrigir
Fonte: FOUCAULT, 2008, p. 32.

A estética alemã imbricada na educação, muito amiúde, veiculou o belo a partir de valores exteriores, em detrimento das expressões culturais locais, visando à substituição da brejeirice local pelo estilo das moças européias, podendo-se inferir que a severidade da educação, da cultura e da religiosidade nórdica encontrou na tradicional sociedade areiense da primeira metade do século XX um campo favorável à sua penetração. Impunha-se, como meta, convencer as alunas de que eram atrizes do novo espetáculo republicano-cristão segundo o modelo alemão que, ao libertar pela educação, assujeitava pela economia do corpo e da sexualidade, pelas convenções sociais e regras de civilidade.

5.7 A OBRA SOCIAL FRANCISCANA EM AREIA¹²⁹

Aspecto que não se pode olvidar é a obra social erguida pelas franciscanas alemãs e brasileiras, que tomou vulto após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando lhes foi permitida a liberdade de ir e vir, e o envio de donativos da Alemanha ao Brasil. Sua assistência social às populações indigentes do município de Areia ocorreu paralelamente à internalização de um sentimento de ligação à comunidade areiense, e também à medida em que sua importância na comunidade era atestada e reconhecida. Muito do que fizeram permanece no anonimato, mas, trabalhos houve em que foram visibilizadas, porque se articulavam à paróquia e à comunidade, ou porque foram obras concretamente percebidas e reconhecidas pela população. Entre estas, estão: o subsídio financeiro à paróquia para a construção dos Centros Sociais do distrito de Chã do Galo, pela irmã Hanelore Partelli; do Centro Social do distrito de Mata Limpa, pela madre Trautlinde; e do Serviço de som da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, por outras madres alemãs (TORRES, 2000). Nestas instituições, as irmãs desenvolveram atividades de catequese, evangelização, reforço escolar, trabalhos manuais e a distribuição de agasalhos e alimentos.

Anterior a estas obras, foi a campanha do leite, empreendida pela madre Siegfrieda. Estudiosa da psicologia, que também ensinava no curso colegial normal, sabia da importância do alimento para o desenvolvimento cognitivo da criança. Sua obra transcendeu o sentido transitório de campanha, pois estendeu-se por mais de dez anos.

Considerando a esmola material um gesto humilhante, a madre Eleonore converteu toda a ajuda recebida de sua família alemã em bolsas de estudo para as meninas pobres. Quanto à madre Carolina, aplicou todo o patrimônio herdado de seus pais na construção do Colégio João XXIII, em João Pessoa. A madre Trautlinde, responsável pela distribuição de agasalhos que conseguia na Alemanha para a população pobre, transformou o dinheiro recebido da parentela alemã em um conjunto habitacional para as famílias sem teto, cumprindo o postulado franciscano “... nada de vós retenhais para vós, a fim de que totalmente vos receba aquele que totalmente se vos oferece” (Escritos de São Francisco; Carta Enviada a Toda A Ordem. TEIXEIRA, 2008, p. 123).

¹²⁹ Este tópico foi redigido após diálogo com uma irmã brasileira que, em fidelidade aos postulados da Ordem, preferiu não ser identificada, pois “a caridade não se anuncia.” É uma virtude santa, conforme escreveu São Francisco na Saudação às Virtudes: “Ave rainha **sabedoria**, o Senhor te salve com tua irmã, a santa e pura **simplicidade**. Senhora santa **pobreza**, o Senhor te salve com tua irmã, a santa **humildade**. Senhora santa **caridade**, o Senhor te salve com a tua irmã, a santa **obediência**. Santíssimas virtudes todas, salve-vos o Senhor de quem vindes e procedeis” Escritos de São Francisco. (TEIXEIRA, 2008, p. 187. Os grifos são nossos.)

Quanto às irmãs brasileiras, estiveram engajadas em todas as obras sociais acima elencadas, e encetaram também suas ações caritativas articuladas à evangelização. Registramos, como exemplo, o trabalho da irmã Socorro no presídio de Areia e o da irmã Agnes, cearense que entrou no colégio como candidata à vida religiosa, em 1947, e iniciou sua ação social com aulas de reforço para crianças pobres; tomou a seu cargo, durante dez anos, a preparação de meninos da comunidade para servirem como coroinhas aos capelães do colégio e à paróquia de Areia; organizou, durante vinte anos, a missa dominical das crianças da comunidade, às nove horas da manhã, na matriz da Conceição; ministrou também, cursos de arte em gesso, velas, agricultura, flauta e escaleta para jovens pobres.

Contam mais de quinze, as brasileiras que abraçaram, no Colégio Santa Rita, a missão franciscana e mais de trinta, as que ali investiram o labor de sua vocação, algumas das quais, ainda hoje, lutam pela sobrevivência do colégio. Faça-se justiça, também, àquelas que temporariamente serviram ao colégio, mas desligaram-se da Ordem antes da profissão perpétua, porque compreenderam poderem cumprir a sua missão em outras searas do mundo secular.

Atualmente, a congregação continua ofertando educação a uma reduzida demanda, convivendo e aprendendo no diálogo franciscano com as comunidades liberadas da outrora vigiada relação com Deus. A dinâmica atual da congregação é “viver os momentos de contemplação e os de ação, estar para receber e para dar, deixar-se amar e amar” (HAAS, 2000, p. 196), afirmando seu carisma no exemplo inesgotável de São Francisco de Assis. Contemporaneamente, o foco de sua atuação redireciona-se em favor das comunidades carentes. Neste sentido, as irmãs mantêm uma casa de formação, que recebe adesões, localizada nas “Cinco Bocas,” no bairro de Mandacaru em João Pessoa. A propriedade de Areia, hoje com menos de trezentos alunos, é também residência das irmãs, e, desde 1964, sede provincial sob o patrocínio de Maria Medianeira das Graças, que reúne as casas do Nordeste em uma única jurisdição, tendo atualmente como superiora a irmã Flávia Brito.

Inaugurado em 1910, o centenário Colégio Santa Rita apresenta sinais de decadência. A capela encontra-se interditada e o ensino declinou qualitativamente a partir da década de 1970, e quantitativamente, a partir de 1990 (GONDIM, 1988). A vocação agrícola do município, que alternava a subsistência com a monocultura açucareira, cafeeira e têxtil (algodão e sisal) para a exportação, conferindo-lhe hegemonia e prodigalidade durante os séculos XVIII, XIX e na primeira metade do século XX, seria também a razão do desmatamento, das queimadas e da consequente destruição de rica fauna, ocasionando

alterações climáticas, esgotamento do solo e êxodo rural. A crise agrícola ocasionou o empobrecimento das famílias areienses. Também o remanejamento da madre Carolina e de outras irmãs para o Colégio João XXIII em João Pessoa, a morte das primeiras mestras alemãs, o esgotamento do modelo católico e do regime de internato para a educação, a proliferação do sistema privado de ensino, a política de educação governamental laica apontam a necessidade de uma refundação para o colégio e para o município.

Sepultadas as influências ultramontanas, que, desde o ato da sua inauguração deram suporte a uma educação européia, constata-se a necessidade de outras ancoragens que propiciem ao colégio a reelaboração da sua identidade.

TERCEIRA PARTE

MEMÓRIA E IDENTIDADES

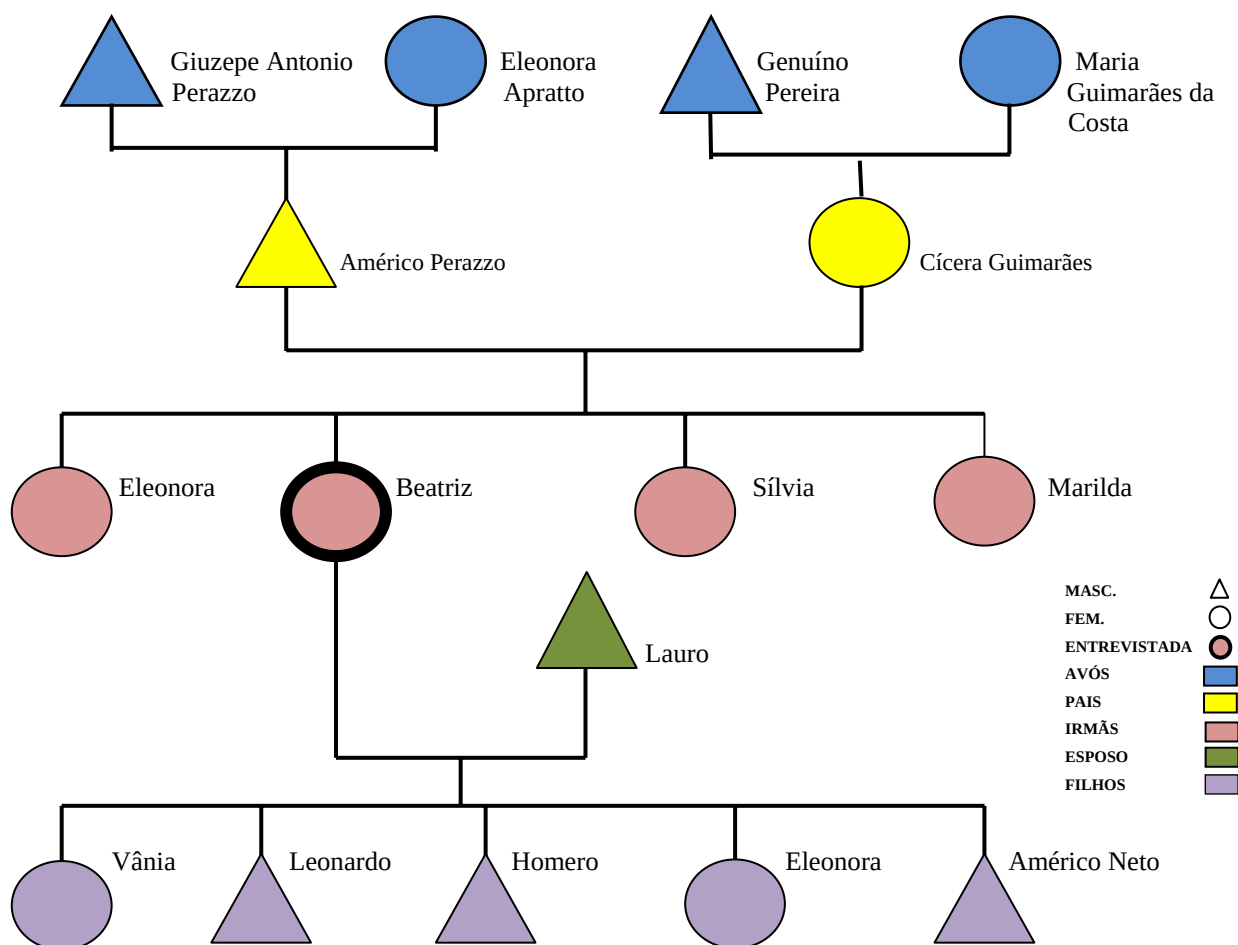
6. MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS: SINGULARIDADES E CONVERGÊNCIAS

Complementando a pesquisa documental que nos forneceu uma visão oficial sobre o universo pesquisado, apresentamos memórias de ex-alunas do Colégio Santa Rita, que foram selecionadas segundo os critérios elencados às páginas 34 deste trabalho. São discursos em primeira pessoa, embalados pelo fluxo das emoções, através dos quais as autoras ao falarem de si, (re) pensam e (re) inventam, simultaneamente, suas identidades.

Ao colher as memórias, apreendemos um trabalho mental intenso, carregado do sentimento das narradoras sobre a substância de suas vidas, sobre os estágios estruturantes do seu agora, que, no processo discursivo, se atualiza e se redimensiona. Sabemos que parte de suas memórias escapou pelo processo natural ou intencional de esquecimento. Sabemos, também, que suas memórias são hoje perturbadas pela capacidade crítica-reflexiva que ressignifica o seu foco perceptivo, e são continuamente enriquecidas na processualidade dos acontecimentos. Sabemos, ainda, que outras permanecem vivas, pelo que significam em particular, e se desdobram nas singularidades pessoais. Contudo, nenhum destes aspectos desmerece o valor das suas histórias. Antes, as engrandecem, pois as memórias singulares que resistem à ação do tempo, ao serem socializadas e acolhidas por outras pessoas, ultrapassam seu caráter individual, tornando-se realidade social, porque se desdobram de vinculações com o colégio, enquanto universo institucional representativo de uma conjuntura histórica.

Em seguimento a cada história, fizemos uma breve análise, pontuando singularidades da vida das entrevistadas. Fechamos o capítulo com observações em relação aos aspectos convergentes das narrativas apanhadas.¹³⁰

¹³⁰ Para destacar as narrativas das ex-alunas, optamos por fonte diferenciada. Igualmente, quando, na análise das memórias aqui apresentadas, evocamos a sua fala, destacamos estes fragmentos em itálico, observando o rigor da Associação Brasileira de Normas Técnicas quanto ao número de linhas dos fragmentos transcritos. As memórias situam, em ordem crescente, as quatro décadas do interstício investigado (1937-1970). Algumas entrevistadas, no desenrolar das narrativas mencionaram sua idade. Outras, não o fizeram, e por uma questão ética, não insistimos na obtenção deste dado.

6.1 BEATRIZ PERAZZO BARBOSA¹³¹

Nasci na segunda década do século passado, a 04 de setembro de 1922. Antes de mim, nasceu Maria Eleonora (Ely) em 1921, e depois de mim nasceram Sílvia, em 1926 e Marilda, cujo ano de nascimento não tenho na memória. O filho varão não veio, mas eu, particularmente, nunca senti falta de um irmão. Até onde a minha memória alcança, a noção de família mereceu especial atenção em nossa casa, tanto pela linha materna, brasileira nordestina de tradição rural e ascendência portuguesa, quanto pela linha paterna que é italiana. Não me lembro do meu avô paterno nem do materno, mas lembro das minhas avós como pessoas agregadoras para a família. Vovó Eleonora era de Torre Orsai, região italiana de Salerno.

¹³¹ Aluna do Colégio Santa Rita, no período de 1937-1940 (Curso Normal Livre) e mais tarde, Colegial Normal. Regime de estudo: externato. História narrada em: 29 mai. 2010; 12 jun. 2010; 18 jun. 2010. Endereço atual: Rua Getúlio Vargas, 119 – Centro – Areia/PB – CEP: 58.397-000

Seus pais vieram para o Brasil no auge da imigração italiana, mas ela ficou na Itália. Em conversa com imigrantes da família Apprato, meu avô Giuzeppe Antonio Perazzo viu a foto de Eleonora nas mãos de seu pai, contemplou-a, e firmou compromisso de casamento. Ela então foi chamada ao Brasil por seus pais, através de carta, para casar com um noivo que lhe era totalmente desconhecido. O casamento foi celebrado festivamente durante oito dias, no sobrado da Rua Pedro Américo, nº67, que pertencia aos Perazzo que hoje é propriedade de Wilson Barbosa.

Meu avô, morreu muito cedo, e vovó Eleonora criou sozinha uma família numerosa com a garra própria das matronas italianas. Era uma mulher forte. Desarmou, certa vez, um soldado em uma confusão na festa da Conceição, em que seu filho Pedro Gabriel estava envolvido. Tocou com os seis filhos e quatro filhas a lida das fazendas de café e do engenho de rapadura que tinham no entorno de Areia. Inclusive, a Gruta do Quebra, uma extensão do nosso quintal, pertenceu a minha família que tinha também uma propriedade de olivais na Itália. Papai nasceu no século XIX. Minha avó enviou-o a um seminário na região Italiana de Policastro. Quando estourou a Primeira Guerra, foi liberado para voltar ao Brasil por ser filho de viúva. Aqui chegando, foi trabalhar nas propriedades da família.

Pela linhagem materna, vovó Maria, a quem chamávamos Mamãe Dona, era fazendeira em Pedra Lavrada, município do Curimataú paraibano. Morava na fazenda São Domingos onde mamãe nasceu. Cuidadosa na educação de sua prole, enviou mamãe para fazer aqui em Areia o Curso Julia Leal, pelo qual passaram muitos filhos de Areia, inclusive, José Américo de Almeida. Foi quando papai a conheceu e se casaram. Embora Dona Júlia tocasse e ensinasse música, o professor com o qual mamãe aprendeu violino foi Miguel da Rocha, que era maestro da Banda Municipal e funcionário da Mesa de Rendas do Estado.

Nossa casa era este sobrado onde hoje moro, que foi construído pelos portugueses no século XIX. As portas vieram de Portugal. No piso térreo, fica a loja com três portas inteiras para os clientes e uma porta lateral privativa da família, que dá entrada para a sala de estar, jantar, cozinha, banheiro e quintal. No piso superior, temos a fachada com quatro janelas para a rua, um salão amplo aonde aconteciam as festas para a sociedade, em especial, os carnavais, com destaque para o bloco “Os Capetas”, do qual meus pais participavam. Seguem-se os quartos, e ao fundo, outro salão que tem mais quatro janelas, que veio a ser a nossa sala de estudo, com vista para a Gruta do Quebra.

Papai era um homem versátil. Construtor, marceneiro, comerciante, professor de latim no Colégio Santa Rita e no Ginásio Coelho Lisboa e de italiano no Campus da

Universidade Federal da Paraíba sediado em Campina Grande. Era habilidoso na mecânica de motores. Ele era o “técnico” que consertava o gerador de luz elétrica da cidade e o maquinário da fábrica de tecidos Arenópolis do senhor Armando de Freitas, sem cobrar nada. Consertava também a “máquina projetora” instalada no Teatro Minerva, onde gostava de assistir a filmes italianos. Os filmes eram rodados em dois tempos. No intervalo, enquanto mudava-se o rolo para dar continuidade à projeção, aconteciam os namoros, o que fazia do cinema uma atração concorrida, já que não se tinha, na época, outros lugares propícios à aproximação entre moças e rapazes. Foi papai quem construiu o nosso rádio para ouvirmos música e notícias. Foi o segundo da cidade. O primeiro era o da Prefeitura. Ele foi também prefeito da cidade de Areia, em época que me foge à memória.

Mamãe era calma, ponderada e amorosa. Ajudava papai com muita satisfação. Houve um tempo em que costurou para as pessoas bem apanhadas da cidade. Foi regente do coro da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde tocava harmônio e era responsável pela execução do hinário da igreja. Cantava até em latim. Por causa da loja e por sua participação destacada na Igreja, ela conhecia toda a população de Areia e era conhecida por todos. Vestia-se no estilo clássico, transitava sempre na cidade, para o colégio, a igreja e as reuniões sociais, participando inclusive de obras assistenciais, de modo que foi também, mulher múltipla. Ainda trabalhava na loja, substituindo papai quando ele saía para cumprir suas muitas atribuições.

A nossa loja era um bem à parte. Era sortida com artigos nacionais e importados, do tecido ao aviamento, do relógio suíço, à máquina de costura, da porcelana às jóias. Vendia artigos masculino e feminino, linho irlandês, perfumaria, cama e mesa, veste para batismo, calçados e utilidades do lar. Até a Segunda Guerra Mundial, Areia concentrava as transações econômicas na região do Brejo e a nossa loja se destacava entre as demais casas de comércio da cidade. Após a Guerra, Campina Grande e Guarabira tomaram a primazia como centros comerciais.

Com a nossa educação, então, mamãe tinha um cuidado extremo. Se chegava na cidade alguém que soubesse fazer algo extraordinário, mamãe nos levava para aprender. Ela nos vestia com o que de melhor havia então, e para as ocasiões especiais, mandava fazer nossos trajes por modistas de João Pessoa. Era, realmente, uma pessoa especial. Instrumentista versátil, tocava harmônio, violino e violão. Se no colégio aprendíamos o idioma francês, em casa era o italiano. A casa era um verdadeiro colégio.

Das quatro filhas, a única que não estudou no Colégio Santa Rita foi Maria Eleonora, que estudou no Colégio das Damas Cristãs em Campina Grande. Eu, Silvia e Marilda estudamos no Colégio Santa Rita. Como também estudávamos música no turno oposto ao das aulas, o colégio passou a ser uma extensão da nossa casa. Eu era monitora, ajudando a Madre Inviolata. Toquei vinte e cinco anos no colégio, indo inclusive aos sábados à tarde para os ensaios das músicas a serem apresentadas nas festas. Sempre fui muito bem comportada e, por isso, não tinha dificuldades no colégio.

Minha mestra mais querida era madre Inviolata. Nós éramos unidas pela música, e ela era também muito terna, não era como as madres Iluminaris e Carolina que metiam medo em muita gente. Eu não tive problemas com nenhuma delas. A nossa turma, por ser pioneira, era pequena e muito unida. Só havia um pouco de conversa nas aulas de Trabalhos Manuais com a Madre Trautlinde, mas eu a amava muito e era muito aplicada no tricot simples, no tricot artístico, no bordado rorocó e no ponto paris. Fiz o enxoval dos meus filhos e filhas, ajudada por uma moça do nosso engenho que aprendeu a bordar comigo.

Os professores leigos também eram muito bons. Lembro-me de Dona Severina Sousa, diplomada pelo Colégio das Neves em João Pessoa, que ainda é viva; do professor Benvindo e do promotor da cidade, mas, entre todos, eu destaco a Madre Iluminaris, porque era ela a responsável por nossa profissionalização, responsabilidade que assumia com muito devotamento. Nas férias, ela estudava, fazia cursos, buscava novidades para dar qualidade ao magistério, para nos motivar, para nos ensinar a sermos educadoras. Para mim, ela foi o sustentáculo do magistério. Quando foi embora, em 1976, ficou um grande vazio, tanto na congregação quanto no ensino e também nas ex-alunas, que, já profissionais, compreendiam melhor a sua contribuição para a educação aqui no nosso Estado.

Ela era uma estudiosa. Pesquisava muito para aprender sobre o Brasil, sobre o Nordeste e sobre a Paraíba e poder planejar as aulas e o estágio docente a partir dos temas concernentes à nossa realidade. Estudava as questões locais com os professores da Escola de Agronomia; informava-se sobre a cultura e a industrialização do sisal; atentava para as questões econômicas da região. Quando foi feito o Anel do Brejo que asfaltou as estradas vicinais a Areia, ela articulou-se com os engenheiros e técnicos da construtora Camargo Correa, que deram aula no colégio sobre o processo de abertura e pavimentação da rodovia. Ela ali, perguntando, apoiando as alunas, estimulando-as a serem educadoras. As alunas felizes com a presença masculina, serviram um lanche aos “professores” ao final da aula. Isto ocorreu quando minhas filhas eram alunas.

No meu tempo, a gente rezava muito. No início do dia, nos intervalos das aulas e na saída. Procurávamos viver em estado de graça. Além da missa dominical e da confissão e comunhão semanal e, especificamente, nas primeiras quinta e sexta feiras de cada mês, tínhamos a devoção mariana e a festa de Santa Rita no mês de maio, a festa de “Corpus Christi” no mês de junho, a festa de São Francisco em outubro, e todos os anos havia retiro espiritual. Havia, ainda, a possibilidade de participar de outros eventos religiosos. Da turma pioneira, eu era a presidente da Pia União das Filhas de Maria e Auri Mesquita era a secretária.

Na classe, para dar a lição, nós tínhamos que ficar de pé, com os braços cruzados à frente do corpo ou para trás, e responder a arguição sobre o ponto do dia, falando em tom suave, mas audível. Não eram admitidos risos exagerados nem gritos. A farda tinha que estar impecavelmente limpa. Era exigido um silêncio de monastério, que vez ou outra era sutilmente transgredido. As mais tagarelas da turma pioneira eram Neusa Rodrigues e Vivian Barreto.

Embora Areia tivesse tradição na música, nas letras e nas artes, o Colégio trouxe para a cidade uma erudição que a Paraíba não experimentava. Eu, que sempre fui envolvida nas solenidades, testemunhei e compartilhei a riqueza artística e estética que o colégio oferecia. Uma vez toquei para um visitante do sul do Brasil e ele disse: “Este colégio é um pedacinho da Europa no Nordeste do Brasil”. Todos os finais de ano, os figurões de Areia e de outras localidades compareciam às festas do colégio para paraninftar turmas, ou como integrantes da comitiva do Governo do Estado, ou ainda para conhecer o colégio, pensando na educação das suas filhas.

Até hoje eu guardo na memória o encantamento e a emoção que vi no semblante de Juarez Távora, militar que se havia destacado como líder do Movimento Tenentista de 1924, como chefe militar da Revolução de 1930 no Nordeste, e como ministro no primeiro governo de Getúlio Vargas, a quem depois fez oposição. Chegou até a ser candidato à presidência da República em 1955, mas perdeu para Juscelino. Ele ficou impressionado com o nível artístico da festa a que assistiu no colégio. Executávamos Shubert, Tchaikovsky, Bethowen, Mozart, Brahms, Simonetti, Bach, Hendel, Wagner...

As famílias se preparavam para aqueles momentos com o melhor vestido e o melhor sapato, inclusive para as festas religiosas na capela do colégio. As mais solenes eram o Mês de Maria e a Primeira Eucaristia. Havia muita vaidade e competição em relação ao vestido a ser usado nesta ocasião. As mães primavam para que o vestido de sua filha superasse o das

demais, em riqueza e beleza. Em face disto, depois de anos de competição, a veste foi unificada: túnica branca, coroa de flores brancas na cabeça das meninas, terço, adoremus e uma vela branca com laço de fita em que apareciam pintados os símbolos eucarísticos. Para os meninos, este laço era amarrado no braço, sobre a manga da camisa branca. Mesmo assim, havia ainda diferenciações: terço comum, de prata ou de ouro. O laço dos meus filhos e filhas foi pintado pela madre Rafaela, nossa professora de Artes. Aquelas festas mobilizavam uma contrição, um fervor que serviam de alimento para o nosso espírito, de modo que nos encaminhavam para sermos pessoas do bem. Também a minha festa de formatura foi um evento marcante para as concluintes e para as mães, que entregavam à comunidade, as primeiras professoras que haviam formado.



*Ilustração 43 – Beatriz Perazzo Barbosa
Fonte: Arquivo da autora.*

Para moça direita, namoro naquele tempo, só à distância. Nós ficávamos nas janelas do sobrado e os pretendentes passando na calçada e olhando para cima. Papai e mamãe davam conta de tudo: “Tem um rapaz passeando muito aí em frente”. Era Lauro, com quem me casei em 1947. Sílvia, minha irmã casou com Abel, irmão de Lauro. Dois irmãos, casados com duas irmãs. Todos os genros de papai foram agrônomos. Eleonora casou com Diniz Xavier de Andrade, professor da Escola de Agronomia, que mais tarde assumiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Marilda, casou com Iran Tavares Cavalcanti agrônomo do Banco do Brasil. Todas as filhas de papai estudaram música. Eleonora (Ely) tocava piano, eu toco violino, Silvia toca piano e é compositora musical e poetisa. De nós quatro, é a mais “italiana”. Marilda também tocava piano.

Meu casamento foi muito simples, mas tive um enxoval requintado. Guardo até hoje a guarnição que foi usada no dia do meu casamento. É esta, de linho branco aberto em rechilieu, crivo, ponto cheio e labirinto, bordada por Prudência, a melhor bordadeira da cidade. Esse terno tem sessenta e quatro anos e só é usado em ocasiões especiais.

Nosso primeiro lar foi à casa da minha sogra, no Engenho Cepilho, onde morei por dez anos porque minha sogra era portadora de uma doença degenerativa severa e Lauro não queria deixá-la. Eu compreendi aquela situação e só deixei o engenho quando as crianças alcançaram a idade escolar, o que exigiu a minha instalação na cidade. A partir de então, minhas atribuições foram se tornando cada vez mais urbanas, mas voltávamos ao engenho todos os fins de semana.

Entre a família e o colégio, eu me estruturei como pessoa sob a influência da cultura brasileira-nordestina, pelo lado materno; da cultura italiana, pelo lado paterno; e da cultura alemã, pela educação recebida no Colégio Santa Rita. Estas três fontes me passaram valores inextinguíveis. Mesmo quando deixei de ser aluna, continuei vinculada ao colégio através da música e da educação dos meus filhos e filhas. Vânia, minha primogênita, estudou lá da alfabetização ao magistério. Tornou-se agrônoma, com doutorado em Botânica e hoje é cineasta. Esta paixão, herdou do avô, que a levava ao cinema desde os dois anos de idade. Meus filhos homens, Leonardo, Homero e Américo Neto, fizeram no colégio só o primário que era o único curso oferecido ao sexo masculino. Leonardo é engenheiro civil, formado pela Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, onde mora. Homero e Américo Neto seguiram a carreira do pai e se tornaram professores no Curso de Agronomia. Eleonora, a caçula das mulheres, entrou no colégio para a alfabetização, mas casou-se com um agrônomo antes de concluir os estudos oferecidos pelo colégio e foi morar em Piracicaba/SP,

onde prosseguiu nos estudos, e hoje trabalha com deficientes pelo governo do Estado da Paraíba como assistente social. Todos foram iniciados na música. Vânia, no piano e no violão; Eleonora, no piano; Homero, estudou acordeom. De modo geral, todos educaram o ouvido para apreciar a música erudita.

Sou privilegiada desde o berço e pela formação que recebi no colégio. A principal herança das alemãs sobre a minha personalidade foi o impulso para eu começar sempre. Fiz o Curso de Pedagogia em Campina Grande, habilitando-me em Supervisão. Contratada pelo Estado, fui uma profissional sempre presente na educação do município de Areia. Fui Supervisora do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) desde o tempo do primeiro Coordenador Estadual, Juarez Carvalho. Coordenei o Programa POLONORDESTE, resultado de um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos, que oferecia o ensino primário aos camponeses, abrangendo quinze municípios do Brejo Paraibano, com escola e residência para o professor, na zona rural. Com o fim deste convênio, continuei na Supervisão Escolar, zelando pelas escolas e pela capacitação das professoras, com vistas a uma melhor educação para as crianças areienses. Como eu detinha um conhecimento erudito em relação ao meu campo profissional, fiz um esforço pessoal para me acostumar à realidade da educação popular.

O que posso dizer do que fiz como educadora? Deixei a minha marca pessoal de responsabilidade, persistência e dedicação à causa da educação no município de Areia.

Hoje, viúva, aposentada, com filhos e netos criados e bisnetos crescendo, dedico-me à loja que foi de meus pais. Faço isto como um culto a sua memória e vou continuando a viver. A loja me dá oportunidade de fazer amigos e amigas. Às vezes, digo que a loja é a minha sala de visitas. Minhas filhas queriam que eu fosse morar em João Pessoa. Não quis, porque passaria a depender de outras pessoas. Aqui, tenho à minha porta, o banco, o supermercado, a igreja, as empregadas. É nesta cidade e nesta loja que estão concentradas as lembranças de um tempo que foi muito bom.

As heranças mais fortes que o colégio me deixou, foram a religiosidade, a força para continuar a vida e o gosto pela música erudita. A música enchia a minha alma e eu não desejava nada além. Tínhamos proximidade com políticos importantes como Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo, mas gostávamos mais da arte do que da política e primávamos também pela união da família. E, para isto, o colégio nos passou ensinamentos valiosíssimos. Não me recordo de falhas que pudessem desmerecer aquela educação. Se para mim foi importante ser aluna, muito maior privilégio tive ao entregar minha prole aos cuidados

pedagógicos das freiras franciscanas, com irrestrita confiança. Hoje, meus filhos e filhas me dão muitas alegrias.

Acho importante não apenas olhar à frente. É preciso não perder o eixo que nos estruturou. Em uma viagem que fiz com as minhas filhas à Europa, para reconhecer nossas raízes, visitamos o Palácio dos Guimaraes em Portugal de onde vem a família de mamãe. Visitamos também a região da Itália, de onde vieram os ancestrais de papai e ainda tivemos a alegria de reviver também o tempo de colégio, pois encontramos a madre Ildefonsa que era, naquele período, cicerone no Vaticano. Só cometi um delito: deixei o violino. Mas a vida é assim mesmo. Com o passar dos anos, vamos deixando algumas atividades e incorporando outras.

6.1.1 Educação estética e visibilidade feminina

Beatriz inicia sua história falando da *nona* Eleonora Appratto, “*uma mulher forte*”, que comandou as propriedades da família situadas ao entorno de Areia e confrontou a lei em defesa da prole, tornando-se um ícone que tem seu nome reeditado a cada geração descendente. Seu carisma transparecia através das fotos, forma pela qual seu casamento foi ajustado. Contudo, sua projeção não se constituiu a partir de valores femininos, senão pela interseção de um conjunto de forças de inspiração patriarcal que perpassam as categorias gênero, sexo e classe social: viúva, passou a ser o “homem da casa”; moralmente impelida a viver para os filhos e através dos filhos, renunciou à vida afetivo-sexual em favor da prole, preservando-a da intrusão de um padrasto e evitando a divisão dos bens materiais. Sua história expressa claramente que a materialidade do corpo é indissociável das normas regulatórias da cultura em que ele se encontra inserido (BUTLER, 2001).

Professor Américo, pai de Beatriz é por ela evocado como um “homem versátil” que projetou seus conhecimentos e habilidades na educação, no comércio, na indústria, na política e na vida social areiense. Tal versatilidade é reportada por Mello (2007, p. 158), que o menciona como “uma espécie de oráculo de Areia”. Já sua mãe, dona Cícera, era para Beatriz “*uma mulher múltipla*”, que desde a segunda década do século XX tinha visibilidade pública em função da sua atuação na casa comercial da família e na Matriz da Conceição como cantora e instrumentista. A música funcionou na família como um atavismo através do qual as Perazzo seriam identificadas: sua mãe tocava harmônio, violino e violão; as três irmãs

tocavam piano e uma delas compõe música; as duas filhas são pianistas e os três filhos foram iniciados no piano e no acordeom.

Beatriz se iniciou musicalmente com as franciscanas alemãs, no violino, instrumento surreal, assimilado por seletíssimo grupo da sociedade areiense, o que, naquele tempo, imprimia ao ofício um caráter quase sublime e à instrumentista, uma aura de excepcionalidade. Foi com o violino que Beatriz marcou presença em todas as festas ao longo do seu tempo de aluna e dos vinte e cinco anos em que foi monitora no colégio. Foi executando Wagner que ela emocionou o tenentista e presidenciável Juarez Távora e tantos outros ilustrados que consideravam ser o colégio “*um pedacinho da Europa no Nordeste do Brasil*”. A música a preenchia de tal forma que “*não desejava nada além*”.

Refere-se à educação do colégio como um privilégio para si, para seus filhos e para suas filhas que estudaram piano, cuja aquisição na Alemanha foi mediada pelas franciscanas. Considerado um instrumento refinado e moralmente adequado às moças, o piano imprimia elevada reputação e demonstrava uma esmerada educação, permitindo às moças concorrerem a casamentos vantajosos (RITZKAT, 2007).

Estudos sociológicos mostram que a cultura do piano através das preceptoras e das congregações religiosas, no Brasil, extrapolou sua funcionalidade como objeto, para torná-lo um comunicador da cultura e do prestígio germânico, um instrumento determinante de novos estilos de convivência, um adjutor na sublimação dos impulsos, um mecanismo de visibilidade às mulheres que não constituía ameaça à sua reputação nem à proeminência masculina. Na Areia do século XX, como em numerosas casas do Brasil desde o século XIX, o piano “tornou-se uma espécie de rei – de sujeito, portanto, além de objeto – de salas-de-visitas ou de salas-de-música. Símbolo de *status* social, senão sempre alto, médio, burguês” (FREIRE, 1971, p. 15).

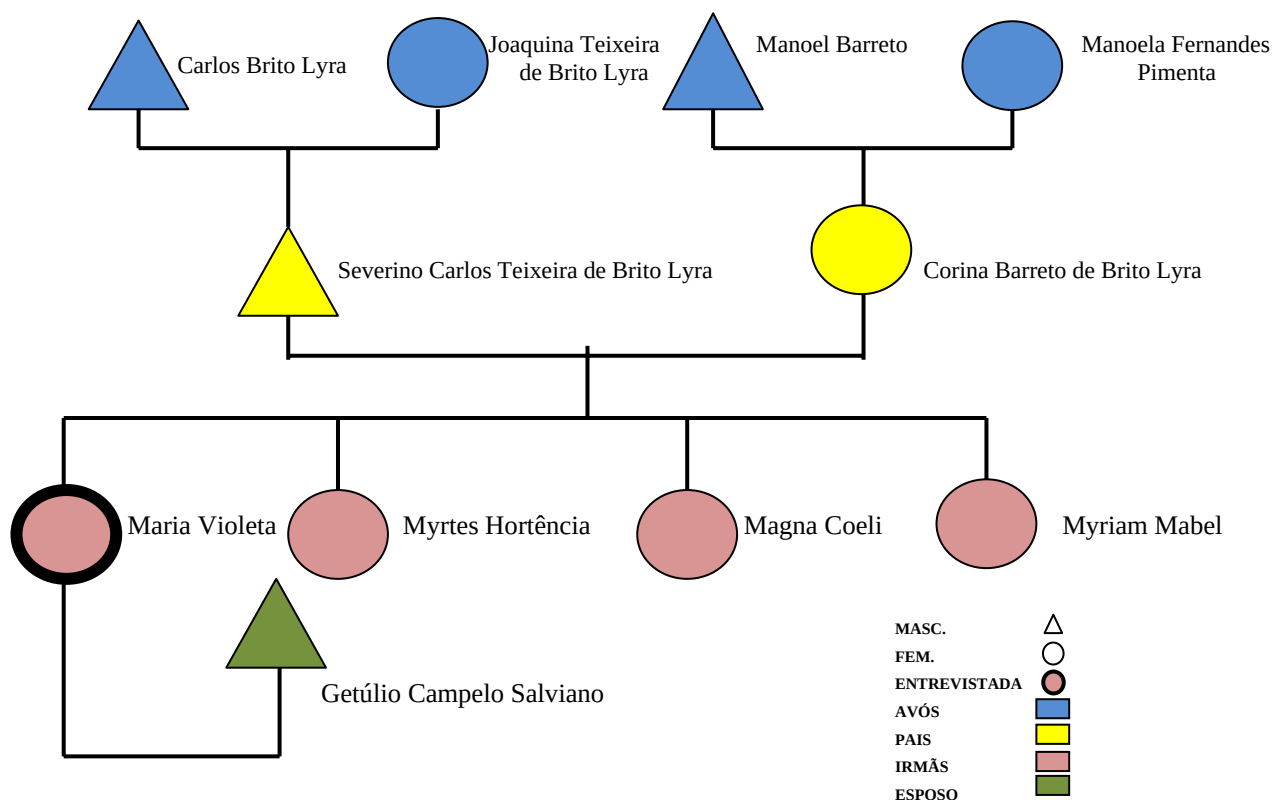
Possuíam piano alemão em Areia, as famílias: Almeida, Almeida Gondim, Henriques Pontes, Perazzo Gondim, Perazzo Appratto, Brito Lyra, Chianca, Medeiros, Cesar Xavier, Gouveia, Queiroz Teixeira, Jardelino Costa, Silva, Martins de Abreu, Sobreira Lira, França Andrade, Sampaio e Moreira Leal¹³². Número considerável, já que os mais abastados pontuavam duas minúsculas ruas e a pequena vila da Escola de Agronomia.

Não obstante o valor da música como elemento educativo, a maneira como foi instrumentalizada no colégio transformou-a em um distintivo de posição social, um privilégio

¹³² Evocamos o nome destas famílias com a participação do casal Antônio W. de Almeida Gondim e Maria do Rosário Costa Gondim, e confirmamos a matrícula de membros destas famílias nos cursos de música oferecidos pelo Colégio Santa Rita.

para as moças, cujos pais podiam custear as aulas e o instrumento. Uma prática que propiciava a exibição e o aplauso, que convergia admiradores, abrindo distâncias entre as classes sociais e aumentando as desigualdades entre as alunas no interior do colégio.

Ao lado da religiosidade e da coragem para recomeçar sempre, o gosto pela música erudita é para Beatriz a grande herança do colégio. Foi com esta marca identitária erudita que Beatriz supervisionou a educação popular ministrada pela Prefeitura Municipal e, particularmente, nos convênios com o MOBRAL e com o Projeto POLONORDESTE, na zona rural do município de Areia, universos diametralmente opostos à sua formação e realidade de vida.

6.2 MARIA VIOLETA DE BRITO LYRA SALVIANO¹³³

Sou a primeira de uma prole inteiramente feminina. Todas nós recebemos nomes compostos iniciados com a letra “M”. Eu e Myrtes recebemos nomes de flores: Maria Violeta e Myrtes Hortência. As outras são: Magna Coeli e Myriam Mabel. Acho que o nome que recebemos tem relação com os nossos atributos. Encerra um potencial que vai sendo construído e revelado na dinâmica dos acontecimentos da nossa vida e remete a um simbolismo. No meu caso, Maria significa soberana e Violeta remete a modéstia. A altivez que sempre me foi atribuída faz contraponto com uma grande simplicidade. Sou uma pessoa simples. Papai era um agropecuarista que veio a tornar-se líder político. Durante certo tempo foi também industrial. Minha mãe era costureira. Costurava para as famílias bem situadas de Areia e para as quatro filhas, que vestia com esmero. O trabalho foi um grande exemplo que tive desde tenra idade, e me vem à memória na imagem de um pai austero, muito

¹³³ Aluna do Colégio Santa Rita de 1938-1941 (Curso Normal Livre) e de 1950-1952 (Curso Colegial Normal)
Regime de estudo: externato
História narrada em: 29 abr. 2010; 04 mai. 2010; 01 jun. 2010.
Endereço atual: Rua Santos Coelho Neto, 200 – Manaíra – João Pessoa/PB – CEP: 58.038-450

exigente, sempre vestido de branco por um gosto pessoal que o distinguia socialmente, e de uma mãe tão laboriosa quanto receptiva e acolhedora, distinta mesmo, por seus modos suaves.

Fui alfabetizada por mamãe e por dona Lourdes, uma professora que nos ensinava em casa. Quando entrei no Colégio Santa Rita, já dominava os saberes elementares. Morávamos em uma casa muito ampla e ajardinada, na Rua Pedro Américo. Ali mesmo, abri os olhos para o mundo, no contato com realidades sociais diversas: os amigos de papai, as clientes de mamãe e a gente simples das nossas terras e da cidade, a quem meus pais ajudavam.

No Colégio, além do estudo seriado, mamãe me matriculou na música. Iniciei-me no violino com a madre Inviolata, uma verdadeira artista. Quando relembro meus anos de colégio, a minha evocação mais terna está sempre referenciada a ela, que me tinha afeição e me ensinava a puxar as notas do violino até a perfeição. Apesar de serem muito rigorosas, eu acho que, por estarem distanciadas dos seus entes queridos, as mães tinham necessidade de construir laços de afeição. Eu sempre preferi a música aos trabalhos de agulha, mas esta preferência nunca me isentou de cumprir, com cuidado, as tarefas manuais da madre Trautlinde.

Com a minha personalidade não me era possível passar despercebida. Sempre tive uma maneira particular de ser e cheguei a transgredir algumas vezes. Meus pais foram notificados e eu fui repreendida no colégio e em casa, mas as transgressões eram raras, pois o sistema disciplinar do colégio era preventivo e eu já estava habituada a certa disciplina, pelo rigor da educação doméstica. Quando papai chegava das fazendas, nós tínhamos de estar estudando, ou com as tarefas feitas e as lições na ponta da língua, impecáveis, para tomarmos a refeição.

Tão logo as mães ofereceram o estudo particular de língua estrangeira, mamãe achou importante que eu aprendesse alemão. Passei a estudar em particular com a madre Ildefonsa. Muito mais tarde, depois do curso superior, já como diretora do Colégio Estadual Ministro José Américo de Almeida, eu tomava aulas com a alemã Hanelore Partelli (Irmã Simone), para não esquecer o idioma. Sempre voltei ao Santa Rita com especial satisfação, que encontrava reciprocidade da parte das minhas mestras, para paraninftar turmas concluintes, para visitas e palestras. Lá, também fui professora de história. Por ocasião da festa dos quarenta anos da chegada das irmãs ao Brasil, fui escolhida para discursar em nome das ex-alunas do colégio. O mais admirável da parte das mães foi a adaptação, ao deixarem seu solo pátrio, os ares da sua infância, seus entes queridos, a sua bandeira, para

ensinar-nos a amar a nossa. Fizeram de cada aluna, além de boas cristãs, boas patriotas, ensinando-nos os caminhos de Deus, os caminhos dos homens e o sentimento cívico. Nada do que aprendi alhures, superou a formação que recebi no colégio. O privilégio de haver recebido aquela educação me levou a saber honrar o exemplo das mestras.

Nossa educação no colégio era erudita, diferente da instrução oferecida nas demais escolas. Todo o ensino era ministrado em um nível altíssimo, mas eu nunca temi as avaliações, que eram muito rigorosas, porque aprendia com facilidade e cumpria obrigatoriamente um horário de estudo em casa. Cursei o Normal Livre de 1938 a 1941 e obtive, ao longo do curso, aprovações com distinção e aprovações plenas. No curso Colegial Normal, de 1950 a 1952, não fiz por menos.

A freira que eu mais temia era a madre Carolina, mas este temor referia-se à questão do comportamento. Ela não admitia o menor sussurro depois do toque do sino, na fila, na escada, na sala de aula, na capela. Eu nunca fui muito calada. Era muito ativa e gostava de falar, mas não era por desrespeito, apenas arroubos da juventude.

No Curso Normal, a professora que serviu de modelo para minha vida profissional foi a madre Iluminaris. Sob a severidade do seu comando, íamos ganhando sua confiança à medida que íamos amadurecendo e nos profissionalizando. Naquela época, as normalistas povoavam os sonhos dos rapazes. Mas uma normalista de Areia era diferenciada. Educada por freiras européias – alemãs, portavam as melhores qualificações para o que delas se esperava como esposas, mães e profissionais: educação no temor a Deus, no espírito franciscano, e na erudição. Além da instrução, sabiam música, canto, poesia, prendas domésticas e podiam ganhar dinheiro com o ensino, tarefa nobre que atendia às necessidades da pátria e satisfazia às aspirações dos pais e esposos.

Minha irmã Myriam Mabel casou com Jonas Leite Chaves, paraibano de Itaporanga, formado pela Escola de Agronomia, que no governo de João Agripino foi deputado, líder do governo e Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba. Em outra gestão, foi também Secretário de Estado, além de jornalista e professor universitário. Myrtes Hortência casou com Saulo Assis Pereira de Melo, agrônomo e professor da Escola de Agronomia do Nordeste. Magna Coeli casou com Edelizito Branco de Melo agropecuarista da região pernambucana de Garanhuns, também formado em Agronomia.

Na paixão de conhecer que experimentava em minha juventude, eu gostava das práticas de ensino, e me encantava muito mais com as matérias que falavam do Brasil. Por isto, no Curso Superior, escolhi História e Geografia. Meu acesso à universidade, no Recife,

foi tranqüilo, pela qualidade do ensino de Areia. Já moça feita, pude me expandir mais. Frequentei a escola de aviação, tirei o brevet e pilotei aeronave durante vários anos, como um esporte, um gozo para o meu espírito ávido de conquistas. Uma proeza, em se tratando de uma moça, naquela época, início da década de 1950. Foi neste tempo que conheci o advogado Getúlio Campelo Salviano, com quem me casei. Nosso namoro foi muito simples, muito discreto, como convinha a uma moça da minha época, do meu meio e com a minha formação.

Além do exemplo de mamãe, madre Ildefonsa me havia dado leves noções sobre os costumes. Getúlio e papai se entenderam muito bem e como fez com todos os genros, papai doou-lhe uma propriedade e um rebanho em torno de duzentas cabeças de gado. Ao retornar do Recife, a normalista violinista, bem criada e bem educada, era, agora, graduada, aviadora e noiva de um bacharel em direito. Após o casamento, fixamos residência em Garanhuns, município próximo da Comarca em que Getúlio atuava e onde eu ensinei no Colégio Americano XV de Novembro e no Colégio Santa Sofia, onde me distingi como educadora pela formação recebida no Colégio Santa Rita. Em 1960, Getúlio assumiu, por concurso, o cargo de Promotor de Justiça em Areia, tendo sido aposentado como Procurador de Justiça, em 1997. Ainda hoje é atuante no órgão de sua categoria, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PB.

Retornando a Areia, pude servir a minha comunidade como educadora. Em 1961, recebi do Ministério da Educação, através do Deputado Federal Plínio Lemos, a missão de trabalhar na Campanha de Erradicação do Analfabetismo por meio da qual instalei várias escolas na zona rural. Também na periferia da cidade, havia crianças que não estudavam e eu empreendi uma pesquisa para saber a razão. Era a impossibilidade de comprar a farda exigida nos grupos escolares. Solicitei verba do Ministério da Educação através do deputado federal Plínio Lemos e construí o Grupo Escolar Monsenhor João Coutinho para 418 crianças carentes, sem a exigência da farda. Tirar aquelas crianças da escuridão do analfabetismo foi muito importante para mim, mas muitas pessoas concorreram para aquela realização, inclusive as freiras alemãs, através do ensinamento franciscano de amor e serviço ao próximo. Dirigi este grupo até 1964, quando era governador Pedro Moreno Gondim.

Àquela altura, o Ginásio Coelho Lisboa, destinado ao sexo masculino em regime de internato e externato, apresentava considerável declínio nas matrículas. Por projeto do Deputado Jonas Leite Chaves, saneamos o problema com a estadualização do educandário, já no Governo João Agripino Filho (1966 – 1971). Convidada para assumir a direção,

encontrei uma matrícula de 286 alunos que consegui ampliar, imprimindo qualidade ao ensino e implantando o curso científico. Em 1975, quando deixei a direção do colégio, registrava-se uma matrícula de 1300 alunos em regime de externato e co-educação. Desta época, tenho belas recordações. Eu tinha um pulso muito forte, muita vitalidade, a confiança das pessoas que estavam sob meu comando e me senti útil à família areiense.

Esta determinação, que era própria do meu espírito, encontrou reforço no exemplo das freiras alemãs. Na direção do Colégio Estadual, coloquei em prática o que aprendera no Colégio Santa Rita. Nunca deixei de cumprir o calendário cívico-religioso, celebrando inclusive a páscoa no colégio juntamente com a paróquia e toda a comunidade escolar. Falava diariamente aos alunos, na formação, antes de entrarem nas salas de aula e aos mestres, na sala dos professores. Tive a satisfação de compartilhar com o corpo docente escolhido pelo critério da capacidade, os maiores índices de ascensão de egressos de colégio público aos cursos superiores oferecidos na década de 1965 – 1975. O modelo de educação e de disciplina que juntamente com minha equipe consegui efetivar no Colégio Estadual, no esforço para fazer todas as coisas o melhor possível, devo à educação que recebi das franciscanas alemãs.

Paralelamente ao meu trabalho como educadora, ingressei na militância política, coordenando com mamãe os trabalhos da casa por ocasião das reuniões e apoiando papai nas articulações que se faziam necessárias, ajudando a eleger prefeitos, deputados, governadores e senadores pela Aliança Renovadora Nacional. Visitava as famílias apresentando o programa dos candidatos, arregimentava o pessoal para trabalhar pelo partido, subia nos palanques e fazia discursos ao lado de papai e dos políticos mais eminentes do Estado e do Legislativo Federal. Pela inserção política consegui benefícios para Areia nas áreas da educação e do serviço social. Consegui também a colocação de muitos pais e mães de família e de jovens professores e professoras no quadro do funcionalismo Estadual, para prestarem serviços em Areia. Nos dez anos em que assumi a direção do colégio, construí salas de aula, auditório, cantina, área coberta, quadra de esportes, e equipei o colégio inteiramente.

No governo de Ivan Bechara Sobreira (1975 – 1979), assumi a pasta do Trabalho e Serviços Sociais, fazendo uma gestão exitosa porque tinha paixão pelo trabalho e apoio irrestrito do governador. Tão logo recebi o convite, por intermédio e a conselho do Ministro José Américo de Almeida, procurei capacitar-me para o cargo com a coordenadora do curso de Serviço Social da UFPB, de quem absorvi as diretrizes para o trabalho nos padrões

acadêmicos postulados. Formei uma equipe de alta qualificação e dinamizei os quatro departamentos da Secretaria: o da Administração, o do Trabalho, o do Menor e o do Serviço Social.



Ilustração 45 - Maria Violeta de Brito Lyra Salviano - Secretária do Trabalho e Serviços Sociais/ PB
Fonte: Arquivo da entrevistada

De 1975 a 1979, Areia esteve no foco das minhas preocupações: no trabalho de prevenção à marginalização de adolescentes, a quem destinei muitos dos quinhentos e setenta cursos profissionalizantes, ministrados em 73 municípios do Estado, por meio da Secretaria que comandeí. Incluí Areia entre os municípios que receberam Núcleos da Fundação do Bem-Estar do Menor Carente, que na minha gestão assistiu a cerca de dez mil menores. Elegi Areia também como um dos dez municípios contemplados com a construção de Centros Sociais Urbanos destinados à promoção das classes menos favorecidas e ao desenvolvimento comunitário. Nunca tive dificuldade em me comunicar com o povo. Ia ao seu encontro, escutava os seus problemas e acolhia seus pleitos na medida do possível. Desenvolvi esta capacidade desde a infância, no exemplo dos meus pais.

Todas as minhas irmãs estudaram no Colégio Santa Rita, mas nenhuma delas trabalhou fora do lar. Fui a única da família a conquistar o espaço público e em posições que eram atribuídas aos homens, aqui na Paraíba. Fui pioneira como Secretária de Estado, em um secretariado totalmente masculino, à exceção da minha pessoa, tendo sido proclamada “Personalidade 1975”, outorgada pelo Jornal Correio da Paraíba, por minha atuação na

Secretaria. Fui “Secretária do Ano” em 1978 pela Imprensa Paraibana com acento na Casa de Epitácio Pessoa. Como referência deste período da minha vida profissional, publiquei a obra “Abordagem de uma Política de Promoção do Homem” (1975-1979). As palavras que pronunciei em meu discurso de posse acerca do que projetava realizar, pude confirmar, com serenidade de consciência, no discurso de transmissão do cargo, em 1979:

Obrigada Senhor, pelas responsabilidades que me destes, pelos problemas que me afligiram, pelas compreensões e incompreensões; pelas dores que minorei; pelas crianças que vi sorrir; pelos pais que vi trabalhar; pelos jovens que pude ajustar. Obrigado por tudo e, sobretudo Senhor, pela força que me destes para cumprir o meu dever.¹³⁴

Ao deixar a Secretaria continuei trabalhando pelo meu Estado na Delegacia do Ministério da Educação, onde também procurei me capacitar para melhor desempenhar minhas funções. Viajei em férias para Blaubeuren, onde recebi bolsa do governo alemão para conhecer Educação e Trabalho do sul ao norte do país: quinze dias em Göppingen, quinze dias em Karlsruhe, vinte e um dias em Frankfurt e vinte e um dias em Berlim. Através do Arbeitsamt (Instituto Federal do Trabalho), pude constatar a importância da profissionalização a nível médio para o progresso da Alemanha, enquanto aqui, no Brasil, todo o estudo era propedêutico ao nível superior, resultando em um desastroso divórcio entre o sistema educacional e o mercado de trabalho.

Aposentei-me em 1989, mas permaneci vinculada às questões educacionais, artísticas e sociais da minha terra. Entre 1992 e 1994, organizei e coordenei três Festivais de Arte no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, onde os areenses puderam mostrar a pujança cultural da nossa terra. Atuei também em favor da terceira idade, abrindo espaços para sua inserção e valorização nas atividades cívicas e culturais como os desfiles de Sete de Setembro, inserindo-me também no pelotão das pessoas idosas.

Em 1995-1996, na maturidade da minha vida profissional, assumi a presidência da Fundação Casa de José Américo, a convite do Governador Antonio Marques Mariz, onde desenvolvi um trabalho muito gratificante. Elaborei quatro projetos para a Casa, todos aprovados pelo Ministério da Cultura. Com a morte do governador no segundo ano do seu mandato, coloquei meu cargo à disposição do seu sucessor. Quando fui substituída, o General Reynaldo Melo de Almeida, filho de José Américo, lamentou a decisão através de carta endereçada a minha pessoa, em que ressalta a minha honestidade, competência, zelo à

¹³⁴ Fragmento do discurso de transmissão da pasta da Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais disponibilizado por Maria Violeta e por seu esposo, Getúlio Campelo Salviano.

memória de Areia, expressando, em nome dos Almeidas, sua gratidão pelo meu devotamento como presidenta da Fundação. Com o numerário a que fiz jus, através do meu trabalho, por meus méritos e pela base intelectual e moral que obtive dos meus pais e das freiras alemãs do Colégio Santa Rita, mantive o padrão econômico que trouxe do berço. Mas, o maior patrimônio que o colégio me deu foram a religiosidade e os princípios morais. Munida destes valores, eu pude direcionar o meu conhecimento em favor da causa pública e da minha realização.

Durante boa parte do século XX, estivemos articulados à política partidária, com influência na representação política, a nível legislativo estadual e federal e executivo estadual e municipal, mas nunca disputei eleições, embora tenha sido abordada para isso por políticos importantes que enxergaram em mim esta capacidade. Por consenso entre os políticos e os meus familiares, pude servir à Paraíba e a Areia em posições de comando, no âmbito da educação, da cultura e do serviço social. Terminada minha jornada profissional, sinto-me apaziguada, consciente de que cumpri meu dever. Não conheci sucesso sem trabalho e sem obstáculos, porém, nunca os temi. Antes tomei os desafios como instrumentos de elevação moral e espiritual. Dedico-me hoje a apreciar a boa leitura e a cultivar o espírito.

E depois disto tudo, eu me pergunto: o que mais me gratificou? Foi tudo. Mas, em especial, os dez anos que dediquei ao Colégio Estadual de Areia. Ali, preparávamos os alunos para a vida, ensinando-os a amar a Deus, a reverenciar a pátria, a respeitar a família. E o que há de mais importante do que ensinar e educar seres humanos que procuram caminhos e que amanhã transmitirão o seu saber aos que estão por vir? Esta é a missão mais nobre.

Das realizações que pude testemunhar e compartilhar em Areia ao longo do século XX, as maiores foram a Escola de Agronomia do Nordeste (atualmente Universidade Federal da Paraíba), pelo saudoso José Américo de Almeida, em quem sempre me inspirei; a obra religiosa, educacional e social do Cônego Ruy Barreira Vieira, pároco de Areia do final da década de 1940 até os anos 1990; e o Colégio Santa Rita que está a merecer a atenção do Estado, nestes tempos em que não se valoriza, como outrora, o ensino religioso.

Hoje, agradeço a Deus a oportunidade que me deu, agradeço a todos os que me ajudaram na missão, e envio para as centenas e milhares de alunos que passaram pelas minhas mãos, estejam onde estiverem, uma palavra de saudade e um pedido: trabalhem e lutem pela nossa terra. Ela é mãe. Mãe dos que nela nasceram, e, em certo sentido, mãe da Paraíba, já que areienses engrandeceram o Estado e só no campo da política comandaram

os destinos da Paraíba por dezesseis vezes, nas pessoas de Bento Correia Lima, Trajano Chacon, José da Costa Machado, Evaristo Gouveia, Álvaro Machado, Walfredo Leal, João Machado e José Américo de Almeida. Mesmo em João Pessoa, continuo a amar Areia, terra onde nasci, terra das minhas origens, e ao colégio, onde me instruí e me iniciei como profissional.

6.2.1 Educação feminina e carreira profissional

É interessante observar que, já nos anos 1950, quando o capital intelectual e moral das nubentes secundarizava e até suplantava o capital econômico representado no **dote**, adotado para satisfação dos encargos do matrimônio e para a estatização da pirâmide social, o pai de Maria Violeta não negligenciou este costume. Como nubente, a Violeta primaveril exibia, além dos predicados morais arraigados na família e burilados pela educação alemã, um diploma de curso superior. No caso, seu dote depunha sobre a projeção da família, mas também sobre o cuidado dos pais para que sua filha entrasse na vida matrimonial de forma autônoma, “sem favor”, equiparando-se, no quesito econômico, ao cônjuge.

Não tendo irmãos homens, Maria Violeta tornou-se assistente prestimosa do pai, como ocorria ordinariamente com as primogênitass. Envolveu-se na política pela via familiar, fato que não a desabonava em relação ao sexo masculino, cujo ingresso também se dava pelos esquemas partidários familiares. Contava com a influência do nome de família tanto pela linha paterna, quanto materna, e com representatividade política e densidade eleitoral por parte do pai latifundiário, prestigiado em instâncias elevadas do poder político. Possuía também um capital pessoal por sua liderança, competência, assertividade e amor ao trabalho; e um capital social, decorrente da função de educadora através da qual prestou substantiva contribuição à população areiense. Preencheu os clarões no âmbito da educação, com oferta instrucional pública a nível primário e médio, profissionalização, cultura e cuidado humano da infância à velhice, e granjeou colocações nos quadros do Estado para muitas pessoas, fazendo, por sua terra, bem mais do que muitos que exerceram mandato como legisladores e executivos eleitos por Areia.

Entre os anos 1940-1980, período em que Maria Violeta foi mais produtiva e a sua família era politicamente influente, a presença feminina na política formal em Areia era inexistente e, para muitas pessoas, inadmissível. Na Paraíba, a primeira mulher deputada foi

Vani Braga, irmã do então governador Wilson Braga, eleita em 1982. Mesmo presentemente, quando os partidos têm obrigação de destinar 30% de suas candidaturas às mulheres, que representam mais da metade dos eleitores do país, e na Paraíba equivalem a 52,75% dos votantes, a representação feminina é mínima, e suas bandeiras de luta não apresentam soluções inovadoras, servindo na maioria dos casos para salvaguardar o esquema político patriarcal.

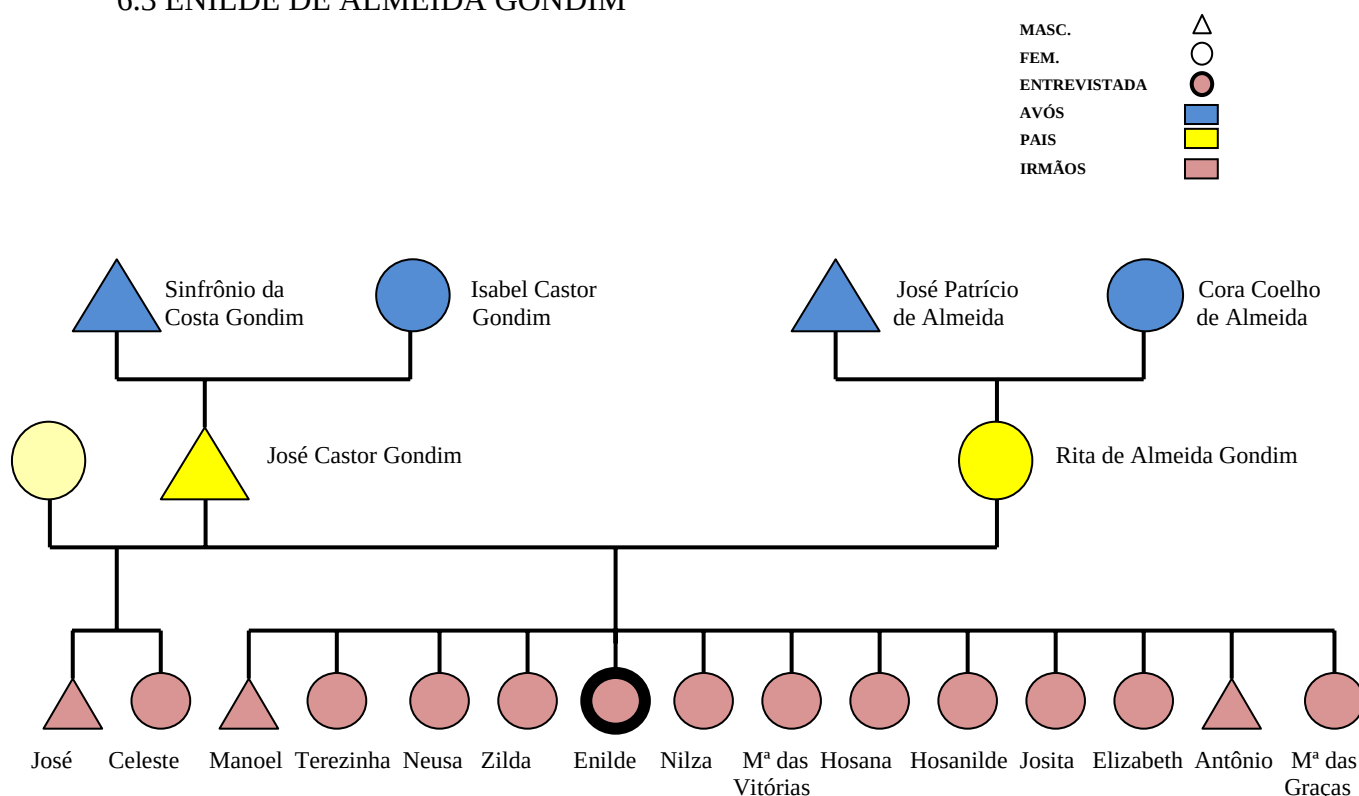
Tomando-se como exemplo o Parlamento Estadual, no atual mandato (2007-2010), as mulheres ocupam 04 cadeiras, ou seja, 11,1% do total de vagas, que somam 36. Para o executivo municipal, no mandato em curso (2009-2012,) as mulheres somam 36 prefeitas, representando 16,2% das 223 prefeituras (RABAY e CARVALHO, 2010).

Maria Violeta apresentava as capacidades intelectuais e morais para transcender os interesses patriarcais e incorporar novos sentidos à política areiense e paraibana, como fez na educação. Entretanto, não ingressou na política formal pela via eletiva de modo a assegurar o espólio eleitoral que, com a morte do pai e a ascensão de partidos de oposição, dispersou-se para outras bases. Percebemos que os limites colocados à sua condição de gênero para preservá-la da exposição a que estaria sujeita nas campanhas e no exercício de mandatos, tolheram uma característica forte da sua personalidade.

Diferentemente de suas irmãs, Maria Violeta conquistou espaços impensáveis para as moças de sua época: transpôs o éter pilotando a aeronave, feito inédito para o feminino no Estado da Paraíba; ampliou sua identidade ao conquistar o espaço público e uma carreira profissional. Porém, ficou limitada às determinações culturalmente atribuídas à sua suposta “natureza feminina”, fazendo prevalecerem as amarras de uma educação sexista que a impediram de romper o corporativismo do paradigma político-patriarcal.

Em sua trajetória profissional, atuou em áreas historicamente atribuídas à mulher (educação, cultura e serviço social). Sua trajetória demonstra claramente a força do legado franciscano de amor ao trabalho e a credulidade na eficácia da educação alemã que recebera, pois, foi naquele país, que buscou aperfeiçoamento para desempenhar sua missão na Delegacia do Ministério da Educação e Cultura. Abraçou com operosidade agendas que reproduzem a maternagem, o cuidado, o amparo a grupos desvalidos, a promoção humana através do trabalho e do saber, que remetem aos postulados da educação católica franciscana e da ideologia de gênero vigente em seu tempo, erigida como contraponto aos estereótipos de competitividade, agressividade e racionalidade que caracterizam o nicho político masculino.

Como postulam Rabay e Carvalho (2010), um projeto de sociedade inclusivo das mulheres, requer tanto a reconstrução do sistema político, de suas instituições e práticas, quanto uma ampla e profunda mudança cultural, sobretudo na esfera privada, na educação e nas identidades sociais de homens e mulheres, e neste sentido, o feminismo além de representar uma força cultural, pode fornecer teorizações contributivas para uma escola distinta de pensamento político ao problematizar a questão da igualdade e do poder, dos direitos humanos, da ecologia, entre outras agendas.

6.3 ENILDE DE ALMEIDA GONDIM¹³⁵

As linhas de parentesco que constituem a minha família têm a ascendência lusitana por parte dos Almeida e Coelho Lisboa, e a ascendência francesa por parte dos Gondim. Seguindo a praxe da época, as tratativas para o casamento dos meus pais, José e Rita, envolveram as duas famílias, mas quinze dias antes do enlace, papai comunicou a mamãe que tinha duas crianças com uma moradora do Engenho Vaca Brava. Casando-se, não poderia mais visitá-las em casa da mãe, por fidelidade ao seu casamento, e para poder visitá-las livremente, cogitava colocá-las em um orfanato. Diante do fato, a família Almeida pensou em recuar do compromisso, mas mamãe, apaixonada, resoluta e dotada de um coração que não conhecia limites para acolher, decidiu que assumiria as crianças, confirmando o que papai desejava e esperava ouvir da companheira que escolhera para compartilhar a vida. Reiniciaram-se então as diligências para o casamento e os entendimentos com a mãe das crianças. Mamãe enviou-lhes uma carta e uma fotografia que papai apresentou aos filhos como sua “noivinha”, e foi este o nome com que José e Celeste a trataram enquanto ela viveu. Celeste, que graças a Deus ainda vive, refere-se, ainda, a mamãe, chamando-a

¹³⁵ Aluna do Colégio Santa Rita de 1938 a 1949.

Regime de estudo: internato e externato

História narrada em: 02 jul. 2010; 13 jul. 2010; 31 jul. 2010.

Endereço atual: Rua Dr. José Evaristo, nº377, Centro – Areia / PB – CEP.: 58.397-000

“Noivinha”. É ela, minha meia-irmã, a mais querida entre todas, e são suas filhas as sobrinhas que mais me demonstram afeição.

Também José, enquanto viveu, foi sempre presente em nossas vidas. Quando se tornou independente, foi morar no Rio de Janeiro, mas sempre que retornava à Paraíba, nos visitava.

Depois do casamento, papai e mamãe se estabeleceram no Engenho Vaca Brava, montado por papai e pertencente à sua família. Foi lá que mamãe deu à luz Manoel e Terezinha, que morreram ainda lactentes. De Vaca Brava, vieram para a cidade, estabelecendo-se em uma casa no “Beco do Jorge”, hoje, rua Farmacêutico Cícero Barros, com o apoio do industrial Armando de Freitas, dono da Tecelagem Arenópolis, um grande amigo que viria a ser duas vezes seu compadre, pois batizou a mim e a Toinho.

Quando deixou Vaca Brava, papai comprou a propriedade Canadá, nas imediações da rodovia que liga Areia a Alagoa Grande, onde instalou o segundo dos três engenhos que edificaria ao longo de sua vida. Tempos depois, comprou a propriedade Várzea Nova, aonde instalou o Engenho Santa Isabel em homenagem a sua mãe, Isabel Castor, e onde se estabeleceu em definitivo, enquanto teve robustez para o trabalho e enquanto o engenho foi próspero. Com a decadência dos engenhos de rapadura, vendeu o Santa Isabel. Mas a família estava criada e educada, muitas filhas já casadas e outras trabalhando. Foi o Santa Isabel o grande palco das nossas peripécias infanto-juvenis, nos fins de semana e nas férias...

Para instalar confortavelmente a família, papai adquiriu, e mobiliou o solar Vila Neuza, nome da primeira filha que teve com mamãe, em 1929. Quando veio a Revolução de 1930, papai, que era do Partido Perrepista, foi novamente orientado pelo amigo Armando de Freitas a se ausentar de Areia, pois a perseguição dos Liberais, que detinham o governo, grassava em todo o Estado.

Antes de refugiar-se em Pernambuco, tratou de assegurar a vida de mamãe e das crianças junto aos seus sogros, onde, por longos oito meses ela permaneceu sem notícia dele. A fuga foi providencial, já que nossa casa foi invadida na mesma noite da retirada dos meus familiares. Foram saqueados os móveis, as jóias e a prataria. Eu ainda não era nascida, mas vivi na carne e na alma todo aquele drama que nos foi contado por papai e mamãe, pois sou espectadora atenta das questões políticas de Areia, como também, desde menina, protagonizo material e espiritualmente todos os dilemas e todas as alegrias da família.

Mas papai superou aquela tormenta e se reergueu das perseguições empreendidas no governo de João Pessoa. Retornou da casa paterna em Mucuri/PE e restabeleceu seu

patrimônio. A partir de então, mamãe teve gestações sucessivas, parindo em casa, naturalmente, sem choro, com assistência de parteira. A exceção foi o parto do filho varão, que também ocorreu em nosso domicílio, feito a fórceps, com a assistência de Doutor Moraes e da parteira Dona Madalena, evento em que toda a família se envolveu. Eu tomei conta das crianças na primeira sala, Neusa e Zilda ajudavam nos procedimentos de esterilização dos equipamentos necessários ao banho do recém-nascido, fazendo chegar o que fosse solicitado à porta do quarto de mamãe, enquanto papai circulava pela casa chorando e rezando. Depois de horas de tensão, ele veio a nós e disse: - “Nasceu Washington Luís”. Ao que Neusa respondeu: - “Não, papai, nasceu Antônio. Eu prometi ao santo, pela preservação da vida dele e de mamãe”. Ficou Antônio Washington. Foi um nascimento celebrado por todos os amigos de papai. Até no Rio de Janeiro, aonde a notícia chegou por telegrama. Tão logo completou dois anos, coloquei-lhe o apelido de “Gasolina”, tal o “grude” de papai com ele. Era como se o carro só funcionasse se Toinho estivesse dentro dele.

Com a família crescendo, papai começou a pensar na nossa educação, e como cidadão engajado nas questões sociais que afetavam a cidade de Areia, empreendeu articulações junto às freiras alemãs de Olinda para a instalação das franciscanas alemãs no Colégio Santa Rita, pois a comunidade era carente de um educandário que atendesse às filhas das famílias abonadas da cidade.

Quando, em 1937, a expectativa da vinda das freiras tornou-se realidade, papai passou a ser colaborador em todos os empreendimentos do colégio: influenciou na ampliação do prédio, doando material, acompanhando o andamento da obra, intervindo junto ao deputado Pedro Almeida e ao Ministro José Américo de Almeida em favor da desapropriação de casas na área a ser construída, neutralizando as forças contrárias às realizações pleiteadas pelas irmãs. Como artista marceneiro que havia talhado os móveis de sua própria casa, ajudou também a equipar o colégio, comprando o mobiliário da classe infantil e construindo ele próprio um móvel que doou às irmãs. Areia tinha também grandes damas, entre as quais Cícera Perazzo e Corina Barreto, que doaram roupa de cama e mesa e utensílios de copa e cozinha para o colégio.

Já nos primeiros anos de funcionamento do Colégio, Celeste, Neusa, Zilda e eu, nos meus três anos de idade, entramos a estudar. Papai me matriculou a pedido de Madre Florésia, para fazer número, porque as alunas matriculadas eram ainda muito poucas. Como eu não tinha idade para o estudo, não era muito exigida. Acostumei-me com a “maré mansa” e quando atingi a idade, não estava nem aí para estudar. Neusa, esta, chegou a ser

reprovada. Foi quando papai tomou a decisão de nos colocar no internato, para tomarmos gosto pelo estudo. Durante cinco anos, de 1944 a 1948, estudamos internas, sem direito a visitas e sem lanche especial. Em 1949, voltamos à condição de alunas externas. Com a criação e a educação franciscana que recebemos, nos preparamos para sabermos nos conduzir como ricas com prudência ou, em caso de adversidade, sermos pobres com dignidade. Todos os dias, terminadas as lições do colégio, cada uma de nós tinha tarefas domésticas a realizar, coisa que não faltava nesta casa imensa, que abrigava uma família de quinze pessoas. Durante um tempo, nosso carro era uma Kombi e ainda não cabia toda a família. Papai foi desaconselhado a comprá-la, porque diziam que não tinha estabilidade para a topografia de Areia. Mas com tantos filhos, não poderia ser outro carro.

Mamãe regia a família durante o dia, e papai vinha do Santa Isabel à tardinha para dormir em casa e se inteirava da vida da família, dando ele mesmo as coordenadas para a nossa criação. Foi um grande aliado das freiras na condução da nossa educação, usando o trabalho como meio para burilar o nosso caráter. Como membro da Ordem Terceira de São Francisco, mamãe fazia a sua parte, conduzindo a família para a missa dominical às nove horas na Matriz da Conceição. Após a missa, assistia à reunião do apostolado, e, como secretária, ao chegar a casa, redigia a ata antes do almoço dominical. As meninas que estavam estudando no colégio iam à missa das sete horas, na capela de Santa Rita.

Lembro-me que, quando eu tinha treze anos, houve um evento político aqui na cidade. Papai chegou da rua com um livro de etiqueta, e entregou-me dizendo: “Quero a mesa preparada com todo rigor amanhã, para servir impecavelmente ao governador e sua comitiva. Suas irmãs ajudam nos arranjos da casa, sua mãe cuida do cardápio”. Papai era um homem de ação. Para ele, conhecimento não era algo que simplesmente se sabe, e sim aquilo que se faz com o que se sabe. Ele estava certo e passou este ensinamento para nós. Durante o século XX, recebemos seis governadores nesta casa, entre os quais, José Américo de Almeida e Pedro Gondim, que como parentes, nos visitavam com frequência. Também Argemiro de Figueiredo, João Agripino e até Rui Carneiro, que não era apoiado por papai, nos visitou e fez um discurso no nosso terraço.

Então, era porque pensava assim, que papai e as alemãs se entenderam tão bem, principalmente, madre Carolina, que era uma mulher muito dinâmica, operacional, e era a freira responsável pela ampliação do colégio, em que papai também esteve envolvido. Mas, papai também tinha muitos mimos conosco. Ele nos presenteava com brinquedos, jóias,

perfumes, mas tudo isto com parcimônia. Havia um cuidado especial, tanto dele quanto de mamãe, em relação a nossa apresentação.

Nos eventos especiais, nossos vestidos eram comprados e costurados em Campina Grande ou João Pessoa, mas em geral, nós mesmas fazíamos nossa roupa. Para isto, papai comprou três máquinas de costura, que colocou nesta sala em que estamos agora. Sobre esta mesa ficavam os tecidos, que para cama, mesa e nossa roupa de baixo, eram comprados em peças. Além disso, ao nosso gosto eram comprados os nossos vestidos, quando íamos a Campina Grande, com o motorista, acompanhadas por papai e por mamãe. Esta “sala de costura”, como a chamávamos, tinha uma dinâmica especial. Aqui criávamos e também executávamos os modelos que vestíamos; aqui transbordávamos nossa vaidade, nossas expectativas de namoro, antevíamos as cenas das festas, a dança, os momentos de amor, os olhares sobre a nossa beleza que era destacada na cidade; aqui, antevíamos a expressão dos nossos pretendentes. Esta sala de costura foi o cantinho da casa onde rolaram as “conversas de moças”, muitas vezes interrompidas à entrada de mamãe e de papai.

O presente de casamento que papai deu às dez filhas que casaram foi sempre o mesmo: uma máquina de costura. Eu, que não casei, comprei a minha. Tempos depois, herdei a de mamãe. Todas as minhas irmãs fizeram seu próprio enxoval. Gracinha, a caçula, fez até seu vestido de noiva, aos dezoito anos de idade. Também aprendemos a cozinhar pratos ricos e variados, mas com economia. Hosana e Nilza fazem pintura em tela sem fins lucrativos, Josita estudou acordeom. Todas, sem exceção, aprimoramos o que aprendemos no colégio, convertendo aquelas aprendizagens em soluções na vida diária. Duas irmãs costuraram profissionalmente para superar dificuldades econômicas. Betinha subia na escada e limpava as vidraças, as portas e as janelas desta casa.

O investimento menos rentável foi o piano, que veio diretamente da Alemanha, por intermédio da madre Carolina. Embora tivéssemos feito o curso no colégio, nenhuma de nós se tornou a exímia pianista sonhada por papai. Acho que foi Hosanilde a mais dedicada, mas a maior função do piano foi ornamental, para enfeitar a sala, figurar nos álbuns de noivado e casamento e distrair os visitantes em eventos políticos e reuniões que aconteciam com certa frequência, pois, com a casa cheia de moças e com posição econômica confortável e projeção social, papai esteve sempre envolvido na vida pública com opiniões e intervenções que eram consideradas nas decisões, tendo em vista seu trânsito na esfera do poder em alguns momentos da vida política do Estado e do Município. Aliado a outros cidadãos, lutou pela

implantação do Ginásio Coelho Lisboa para os meninos egressos do Colégio Santa Rita, que no nosso tempo, só oferecia ao sexo masculino o ensino primário.

Mobilizou-se também em favor da instalação da Escola de Agronomia do Nordeste. Ao criá-la, o Ministro José Américo de Almeida, primo de mamãe, em uma tirada intimista, declarou trazer para Areia uma escola de agrônomos, carreira que naquele tempo era exclusivamente masculina, para que suas conterrâneas pudessem fazer boas escolhas matrimoniais. Por aquela época, ocorrera o casamento de uma sua parenta com um soldado de polícia, fato não lisonjeiro para tão prestigiada família. Em nossa família, a expectativa do ministro foi bem contemplada, pois, dos dez genros de meus pais, cinco são agrônomos, e Toinho meu irmão também é graduado em Agronomia.

A onda de divórcios que desde a segunda metade do século XX atinge as famílias, graças a Deus não atingiu as minhas irmãs nem o meu irmão. Celeste e Maria das Vitórias estão sem marido porque ficaram viúvas. As demais permanecem casadas, e nisto eu vejo características da educação familiar, já que mamãe era uma esposa franciscanamente devotada, mas também, da educação católica, que são a persistência e a responsabilidade com os vínculos assumidos.

Da minha vida de colégio, não lembro muito. Faz muito tempo que fui aluna. Eu não gostava da madre Friedheid, ela me beliscava quando eu era interna. Eu sempre gostei de fazer conta, de desenhar e de todos os trabalhos manuais. Por isto me apeguei mais a madre Rafaela e a madre Trautlinde, mas devo dizer que foi no colégio, com a madre Iluminaris, onde aprendi uma profissão com a qual me sustento até hoje, já aposentada. O salário na educação é vergonhoso, mas pelos ensinamentos que recebi, posso ser nobre a partir do pouco. Riqueza é também uma questão de berço, de atitude e de estilo de vida.

Então, fazendo um balanço sobre o colégio, vejo que o esforço de papai para a vinda e permanência das alemãs valeu a pena. Todas as suas filhas e filhos estudaram no colégio. Na minha família aquele estudo serviu para muitas coisas: para o nosso sustento, para a função de esposas, donas de casa e mães cuidadosas, ricas em conhecimento, em habilidades e em virtudes. Celeste casou com o agrônomo Abel José da Fonseca. Maria das Vitórias casou com Luis, filho do escritor Horácio de Almeida, um casamento consanguíneo que preocupou a todos. Mora em Campina Grande. Zilda casou com o engenheiro baiano Manoel Mendonça. Neusa casou com o agrônomo Everaldo Amorim, filho de Cícero Barros.

Nilza exerceu o magistério aqui em Areia no Grupo Escolar Álvaro Machado. Casou-se com Luiz Moreira, formado em Agronomia e mora em Natal/RN; Hosana casou com

Rubens Fonseca do Banco do Brasil. Mora em Sete Lagoas/MG; Hosanilde casou com Severino Ramos Maia, areiense, filho de Senhor de Engenho e formado em Direito, aposentado como Juiz. Vivem em João Pessoa; Josita casou-se com Antônio Uchoa, agropecuarista de Alagoa Grande. Das onze filhas, apenas quatro trabalharam fora do lar. Neuza e Celeste como funcionárias do Governo Federal. Eu e Nilza exercemos o magistério a nível Estadual, mas depois ingressei na Universidade Federal da Paraíba.

Betinha casou com o alagoano Gilberto Farias, agrônomo que lida com a agroindústria açucareira, e Gracinha, casou com Dalmo Marcelo Albuquerque, também agrônomo, professor da Universidade Federal da Paraíba, que hoje trabalha no Ministério da Ciência e Tecnologia em Brasília. Toinho fez agronomia e casou-se com a prima Maria do Rosário Jardelino Costa, de família tradicional areiense, diplomada professora no Santa Rita e Historiadora pela Universidade Regional do Nordeste, com trinta e quatro anos de exercício profissional na área da educação em Areia e João Pessoa, onde moram.



Ilustração 47 - Enilde de Almeida Gondim
Fonte: Arquivo da entrevistada

Fui professora polivalente durante dezessete anos em uma classe do segundo ano primário, no Grupo Escolar Álvaro Machado. Ensinei também Trabalhos Manuais. Penha Santos Diniz era a diretora, mas na Secretaria da Educação, em João Pessoa, era para mim que as portas se abriam e era através da minha pessoa, por influência do nome de família, que os pedidos do Álvaro Machado eram atendidos. Quando deixei o grupo, tive direito a coquetel de despedida em reconhecimento aos serviços que prestei.

Quando surgiu oportunidade de aperfeiçoamento em Trabalhos Manuais, somente eu e Alice Azevedo fomos escolhidas. Alice foi para o Rio de Janeiro e eu para São Paulo, durante seis meses. Saí-me muito bem, porque tenho gosto pelas atividades manuais e artísticas e porque havia aprendido muita coisa com a madre Trautlinde. E foi muito bom sair um pouco de Areia. Quem passou pelo Colégio Santa Rita no tempo das alemãs e quis aprender, é diferenciada, tem um toque de nobreza. Ganhei um bom dinheiro fazendo trabalhos por encomenda. Não qualquer tricot, crochê ou bordado, mas um trabalho feito com capricho. Trabalhei também no Campus da Universidade aqui em Areia, chefiando o Setor de Periódicos da Biblioteca. Aposentei-me durante o governo Collor, que sofreu impeachment, porque, sendo cunhada de um irmão de Paulo César Farias, que foi acusado de agir ilicitamente como tesoureiro da campanha presidencial, me senti discriminada pelos comentários mordazes de algumas pessoas.

No exemplo dos meus pais, com o dinheiro ganho com o meu trabalho de funcionária, e fazendo os trabalhos que aprendi no colégio, ergui um patrimônio pessoal e vivo com dignidade, no solar da família, que é admirado por turistas e moradores da cidade. Muita gente gostaria de comprá-lo, mas esta casa é a nossa referência espacial e temporal, que retém as lembranças da nossa infância e juventude, que abrigou as maternidades de mamãe, os planos e as realizações de papai, a nossa intimidade, as festas de batismo, primeira eucaristia, quinze anos, noivado e casamento.



Ilustração 48 – Solar Vila Neuza, propriedade de Enilde de Almeida Gondim
Fonte: Acervo da autora.

Nas festas de formatura da Escola de Agronomia acolhíamos a família dos noivos das meninas. Papai era sócio dos melhores clubes e nos acompanhava às festas levando mamãe. Comprava sempre duas mesas para acomodar a família. Além das orientações das freiras sobre a conduta feminina, mamãe tinha muito cuidado com nossas amizades e nosso comportamento, para não pegarmos fama de moça falada, já que éramos uma família quase exclusivamente feminina, com visibilidade na cidade.

Lembro como se fosse hoje, da festa do casamento de Neném (Maria das Vitórias). Foi a mais suntuosa, mas o enxoval mais rico foi o de Neusa, que ocupou vários baús. Só colchas de cobrir cama, ela levou quinze. Nesta casa, todos os lugares “falam” em uma língua particular: desde o antigo retrato de D. Pedro II na escrivaninha de papai, as gavetas dos móveis, as camas, as varandas, o jardim interno, a escadaria, até o caquizeiro do jardim externo, que é o único da região. Quando eu brigava com meus noivos no terraço, Nilza rezava debaixo do caquizeiro, pedindo a Deus para amansar meu gênio, a fim de que eu sustentasse um casamento.

Todas as minhas irmãs se casaram como era esperado para as moças do meu tempo. Eu namorei e noivei várias vezes, mas fui exigente e indócil nos meus relacionamentos,

assumi a minha solteirice, o “barricão” como se chamava na época, e acho que conquistei um valor dentro da família. Cada vida tem seu rumo e o meu foi permanecer com papai e mamãe até o fim. De certa forma, convergi a energia da família e ao mesmo tempo me projetei sobre toda a constelação familiar, principalmente, aos que me são mais chegados. Acabei me tornando uma flor exótica, pelo meu jeito de ser e pela donzelice, coisa rara neste mundo tão lascivo. Dediquei-me maternalmente ao meu irmão e a minha irmã mais jovens e recebo hoje o carinho de boa parte da centena de sobrinhos e sobrinhas que tenho, em níveis de parentesco de primeiro a terceiro grau.

Aos noventa e um anos papai foi homenageado por uma turma concluinte do Colégio que ajudou a erguer. Mas morreu antes de receber a homenagem. Eu o representei, mesmo enlutada, oito dias após a sua morte. Fiz questão de receber a justa homenagem, embora extemporânea. Papai era tão entrosado com as freiras que chegou a apadrinhar uma delas por ocasião da cerimônia do noviciado. Foi a irmã Jacinta. Também a biblioteca do colégio é identificada com seu nome. Antes do falecimento de papai e de mamãe, por iniciativa de Toinho, toda a família abdicou de sua parte nesta casa, a meu favor. Os mais receptivos a esta vontade de Toinho foram José e Celeste que são meio-irmãos, mas todos os demais concordaram, inclusive, os cunhados e a cunhada, alguns dos quais me são muito caros, em especial Abel, marido de Celeste, que era um anjo e hoje está com Deus.

A Areia dos tempos de erudição não mais existe. A fina flor da sociedade, de gosto refinado, deu lugar a uma classe emergente e sem polidez. As famílias tradicionais partiram para a eternidade e para os centros mais desenvolvidos. A cultura erudita, em volta do piano, deu lugar à cultura de massa. As festas que freqüentávamos em rigorosa toilet, deram lugar ao pancadão. A cidade decaiu econômica e culturalmente, com a falência dos engenhos e da usina da família Lins. O colégio não é mais a sombra do educandário de outrora, quando era uma casa organizada, onde tudo funcionava na mais perfeita ordem. O piso era encerado e as alemãs, embora gostassem muito de dinheiro, mostravam serviços à comunidade, aprovando suas alunas no vestibular, em quaisquer cursos, inclusive nos primeiros lugares. Os tempos são outros, em que se priorizam valores diferentes. As freiras alemãs e as brasileiras dos primeiros tempos, que eram mulheres de coragem, não mais existem. Politicamente falando, o governo da cidade deixa muito a desejar. Ainda bem que papai e seus amigos estão na Glória, para não testemunharem a decadência de uma cidade que foi próspera, pela qual tanto lutaram.

Hoje, com setenta e sete anos, tomei a decisão de passar esta casa para Toinho, o irmão que mais valoriza a história da família. Ele reluta em receber, para evitar descontentamentos, mas eu acho justo, já que por ser homem, foi na família a pessoa que menos recebeu investimentos. As meninas tiveram festas caras e enxovais ricos. Ele é muito ligado à vida da cidade, tem quatro filhos, e é duplamente enraizado em Areia, já que a esposa também é filha da terra.

Mas eu ainda tenho força de viver. Pago minhas contas, faço minhas compras, viajo de taxi. Não ando mais de ônibus, pois tenho problemas ósseos e nesta terra, não se tem respeito pelas pessoas de idade. Sou uma moça de idade, e se isto tem desvantagens, paradoxalmente, também me faz feliz, porque me sinto uma vencedora. É prazeroso compartilhar as experiências que acumulei. Quando uma família alcança a sabedoria de bem viver, toda lembrança se eterniza. A lembrança dos meus pais me é muito cara e isto é natural, pois fui a única que permaneceu com eles, até o seu momento derradeiro.

6.3.1 Quebrando o paradigma do matrimônio como destino

Enilde nos fala de uma casa como realidade material a que o traço de seu pai, o tijolo, o cimento, o fio de prumo imprimiram harmonia, solidez e estabilidade. Mas fala também de uma casa construída no coração, de uma casa natal *que abrigou as maternidades de mamãe*. Casa berço. Casa humanizada pela atividade doméstica criadora. Casa guardiã das virgindades, então valorosas. Casa festiva, de tantos batizados, noivados e casamentos. Casa dorida pelo silêncio das vozes queridas que já se foram. Casa vivida, em que a habitabilidade transcende a topografia, em que “o espaço geométrico não resiste a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana” (BACHELARD, 1993, p. 64).

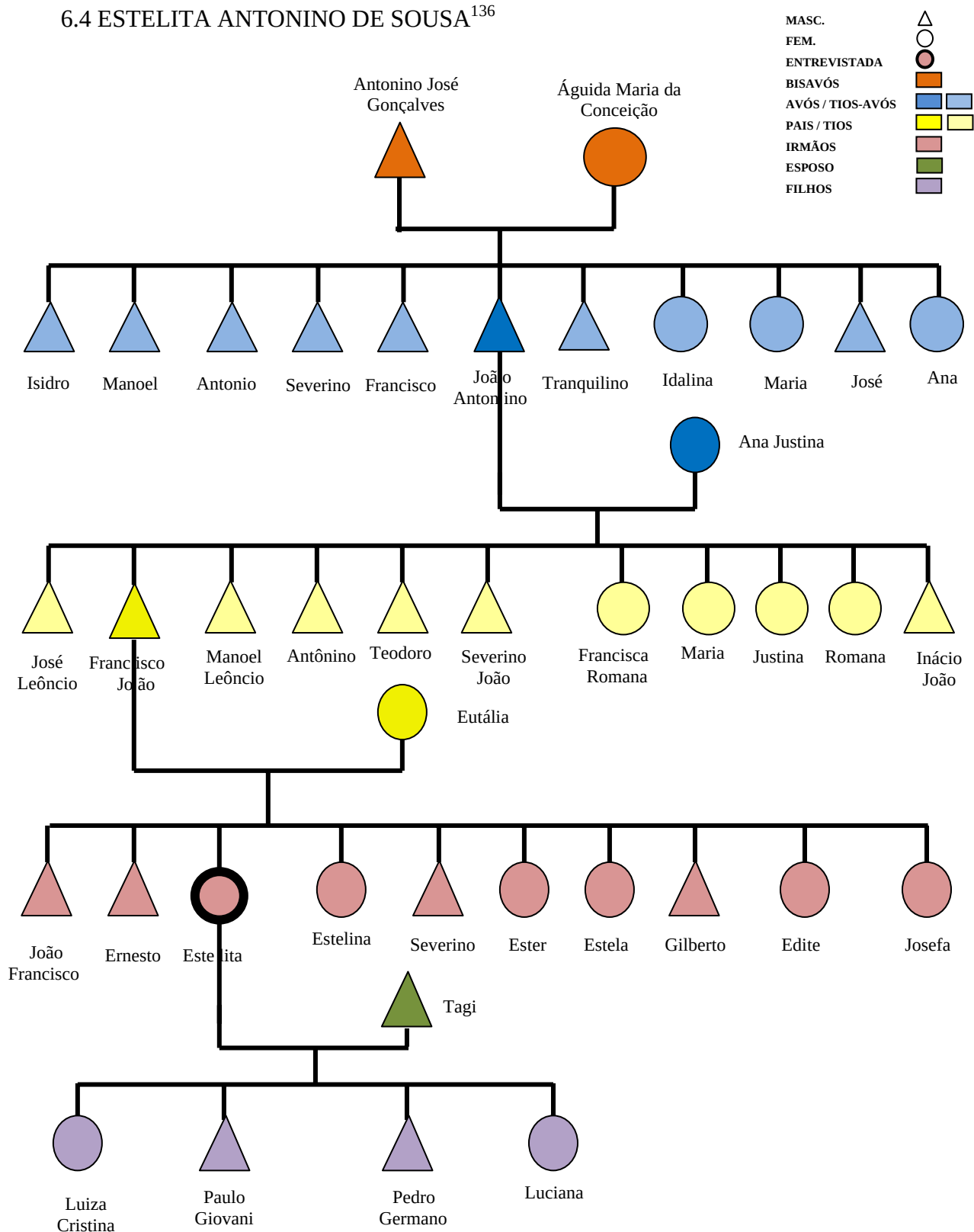
Na ausência material dos/das demais habitantes, Enilde agiganta-se como sua guardiã, mas é também guardada e suprida pelo eco das vozes que suas paredes encerram, pela beleza das hortências do jardim, pela cíclica dispersão das folhas do caquizeiro anunciando um novo florescer que uma vez mais lhe trará frutos. O núcleo familiar se sobressai na constituição da sua identidade. A educação recebida no colégio lhe é cara, enquanto meio através do qual ascendeu a uma profissão, mas foi seu pai, um dos mediadores da presença franciscana alemã em Areia e um *grande aliado das freiras na condução da nossa educação, usando o trabalho como meio para burilar o nosso caráter*. Os valores franciscanos confundem-se com os

valores familiares incidindo fortemente na sua subjetividade. As vivências familiares e escolares estão alojadas na sua consciência e no seu inconsciente, determinando-lhe fortes marcas identitárias.

Enilde alude à orientação das freiras sobre a conduta feminina e à preocupação materna *para não pegarmos a fama de moça falada*. É certo que a despótica vigilância condicionada ao sistema de casamento por interesse (FREIRE, 2006), fora gradualmente atenuada, à medida que as famílias puderam contar com a parceria dos colégios de freiras estrangeiras para introjetar a noção européia de moça educada, civilizada e contida em seus impulsos. As próprias jovens “passaram a se auto-vigiar. Aprenderam a se comportar” (DINCAO, 1997, p. 236). A atenuação do controle não representava, nas primeiras décadas do século XX, a liberação feminina, mas a interiorização da vontade de verdade em vigor nas teorizações sobre família e educação. Como nos lembra Chauí (1991), a repressão perfeita é aquela que já não é sentida como tal, mas se realiza como auto-repressão.

A despeito de sua inigualável beleza, Enilde não abraçou o casamento, que em sua juventude era considerado o mais honroso destino para o sexo feminino. Permanecer solteira, sendo bela, bem cotada para o casamento, e mais que isto, sabendo do valor associado à mulher na sua condição de consorte, era “dar o tiro na macaca”, “ficar no caritó”, “ir para o barricão” (FALCI, 1997; DEL PRIORE, 2005; FREIRE, 2006). Havia, inclusive, na música popular brasileira, composições que aludiam pejorativamente a esta condição. As “solteironas” eram alvo de comentários, porque tidas como pessoas que não cumpriram seu destino de mulher, que era dedicar-se ao homem e propagar a sua estirpe, dando-lhe uma prole saudável, de preferência, masculina.

Não casar era um insucesso, uma prova clara de rejeição, uma descensão social. Havia diferenças entre a solteira de idade, chamada também de “titia” ou “vitalina”, e a solteira ainda não escolhida, mas casável. Em uma cidade pequena como Areia, estas alcunhas vigoravam, e, certamente, incomodavam. Mas Enilde não adotou o comportamento dócil que se esperava das jovens casadoiras, não nivelou sua identidade à expectativa dos candidatos à sua mão, tornando-se uma *flor exótica* perante a sociedade e no seio da própria família, já que suas dez irmãs subiram ao altar com a pompa e circunstância que a sua condição social e a posição dos noivos exigiam. Sem as comodidades de uma aliança, sem o sobrenome de um marido, sem a glória de ser mãe biológica, assume simbolicamente a maternidade dos entes queridos. É nesta tessitura que elabora cotidianamente o processo de construção da sua identidade.

6.4 ESTELITA ANTONINO DE SOUSA¹³⁶

¹³⁶ Aluna do Colégio Santa Rita de 1947 a 1950 (Curso Ginásial).

Regime de estudo: internato

História narrada em: 15 mar. 2010; 05 abr. 2010.

Endereço atual: Rua Antero da Cunha Torreão, nº 04, Centro – Serra Branca / PB. CEP.:58.580.000

Sinto orgulho de descender dos fundadores do município de Serra Branca. Foram os meus bisavós Antonio José Gonçalves (Antonino) e Águida Maria da Conceição, que, ao se estabelecerem na “Fazenda Ligeiro”, iniciaram a povoação deste Cariri. Tiveram onze filhos entre os quais João Antonino que, casado com Ana Justina constituiu o mesmo número de filhos. O segundo, Francisco João, veio a casar-se com Eutália Maria de Souza que me trouxe à luz, e a mais dezoito irmãos, dos quais se criaram dez. Sou a terceira filha da terceira geração. Nasci em 9 de junho de 1931. Os dois que me antecederam eram homens, e por ser a primeira mulher, desde tenra idade entrei a ajudar mamãe. Na minha infância fiz de tudo: carreguei água, ordenhei vaca, pilei café e arroz. Trabalhava em casa e no roçado, juntava lenha e ajudava com o gado cortando palma que é a ração mais resistente às secas desta região.

A vida no campo era muito trabalhosa, mas muito alegre. A roça tem uma sabedoria, e quando a gente é curiosa, aprende a ler no livro da natureza. Aprende com a terra, com os bichos e com a chuva, quando vem. A intensidade daquele trabalho partilhado com a família, nos preparou para a vida e nos dignifica até hoje. Sinto-me honrada pelo exemplo dos meus ancestrais. Foram os Antoninos, - vaqueiros, marchantes, queijeiros e pecuaristas -, colaboradores na construção da Matriz de Serra Branca, da Igreja da fazenda Ligeiro, da Gruta de Lourdes, e doadores das imagens de São Sebastião, Santa Terezinha, Nossa Sra. de Lourdes e Santa Bernadete para aqueles oragos.

Papai era muito católico, muito manso, de uma ternura rara para um homem que lidava de sol a sol com a terra comburida e com os bichos brutos. O seu lema era: “trabalhar como quem nunca morre e viver como quem nada tem”. Procurava viver sua vida de cristão na família, vindo a cavalo assistir à missa aos domingos na matriz de Serra Branca. Confessava-se uma vez por ano e assistia às cerimônias da Semana Santa, exigindo dos filhos a mesma conduta. Na conversa com os amigos, fazia uma evangelização a partir dos livros católicos que lia em casa.

Na parte de terra que herdou dos pais, fez a casa para morar, quando casou. Ali botou seus roçados e fez os cercados para seus rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos, preparando a base de subsistência para a família. Todos os filhos e filhas trabalhavam de maneira que não era preciso castigá-los. Sempre teve trabalhadores que, ganhando pouco, ajudavam em serviços no roçado, nas cercas, na queima de espinhos em época de seca, na construção de açudes. Depois de muito tempo, comprou a propriedade Serra do Viegas, onde construiu um açude, retirando a terra no lombo de jumentos. Todo o seu patrimônio foi

dividido entre os dez filhos após a sua morte e todos os herdeiros o conservam. Faleceu em 1974, aos 88 anos, acometido de uma doença hepática que o vitimou rapidamente. Deixou-nos como exemplo maior o seu senso de justiça.

Já mamãe, era enérgica e exigente. Era ela quem colocava o "trem nos trilhos". Casou em 1917 e teve vários filhos natimortos. O primeiro que se criou foi João Francisco, nascido em 1923. Ela trabalhava muito, cuidando dos filhos, da casa e dos trabalhadores que lá faziam as refeições. Quando crescemos, passamos a ajudá-la. Na época do inverno, sempre havia fatura de leite e mamãe fazia queijo de manteiga de duas a três vezes por semana. No fim do ano, quando papai vendia o algodão, que era a principal fonte de renda, ela vinha para Serra Branca e comprava tecidos no Armazém do Povo ou na Casa Gaião para fazer a roupa de toda a família.

Quando papai vendia o gado, entregava-lhe o dinheiro que ela guardava numa malinha e ia tirando aos poucos, para as despesas. Após 50 anos de casados, o cônego João Marques celebrou uma missa em honra às suas bodas de ouro, estando na ocasião, toda a família. Após 65 anos, mamãe foi ficando impaciente. Em 1973, foi diagnosticado o diabetes. Aos 80 anos amputou uma perna e passou a usar cadeira de rodas. Faleceu em 1983, aos 86 anos.

Eu sou uma mistura dos dois: uma medida do carisma de papai e duas medidas da energia de mamãe. Em 1937, quando completei seis anos, papai mediu a vinda da professora Rita Tavares (Dudu), nomeada pelo Estado, para Ligeiro, para ensinar a meninada da fazenda e das redondezas. Em uma única classe, ela nos desasnou e ensinou todas as séries do primário. Esta sala de aula, mobiliada com bancos, tamboretas e uma mesa grande, se estabeleceu na casa do meu tio José Leôncio, aonde Dudu veio a morar, e existe ainda, lugar sagrado do nosso primeiro encontro com as letras. Suas paredes falam do espírito esclarecido de papai, da mestra Dudu, dos primos que já se foram, da meninada do lugar, emergindo da escuridão do analfabetismo nos verdes anos de sua ingenuidade matuta. Ali, repeti quatro vezes o quarto ano primário para não parar de estudar, pois não havia na região escola para continuar os estudos.

Continuei a estudar por milagre, porque àquela altura só avançavam nos estudos dois homens da família: meu primo Inácio Antonino Gonçalves, que estudava Agronomia no Recife, e meu irmão mais velho, João Francisco de Assis, que cursava Direito na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. João comoveu-se ao constatar, a cada período de férias em que retornava a Ligeiro, que o meu desejo de estudar não arrefecia, e

começou a procurar um internato para mim. Mas para não deixar mamãe sozinha com os filhos miúdos, somente nas férias de 1946, João chegou à fazenda decidido a me levar para Areia, com a relação de um grande enxoval, a data dos exames de admissão do Colégio Santa Rita e livros com que me ensinou redação e interpretação, assuntos que extrapolavam o âmbito dos saberes da nossa querida “Dudu”.

A Madre Carolina, diretora do colégio, ante a explanação de João sobre as dificuldades de uma família humilde e numerosa, abriu mão de receber o pagamento das mensalidades do ensino. Meu pai e meu irmão, que, como estudante de Direito, ganhava seu dinheirinho dando aulas aos meninos de famílias abastadas em João Pessoa, pagariam as despesas do meu internato e dos materiais de estudo.

Entramos, eu e João, a estudar, de dezembro de 1946 a fevereiro de 1947, quando com dezesseis anos deixei a fazenda Ligeiro rumo a Areia, com a bagagem, pronta para ficar. Embarcamos na “sopa” que vinha do sertão, às nove horas, chegando a Campina Grande às treze. Pernoitamos no Hotel Guarani, para tomar o único transporte a Areia, às seis horas da manhã seguinte. Submetida ao exame, fui aprovada em primeiro lugar, ingressando na primeira série do curso ginasial, ao longo do qual voltava a “Ligeiro” duas vezes a cada ano: em junho e no final de novembro.

João me acompanhava nas idas e vindas, fazia minha matrícula, recebia meu boletim, a correspondência, os cartões de boas festas. Inteirava-se, enfim, de toda a minha trajetória escolar. São três as pessoas a quem dedico meus primeiros sentimentos de gratidão. Curiosamente, as três reportam a São Francisco. São elas: meu pai Francisco João, meu irmão João Francisco e a franciscana Madre Carolina, sendo que, em minha casa, todos pagaram um preço pelo meu conhecimento, pois um estudo como aquele, mesmo com as mensalidades dispensadas, custava caro para o nosso padrão econômico. Naquele contexto, o estudo para mulheres era dispensável, e no meu caso, além das passagens, hotel, enxoval, despesas de material e internato, o meu trabalho fazia falta em casa, sacrificando mamãe, meus irmãos e irmãs.

As minhas colegas de internato eram meninas finas e recebiam a visita dos pais, aos domingos, no parlatório do colégio, coisa que nunca me aconteceu. Tendo sido criada na realidade da vida, eu tinha consciência de que era humilde em relação às colegas internas, mas sabia que, em comparação às meninas da minha família, eu já estava sendo privilegiada. Aproveitava os recreios e os passeios dominicais à Escola de Agronomia, para me distrair. Na minha época (1947-1950), éramos entre oitenta e oitenta cinco internas. Havia as que

choravam de saudades da família, as que se rebelavam contra a ordem do colégio, as que não obtinham vaga no ano seguinte. A vida que eu levava na fazenda preparou-me para aceitar o colégio sem problemas, adaptando-me com tranquilidade à rotina da casa. O mais difícil foi o frio do brejo de Areia, naqueles corredores compridos do colégio.

Tudo o que as freiras me ensinavam era bonito, perfeito, exato, com uma firmeza e uma certeza que não davam margem a questionamentos. Era um ensino divinamente orientado e passado para as alunas com extrema dedicação, que eu procurava retribuir. Estive sempre entre as primeiras da minha classe. Recebi cartões de bom comportamento e a fita da Pia União das Filhas de Maria, uma distinção em termos de espiritualidade, de tal sorte que o meu retorno a “Ligeiro” depois de cumprido o ginásio, surpreendeu as mães, que alimentavam a expectativa da minha adesão à Ordem Franciscana. Tal como na fazenda, das 05:30 as 21:00 horas, eu era ativa, alegre, atenta, zelosa e integrada à agenda do colégio, participava das rezas com muito fervor, e, muitas vezes, após o horário, eu repassava o ponto com algumas colegas, sem fazer barulho para que a mestra do internato, em cela vizinha ao dormitório, não percebesse esta desobediência. As matérias em que tive dificuldades foram música e matemática.

Para a condição feminina naquele tempo e neste Cariri, o diploma do curso ginasial já era um bom estudo, com cujos frutos, e tendo em vista minha situação econômica, eu deveria me sustentar. Lá em casa sempre houve mesa farta, mas também um senso de responsabilidade, uma vontade de crescer, uma noção de produtividade, de modo que, voltando a Ligeiro, ganhei meu primeiro dinheiro com o tricot artístico que aprendi no colégio e vendia em Pernambuco. Em 1952, João levou-me para morar com ele em João Pessoa e me matriculou no Curso Clássico do Liceu Paraibano, mas não gostei e voltei para Ligeiro antes de completar o primeiro ano. O ensino, o ambiente, os professores e a vida eram muito diferentes do colégio, eu não me sentia motivada e pensava que poderia ser mais feliz entre os meus, arranjando uma colocação em Serra Branca.

Impossibilitada de fazer o Curso Normal no Colégio, assumi o magistério primário em Serra Branca, tendo como guia, o exemplo das mães, tanto nos conteúdos quanto na disciplina. Adotei a prática da leitura, do ditado, da redação, do dever de casa e da lição oral, além da correção da conduta, ao modo do colégio. O curso de suficiência que fiz tempos depois, apenas confirmou a minha prática de magistério.



Ilustração 50- Estelita Antonino de Souza
Arquivo da entrevistada.

Quando, em 1956, o padre João Marques Pereira, vigário da cidade, fundou a Escola Profissional Pio XII, uma ex-interna do Colégio Santa Rita, de família influente do município de Serra Branca, chamada Alice Gaião, indicou-me para trabalhar na escola. Lecionei no Pio XII as três primeiras séries do ensino primário. Espelhada em minhas mestras do colégio, transmiti os princípios religiosos que sedimentei no meu espírito quando estava no colégio, atendendo plenamente às expectativas do padre João Marques, meu empregador. Paralelamente, ensinei, em caráter particular, aos filhos das famílias ricas do município de Serra Branca, inclusive aos da minha ex-colega Alice Gaião.

Foi também em 1956, que vivi meu “momento cinderela”, quando fiquei noiva do meu primo carnal Tagi Nunes. Não houve problema de consanguinidade diretamente com meus filhos, mas tive netos com deficiência. Na minha época, eram comuns os casamentos com parentes.

Em 1958, João Francisco, meu irmão e benfeitor, foi aprovado no concurso para Promotor de Justiça, tendo sido nomeado de imediato pelo governador Pedro Gondim, a cujos filhos ele ensinava em caráter particular. Foi ainda por sua mediação junto ao governador que saiu a minha nomeação como professora do Grupo Escolar Vasconcelos Brandão, em 1959.

Em 1960, casei-me com Tagi, que durante os quatro anos de nosso noivado trabalhou de carpinteiro e pedreiro no Rio de Janeiro. Voltava a Serra Branca a cada ano, fazendo um percurso de oito dias em caminhão “pau-de-arara”, para dar seguimento à construção do nosso bangalô. Tagi é um homem calmo, tem alma de artista, é parecido com papai. Tivemos cinco filhos: Luzia Cristina que estudou até o segundo grau. Casou e mora no Rio de Janeiro; Paulo Giovani que, como eu, é historiador e professor da Universidade Federal da Paraíba; Pedro Germano, que é professor da Universidade Federal no campus de Bananeiras; e Luciana, que fez Administração e é concursada pelo Banco do Brasil, trabalhando em Recife; José Hermínio viveu apenas cinco dias. A disciplina que aprendi no colégio e a persistência no trabalho, marca dos Antoninos, foram os grandes eixos da educação que demos aos nossos filhos. Fiéis a tradição dos Antoninos, tivemos sempre casa cheia, criando além dos filhos consanguíneos, três agregados: Ubaldo Leão (Babau), o irmão Josmani José (Mani) e Claudelúcia Santos (Kalula). Depois do casamento, Tagi não retornou ao Rio de Janeiro. Continuou na construção civil aqui mesmo, e ampliou o patrimônio que herdou, comprando terras vicinais.

Quando, em 1970, fui a João Pessoa para fazer Suficiência, Tagi ficou em casa de seus pais com as crianças durante os cinco meses do curso que me deu acesso ao magistério secundário, onde ensinei História, Português, Religião e Civilidade. Na sequência, fiz o Supletivo de Segundo Grau em Campina Grande, e, em 1977, prestei vestibular em Arcoverde/PE, que oferecia Licenciatura de Curta Duração em História. Ao terminar o curso, ingressei na Licenciatura Plena, concluindo em 1981.

Como se sabe, educação é sacerdócio e sacerdócio exige amor. Sinto-me realizada de haver contribuído para a educação dos filhos de Serra Branca, de ser reconhecida como pioneira e reverenciada por muitos cidadãos e cidadãs que comigo transitaram para um mundo novo, o mundo do saber letrado. No início da minha profissão, não havia meios de comunicação avançados, nem a tecnologia atual, e pelo respeito e obediência que havia aos professores, os alunos não contestavam os nossos ensinamentos. Aqui em Serra Branca, só existia a Igreja Católica, em cuja escola eu transmitia a educação que aprendera no colégio,

que ensinava a frear os instintos e educar na lei de Deus. Este mesmo modelo de educação eu levei para a escola pública e foi acatado pela direção, pelos pais e pelos alunos.

No colégio Santa Rita, eu fazia parte da Juventude Estudantil Católica "JEC". Quando terminei o curso, proferi um discurso de despedida às demais jecistas, confirmando o compromisso de, na vida profana, levar as almas a Cristo, pois nas paróquias, onde um só sacerdote luta, é ainda mais necessário o exercício do nosso apostolado. Recebi, ao longo do curso, cartões de louvor pelo comportamento e pelo desempenho na disciplina Religião. Aquele curto período de quatro anos no Colégio, marcou minha existência que já se estende aos oitenta.

Mantive também fidelidade ao compromisso de Filha de Maria, assumido no Colégio Santa Rita. Engajada no ministério e na liturgia da Igreja, procurei integrar a religiosidade à vida em todos os seus aspectos: familiar, profissional, político e social, como faço no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Grupo da Melhor Idade "Pioneiros do Amor", do qual sou secretária.

Como historiadora e como primeira mulher letrada da minha família, e, em reconhecimento à trajetória pioneira dos Antoninos, tomei para mim a tarefa de registrar a "Genealogia dos Antoninos" publicada em 2003, pela editora Sal e Terra e "A Família Antonino Através dos Tempos", publicada em 2010, pelo Studio Gráfico de Serra Branca.

A vida na fazenda Ligeiro me deu sabedoria de vida; dos meus familiares herdei o pioneirismo e a persistência; as mães do colégio me indicaram a direção e me tornaram economicamente viável; do meu esposo, ganhei o alento para minha caminhada e a confiança na minha capacidade, que vejo ser reconhecida pelo povo da minha terra.

Aos meus pais e ao meu irmão João Francisco, desejo uma feliz eternidade. Para mim, tanto eles quanto as mães do Colégio Santa Rita, continuam vivas. O saber que me legaram as presentifica em mim e em todos os meus fazeres, que são desdobramentos dos seus ensinamentos. Os meus cadernos, em que há sessenta e três anos escrevi e estudei, até hoje guardo com carinho. E quando a eles retorno, retiro novas lições. Sobretudo, as mães continuam vivas nas pessoas a quem eduquei e que hoje são multiplicadoras das suas lições. Eu fico satisfeita em poder contar esta história. Não gostaria de morrer sem que a ação educacional do colégio tivesse um registro que fizesse jus à importância que tem na minha vida, principalmente no aspecto moral.

O aspecto político da educação não era explorado no colégio. Na época, os governantes não eram criticados. Mas, nas minhas aulas de história, já em Serra Branca, eu

conversava sobre o que devia ser feito pelos poderes públicos em benefício da população, e isto despertou em alguns alunos a idéia de participar da vida política do município. Particularmente, não sou vinculada a nenhum partido, mas trabalho pela conscientização da população e pela extinção da corrupção.

O sistema de ensino das alemãs era muito rigoroso, mas eu achava normal. O educador precisa mesmo exercer certa autoridade para transmitir a formação necessária à vida. Acho que essa autoridade e muita dedicação me ajudaram a fazer a diferença como educadora. Socialmente, eu fui crescendo à medida que, como professora, precisava me relacionar bem com a comunidade. No aspecto econômico, consegui ajudar na manutenção da minha família. No aspecto espiritual, o que aprendi no colégio, reproduzi como membro da igreja e como educadora, contribuindo na evangelização.

O exemplo que eu deixo à minha comunidade e principalmente aos meus filhos é o amor pelo meu trabalho, que me inspirava a inventar o jeito de fazê-lo. Outra herança que considero importante nestes tempos de amores passageiros é a firmeza da minha união matrimonial, espelhada no exemplo de meus pais. Em 11 de fevereiro deste ano de 2010, pude celebrar com Tagi e toda a família, nossas bodas de ouro. Deixo também registrada a minha hospitalidade a todos os que vêm à nossa casa, e o meu esforço como cidadã atuante no município de Serra Branca.

6.4.1 Fragrâncias do dogmatismo revelado na educação laica.

A persistência de Estelita nos estudos com a professora “Dudu”, repetindo quatro vezes o quarto ano primário porque não havia em seu município oferta para prosseguimento, já aponta uma forte identificação com o mundo letrado, que em sua família era, na época, um privilégio dos rapazes. O investimento na ilustração dos homens em detrimento da instrução às mulheres, que remonta ao Período Colonial e atravessou o Império, era comum na Paraíba até as primeiras décadas do século XX. Mesmo nas famílias burguesas, as moças eram desasnadas pelas mães e professoras particulares. Quando enviadas a colégios, sua permanência se restringia a poucos anos, o suficiente para ler os livros de reza e assumir as tarefas do lar, já que sua missão precípua era o casamento (RITZKAT, 2007). Propiciar muita leitura à mulher era correr sério risco do mau uso de tão nobre arte. Convinha mantê-la em

rédea curta, pois ao homem que não soubesse conduzi-la, eram imputados comentários desabonadores, e insultos a sua autoridade patriarcal.

Estelita entrou no colégio porque o irmão João Francisco, acadêmico de Direito, comoveu-se ao constatar “*que o meu desejo de estudar não arrefecia*”. Como estudante dispensada das mensalidades, pagando apenas a moradia e a alimentação no Colégio Santa Rita, correspondeu exemplarmente às expectativas das madres, a ponto de suas mestras identificarem, na aluna, virtudes franciscanas, e desejarem tê-la como membro da congregação. Porém, terminado o ginásio, Estelita não voltou ao colégio para fazer o curso normal. O estudo fora um privilégio alcançado com sacrifício dos familiares, e ela não correspondeu à expectativa de filiação à congregação, acalentada pelas mestras alemãs, que lhe garantiria continuar estudando sem pagar. Com seu espírito pragmático, tratou de fazer valer o investimento empreendido em prol da sua educação “*divinamente orientada*”, que marcaria sua existência octogenária. Como alternativa à impossibilidade de continuar no colégio, desenvolveu uma autodidaxia que lhe permitiu fazer-se professora nas condições de sua realidade concreta, a partir da experiência que viveu como aluna do curso ginásial.

Espelhada nas mestras alemãs, cultivou uma postura de educadora, desenvolveu competências pragmáticas, adquiriu um saber-fazer que conjugou conhecimento, técnicas e valores cristãos em um autodidatismo que, se não assumiu a dimensão da genialidade, teve repercussões positivas na comunidade. Ministrou, na rede particular católica e na rede pública, sem formação específica, e sem receber contestações, os conteúdos, as técnicas e o regime disciplinar da educação católica que “*freava os instintos e educava na Lei de Deus*”. Nesta afirmação percebemos o dispositivo religioso confundido ao dispositivo da sexualidade, com função estratégica na constituição dos sujeitos e na conformação da sociedade. Imbuída, enquanto membro da Juventude Estudantil Católica e como Filha de Maria, da missão de “*levar as almas a Cristo*”, encarou a educação como um apostolado que desenvolveu com a autoridade e a dedicação que aprendeu das suas mestras.

O valor que Estelita atribui à educação recebida no Colégio pode ser aquilatado pelo baú que mantém em seu quarto, com todo o material referente ao seu Curso Ginásial. Um relicário, cujo conteúdo tem entre 60 e 63 anos, em que até hoje diz encontrar inspiração. Ali encontramos os livros, cadernos e álbuns de todas as matérias do ginásio, correspondência, provas, e um raro exemplar do livro “*Solfejos e Cantos Escolares*” de autoria de Miguel Izzo, “propriedade reservada à Casa Wagner” em São Paulo. Nos álbuns de desenho, as séries “Pássaros Brasileiros”, “Flores Brasileiras” e “Sisal, Riqueza Nordestina” demonstram o

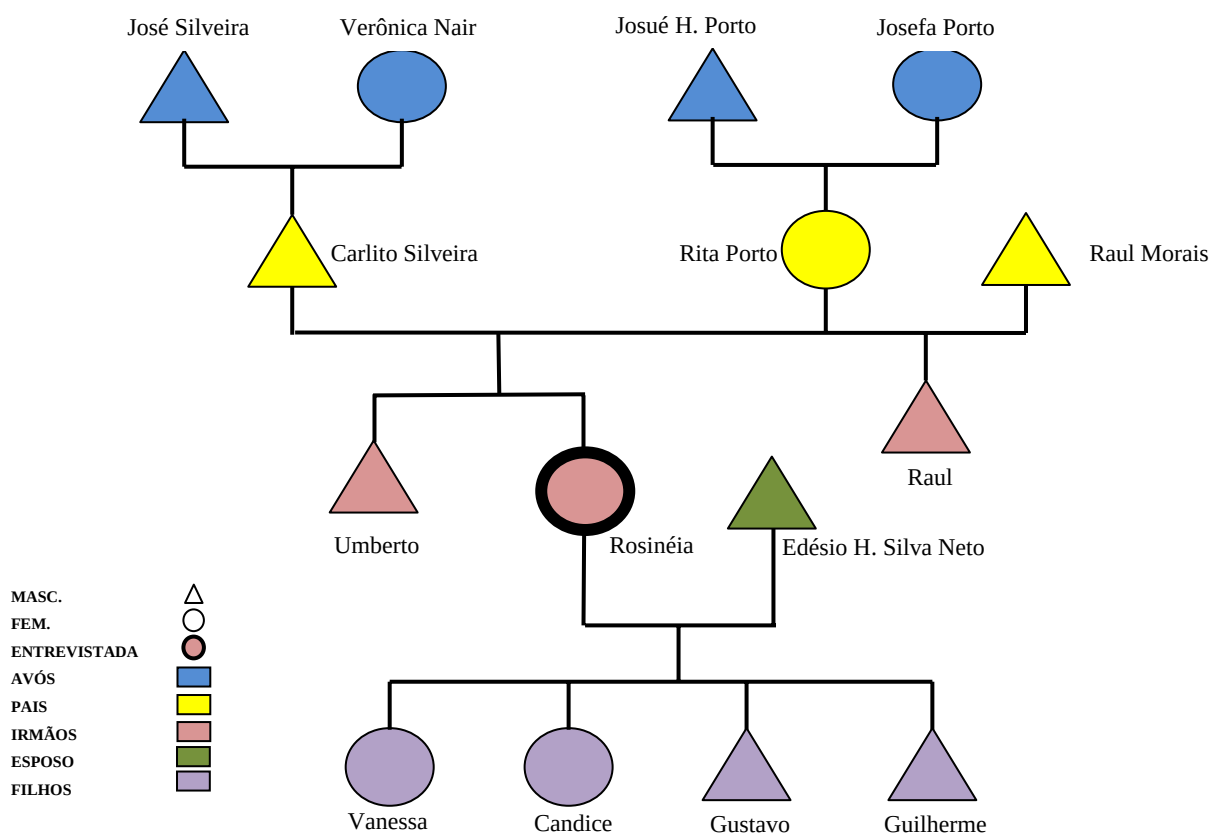
esforço de inserção da madre Rafaela no universo brasileiro. O baú de Estelita presentifica o patrimônio imaterial que reside em sua alma, e que por tantos anos ela socializou através do magistério, da ação social e da prática religiosa na cidade de Serra Branca e circunvizinhas, capacitando professoras.

Em seus cadernos de Redação, encontramos explanações sobre a Bandeira, o Hino Nacional Brasileiro, o Patriotismo, os Heróis da Pátria, o Trabalho, a Família, as Riquezas do Brasil, Deus..., temas privilegiados no pacto de reciprocidade entre a Igreja e o Estado para a reorganização moral da República. Ajudando-se reciprocamente para promoverem a ordem pública e a paz social, as duas instituições garantiam a preservação da hierarquia a serviço dos interesses da política estatal e clerical, cuja estrutura se assentava na trilogia Deus, Pátria e Família, e continuou a inspirar a concepção desenvolvimentista da República (HORTA, 1994).

Nos cadernos de ditado das línguas materna, inglesa e francesa, depois da nota das mestras, consta a correção das palavras erradas, cinco vezes reescritas pela aluna. A capa dos cadernos, adquiridos no próprio colégio por ocasião da matrícula, é ilustrada com a imagem do Padre Anchieta catequizando os nativos, e, em perspectiva, o Cristo Redentor como símbolo do IV Congresso Interamericano de Educação Católica que se realizaria no Rio de Janeiro em 1951. Na contra-capas, trechos de encíclicas papais referentes à educação, o que é revelador dos imbricamentos ultramontanos na educação do Colégio Santa Rita e de suas alianças com a elite política no Brasil. No caderno de Economia Doméstica, pontos sobre a Casa, Saúde da Família, Administração dos Empregados, Papel Salvífico da Mulher Cristã, Montagem do Cardápio para a Família, Educação da Prole, Dotes Artísticos da Boa Esposa, entre outros assuntos, conformavam a identidade de gênero, que se inicia através dos modelos de masculinidade e feminilidade disponíveis no sistema de parentesco, onde também se inicia o treinamento do corpo para expressar posturas e assumir posições de poder e de submissão.

Vinte anos após concluir o ginásio, compreendendo a necessidade de assegurar sua identidade profissional e imprimir-lhe um estatuto, Estelita fez o Curso de Suficiência em João Pessoa e as Licenciaturas Curta e Plena em História, na cidade pernambucana de Arcoverde. Sem descuidar do casamento e da maternidade, Estelita representa o pioneirismo no magistério em Serra Branca, agregando conhecimento e religiosidade, modelo que vê multiplicado por seus ex-alunos e ex-alunas. As marcas religiosas da profissão permanecem, e, embora reinventadas sob novos discursos e novos símbolos, se mantêm. Sobretudo, no ensino fundamental, perdura o caráter de doação e de entrega (LOURO, 1997).

O acolhimento, que identifica os Antoninos, e o cuidado, que remete a São Francisco, são aspectos identitários que Estelita continua a elaborar através da prática religiosa e da ação social em seu município.

6.5 ROSINÉIA SILVEIRA PORTO SILVA¹³⁷

Papai era Silveira do sertão de Vila Nova de Sousa, atualmente Sousa. Mamãezinha era da família Porto, do município de Pocinhos, para onde papai foi gerenciar a construção do hospital que ficava em frente à casa de vovó. Ali se conheceram, casaram-se e tiveram Umberto. Tão logo ela engravidou de mim, separou-se de papai, de modo que quando vim a conhecê-lo, estava com meus cinco anos, e, já que não tivemos convivência, minhas lembranças sobre ele são muito tênues, nebulosas. Mesmo com mamãezinha, convivi muito pouco na minha infância, pois ela casou-se novamente e Humberto e eu fomos para a casa de vovó, em Pocinhos, até atingirmos a idade escolar. Foi quando mamãezinha, que estudara no internato do Colégio Santa Rita desde a turma pioneira de 1937, fez a minha matrícula, recebeu das freiras o meu número e voltou a Campina Grande para fazer o meu enxoval, todo marcado com nome e número no ponto de cruz que aprendera em seu tempo de aluna.

¹³⁷ Aluna no Colégio Santa Rita de 1957-1958 (Curso Primário); de 1959-1962 (Curso Ginásial); de 1963-1965 (Curso Colegial Normal).

Regime de estudo: internato

História narrada em: 3º jul. 2010; 08 set. 2010; 14 set. 2010.

Residência atual: Rua: Hernani Lauritzen, 99 – Centro – Campina Grande/PB – CEP.: 58.400-133

Uma das lembranças mais marcantes que tenho de mamãezinha é a da minha entrega ao colégio no início do ano letivo de 1957. Senti um desamparo imenso, caí num pranto compungido, chorei dias seguidos, até que me familiarizei com as colegas. Madre Friedheid, a mestra do internato infantil, cuidava, mas era muito fria, não dava o suporte afetivo de que eu necessitava. Só quando passei para o internato das maiores no curso ginásial, ela sentiu-se liberada para me demonstrar o carinho que como minha mestra não se permitiu, talvez porque achasse que, para afirmar sua autoridade, necessitava daquele distanciamento, daquela severidade. Mas fui me acostumando, crescendo e me sobressaindo na aprendizagem, ganhando a simpatia das mães pela dedicação aos estudos, acomodando-me à rotina da educação alemã.

Durante a semana, quando saíamos da sala de aula, usávamos um avental sobre a farda. Após o almoço, voltávamos à mesma classe para fazer as tarefas e estudar as lições, sempre na presença da mestra e de sua auxiliar. Depois, tínhamos reza na capela. À noite, após o jantar, tínhamos um recreio, onde conversávamos, brincávamos, sorriamos e adiantávamos as atividades manuais, sempre direcionadas para um evento: dia das mães, dos pais, da criança, natal, etc. Durante todo o meu tempo de internato, confeccionei os presentes que dei a mamãezinha.

Após o recreio noturno, íamos todas ao banheiro. Ao subir, já em fila, não podíamos mais falar. Escovávamos os dentes e seguíamos para o dormitório, onde tirávamos o avental e trocávamos a farda pelo pijama, colocando a saia de pregas embaixo do colchão, para amanhecer arrumada. Penteávamos os cabelos, nos deitávamos e a Madre Rafaela apagava a luz. Quase nunca eu estava pronta quando a luz apagava, porque o meu cabelo era muito grande e eu demorava a desembaraçar. Uma noite, perdi o controle e quando ela apagou a luz, soltei a expressão: "Vá prá China!" Madre Rafaela acendeu imediatamente a luz e perguntou: "Quem foi que me mandou ir para a China?" Eu prontamente respondi: Fui eu, mãe, que falei para Telma, a minha vizinha de cama. Mas a mãe sabia que era com ela, e respondeu: "Agora é você quem vai prá China!" E me isolou na enfermaria onde passei a noite sozinha, chorando, morrendo de medo.

Vivíamos em um sistema de vigilância e controle muito rígido, em que as pequenas transgressões eram anotadas na caderneta das mães, sendo cumulativas para um castigo que vinha a caminho. Três atrasos na fila para qualquer atividade implicavam no corte do passeio dominical pelas ruas da cidade até a matriz, o cemitério, as imediações do hospital, a

cadeia pública e à Escola de Agronomia, onde éramos observadas pelos estudantes. Esta era a melhor parte, apesar das ladeiras.

As mães abordaram mamãezinha para que eu entrasse no estudo opcional de música, mas, nesta área, não obtive sucesso. Depois de tentar o piano, o violino e o acordeom, madre Venância deu o veredito: “Desista, minha filha, você não tem ouvido musical”. Talvez por isto, eu guarde ainda na memória, os sons dos cantos na sala de orfeão e no coro da capela, que eu achava tão lindo, mas era fora do meu alcance. Nunca tirei aquelas músicas da minha memória. Mas eu não me queixava. Tinha sempre espaço para me sobressair. Pela estatura, marcava presença nos desfiles cívicos, compondo a Guarda da Bandeira e nas demonstrações de ginástica organizadas pela irmã Filomena. Pela dedicação e pelo timbre de voz, era presença cativa na arte cênica, nos recitais de final de ano e na leitura de epístolas por ocasião das missas solenes.



Ilustração 52 - Desfile Cívico "Sete de Setembro" (Rosinéia é a primeira à direita)
Arquivo da entrevistada.

A cada matéria que lecionavam, as alemãs sabiam imprimir uma dinâmica que, de alguma forma, prendia a minha atenção. Nas aulas de desenho, por exemplo, aprendíamos a fazer estrelas, caixas, lanternas, álbuns, desenho geométrico... A madre também solicitava o desenho livre através de temas, como por exemplo, flores brasileiras, pássaros brasileiros,

datas cívicas e culturais... Das muitas coisas que aprendi com a madre Rafaela, as que mais me marcaram foram o desenho do perfil humano infantil e adulto, e as letras góticas com o uso da pena específica e do tinteiro.

Já para exercitarmos a língua estrangeira, as madres providenciavam correspondentes. Eu me correspondia com uma moça da Alemanha e com um rapaz da Turquia, mas toda a nossa correspondência era controlada, uma vez que antes de ser colocada no correio passava pelo crivo da irmã Jacinta, professora de línguas, sob pretexto de correção. Desse modo, só escrevíamos o que ela consentia.

Aprendemos também uma técnica para a arrumação dos nossos armários que eram dois: um no dormitório e o outro no corredor próximo às salas de música. A arrumação era detalhada, de modo que todas as peças ficassem no mesmo tamanho. Aprendi também a fazer a cama, que era a primeira obrigação, antes de se fecharem as portas do dormitório que só era reaberto para as alunas na hora de dormir, à noite. Se alguma de nós passava mal durante o dia, era encaminhada para a enfermaria. Ainda hoje, aqui em casa, reproduzo o sistema de arrumação que aprendi no colégio.

Toda a nossa rotina era precedida de uma fila: o uso do sanitário e do banheiro, a missa, a sala de aula, a capela, o passeio na cidade, o refeitório. Quando eu era do internato infantil, a refeição era servida pela mestra, madre Friedheid. No internato maior, a partir do ginásio, a mestra era madre Rafaela, “a Cabeluda”, auxiliada pela brasileira irmã Filomena. Nossa refeição era muito simples: pela manhã, após a missa das seis, era servido café com leite e pão com manteiga. No lanche das dez horas, recebíamos um pão e um pedaço de rapadura, o famoso “chocolate alemão”. No almoço, comíamos feijão, arroz, macarrão, verdura e carne, e uma fruta como sobremesa, quase sempre, banana anã. Nos dias de festa, saía galinha, e como sobremesa, um doce. O lanche da tarde era a refeição mais esperada, por ser a hora em que podíamos comer a merenda extra, enviada por nossos pais. Aquelas que não tinham o lanche extra, repetiam o pão com rapadura. No jantar, tomávamos sopa, macaxeira, arroz, uma carne. Não havia lanche antes de dormirmos e, por isto, eram comuns os desmaios na missa diária das seis e quinze da manhã. No domingo à noite, madre Rafaela abria uma banca de chocolate sonho de valsa, onde podíamos comprar para comer ao longo da semana. O caráter educativo desta banca era justamente dominar a gula, mas eu não conseguia. Comia todos na mesma noite.

Desde o internato menor, aprendíamos a etiqueta básica para uma refeição, aprendíamos a evitar o desperdício e a não reclamar da qualidade da comida. Mas houve um

doce que ficou na história. Era dia de festa e serviram um doce de abóbora péssimo, que foi rejeitado e muito comentado por nós. Em represália aos comentários e risos, todo o internato foi privado do lanche da tarde, justamente aquele que era o melhor, porque vinha da nossa casa. Com as alemãs, não tinha moleza não! Mas tudo isto me educou para a vida, para criar meus filhos, para ser econômica como dona de casa, para valorizar o pão de cada dia.

As mães tinham extremo cuidado para evitarem a exposição do nosso corpo. E para isto, a primeira coisa que aprendíamos, já no internato infantil, era a técnica de nos despirmos e nos vestirmos por sob o roupão, de modo que nenhuma de nós via nada do corpo das colegas. Dormíamos de pijama que, além de aquecer, escondia melhor o corpo. Éramos orientadas a dormir segurando o lençol próximo ao pescoço, tudo isto para que não tocássemos em nosso corpo.

No banho, o tempo era controlado na base do apito. Como eu usava o cabelo longo, o tempo só dava para uma coisa: ou lavava o corpo ou lavava os cabelos. Como aos domingos não havia banho, eu nunca lavava os cabelos no sábado para não ficar sem banho por dois dias consecutivos. Somente quando completei quinze anos, mamãezinha me permitiu cortar os cabelos e eu consegui tomar banho e lavá-los dentro do tempo estipulado. Então passei a ter só o domingo sem banho, justo o dia em que, desde as seis horas, usávamos blusa de mangas longas, que compunha a farda de gala para a missa dominical.

Uma noite, antes das 21 horas, ainda no internato infantil, senti necessidade de usar o sanitário fora do horário permitido. Mas os nossos sanitários estavam fechados até aquela hora. Apertada, usei o sanitário das internas maiores. A madre Friedheid percebeu e castigou-me. Foi o meu primeiro castigo no colégio, um constrangimento, do qual nunca esqueci.

As alemãs eram muito frias. Não demonstravam afeto, não acolhiam fisicamente e eram muito maliciosas. A amizade muito próxima com uma só colega não era permitida e as demonstrações de carinho eram censuradas. Uma vez beijei a face de uma colega que estava aniversariando e fui fortemente repreendida. A madre Trautlinde estava entre as mais puritanas. Dizia que o soutien era invenção do diabo para incitar o desejo masculino, pois o rapaz, ao dançar, passava a mão nas costas da moça, sentia o soutien e imaginava as partes que o preenchiam, cometendo pecado em pensamento, e depois em ações. O certo era usar combinação bem forrada e atacada. Ela me ensinou a fazer uma blusa de tricot e eu quis a blusa sem mangas. Ficou linda! Quando terminei, fiquei muito orgulhosa do meu trabalho. Ela pediu a blusa para guardar e dias depois me devolveu a blusa com mangas. Eu tive tanto

desgosto, que chorei, por causa da imposição dela. Madre Dolores não deixava por menos, pois quando fizemos um passeio à Baía da Traição, em cima de um caminhão de propriedade do pai de uma colega, subimos na carroceria de vestido, porque ela não nos permitiu usar calça comprida, sob a alegação de que era “coisa do demônio”. Isto, já nos primeiros anos da década de 1960.

Quando havia jogo na Escola de Agronomia, o diretor formalizava convite para a superiora e enviava o ônibus para nos apanhar. Era a glória! Foi em um daqueles jogos que vi Edésio, meu esposo, pela primeira vez. Ele já havia sido namorado de uma colega minha. Estava em Areia representando Campina Grande como jogador do time do Exército, mas nós não ficamos namorando. Ninguém se aproximava porque as mães não permitiam. Nas férias, quando vim para casa, em Campina Grande, fui a uma festa junina onde nos aproximamos e começamos a namorar.

Para as internas do meu tempo, a confissão era semanal. Então, no último ano que passei no colégio todo mundo sabia que eu namorava Edésio. Os pecados eram sempre os mesmos: “tive preguiça de levantar da cama, de estudar, desobedeci à mamãe nas férias...” Mas Frei Lúcio me veio com outra pergunta: - “tem namorado?” - “Tenho sim, senhor”. - “Ele coloca a mão no seu ombro?” - “Coloca sim, senhor”. - “Ele desce a mão até seus seios?” - “Não, senhor!” Agora eu fico pensando: para poder me interrogar, eu acho que Frei Lúcio imaginou aquela cena da mão descendo no meu colo e tocando meus seios. O interessante é que, antes desta confissão, eu havia ido ao meu armário que ficava próximo à sala de música, pegar alguma coisa e saí apressada, correndo. Quando dobrei o corredor, esbarrei em cima dele. O choque foi tão violento que os meus óculos se quebraram. Ele ficou vermelho como um pimentão maduro.

Eu cheguei ao colégio ainda criança. Então, tive sarampo, caxumba e catapora sendo cuidada pela irmã Isabel, separada das colegas, na enfermaria. Recebia constantes visitas médicas e era muito bem tratada. Como a enfermaria era colada com a sala onde irmã Agnes fazia as hóstias, quem estava doente tinha direito a comer os retalhos das hóstias. Isto era a coisa boa de estar doente. Tive também uma tosse persistente que não foi redimida com o tratamento médico. As mães fizeram xaropes e lambedores, mas naquele frio de Areia, a tosse não cessava. Então, Madre Rafaela me deu uma garrafa de vinho Celeste e um pequeno cálice, e foi com este vinho que me curei da tosse. Quando casei, soube que a fábrica deste vinho pertencia à família do meu esposo.

Semanalmente, cada interna separava sua roupa usada, fazia um rol escrito e entregava para as lavadeiras, que eram leigas contratadas pelas mães para lavar a nossa roupa. A roupa grande era colocada no saco maior e a roupa íntima no saco menor, que trazíamos no nosso enxoval. Quando recebíamos a roupa lavada e passada, fazíamos a conferência, confrontando com o rol de peças enviadas. Além deste cuidado educativo que incutia responsabilidade com os nossos pertences, havia também um critério econômico a obedecer: um número de peças por lavagem, que não podia ser ultrapassado, e que nos obrigava a adotar um padrão de higiene controlado pelo colégio. E assim vivíamos, controladas de todas as formas, em todas as atividades que executávamos. Mas por isso mesmo, éramos moças diferentes, bem cotadas para o trabalho e para o casamento. Éramos “cinderelas” que, em muitos aspectos, saíamos preparadas para a vida.

Se no início da minha vida no colégio eu era muito tímida, no ginásio e principalmente no curso normal eu estava plenamente adaptada ao internato, tanto que, nas férias, contava os dias para voltar. Cheguei até a passar férias em Areia, na casa de uma colega externa chamada Adelaide, filha de uma amiga de mamãezinha, dona Laura, casada com o Dr. Manuel Gouveia, que, inclusive, foi professor no colégio. Minhas colegas mais próximas eram Maria do Socorro Gomes, de Boa Vista, que era distrito de Campina Grande, e Maria Helena Marçau, de Picuí. Mas havia internas de todos os recantos da Paraíba, inclusive da capital e, naquele tempo, já existia rivalidade entre Campina Grande e João Pessoa, porque às internas procedentes da capital era permitido só retornarem das férias juninas após a Festa das Neves que terminava no dia 05 de agosto. Então, as do interior sentiam inveja por não gozarem de tal privilégio.

No último ano do Curso Normal, além de recebermos uma orientação espiritual direcionada para enfrentarmos os “perigos” da vida fora do colégio, que cabia a madre Rafaela enquanto mestra do internato, nós tínhamos também a culminância da nossa profissionalização com a madre Iluminaris, uma grande educadora, uma mulher que sabia criar em educação, uma mulher esforçada para nos ensinar as coisas do Brasil, que ela teve que aprender e sabia mais do que muitas brasileiras. Pelos temas que eram desenvolvidos no estágio, a gente percebia isto. Colegas minhas exploraram temas nacionais como o sisal, o jenipapeiro, a cana-de-açúcar, o Rio São Francisco, Brasília - a nova capital, entre tantos outros, sob a orientação de madre Iluminaris. O meu tema foi mais universal: a Organização das Nações Unidas (ONU).

Eram meses de preparação, com a aplicação dos conhecimentos da didática, da psicologia e das práticas de ensino em Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências aprendidas ao longo do curso, puxando o gancho para a religião. Tudo pronto, ela fazia conosco uma preparação psicológica e íamos para a prova de fogo: quinze dias como regente de uma classe do ensino primário, com ela nos assistindo, corrigindo algum deslize e ficando conosco após as aulas, para preparar o dia seguinte. Depois de tudo, nós percebíamos que ela estava orgulhosa de nós, e com o mesmo empenho se aplicava na organização da festa de diplomação, encaminhada desde o início do ano pela equipe da dança, da música e das artes cênicas, tendo à frente as madres Siegfrieda e Inviolata. O tema da hora solene da minha formatura foi “Cinderela somos nós”. Eu encenei a peça como Cinderela e a colega Maria do Carmo, irmã da irmã Inês, foi o príncipe encantado.



Ilustração 53- Encenação da Peça "Cinderela Somos Nós"
Arquivo da entrevistada

Ao ritual da formatura do Colégio Santa Rita, nem toda festa da universidade se aquilatava. Tinha missa, juramento, discurso de políticos importantes, números de música

erudita e dança clássica e, na minha turma, tivemos um baile no Clube Areiense, por articulação dos pais de alunas externas que eram influentes na cidade. E nós também trabalhamos ao longo do ano, apresentando peças teatrais em Areia e nas cidades onde residiam as famílias das internas, para custear a orquestra. O vestido de baile tinha cor padronizada, que era a azul. O modelo era escolhido por nós, mas não podia ser muito decotado. Todas nós queríamos ser a cinderela, a mais bonita da festa. As mães caprichavam no traje, orgulhosas das filhas diplomadas. A festa era um verdadeiro desfile. Mamãezinha levou de Campina Grande uma cabeleireira para nos pentear.

Edésio, meu namorado, veio assistir, mas foi do meu irmão mais velho, Umberto, que recebi solenemente o anel. Com o meu irmão Raul, filho do segundo casamento de mamãezinha, dancei a valsa. Fui também escolhida oradora da turma.



Ilustração 54 - Solenidade de formatura de Rosinéia Silveira Porto
Arquivo da entrevistada

Depois que saí do colégio, a madre Carolina também saiu para o Colégio João XXIII, da mesma congregação, sediado em João Pessoa. Uma tarde, recebi em Campina, a visita de uma noviça chamada Rosa de Lourdes, que foi enviada por madre Carolina para me convidar a ensinar no Colégio João XXIII. Eu era uma filha delas, preparada por elas, em quem elas confiavam plenamente. Fiquei honrada e agradecida, mas meu coração já era de Edésio, que estava estabelecido entre Campina Grande e Cuité, onde se localizavam as fazendas do seu pai. Então recusei.

Passei no vestibular para o Curso de Letras, mas não concluí o curso. No último ano, desisti, casamos e fomos morar na Fazenda Jacú, propriedade do pai de Edésio, no município de Cuité. Depois mudamos para a Fazenda Santa Celina, propriedade nossa, onde permaneci até que os meus filhos atingissem a idade escolar. Quando engravidava, vinha ganhar nenê em Campina Grande. Depois, esta situação se inverteu. Morávamos em Campina Grande e íamos à fazenda em férias. Foi quando exerci o magistério como professora de Português e de Inglês por alguns meses, no Colégio XI de Outubro e no Colégio Estadual da Prata. Mas Edésio não queria que eu trabalhasse fora de casa. Não resisti à pressão, e acabei cedendo.

Na minha vida prevaleceu mesmo a Cinderela, que, como no conto, encontrou o príncipe encantado. Cultivo até hoje toda a nossa história, desde a primeira carta que enviou para o internato. Eu o havia advertido de que recebíamos toda a correspondência aberta, lida pelas madres antes de chegar às nossas mãos. Mesmo a de mamãezinha era previamente lida pelas madres. Na primeira carta Edésio escreveu: “A ausência tira a presença, é claro, porém não tira a lembrança e muito menos as saudades que sinto de ti. Edésio”. Ainda hoje, a recíproca é totalmente verdadeira, e foram estas suas palavras que transcrevi para o convite da missa no sétimo dia de sua morte, em 19 de setembro de 2004.

Enquanto residi no colégio, ocorreram alguns fatos que repercutiram em nossa vida, alterando a rotina da casa. O mais grave foi a capotagem do ônibus que fazia a linha Areia – João Pessoa, na serra que dá acesso a Alagoa Grande, em que viajavam algumas internas acompanhadas pela madre Ildefonsa, para passarem férias em casa. Morreu uma menina do internato infantil e a madre quebrou o quadril. Ficamos consternadas, enlutadas mesmo. Rezamos muito, reunidas na capela. Outro fato impactante foi a morte da irmã Isabel que auxiliou a madre Rafaela no comando do internato maior. Também o suicídio de um estudante de Agronomia, chamado Boris, que nós nem conhecíamos, mas como tudo o que acontecia na Escola de Agronomia despertava o nosso interesse, vivemos aquele episódio,

que fez parte da pauta do nosso recreio. Foi encontrado na mata, já em decomposição, com um tiro no ouvido e o revólver ao lado do corpo. Ele havia namorado uma colega nossa chamada Josita Gondim, que era muito bonita, com a qual me comunico até hoje, através de e-mail. A morte do papa João XXIII em 1963, anunciada na capela por Frei Lúcio, foi outro momento forte na vida do colégio. Nessa tarde, no recreio noturno e em nossas camas, redobramos as orações.

Mas nem só com episódios fúnebres se alterava a nossa rotina. Naquele tempo, muitos rapazes roubavam as moças, para apressarem os casamentos. Foi o caso da nossa colega de turma Maria do Carmo Jardelino Costa. Ela era externa e namorava com um estudante de Agronomia chamado Vital. Ainda lembro que foi em um sete de setembro. Era uma colega maravilhosa que havia propiciado um passeio à nossa turma para conhecer o funcionamento do engenho Bujari, de propriedade dos seus pais, que eram muito considerados pelas madres. Este acontecimento rendeu muito no colégio e as madres trataram de explorá-lo, pedagogicamente, orientando a obediência, o respeito aos pais e às convenções sociais, a necessidade de conter os impulsos, de esperar o momento certo para fazer as coisas, etc.

Outro momento de euforia foi a Copa do Mundo de Futebol de 1962. Naquele tempo, não havia ainda televisão no colégio. Para ouvir o jogo, nós nos acomodávamos nos degraus da escadaria que dá acesso às salas de aula, como se fosse uma arquibancada, e embaixo, no corredor, era colocado o rádio sobre uma mesa. No jogo contra a Alemanha, quando o Brasil ganhou, a turma explodiu em uma vibração que as freiras não puderam conter. O Brasil era o melhor! Foi uma vingancinha saborosa.

Para quem, como eu, entrou no colégio ainda menina, era possível perceber que a convivência entre as franciscanas não era pacífica como pregava São Francisco, e isto ficou claro para minha turma de internato em uma ocorrência que nos deixou intrigadas. Foi numa noite em que irmã Filomena estava conosco no refeitório e suas lágrimas incontidas chamaram a nossa atenção. Nós gostávamos dela porque ela era muito camarada, quase íntima. Então, solidárias, perguntamos por que chorava. Ela nos respondeu que não podia falar. Depois viemos a descobrir que estava proibida de conversar conosco, para evitar o estreitamento do vínculo em detrimento da nossa relação com madre Rafaela, sua superior na tarefa de mestria do internato.

As madres eram preconceituosas e isto era visto dentro do colégio. Havia uma interna chamada Fátima Feliciano que tinha uma voz bem arrastada e era muito espirituosa. Não era uma menina trabalhosa, mas era negra e as madres não gostavam dela. Da noite para o

dia, Fátima sumiu. Quando perguntamos por ela, madre Rafaela disse que ela havia sido expulsa porque era rebelde, desobediente e mal comportada. Todas nós comentamos aquela expulsão, para nós, muito injusta. A gente sabia que a primeira freira negra que se viu no colégio foi a Irmã Fidelis, e foi colocada para cuidar da horta. Nós explorávamos estes episódios, criando uma dinâmica paralela à rotina imposta, para levar melhor a vida no internato.

A educação que recebi no colégio apliquei mesmo na família, no cuidado com a casa e na função de esposa. Tenho uma filha engenheira, e outra formada em Ciência da Computação. O mais velho dos rapazes é juiz no Rio Grande do Norte, e o caçula é advogado aqui em Campina Grande. Hoje, estou novamente sozinha, pois todos já estão casados.

Mas aqueles anos de internato estão muito vivos, tanto na minha mente quanto nas coisas materiais, como este álbum de fotos que registra parte da minha vida no colégio, uma estante que tenho na fazenda onde guardo os livros, cadernos e álbuns que têm as notas e as observações escritas pelas freiras, o meu traço no desenho, o meu sentimento, o meu gosto e a minha dedicação em cada trabalho realizado. Aprendi todos os trabalhos da madre Trautlinde, inclusive o ratanger. A maior parte deles continuei a fazer na fazenda, mas minha preferência é pelo ponto de cruz, que está nestes panos e toalhas dos meus primeiros anos de casada. Hoje, é o único trabalho manual a que me dedico.

Tudo o que vivi, valeu a pena. Por onde passei, a referência ao meu colégio era motivo de distinção. Fui feliz em todas as etapas da minha vida, mas não vivo do passado. O que me faz feliz é o momento presente. Não tenho do que reclamar, pois tenho filhos bem sucedidos.

Mas, os muros do colégio ainda me guardam, a capela ainda acolhe as minhas preces e o apito da madre Rafaela ainda ecoa nos meus ouvidos. Agora sem pressa, sem medo, sem aquela euforia da juventude. Na verdade, o colégio está em cada um dos meus filhos, na arrumação desta casa, nos trabalhos que faço, na minha conduta de vida. O que está por vir, seja o que for, será vivido a partir do que aprendi com as franciscanas, principalmente as alemãs, que tinham fibra no comando da educação.

6.5.1 O arquétipo de Cinderela na construção do feminino

Na turma de Rosinéia, o lema “Cinderela Somos Nós” encerrava a mensagem pedagógica da persistência, da obediência, da verdade e da pureza de corpo e alma, como virtudes indispensáveis à mulher e à educadora brasileira.

No conto original,¹³⁸ a mãe de Cinderela morre e o pai casa-se em segundas núpcias com uma viúva que tem duas filhas, vindo também a morrer. Com a morte do pai, Cinderela é escravizada pela madrasta e suas filhas, que passam a chamá-la Gata Borralheira. No reino vizinho, procura-se uma esposa, e, para tanto, anuncia-se um baile. Impedida de ir ao baile, Borralheira é amparada por uma fada que lhe restitui a condição de Cinderela para ir à festa, sob a condição de voltar à meia-noite. Na hora aprazada, Cinderela se desenlaça do príncipe que só com ela dançara, e volta correndo para casa, perdendo um dos seus sapatinhos, que ele, encantado com sua beleza deslumbrante, esconde sob suas vestes, e, ao amanhecer, entrega-o a um emissário como pista para que encontre a sua dona. Na casa de Cinderela, o emissário expõe o sapatinho à madrasta, que tenta, em vão, calçá-lo nos pés das suas filhas. Ao ver que suas filhas sangram os pés, mas não conseguem acomodá-los no sapatinho, a madrasta finge um acidente, deixando-o cair e quebrar-se, no exato momento em que surge Cinderela com um pé calçado no sapatinho de cristal e o outro descalço, comprovando ser a pessoa procurada. Torna-se então a dona do coração do príncipe com quem se casa, e vivem, ambos, felizes para sempre!

Um olhar sob o enfoque da categoria gênero revela a mensagem subliminar do conto que inspirou o tema da festa de Rosinéia: existindo à sombra do pai, com a morte deste, Cinderela perde seu nome, seu status e sua identidade. A convivência conflituosa com a nova família instala a competição no interior do próprio gênero, cindindo-se a sororidade feminina em razão da precedência masculina. Cinderela não esboça resistência, nem tem iniciativa pessoal para escapar à servidão imposta. A invocação à transcendência instala as polaridades “bem/mal”, bondade/maldade no contexto da história. Como par constante do príncipe, Cinderela vive, através da dança, seus primeiros jogos eróticos, ao seduzir e ao deixar-se seduzir pelo príncipe. Porém, escutando o relógio, obedece à fada e não ao coração, impondo o princípio da realidade sobre o princípio do prazer, aspecto repressivo que a Igreja Católica julga necessário à vivência do verdadeiro amor.

¹³⁸ Charles Perrault (1628-1703) compilou contos ancestrais universais, entre os quais, o conto “Cinderela”, que publicou em 1697, e desde então, vem sendo explorado na literatura, no cinema e na dramaturgia (BARSA, 1999).

Na escadaria do palácio, perde um dos seus sapatinhos, providência sobrenatural para o reencontro com o amado. Mas, a procura através do sapato é obstaculada pela madrasta, que o deixa cair e quebrar-se, instalando-se, no conto, a inveja que historicamente atravessa as relações entre as mulheres no contexto patriarcal. Neste momento, a virtuosa Cinderela aparece calçando apenas um dos sapatinhos, como prova cabal de que é a pessoa procurada. Vencera todas as provas, pela humildade, paciência, renúncia e obediência. Encontra, finalmente, um substituto para o pai, à sombra de quem viverá, pois sua identidade se constitui a partir da identidade masculina, que lhe é hierarquicamente superior, e sua vida está reportada exclusivamente ao matrimônio como destino de felicidade perene. Trata-se de um conto de partida em que a heroína está pronta para viver sua sexualidade genital. Encontra-se madura para enfrentar a vida e vencer suas tribulações, mas a sexualidade só lhe será permitida depois que ela comprovar sua maturidade, vencendo as dificuldades que lhe são impostas (CHAUÍ, 1991).

Tal como Cinderela, Rosinéia não teve a família que era convencional no seu tempo de criança. Quando seus pais separaram-se, ela nem havia nascido. Cinderela, na cozinha da madrasta, e Rosinéia no internato, viveram a preparação necessária para as experiências futuras. A primeira, obediente à fada, e a segunda, às mães. Na história de ambas, o corpo, enquanto lugar de presença no mundo, foi normatizado pelos discursos e práticas disciplinares. Instruída e espiritualizada, Rosinéia adquiriu a prontidão para sua partida. Teve, como no conto, seu rito de passagem do mundo infantil-adolescente para o mundo adulto-profissional. Teve como Cinderela, um lindo vestido, um baile, um príncipe encantado. Sua atuação no magistério foi meteórica, em função da vontade do esposo para que se dedicasse cem por cento ao lar. Prevalecia em muitas famílias burguesas paraibanas a concepção de que a mulher era ministra do lar, que, como vimos, fora preconizada por Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*. No máximo, tolerava-se que, como educadora de crianças, trabalhasse metade do dia, para comprar seus alfinetes, mas nunca para equiparar-se ao provedor a ponto de libertar-se da sua custódia.

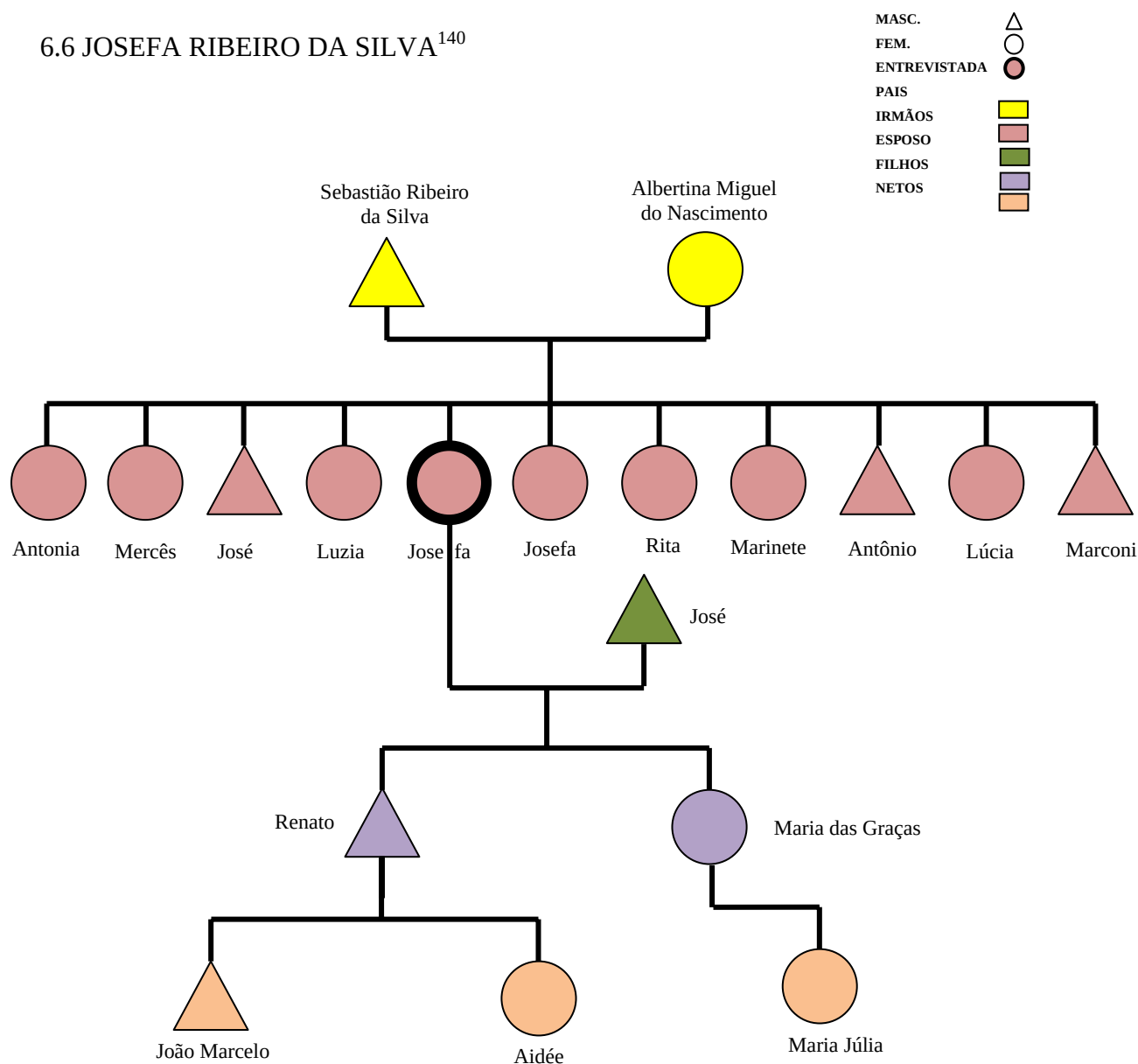
Como no conto, o idealismo romântico concretizou-se no casamento com Edésio, seu primeiro namorado, confirmando que os ideais de maternidade, de rainha do lar e de esposa virtuosa, mais do que marcas culturais, são princípios pedagógicos que a educação católica, através, principalmente, da escola normal, aplicou de forma competente.

Cinderelas e príncipes houve que não respeitaram o tempo e impuseram o princípio do prazer ao princípio da realidade. Saíram de casa para o colégio como solteiras e voltaram de

aliança na mão esquerda, encarnando a colegial que come o lanche antes do recreio. Estas, não voltaram ao colégio como alunas, pois o seu novo estado civil lhes permitia vivências que não podiam ser compartilhadas com as virgens.¹³⁹

As memórias de Rosinéia demonstram claramente a rede articulada de práticas, táticas e de discursos acionada para erigir a identidade das alunas. Percebemos, também, tensões e conflitos vivenciados entre os membros da congregação, e a capilaridade do poder em relação às posições dos sujeitos no interior do colégio.

¹³⁹ Sobre noivos em fuga, ver trabalho de Santana (2008).

6.6 JOSEFA RIBEIRO DA SILVA¹⁴⁰

Não conheci meus avós. Tenho informação de que minha avó materna morreu em 1944, ano em que nasci. Meu pai, Sebastião Ribeiro era conhecido, pejorativamente, como Basto da Macaxeira, referência estendida às suas filhas. Vendia na feira, nas ruas da cidade e na própria casa, batata, inhame, macaxeira. Vendia tudo o que pudesse contribuir honestamente para o sustento da família. Era muito esforçado e humilde, e se distinguia das pessoas de sua condição social, por ser conhecido e respeitado, numa época em que as pessoas pobres, em Areia, sofriam uma verdadeira anomia.

¹⁴⁰ Aluna do Colégio Santa Rita de 1960-1963 (Curso Ginásial); de 1964-1966 (Curso Colegial Normal)

Regime de ensino: externato

História narrada em: 22 mai. 2010; 29 mai. 2010; 12 jun. 2010.

Endereço atual: Rua: Fernando dos Santos Leal, 501 – Areia/PB – CEP.: 58.397-000

Mamãe era costureira. Uma pessoa inspirada, uma mulher sábia, de uma sabedoria que não é revelada nos livros. Sabedoria de mãe que ensina os filhos a serem “gente”. Superando grandes dificuldades nos criou com uma lisura de caráter que abriu espaços para a nossa negritude nos ambientes dos “brancos”. Foi no exemplo da sua força que nos afirmamos na preconceituosa cidade de Areia. Sua severidade, própria das mães conscientes, era sempre dosada com o cuidado possível à nossa condição de vida. Ela e papai, cada um ao seu modo, viveram a vida por nós e para nós, mas foi de mamãe o maior esforço para que estudássemos.

Minha primeira professora foi Dona Elita Ataíde Luna, na rua em que nós morávamos, a Rua São José, aquela ladeira conhecida como Rua do Bode. Depois de alfabetizada, estudei no Grupo Escolar Álvaro Machado. Concluído o Primário, prestei Exame de Admissão no Colégio Santa Rita, onde cursei o ginásial e o normal, com bolsa de estudo. Antes de concluir o curso normal, comecei a trabalhar como professora polivalente na Escola Paroquial Carlota Barreira. Padre Ruy Barreira Vieira arranhou o meu contrato pelo Estado e tomou posse por mim, em João Pessoa. Foi a realização do meu sonho de ser professora e a oportunidade de ajudar financeiramente em casa. Quando mais tarde Madre Iluminaris me ofereceu outra colocação para trabalhar com surdos-mudos, inclusive com curso específico fora de Areia, eu não pude aceitar, em reconhecimento a padre Ruy. Eu indicava minhas colegas e ela retrucava: - “esta não tem iniciativa, aquela não tem perfil docente, a outra não tem responsabilidade...” Uma das coisas que mamãe nos ensinou foi a gratidão, e até hoje reconheço a ajuda que padre Ruy e as madres alemãs prestaram a minha família.

Com todo o preconceito contra a nossa cor, elas tinham senso de justiça, e eu não posso obscurecer a ternura da madre Rafaela nas aulas de desenho, o sorriso da madre Inviolata elogiando o meu “ouvido” nas aulas de canto, a bondade da madre Trautlinde que chegou a me dizer: - “a sua é a melhor família de Areia”; a perspicácia da madre Iluminaris em reconhecer, na minha pessoa, as qualidades que reputava a uma boa professora. Eu as amava e ainda as amo mais do que às freiras brasileiras, cuja discriminação me marcou muito mais fortemente.

Mercês foi a primeira da família que estudou no colégio. Ela abriu um caminho para nós porque é muito aplicada e educada. Tornou-se crível e valiosa aos olhos das madres. Quando eu cheguei ao Colégio já fui tributária da confiança que Mercês mereceu. Das professoras leigas, a inesquecível foi Maria do Carmo Sousa, que ensinava Português,

matéria que depois de fazer o Curso de Letras, eu ensinei no Colégio. Gostava também de Violeta de Brito Lyra, minha professora de História. O professor com o qual eu menos me identifiquei foi Américo Perazzo, que ensinava Latim. Havia uma grande distância entre nós.

Das colegas de turma, a mais íntima foi Penha Menezes, que era a mais simples depois de mim. Nós ficávamos juntas no recreio e compartilhávamos assuntos pessoais e preocupações de estudo. As outras eram afastadas e as internas, bem mais reservadas, como se fossem especiais. Havia também colegas freiras. Eu via o Colégio como um monumento gigantesco. Depois da capela que ainda hoje eu tenho como um refúgio, o lugar mais agradável para mim era o pátio do recreio, onde eu podia conversar e sorrir com Penha Menezes. Outra sala em que eu gostava de estar era a sala da madre Trautlinde, que hoje vive fechada, onde ficava Nossa Senhora das Graças, minha santa protetora, que inspirou o nome da minha filha. Hoje, acho que a santa foi colocada no refeitório.

Como eu sempre quis ser professora, a mestra que mais me marcou foi madre Iluminaris. Com que dedicação, competência e energia ela formou gerações de professoras, de 1937 a 1976 quando retornou à Alemanha, desencantada com as novas diretrizes da congregação, que focalizavam a ação social em detrimento da ação educacional. Por este tempo, o ensino laico já era dominante e não se prestigiava, como outrora, a educação religiosa. Desde o início da década de 1970 já não havia mais paraninfos ilustrados e poderosos, nem festas suntuosas, nem normalistas da elite, nem pureza de costumes, nem internato, nem acomodação aos princípios da educação católica. Até mesmo as vocações escassearam a tal ponto que o Colégio teve que fechar a candidatura em 1978 e contratar leigos para o serviço do colégio.

Eu lembro como a vibração da Madre Iluminaris nos contagiava na preparação do nosso estágio supervisionado. O tema do meu estágio foi “Brasil Pindorama: terra das palmeiras”. Eu estudei tanto que não esqueço até hoje. Cataloguei vinte espécies de palmeiras, entre as quais, o butiá azedo, a macaíba, o catolé, o coco de palmeira, o buriti, o coco da praia, a carnaúba, o babaçu, o ouricuri...

Em torno do tema, ela nos ensinava a desenvolver um plano que abrangia todas as matérias. Foi lindo o meu estágio. A turma que ela me deu foi a 4ª série do Ensino Primário, no Colégio Santa Rita. Outras alunas ela mandava para as escolas da cidade: os Grupos Escolares Álvaro Machado, João Coutinho e Carlota Barreira. Quando ela foi me observar tomou o meu lugar e começou a dar aula. Eu interrompi: - “Madre Iluminaris, por favor, me deixe dar aula”. Ela sentou e permaneceu calada. Nos dias que se seguiram, quando ia

intervir, pedia licença. Acredito que ela interpretou minha atitude como positiva para o exercício do magistério.

O colégio realmente preparou-me para o magistério, através de uma educação de excelência, que eu não pude aproveitar na íntegra, porque não podia pagar os ensinamentos opcionais. Mas, o que eu pude aprender como aluna bolsista eu aprendi, e elas, reconhecendo o meu esforço e capacidade, me contrataram. Lá, ensinei como professora leiga de 1979 a 2003, quando as freiras professoras já eram escassas e as alemãs eram duas ou três. Hoje não existem mais.

Não tenho recordação das festas, a não ser das celebrações cívicas e religiosas que eram obrigatórias. As Madres sabiam organizar as festas para tocar o coração das pessoas. Lembro que no mês de maio, cada noite uma turma tinha um ritual destacado. Acima do altar, era montada uma estrutura de madeira na qual, a cada noite, uma vela larga era colocada alternadamente, à esquerda e à direita, que, permanecendo acesa durante a reza do terço, era depois apagada. A disposição das velas tomava a forma de um terço que se completava com a última vela colocada no dia 31 de maio, festa da Coroação de Nossa Senhora, quando eram re-acendidas todas as velas e o terço se completava. Era como se as orações, os louvores e os pedidos de todas nós subissem em forma de chama, como oferta aos céus. Este detalhe ficou gravado na minha mente para sempre.

Durante o mês de maio, Madre Iluminaris dizia: - “A aluna que não perder nenhuma noite do terço será escolhida para a procissão da coroação de Maria”. Eu não perdia uma noite! Com chuva, com frio, sem casaco, eu estava na capela do dia primeiro ao dia trinta e um de maio, nos quatro anos do ginásio e nos três anos do normal. Nunca fui escolhida! Nem no mês de maio nem em outras ocasiões.

Por ironia do destino, meu irmão Antonio casou-se em 1976 com Hanelore Partteli, que é alva como algodão. Italiana de nascimento, mas criada na Alemanha, ela veio para o Santa Rita como candidata à vida religiosa e recebeu o nome de irmã Simone. Tonhito conquistou-a com a alvura do seu caráter, do seu sorriso e do seu olhar. Quando havia missa na nossa rua, era sempre em nossa casa que se montava o altar. Irmã Simone e outras juvenistas e freiras cantavam os hinos e Tonhito, acompanhava, procurando o amor nas cordas do violão. Foi nesse louvor a Deus que surgiu a simpatia. Ela desistiu da vida religiosa, e o namoro evoluiu.

Ele fez Agronomia aqui em Areia, prestou concurso para a EMATER em Recife. Ela também foi trabalhar no Consulado, na mesma cidade, e lá, eles casaram. Algumas freiras,

principalmente brasileiras, censuraram o romance porque ele é preto, mas até hoje estão unidos. Após a aposentadoria, pretendem morar na Europa.

Eu e minha família sofremos duplo preconceito: por sermos negras e por sermos pobres. A discriminação que nos atingia vinha da sociedade areense, das mães alemãs e das mães brasileiras, inclusive das minhas contemporâneas do tempo em que já não era aluna e atuava como professora. Mas o preconceito teve seu lado positivo: sabendo que éramos visadas, nós procurávamos compensar o estigma dando sempre o melhor de nós no estudo e no trabalho. Somente em casa nós nos soltávamos, numa animação e numa alegria que só vendo!

Antonia não estudou no colégio porque faleceu aos onze anos de idade, quando ainda morávamos no sítio Lava Pés, onde papai botava cada roçado que dava gosto! Mercês foi professora pelo Estado, e hoje, aposentada, assumiu a secretaria da paróquia. Luzia também foi professora na Escola Carlota Barreira. Estudava Pedagogia quando faleceu. José fez de tudo com muita dignidade: foi sapateiro, relojoeiro, músico e professor de matemática, matéria em que é graduado pela Universidade Federal da Paraíba. Nenzinha e eu somos professoras. Hoje, aposentada, participo do trabalho paroquial. Nenzinha herdou a profissão de mãe que é a de costureira. Rita e Marinete são falecidas. Lúcia foi professora, funcionária dos Correios e do Banco do Brasil, onde se aposentou. Atualmente é mola mestra na paróquia; juntamente com o esposo, coordena regionalmente o Encontro de Casais em Cristo, e, simultaneamente, assume a contabilidade da paróquia. Tonhito é agrônomo. Marconi é irmão adotivo. Ascendeu a dois cursos superiores, direito e educação física, mas não concluiu nenhum deles; é micro-empresário no ramo de confecções.



Ilustração 56 - Em sentido horário: Josefa (Nenzinha), Lúcia e Josefa Ribeiro. Arquivo da entrevistada.

Hoje, eu posso dizer que a família Ribeiro marcou a cidade de Areia. Em todas as escolas, uma filha ou filho de Basto da Macaxeira prestou serviço com competência, dignidade e nos caminhos de Deus. Dos onze, seis se profissionalizaram no Colégio Santa Rita. O colégio foi um divisor na vida da cidade, das familiares e das alunas. No meu tempo, uma coisa era ser paraibana e outra coisa era ser paraibana areiense. Uma coisa era ser estudante, e outra coisa era ser estudante matriculada no Colégio Santa Rita. Se foi importante para as moças ricas da cidade ou de fora, muito mais o foi para as moças pobres que se tornaram independentes a partir da educação que receberam, entre as quais eu me incluo.

Um aspecto em que o colégio foi verdadeiramente franciscano foi o trabalho das irmãs em benefício da comunidade, em que se destacaram Madre Trauthinde, Madre Siegfrieda, Irmã Francisca, Madre Justitia, Irmã Nazaré, Irmã Agnes e Irmã Socorro entre outras. Além da assistência espiritual, davam casas, roupas, leite, calçados, feira e dinheiro às famílias necessitadas. Também aparelharam capelas e centros sociais. Se alguma delas se santificou, foi a Madre Trautlinde que fez mais do que todas.

O aspecto não franciscano foi o preconceito. Do ponto de vista cristão, o colégio não deveria fazer diferença entre as alunas, e fez. Embora na visão franciscana isto não possa ser

justificado, pode ser explicado pela procedência alemã das madres, já que o negro na sua cultura de origem era um problema a ser extirpado. No aspecto pedagógico, o colégio não combateu a inibição das pessoas diferentes, não abriu espaços no ambiente escolar para que aparecêssemos no mesmo nível de igualdade. O importante é que, guardadas as devidas distâncias no interior do colégio, eu estava preparada para assumir com hombridade e orgulho o que sou, para atuar como profissional, ocupar os espaços e poder comer o biscoito fino que as famílias brancas e ricas comiam.

Na minha jornada como educadora, assumi, perante mim e perante Deus, o compromisso de promover o diálogo respeitoso e a solidariedade com os alunos diferentes, garantindo-lhes, na sala de aula, participação em nível de igualdade aos demais. Mas vejo que esta meta, em termos sociais, está longe de se tornar realidade. Atualmente existem as cotas para compensar as exclusões. Mas sou a favor da ascensão por mérito. Qualquer que seja a condição do indivíduo, desde que não afete o seu raciocínio, não deve haver compensações que o privilegiem. Todos devem ser igualmente valorizados: brancos, negros, idosos, ricos, pobres, católicos ou não. Foi assim que sempre tratei meus alunos e continuo a tratar as pessoas.

Hoje, a realidade do colégio é bem diferente do meu tempo de estudante, no aspecto disciplinar, na quantidade de freiras, na dedicação, na qualidade do ensino, na exigência às alunas e alunos. Por outro lado, o rigor daquele tempo não se enquadra no atual contexto. Mesmo não tendo a excelência de outrora, ainda é a melhor escola de Areia, não só na estrutura física, mas também no ensino. O colégio é um patrimônio do qual muito me orgulho. O meu filho e a minha filha estudaram lá desde a alfabetização até o primeiro ano científico e casaram na Capela de Santa Rita. Como eu, Renato é graduado em Letras e tem pós-graduação pela Universidade Federal de Campina Grande. É professor de Inglês aqui em Areia, atuando pelo Estado e pelo Município. Gracinha fez Contabilidade e hoje faz Especialização. Também os meus netos João Marcelo, filho de Renato e Maria Júlia, filha de Gracinha, estudam no Santa Rita.

Mas, o colégio também deve a Areia a disponibilidade dos pais e da comunidade em acolher e apoiar as irmãs até hoje. O ensino continua com poucos alunos sob a direção da brasileira Irmã Cristiane e a parte da Congregação é coordenada por Irmã Flávia. Posso dizer que o colégio faz parte de mim, porque dos meus sessenta e cinco anos, metade vivi dentro dele: sete, como aluna, e vinte e cinco, como professora. O melhor tempo foi o de aluna, um tempo de sonhos, de encantamento com a grandeza do ensino e do colégio, um

tempo de lutas que eu fui enfrentando com a força que as alemãs me passaram e com a minha alegria de viver. Um tempo de grandes desafios, que, graças a Deus, culminou com a vitória.

6.6.1 À flor da pele

A presença não branca no Colégio Santa Rita estampava a diferença, em contaponto ao espírito da pedagogia tradicional concentrada na formação de uma elite branca, católica e heterossexual, por conseguinte, resistente à diversidade, e no caso areiense, executada por alemãs, imbuídas de uma superioridade eugênica, arraigada em sua cultura de origem. Nessa condição histórica, entendemos que a convivência com a diversidade étnica foi um processo difícil não só para as alunas não brancas que deviam se conduzir no colégio a partir do olhar que as brancas tinham sobre elas, mas também para as próprias alemãs como suposta “raça superior”. Tão difícil, que maculou o postulado cristão de alteridade e acolhimento, norma suprema de São Francisco, o pai da Congregação. Como sublinha Josefa, “*o aspecto não franciscano foi o preconceito*”, mais doloroso, quando partia de algumas freiras brasileiras que, sendo também vítimas do preconceito das alemãs, ostentavam, como é comum no Brasil, uma aceitação de fachada, mas não perdiam ocasião de discriminar as alunas pobres e negras.

Até os anos 1960, meninas pobres e negras em Areia assumiam comumente a posição de empregadas domésticas, não havendo políticas que ressignificassem esta ocupação como atividade digna, legalizada e economicamente viável. Rejeitando este destino, a família Ribeiro tinha pela frente uma tarefa hercúlea, já que a conquista da cidadania, sabemos, é um processo espectral que implica paridade na educação, na vida social, no acesso aos bens econômicos e culturais, no gênero e na sexualidade, e, mesmo hoje, com a implementação de ações afirmativas para combater a discriminação presente e corrigir também os efeitos atuais da discriminação praticada no passado, não temos estes direitos plenamente praticados.

Sebastião e Albertina, pais de Josefa, cultivavam em seus filhos e filhas o respeito e a dignidade pessoal e viam na educação católica uma possibilidade de ascensão capaz de confirmar estes valores e de acessar à sua prole oportunidades de trabalho. Josefa, por sua vez, assumia o estudo com autoconfiança e compromisso. Sabia aonde queria chegar. Saiu do Grupo Escolar Álvaro Machado para o Colégio Santa Rita, com uma bolsa de estudos conseguida por seus pais, e avalizada pela boa conduta da irmã que a antecedeu como aluna do colégio.

No colégio não se abria o debate sobre a questão das diferenças. Esperava-se que o “outro” “conhecesse o seu lugar” e nele se mantivesse, o que podia ser constatado na hora do recreio, onde os grupos de alunas se formavam de acordo com a pertença étnica e a condição social. A exclusão de Josefa dos eventos cívicos e religiosos que conferiam visibilidade, a incomodavam. *“Nunca fui escolhida! Nem no mês de maio, nem em outras ocasiões”*. Por suas características físicas, Josefa não passava por branca. E no seu tempo de colégio a cor da pele agregava conotações pejorativas de disparidade humana. Todavia, a negritude podia ser tolerada e “branqueada” pela aquisição de um diploma e pela assunção de comportamentos “europeus” que desracializavam a imagem da sociedade brasileira e ocultavam a hierarquia racial sob uma linguagem científico-social (Dávila, 2006).

Josefa lamentou as restrições que lhe foram impostas, mas não se sentiu derrotada. Sua história revela uma ruptura com efeito catártico, que tenta exorcizar as marcas do passado. Tornou-se crível como pessoa e como profissional. *“Hoje eu posso dizer que a família Ribeiro marcou a cidade de Areia. Em todas as escolas uma filha ou filho de Basto da Macaxeira prestou serviço com competência, dignidade e nos caminhos de Deus”*. E, neste sentido, seu corpo foi um lugar de polaridades que sofreu a exclusão, mas também elaborou a inclusão, podendo ser visto como lugar de uma identidade assumida na aceitação de seus próprios valores e na recusa, a nível mental, dos valores sociais excludentes vigentes na sua escola e na sociedade.

Como afirma Josefa, está por acontecer uma solução integradora para tratarmos a questão da diferença na escola. O próprio acesso às ações afirmativas, ao exigir que os seus destinatários se declarem diferentes, os discrimina. As políticas afirmativas têm o desafio de desconstruir o paradigma que associa diferença a desigualdade. Este desafio está colocado para o educador como um exercício de todos os dias, desfazendo o mito da identidade como um dado fixo, para assumi-la como um lugar de lutas e conflitos, um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão (NÓVOA, 1992).

6.7 TECNOLOGIAS DO EU, GOVERNAMENTABILIDADE E IDENTIDADES

Ademais das singularidades pontuadas ao final de cada história, encontramos convergências que passamos a analisar.

Um primeiro aspecto comum a três das seis narrativas apresentadas é a alusão a **casamentos endogâmicos**, reminiscência dos matrimônios consanguíneos comuns no Brasil-Colônia e no Brasil - Império (FREIRE, 2006), que entrariam na pauta da política médica e higienista republicana (COSTA, 2004). No período a que nos reportamos neste estudo, os códigos de costumes já facultavam aos rapazes e às moças a participação e decisão na escolha do cônjuge, observados os limites da decência burguesa e a posição econômica, social e religiosa dos interessados e de suas famílias. Contudo, persistiam as uniões parentais em que o sentimento se aliava à concentração de propriedade, manutenção de *status*, “limpeza” de sangue, salvaguarda de prestígio, identidade de interesses e costumes, e confiabilidade. Nas áreas rurais e nas pequenas cidades, as possibilidades de escolha matrimonial eram mais reduzidas, e Estelita casou-se com o primo Tagi Nunes. Areia, entretanto, foi, até os anos 1960, pródiga na oferta de bons partidos, havendo mesmo queixas dos filhos da terra em relação à preferência das moças areienses pelos estudantes de agronomia oriundos de outras localidades. Cumpriu-se, muito frequentemente, o proferimento do Ministro José Américo de que instalara em Areia um curso superior para rapazes¹⁴¹, a fim de que suas conterrâneas pudessem fazer boas escolhas matrimoniais.

A presença de **agrônomos na família das ex-alunas**¹⁴² entrevistadas é outro ponto comum em suas memórias. Para quatro das seis ex-alunas inquiridas, o legado de José Américo foi profícuo haja vista que Beatriz e todas as suas irmãs desposaram agrônomos, e dos seus cinco filhos, três cursaram agronomia. Maria Violeta casou com um advogado mas todas as suas irmãs casaram-se com agrônomos. Enilde tem cinco cunhados e um irmão diplomados no mesmo curso, que é também o curso abraçado por Tonhito, irmão de Josefa. Sobre o corpo, pressuposto como entidade universal, cujas distinções eram tomadas como desigualdades essencialmente dadas, as ofertas educacionais de Areia veiculavam em seus

¹⁴¹ Inaugurada em 1937, a Escola de Agronomia só registrou matrícula de moças no final da década de 1960, quando já havia sido aglutinada pela Universidade Federal da Paraíba. Até os anos 1980, a presença feminina no curso era residual.

¹⁴² De 1940 quando foi diplomada a primeira turma de Agrônomos até 1960, portadores de curso superior eram pessoas distintas, principalmente no interior do Estado, constituindo-se bons partidos para as jovens casadoiras.

currículos, discursos e práticas definidoras de atribuições e lugares específicos para o masculino e para o feminino. **O curso de agronomia, enfatizando as relações de intervenção do homem sobre a natureza. O curso colegial normal, reproduzindo a maternagem que articulada à religião, deveria conduzir à salvação.** Afastando-nos da concepção essencialista do gênero como pré-existente nos indivíduos, adotamos com Scott (1990) a noção de sua constituição cultural: as instituições através de suas práticas e discursos são atravessadas por representações do feminino e do masculino que incidem sobre os corpos, incutindo-lhes disposições comportamentais e psíquicas, com poder de infundir sentimentos de identidade e a adoção de papéis que configuram socialmente os sujeitos. Assim, ao se reconhecerem como homens e como mulheres, as pessoas se educam como sujeitos de gênero. Portanto, as performances de gênero não são dotadas de uma fixidez natural, mas significadas e ressignificadas a partir da interlocução sujeito-mundo, o que faz do gênero um fator de identificação não resolvido, em aberto, passível de mutabilidades.

Um terceiro ponto de convergência apreendido nas memórias apresentadas é a **referência a madre Iluminaris**, mestra responsável pela profissionalização das moças no Colégio Santa Rita, a partir de 1937, um século após a criação das primeiras escolas normais no Brasil¹⁴³. Fruto de um consenso político-ideológico articulado em âmbito nacional pelo Presidente Vargas e encampado pelos governos estaduais, o ensino normal foi largamente ofertado pelo aparelho eclesial, com vistas à obra de reorganização moral da República, à recomposição da nacionalidade, ao reforço dos vínculos entre catolicismo, nação e família. Subjacente à tarefa de formar professoras, as escolas normais católicas trabalhavam o componente autoritário e disciplinar com vistas à formação da consciência nacional, no Estado Novo.

Neste contexto,

o ensino religioso era, ao mesmo tempo, um instrumento de formação moral da juventude, um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e no processo de inclusão dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário (HORTA, 1994, p. 107).

¹⁴³ Em 1835, foram criadas as primeiras escolas normais nas Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; em 1836, a da Bahia; em 1946, a de São Paulo. Porém nem todas funcionaram de imediato. Minas e Bahia postergaram o início das aulas em favor da capacitação de professoras fora do país. A primeira escola normal a funcionar no Brasil foi a de Niterói, então capital da Província Fluminense. A própria Corte só teria sua escola normal em 1881 (VILELLA, 2008).

No transcurso de seis décadas desde a sua criação, em 1935, até a sua consolidação, em fins do século XIX, o ensino normal, que nasceu exclusivamente masculino, tornou-se prioritariamente feminino. Além da justificativa de uma identificação entre a tarefa educativa e a “condição feminina” (FREITAS; NASCIMENTO, 2008) os fatores que explicam a feminização do magistério, no final do século XIX e ao longo do século XX, apontam, por um lado, a migração do masculino para espaços profissionais melhor remunerados e socialmente mais prestigiados em face da desvalorização da carreira a partir dos ditames constitucionais de obrigatoriedade do ensino primário às classes populares, que eram depreciadas na ótica capitalista. Por outro lado, atestam que o ingresso das mulheres no magistério não se fez sem a resistência masculina, que inclusive, as incluía no rol das personalidades fronteiriças, sexualmente vulneráveis e socialmente deslocadas. As professoras solteiras eram vistas como pessoas marginais, aquilatadas às loucas e às prostitutas. Um fator que consideramos relevante no contexto deste estudo para explicar a feminização do magistério é o alinhamento entre o Estado e a Igreja, com a cooptação das mulheres para assumirem a tarefa de regeneração moral da sociedade, que o tecnicismo alemão, o centralismo clerical e o apostolado franciscano executaram com maestria, em Areia.

Ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, os regimes de verdade incluíram no discurso religioso e médico-higienista e nos postulados da Psicologia e da Pedagogia os atributos que comporiam o perfil da mulher educadora, imprimindo-lhe o estatuto religioso de sacerdócio e a metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício (LOURO, 1997). Para as normalistas do Colégio Santa Rita, ao mesmo tempo em que o magistério cumpria seu papel ordenador da sociedade, abria também horizontes nunca antes alcançados: o exercício de uma profissão honrosa que as tornava “*economicamente viáveis*”, e a possibilidade de ascender ao nível superior, dada a excelência do caráter propedêutico do currículo do ensino ministrado na gestão das alemãs.

As narrativas apontam convergência também em relação a uma **política do corpo**, que aqui concebemos no sentido amplo, não restrito à sua materialidade biológica, mas, fundamentalmente, escandido por um jogo de representações que, elaboradas a partir de relações de poder, determinavam posições às pessoas no interior do colégio. Neste sentido, o corpo é também a linguagem que o classifica, a veste que o envolve, as funções que realiza, o lugar que ocupa, os símbolos que o representam. Corpo produtivo, mas também produzido, modelado pelo dispositivo disciplinar, pelos discursos e pelas práticas a que estava submetido.

Corpo adestrado ao horário (Zélia Almeida) ou castigado se não adaptado (Rosinéia); corpo contido em suas expressões afetivas (Beatriz, Maria Violeta, Enilde); corpo nivelado pelo uso do uniforme; corpo vedado no ato de despir-se (Rosinéia); corpo discriminado por sua diferença (Josefa); corpo sublimado pela oração (Estelita); corpo, enfim, habilitado pelas tecnologias do eu, enquanto procedimentos

[...] que são propostos ou prescritos aos indivíduos para **fixar uma identidade, mantê-la ou transformá-la em função de um certo número de fins**, e graças a relações de autodomínio (*maitrise de soi sur soi*) ou de autoconhecimento (*connaissance de soi par soi*) (FOUCAULT, 1989b apud, LARROSA, 2008, p.134, grifo nosso).

O conteúdo do quinto e do sexto capítulos demonstram sobejamente que o sucesso das alunas no colégio exigia a adesão ao dispositivo disciplinar através de mecanismos como o silêncio, a concentração, a contrição, o exame de consciência, o discurso da verdade, a assunção da culpa, o arrependimento, o pedido de perdão, o propósito de manter-se em estado de graça, a contemplação... Todas estas são práticas por meio das quais as alunas se observavam, se decifravam, se julgavam e se narravam exercendo uma ação reflexiva sobre si mesmas, enquadrando-se não apenas pela ação externa, mas também pelo auto-escrutínio. Recorrendo mais uma vez ao aparato foucaultiano, aludimos à noção de governamentabilidade, que diz respeito tanto ao que é feito por força de idéias, discursos, técnicas, e práticas deliberadamente mobilizadas por outrem para configurar um tipo de sujeito, quanto ao que a pessoa faz por si mesma no seu âmbito de autonomia, para constituir-se como sujeito ético, reproduzindo as referências do modelo de governo a que está sujeito ou assumindo formas independentes de autogoverno, como portador de uma verdade própria (DOHERTY, 2008).

Neste sentido, seria ingenuidade acreditar em uma aceitação unânime do regime disciplinar por parte das pessoas que habitavam o colégio. Sistemas disciplinares são concebidos para conter a indisciplina, iminente ou instalada e, como dispositivos de poder, suscitam um contra-poder. Resistências eram reais, embora o caráter preventivo do dispositivo, enquanto conjunto múltiplo de procedimentos concatenados para conjurar a estratégia disciplinar global, atuasse nas meras desobediências, como impontualidades eventuais ou o não cumprimento de uma tarefa de casa, visando “cortar o mal pela raiz”.

Havia queixas proclamadas abertamente e compartilhadas com colegas de confiança, sobre a observação ostensiva das mães, que ficavam “na cola” das meninas mais indóceis; sobre humilhações a meninas pobres e mal comportadas; sobre isolamentos sutis ou declarados a determinadas alunas; censuras morais às meninas mais avançadas ou a meninas cuja família vivia, aos olhos das mães, fora dos padrões católicos; queixas de tratamento diferenciado em função da condição econômica ou da cor da pele e em função do não-enquadramento do corpo na estética disciplinar adotada.

Na primeira metade do século XX, o pensamento racial foi tema das políticas em educação e saúde, sendo cultivada por cientistas e educadores a idéia de que as instituições poderiam sanar as patologias da desigualdade social e racial vigentes no Brasil. A eugenia, enquanto tentativa científica de aperfeiçoar a população por meio do aprimoramento dos traços hereditários (noção popular na Europa do período entreguerras e praticada de forma radical na Alemanha nazista), ganhou, aqui no Brasil, uma conotação pedagógica transdisciplinar à puericultura, à saúde, ao civismo, à psicologia do desenvolvimento, à cultura geral e à educação física, como instrumentos de uma gradual educação eugênica da população (Dávila, 2006).

E, como no caso do Colégio Santa Rita a execução da educação coube a alemãs, esta política de branqueamento dos comportamentos tornava-se mais notória. Houve casos de alunas que eram cuidadosas, corretas, pontuais e esforçadas, mas diziam ser perseguidas com nota baixa imerecida, em razão dos seus atributos raciais e de sua condição econômica. Muitas alunas se sentiam impotentes diante da autoridade das mães e evitavam o confronto, mas demonstravam tacitamente estarem incomodadas. Detectada a insatisfação, era acionada a estratégia para a resolução da questão. Às vezes, as colegas de turma ou uma freira brasileira que completava os estudos na mesma classe, apaziguava a aluna, orientando-a a evitar situações de confronto.

Houve conflitos em que alunas internas arquitetaram fugas, rejeitaram a comida, desentenderam-se seriamente com colegas, agrediram verbalmente as freiras, exigindo da parte das mestras complexas negociações com seus familiares. Em relação às externas, não era rara a convocação dos pais ao parlatório para dirimir questões de indisciplina e de rendimento escolar. Nos casos extremos de indisciplina que chegavam a agressões físicas entre colegas internas, desrespeito grave a mães de “alta patente” ou suspeição acerca dos costumes, a solução era a expulsão e quando esta não ocorria, era-lhe aplicado um castigo e decidido previamente o não acatamento da matrícula da aluna no futuro ano escolar.

É justo reconhecer que as franciscanas prestaram, no Colégio Santa Rita, o mais alto nível de educação, segundo os parâmetros vigentes no período por nós investigado. Seu modelo educacional diretivo não deixava impunes os meros descumprimentos ao regimento da casa nem ficava aquém de quaisquer estabelecimentos em termos de qualidade do ensino. Enquanto as alemãs permaneceram no colégio, não permitiram que fosse maculado o caráter disciplinar da educação que ministravam, indicador da excelência do seu trabalho aos olhos dos pais e da comunidade, e condição para a qualidade acadêmica, reconhecida como superior no Estado da Paraíba e em outros Estados da Federação. Atualmente, as irmãs brasileiras continuam a primar pela “identidade disciplinar” do colégio, legada por suas antecessoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentimento que nos invade na elaboração destas proposições finais é o da incompletude. Passamos frequentemente da consciência de que construímos algo, à idéia de que há muito a ser feito, de que pode ser feito sob novo pressuposto, de que há de haver um jeito de dizer o indizível, de que as manhãs chuvosas e os crepúsculos rutilantes contemplados do Colégio são também instrumentos pedagógicos que forjam a identidade, escandida à dimensão da vida...

Concluímos, pois, “em aberto”, como colocamos à página 35 deste trabalho e daremos asas a estas sensações na processualidade acadêmica que nos desafia a novos empreendimentos. Transitamos das escavações à superfície, da escritura à fala, dos móveis à iconografia, do ontem ao hoje. Em primeira e última instância, somos de todos os tempos e lugares: tempos e lugares futuros, presentes e passados. Tempos e lugares onde nossa imaginação nos leve a aportar e deslocar.

A análise das teorizações sobre o **ultramontanismo** e sobre a conjuntura política brasileira e paraibana nos permite afiançar que a simultaneidade da Proclamação da República (1889), da extinção do regime de padroado (1890) e da criação da Diocese da Paraíba (1892) favoreceu à implantação da reforma ultramontana na Paraíba, haja vista a convergência de propósitos e a mentalidade oligárquica dos governantes do Estado e do clero. Tal afinidade ideológica propiciou à nascente Diocese a adoção de um projeto europeu de educação das elites, oposto ao laicismo da Constituição Republicana que, na Paraíba, transcendeu a República Velha, ganhou força na Movimento de 1930 e consolidou-se no Estado Novo, perdurando até os anos de 1970.

Por sua representatividade no episcopado e na política, ao longo da República Velha e nos anos que se sucederam pós 1930, **Areia** recebeu a quintessência da romanização, na pessoa do próprio bispo, enquanto filho da terra e na destinação de párocos com perfil rigorosamente ultramontano. Particularmente na educação, via privilegiada de difusão da romanização, Areia foi contemplada com duas congregações estrangeiras para a educação das moças e com um padre coadjutor para a educação dos rapazes, além de uma rede paroquial de instituições para a educação das camadas menos favorecidas da população. Graças a sua ubiquidade e à sua unidade de direção como provedora do conhecimento, da ordem pública e da salvação, a Igreja polarizava em Areia a organização coletiva da população.

Especificamente sobre as **ingerências ultramontanas na educação feminina** desenvolvida no Colégio Santa Rita, questão que nos conduziu no segundo capítulo desta tese, pudemos constatar a força das diretrizes pontificiais na busca do conhecimento pela via da Revelação, na construção da identidade feminina reportada à imagem de Maria, na associação da mulher ao espaço doméstico e ao cuidado humano, na condenação da educação laica, da co-educação e da educação sexual, na condenação da autonomia fisiológica, social e econômica da mulher.

Estes fundamentos se desdobraram na Diocese paraibana através das Cartas Pastorais e das demais estratégias de consolidação da Reforma Ultramontana, donde podemos concluir que **se desenvolveu no Colégio Santa Rita uma educação pensada pelos homens para as mulheres**. Já o discurso fundante da Congregação Franciscana tem autoria masculina. Também o seu ingresso na educação, assim como a primeira proposta pedagógica que foram incumbidas de executar, eram deliberações masculinas, conforme apontamos no terceiro capítulo deste trabalho. Toda a diretriz educacional estava assentada em polaridades que visavam definir lugares específicos para rapazes e moças, a partir das diferenças biológicas, que eram exploradas de modo a propiciar o controle do masculino sobre o feminino. Pela solidez do investimento ultramontano recebido, Areia seria também fortemente impactada com o esvaziamento desta influência na educação, e com a invasão da cultura de massa e da liberdade de costumes contemporânea.

A adesão tardia da Ordem Franciscana à vida conventual nos motivou a indagar **o que faz ser franciscana**, partindo da noção de convento como instituição especializada em transformar pessoas a partir de um centralismo hierarquizado regido por regras, atividades e formas específicas de apropriação do corpo, de controle do espaço e de cultivo ao espírito. Verificamos que **a conversão de uma leiga ao franciscanismo é uma experiência complexa de mudança da sua identidade que incide diretamente nos atributos atinentes à condição feminina**, destituindo-lhe o nome, os cabelos, a sensualidade, a beleza e a sedução. Assim, quanto mais subtraídas em suas originárias marcas de identificação, mais firmemente as novas franciscanas internalizam os novos signos, símbolos e práticas identificadoras da Ordem, para fugirem da anomia, que constitui uma descontinuidade na sua identidade.

A necessidade de ser uma nova pessoa era também requerida das alunas no interior do colégio, pela exigência de uma conduta diversa da conduta usualmente adotada fora do colégio: uma conduta sóbria, silente, respeitosa, obediente e contida em seus impulsos. A identidade da normalista conferia, além da habilitação para o exercício do

magistério e da prontidão para o acesso ao ensino superior, uma provisão moral e espiritual, uma estética e uma ética da existência que a faziam diferenciada aos olhos da sociedade e aos olhos dos rapazes, e uma pessoa próxima de Deus, pela nobreza da sua missão. Tal dotação identitária era conseguida a partir de um duplo investimento: no corpo, como abrigo da alma; e na alma, como produto do investimento feito no corpo, e como instrumento de controle deste mesmo corpo. Assim, a educação era, simultaneamente, física, moral e espiritual, encarecendo, no processo educacional, a castidade e a obediência franciscanas, a disciplina e o pragmatismo alemães.

Se é lógico afirmarmos que a educadora reproduz, em alguma medida, a formação que recebe, sendo esta, em última análise, a razão do investimento na sua capacitação, é razoável respondermos às indagações colocadas à página 26 desse trabalho, afirmando que a educação ministrada pelas franciscanas alemães no Colégio Santa Rita funcionou como processo constituinte da identidade das alunas.

Como construção social discursiva formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais as pessoas são representadas ou interpeladas nos sistemas culturais em que se encontram inseridas, a identidade das ex-alunas é contingenciada pelos contextos em que foram e são inseridas na atualidade. Entretanto, como mostram suas memórias, as marcas identitárias reportadas à educação que experienciaram permanecem vivas, donde podemos inferir que a proposta pedagógica do Colégio Santa Rita não foi apenas mediadora, mas uma operação constitutiva de identidades, que, desdobrando-se em “tecnologias do eu”, produziu sujeitos para se autogovernarem de um modo particular.

Se não podemos reputar à identidade das mestras alemãs uma fluidez efêmera, tampouco podemos falar de uma identidade imutável. As disposições psicológicas das madres, consubstanciais à pertença étnica, à territorialidade e à particularidade lingüística, não resultariam incólumes à hospitalidade e à afabilidade multi-étnica dos trópicos. Expatriadas pelo nazismo que repudiava a identidade franciscana da humildade, do temor a Deus e do medo do inferno, as irmãs alemãs amargaram a perda da territorialidade como vínculo identitário. Também o carisma franciscano, como fonte de inspiração criativa, propiciou uma confluência entre o caráter alemão, marcado pela técnica, pela objetividade, pela disciplina e pelo pragmatismo, e o caráter paraibano, e, particularmente brejeiro e maleável, da população areiense.

Podemos, pois, inferir que **a busca de uma redefinição como comunidade cerceada pela política hitlerista, instigou nas franciscanas a necessidade de elaborar identificações**

com a inusitada realidade tropical. No jogo das forças sociais vigentes em Areia, pudemos identificar alguns fatores que confluíram para mediar este processo de identificação: a ubiquidade da igreja no município de Areia; a mobilização das famílias por uma educação compatível com a sua condição social; a interlocução das mães com a elite, imbricada na sua missão educacional, que lhes facilitou inclusive a ereção do patrimônio material do Colégio; a persistência franciscana no trabalho, e a disposição disciplinar alemã para fazer todas as coisas da melhor maneira possível, que imprimiram credibilidade ao seu trabalho perante a comunidade, com ecos em todo o Estado da Paraíba, e, inclusive, nos estados vizinhos. Mas não só a atividade laboral das franciscanas depõe em favor do seu processo de identificação com a realidade local, senão também o investimento material em benefício da população carente de Areia, que descrevemos sucintamente no item final do quinto capítulo deste trabalho.

O processo de identificação com as camadas menos favorecidas da população se estabeleceu à medida que as alemãs se aculturavam e que **as adesões locais à Ordem imprimiram identidade brasileira à congregação.** Em parte, este processo foi mediado pela paróquia. Não podemos esquecer que o próprio processo de ensino-aprendizagem propiciou interações favoráveis à identificação entre as freiras, enquanto professoras-européias e as alunas, enquanto leigas-latinas, amenizando as diferenças. Enquanto espaço de reclusão, o Colégio abria, ao mesmo tempo, um espaço de convivência que, com o correr das décadas, se estreitava, já que as alunas pioneiras educaram no Colégio suas filhas e netas. Outro fator de ordem legal que confluuiu para imprimir uma identidade brasileira ao colégio foi a exigência de professores brasileiros para o ensino da língua pátria, Geografia e História do Brasil e Educação Moral e Cívica.

Em síntese, pela regra de vida adotada, e pela favorabilidade das relações de força em trânsito no momento histórico em discussão, por oposição ao patrulhamento ideológico e ao desemprego experimentado na Alemanha e pelo acatamento que tiveram em terra areiense, as franciscanas alemãs construíram laços de identificação que marcaram tanto a congregação, quanto a sociedade areiense, e, especialmente, as alunas que, mesmo reconhecendo o caráter coercitivo daquela educação, aludem ao Colégio com orgulho, com respeito e com reconhecimento.

Concluimos, confirmando o pressuposto de que **a educação ministrada pelas irmãs franciscanas, no Colégio Santa Rita de Areia, foi relevante ao contexto educacional paraibano, formando alunas oriundas de 76 municípios do Estado da Paraíba, no**

período investigado, inclusive, de municípios que ofereciam educação católica para moças, como João Pessoa, Campina Grande e Guarabira¹⁴⁴. Em termos de qualidade, o colégio ofereceu um capital intelectual avançado em relação às demais instituições de ensino da cidade de Areia e do Estado, cujo caráter propedêutico permitiu às suas egressas o acesso a níveis mais elevados de instrução.

Ofereceu, também, uma formação profissional e moral que correspondeu ao papel então atribuído à mulher: desenvolver na criança as aptidões de ordem física, intelectual e moral, de disciplina, eficiência e amor ao trabalho, no temor de Deus, atendendo aos postulados ideológicos que alinhavam o Estado e a Igreja, e aos fins para os quais esta fora convocada: o ordenamento moral da República e a paz social, com a adesão das classes menos favorecidas, docilizadas pela paróquia, em nome de Deus. **A ação sobre a identidade das alunas não implicou, necessariamente, uma perfeita consciência deste objetivo por parte das mestras. Ela remete também à impessoalidade da instituição, à ação das famílias, à transcendência divina, ao desejo das alunas, à marcha dos acontecimentos e aos propósitos da educação para o período investigado.**

Tal investimento na educação feminina foi duplamente vantajoso: no espaço público, como professora; e no lar, como esposa e como mãe, responsabilidade que exigiu da mulher uma contínua vigilância sobre si mesma para agir corretamente, pois sua influência era considerada determinante na condução das gerações de crianças, e, por conseguinte no seu sucesso ou no seu fracasso. Este ideal de cuidado, metáfora do ideal de maternidade, estendeu-se também às ex-alunas do colégio na escolha da carreira, privilegiando a área de Humanidades, e, nesta, as profissões assistenciais, e, particularmente, a docência.

A cidade de Areia, por suas condições climáticas, por sua hegemonia cultural ancestral, pelos investimentos ultramontanos recebidos, por sua representatividade política pretérita e contemporânea à instalação do colégio e por seu sistema econômico erigido na tradição senhorial dos engenhos de açúcar, que organizou um coletivo rigidamente estratificado, constituiu um solo fértil para o acolhimento de uma educação elitista que seguiria reforçando as diferenças sociais até os anos de 1960.

Neste sentido, a elitização das alunas não se realizava apenas no âmbito do Colégio. Era pré-existente no universo familiar e na visão oligárquica que pressupunha, para os estratos superiores, uma educação de qualidade igualmente superior. **Assim, a identidade coletiva das alunas do Colégio se constituiu a partir de uma dimensão relacional, isto é, por**

¹⁴⁴ No interregno investigado, o Estado da Paraíba tinha a seguinte divisão política: em 1940, 41 municípios; em 1950, 41 municípios; em 1960, 88 municípios; em 1970, 171 municípios ([HTTP://biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)).

oposição àquelas jovens que estudavam em outras escolas; e pelo princípio da hierarquia, por serem percebidas como superiores às demais, quer em função da condição econômica, quer em função da excelência da educação escolarizada recebida.

É mister reconhecer que a profissionalização, como elemento interveniente na constituição da identidade, propiciou um conhecimento e um salário que, mesmo parco, abriu às mulheres uma perspectiva de auto-estima e de reconhecimento social que extrapolava seus corpos e sua função reprodutiva restrita ao lar, derrubando, lentamente, a hostilidade ao trabalho feminino no espaço público, onde as egressas do Colégio Santa Rita tinham aceitação garantida, pelo bom-tom que ostentavam no mundo masculino. Sabemos que a identidade profissional é engendrada na dinâmica laboral, e, consubstancial ao indivíduo, reconfigura também sua identidade pessoal.

Assim sendo, a vida, a família e o trabalho de cada ex-aluna, projetam, no presente, a contribuição do Colégio Santa Rita na constituição da sua identidade. Sem pretendermos imputar ao Colégio a determinação de identidades fixas, discrepantes à perspectiva que adotamos, não podemos desconsiderar o fato de que sua influência merece registro significativo na identidade das ex-alunas que nos honraram, agregando suas memórias a este trabalho. Identidade que, em processualidade, atualiza, presentemente, a provisão construída no passado.

Intentamos, a partir do nosso trabalho de tese, alargar as referências teóricas no âmbito da educação e fazer fluir uma corrente revisionista da história, que problematize as produções memorialistas e heróicas sobre a educação católica e introduza, criticamente, o protagonismo feminino na história da educação areiense e paraibana.

Não tivemos, neste estudo, a pretensão de desvendar uma verdade oculta nem de instituir um tribunal do passado ou um rechaçamento do presente. Não há soluções pré-acordadas para a infalibilidade das propostas educacionais, que se inscrevem na tessitura das relações de força em jogo e suportam a inarredável aporia da condição humana, expressando a mentalidade vigente em um momento histórico. Se o modelo católico de educação monitorou a retidão dos indivíduos e introduziu uma arte de viver em que a constituição do “ser-consigo” era ancorada em uma perspectiva teleológica, desenvolveu nas alunas, a capacidade de análise e forjou, também, inestimáveis valores humanos e implantou hábitos de estudo tão reclamados pelos educadores na atualidade. Sua desativação, em um momento tão liberal, tem visibilizado lacunas das instituições na orientação para o uso da liberdade.

Por outro lado, se o modelo atual restitui a dignidade aos impulsos, à espontaneidade, às emoções, à diversidade e à mudança, não escapou à mercantilização, nem conseguiu seu intento de acessibilidade, e tem demonstrado precariedades em nível individual e coletivo. A intersecção possível e, certamente, salutar, entre os dois modelos, não pode obscurecer as aporias da condição humana, nem deslocar do indivíduo a tarefa de sua auto-condução.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO (Santo) 354-430. **Confissões**. Tradução. Maria Luiza Jardim Amarante; revisão cotejada de acordo com o texto latino por Antonio da Silveira Mendonça. São Paulo: Paulinas, 1984 (Coleção Espiritualidade).

ALMEIDA Horácio de. **Pedro Américo**: notícias biográficas. João Pessoa: A União, 1982.

_____. **Brejo de Areia**: memórias de um município. 2 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. A cadeia e a escola (1928). In _____. **Discursos do seu tempo**. 2 ed. João Pessoa: Universidade da Paraíba. Departamento Cultural, 1965.

_____. **Eu e eles**. Rio de Janeiro: Editora Nosso Tempo, 1970.

_____. **A Bagaceira**. 37. ed., Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

ALMEIDA, Zélia. **Bem-estar e riqueza no Brejo de Areia**. João Pessoa: Ideia, 2010.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa histórica**: Teoria e Método. Tradução: Andréia Dore. Revisão técnica: José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Educs, 2006 (Coleção História).

AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (Coleção Tópicos).

BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. Trad. Luiz Antonio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

_____. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOSCHILIA, Roseli. Juventude, ultramontanismo e educação católica. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 43, p. 87-107, 2005.

BROWN, Peter. **Santo Agostinho**, uma biografia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 139-154.

_____. **Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **Pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomás Tadeu da Silva. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.

BURITY, Glauce Maria Navarro. **A Presença dos Franciscanos na Paraíba, através do Convento Santo Antonio**. 2.ed. João Pessoa(PB): Gráfica JB, 2008.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARDOSO, Edilene. **Cidade de Areia patrimônio cultural: um passeio pela história**. João Pessoa/PB: SEBRAE/PB, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (Perfis Brasileiros).

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil- Paraíba. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. 8.ed., São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. 2.ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação).

CUNHA, Maria Iza Gerth da. **Educação feminina numa instituição total confessional católica**: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. São Paulo: EDUSP, 1999.

DÁVILA, Gerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. Tradução: Cláudia Sant’ Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos**. Tradução Lea Manzi e Yadyr Figueiredo. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DEL PRIORE, Mary. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Roberto Barros (Padre). **Deus e Pátria**: Igreja e Estado no Processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). João Pessoa: UFPB, 2008. Dissertação de Mestrado em História.

D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 223-240.

DOHERTY, Robert A. Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade. In: PETERS, Michael; BESLEY, Tina; KESSL, Fabian. **Por que Foucault?:** novas diretrizes para a pesquisa educacional. Tradução: Vinicius Figueira Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2008. P. 201-212.

ESCOLANO BENITO, A. **Tiempos y espacios para la escuela:** ensayos históricos. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

ESTAL, Gabriel del. **Santo Agostinho e sua concubina de juventude**. Tradução: Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Paulus, 1999.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 241-277.

FERREIRA, Hedmar de Oliveira. **Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio:** um instrumento de educação feminina na zona do Alto Parnaíba em Minas Gerais/ 1928-1950. Franca, SP: UNESP, 2006.

FIÚZA, Alexandre Felipe et al. **Uma História de Areia**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998. (Série Extensão).

FLORES, Conceição; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Educação Feminina: entre o lusco e o fusco (transformações e permanência nos escritos masculinos dos séculos XVII e XVIII). In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa (org.). **Gênero e Educação:** múltiplas faces. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 225-234.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 10 ed.; tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhom Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15 ed., São Paulo, SP: Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. (Entrevista com R. Bellour). Les Lettres Françaises, nº 1.187, 15-21 jun. de 1967, p. 6-9. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Tradução, Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 62-77.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos).

_____. **A Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 35 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREIRE, Gilberto. **A Propósito de frades.** Salvador: Progresso, 1959.

_____. **Nós e a Europa germânica:** em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX. Rio de Janeiro: Grifo Edições/Instituto Nacional do Livro, 1971.

_____. **Casa grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. As escolas normais na Província: a organização do ensino normal em Sergipe durante o século XIX. In: **As escolas normais no Brasil: do Império à República.** ARAÚJO, José Carlos Sousa; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (orgs.). Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 163-175.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Coleção Pensadores & A Educação).

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDIM, Maria do Rosário Costa. **A importância do colégio Santa Rita para a cidade de Areia**. Campina Grande/PB: 1988, n/p. (Monografia de Especialização, UEPB.)

GOUVÊA, Hilton. **Padre Rolim, o Mestre**. Jornal A União – Governo do Estado da Paraíba – A União, 2007 mmangueira.com. Disponível em: <http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?>option=com_content&task=view&id=4897&itemid=44> Acesso em: 27.10.2009 às 15 horas e 33 minutos.

HAAL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAAS, Michaela (Irmã). **História das irmãs franciscanas de Dillingen**. Duque de Caxias, RJ: Edição da Província da Divina Providência no Brasil, 2000.

HANSEN, João Adolfo. A Civilização pela Palavra. In LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 Anos de educação no Brasil**. 3 ed., Belo Hironzte, MG: Autêntica, 2007 (Coleção Historial, 6).

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Estudos sobre a Mulher e Literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 54-92.

HORTA, José Silvério Bahia. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JANUS, A. **A Questão Religiosa**. O Papa e o Concílio. Versão e Introdução de Rui Barbosa. 2. ed., São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva & Cia – Editores, 1930.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed., Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Ed. Thesaurus, 1977.

KINCHELOE, Joe L.; MC LAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Ivonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens**. Tradução. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Armed, 2006, p. 281-313.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum** - o martelo das feiticeiras. Tradução: Paulo Fróes. 12 ed., Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

KULESZA, Wojciech A. A escola normal e educação popular no Brasil (1870-1930. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (org.) **Educação & história**. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2003, p. 137-148.

_____. Formação histórica da escola normal da Paraíba. In: ARAÚJO, José Carlos S; FREITAS, Anamaria Gonçalves B; LOPES, Antonio de Pádua C. **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 263-278.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 35-86.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 4 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

LEAL, José. **Itinerário histórico da Paraíba** (da colonização aos nossos dias). Brasília: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

LIMA, Francisco (Cônego). **D. Adauto: subsídios biográficos (1855-1915)**. 2 ed., v.1, João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2007a. (Coleção Água Fria).

_____. **D. Adauto: subsídios biográficos (1915-1935)**. 2. ed., v.2, João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2007b. (Coleção Água Fria).

LIMA, Idelbrando Alves de. **Religiosidade na Parahiba Colonial**: o trabalho da catequese Francisca entre os nativos. João Pessoa: FCJA/ A União, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas**: uma escola de mulheres. Rio Grande do Sul: Ed. UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva 2 ed., Belo horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, Charliton José dos Santos. Trajetórias Literárias e Educativas de Zila da Costa Mamede (1928-1985). In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa (org.) **Gênero e educação**. Múltiplas faces. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB: 2003, p. 123-135.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **A dimensão da palavra**: práticas de escrita de mulheres. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina: (1859-1919) uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996 (Prisma).

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZUCO, Vitório (frei) in
<http://blog.missoesfranciscanas.org.br/2008/06/17/simbolosfranciscanos>. Acesso em 10.05.2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistência. 10.ed., João Pessoa: A União. Biblioteca Paraibana de Cultura. Série História, 2002, v. 1.

_____. **Os italianos na Paraíba**: da capital ao interior. João Pessoa: A União, 2007.

MOTT, Maria Lúcia. **Submissão e resistência:** a mulher na luta contra a escravidão. 2.ed., São Paulo: Contexto, 1992.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio:** uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira:** 500 anos de historia, 1500-2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NÓBREGA, Apolônio. **História Republicana da Paraíba.** João Pessoa: Departamento de Publicidade – Divisão de Imprensa Oficial, 1950.

NÓVOA, António (coord.). **Os professores e sua formação.** Tradução dos artigos: Graça Cunha, Cândida, Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa: Publicações Dom Quixote/ Instituto de Inovação Educacional, 1992.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997, p. 482-509.

OCTÁVIO, José (org.) Igreja e igrejas na expansão setecentista. In: _____. **A Paraíba das origens à urbanização.** João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983, p. 68-80.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. 3 ed., tradução: Maria Terezinha M. Cavallari, São Paulo: Best Seller, 2000.

PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens:** um estudo do cotidiano. Petrópolis, RJ: Senhora das Mercês, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução: Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

PETERS, Michael A. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença:** uma introdução. Tradução Tomáz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETERS, Michael; BESLEY, Tina; KESSL, Fabian (Orgs.). **Por que Foucault?:** novas diretrizes para a pesquisa educacional. Tradução Vinicius Figueira Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo, Universidade São Francisco, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs). **História da Cidadania**. 3.ed., São Paulo: Contexto, 2005.

PORTO, Waldice Mendonça. **Cônego Francisco Lima**: historiador e humanista. Instituto Histórico Geográfico Paraibano, João Pessoa, 2000. (Coleção historiadores paraibanos, 11.)

POSSIDIO. (padre). **Vida de Santo Agostinho**. Tradução: Monjas Beneditinas. São Paulo: Paulus, 1997.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e política na Paraíba**: histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Trad. Paulo Fróes. 4.ed., Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cíntia Greive (Orgs.) **500 Anos de educação no Brasil**. 3 ed., 1ª reimp., Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007, p. 79-94.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Areia e sua música**. João Pessoa: sem editora, 1992.

RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyintia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. 1 reimp. Bolo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 269-290.

ROCHA, Regina Maria da Mota. Catálogo-Areia e seu entorno. In: MIRANDA, Nivalson Fernandes de. **Areia e seu entorno**. João Pessoa: A União, 2007, p.7-8.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

SAFFIOTI, Helleith I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1969.

SALES, Ana Maria Coutinho de. **Tecendo fios de liberdade:** escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX. Tese de Doutorado/UFPE, 2005.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação:** franciscanismo e jesuitismo na história da educação brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Raptos concentidos:** afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910). João Pessoa / PB: UFPB/ PPGH, 2008, Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Erinalva Lopes dos; KULESZA, Wojciech A. Mulher e Profissão: a formação para o magistério na Paraíba (1884-1930). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (Org.). **Educação e história no Brasil contemporâneo.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 149-168.

SANTOS, Tatiana Medeiros; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). Percorrendo Caminhos da Memória Educacional. Irmã Margarida Costa e o Colégio Nossa Senhora das Neves. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Lucia da Silva. **Gênero e sexualidade:** perspectivas em debate. João Pessoa/PB: Ed. Universitária/UFPB, 2007, p. 179-191.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução. Paul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário das mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Bibliográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista **Educação e Realidade.** Porto Alegre: 16(2): 5-22, jul-dez. 1990.

SENDRA, Sueli Rubens. (irmã). **Irmãs franciscanas de Dillingen:** da expansão ao hoje de nossa história. Duque de Caxias/RJ: Edição da Província da Divina Providência, 2007.

TAVARES, Eurivaldo Caldas (Cônego) **Perfil biográfico de Dom Moisés Coelho.** 2 ed., João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 1997.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. (Org.) BASSANEZI, Carla (Coordenação de Textos). São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.

TORRES, Francisco Tancredo. **Areia – paróquia e pároco: 40 anos**. João Pessoa: Departamento de Produção Gráfica da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1990.

TRINDADE, Marcos Augusto (Monsenhor) **Arquidiocese da Paraíba: 110 anos de evangelização**. Homenagem ao Jubileu de Diamante do Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares. João Pessoa: Gráfica UNIPÊ, 2004.

VEIGA, Cyntia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; _____. **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 399-422.

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIEIRA, Ricardo. **Histórias de vida e identidade: professores e interculturalidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX; In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua (org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 29-45.

DOCUMENTOS DO COLÉGIO SANTA RITA

Carta da Irmã Maria Flavia Schulte à Madre Maria Laurentia Meimberger. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Carta da Beneditina Madre Gertrud ao Padre João Coutinho – 1937.

Carta da Beneditina Madre Eugenia ao Senhor José Castor Gondim – 1937.

Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Livro de matrículas do curso normal (1937 a 1965 inclusive). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Livro de matrículas do curso ginásial (1946 a 1972 inclusive). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Livro de matrículas do curso ginásial industrial (1956 a 1974 inclusive) Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Livro de matrículas do curso colegial normal (1966 a 1980 inclusive) Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Livro de atas da Sociedade Franciscana de Ensino, 1937. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Livro de atas de formatura do curso normal (1940-1970) Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Livro de visita do Colégio Santa Rita (1937-1970). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Pastas do curso normal livre (1937 a 1948). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Pasta do curso colegial normal (1969). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Planta baixa do Colégio Santa Rita – Pavimento Térreo.

Planta baixa do Colégio Santa Rita – Pavimento Superior.

Relatório do curso ginásial (1948). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Relatório do movimento escolar do Colégio Santa Rita (1937-1970). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/PB.

Relatório do movimento escolar (1964). Arquivo do Colégio Santa Rita, Areia/ PB.

Relatório de visita canônica. Visitadora Madre Maria Pia Koch (08 a 15 de julho de 1960). Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia/PB.

DOCUMENTOS DA ORDEM FRANCISCANA

Regra e Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, Roma, 1982. Arquivo da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, Colégio Santa Rita, Areia/PB.

I- Escritos de São Francisco: Testamento, p. 188-191
 Oração diante do Crucifixo, p. 157
 Saudação às Virtudes, p. 187, 188
 Carta enviada a toda a Ordem, p. 121-125

II- Bigrafias: 1 Celano, p. 197-299
 2 Celano, p. 300-441
 3 Celano, p. 442-495

III- Compilações e Florilégios: Compilação de Assis, p. 841-964.
 In: TEIXEIRA, Celso Márcio (Frei), (org.). **FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS.**
 Tradução: Celso Márcio Teixeira *et al.* 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

JORNAIS

A IMPRENSA, quinta feira, 23 de janeiro de 1936. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, v. 32.

A UNIÃO, 20 de setembro de 1938. Arquivo do Colégio Santa Rita.

A UNIÃO, 18 de setembro de 1955. Arquivo do Colégio Santa Rita.

A UNIÃO, sexta-feira, 22 de dezembro de 2000, Caderno 2.

OBRAS DE REFERÊNCIA

Nova Enciclopédia BARSA. São Paulo: *Encyclopaedia Britannica do Brazil* Publicações, 1999. Vários colaboradores 18 v. MICROPÉDIA e ÍNDICE, Vol. I, A-I; Vol. II, J-Z; Vols. 3, 8, 10, 11, 12 e 14.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA

Caixa 51, 1950. Espaço Cultural José Lins do Rego, João Pessoa; PB.

ARQUIVO ECLESIASTICO DA PARAÍBA

fundo: Chancelaria
série: Documentos dos Bispos
sub-série: Cartas Pastorais
notação: Cf/1
estante: 10
caixa: 01

WWW.ibge.gov.br – **HTTP://biblioteca.ibge.gov.br**

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

MASTAI-FERRETTI, Giovanni Maria (Papa Pio IX)

- Bula *Ineffabilis Deus* (1854)
- Carta Encíclica *Quanta Cura* e anexo *Syllabus* (1864)
- Constituição Dogmática *Pastor Aeternus* (1870)
- Carta Encíclica *Exortae in Ista* (1876)

In: COSTA, Lourenço (org.) **Documentos de Gregório XVI e Pio IX (1831-1878).** Tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999 (Documentos da Igreja, 6).

RATTI, Ambrogio Daminano Achille (Papa Pio XI).

- Carta Encíclica *Quas Primas* (1925)
- Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* (1929)
- Carta Encíclica *Casti Connubii* (1930)
- Carta Encíclica *Mit Brennender Sorge* (1937)

In: MARIN, Darci L. (Org.). **Documentos de Pio XI.** (1922-1939). Tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 2004. (Documentos da Igreja, 9).

PECCI, Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi. (Papa Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum** (1891). In: SILVA, Manuel Alves da (S.J.) 17 ed. Tradução: _____. São Paulo: Paulinas, 2009.

DOCUMENTOS EPISCOPAIS

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (bispo). *Typhographia d'A IMPRENSA* – Parayba.

- Carta Pastoral **Deus e Pátria** (1909)
- Carta Pastoral **Propagação da Fé e da Instrução Religiosa** (1930)
- Carta Pastoral **Das Vantagens do Ensino Religioso** (1932)

ANUÁRIO DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. v. II. Publicação da Revista **Conferência dos Religiosos do Brasil**. Rio de Janeiro: 1958.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. Tradução, introdução e notas: Ivo Storniolo. Tradução de 1-2 Crônicas, Esdras, Neemias, Tobias, 1-2 Macabeus e Profetas: José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Paulus, 1990.

- Mc. 16-26; Mt. 5, 44-48; Mt. 28, 9; Sl. 119, 1-33; Mc. 1,6; Mt. 3,4; I Cor. 11, 5-6; At. 4,32-37; Lc. 15, 11-32; Lc. 16, 15-17; At. 2, 1-3; Mt. 10, 5-8; Ex. 09, 1-7.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS - CEP**

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley - CEP/HULW, da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada no dia 29/06/2010, após análise do parecer do relator, resolveu considerar APROVADO o projeto de pesquisa intitulado EDUCAÇÃO CATÓLICA, GÊNERO E IDENTIDADE. Protocolo CEP/HULW nº. 312/10, dos pesquisadores MARIA IVETE MARTINS CORREIA e Profº Dr. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO.

No final da pesquisa, solicitamos enviar ao CEP/HULW, uma cópia desta certidão e da pesquisa, em CD, para emissão da certidão para publicação científica.

João Pessoa, 29 de junho de 2010.

Profª Drª Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley-HULW - 4º andar. Campus I - Cidade Universitária.
Bairro: Castelo Branco - João Pessoa - PB. CEP: 58051-900 CNPJ: 24098477/007-05
Fone: (83) 32167302 — Fone/fax: (083)32167522 E-mail - cepulw@hotmail.com

ANEXO I – PROTOCOLO COMITÊ DE ÉTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre “Educação Católica, Gênero e Identidades: o lugar do colégio Santa Rita de Areia, na História da Educação Paraibana” e está sendo desenvolvida por Maria Ivete Martins Correia, aluna do Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof^o Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Os objetivos do estudo são: compreender o jogo de relações estabelecidas no projeto de Educação Católica desenvolvido no Colégio de Santa Rita de Areia – PB no período de 1937 a 1960 e suas implicações na constituição das identidades de gênero e profissão das alunas. O alcance desta pretensão remete ao seu desdobramento nos seguintes objetivos específicos: historiografar a Educação Católica na década de 1930, evidenciando a categoria gênero; situar o município de Areia, a Ordem Franciscana de Dillingen e a emergência do Colégio Santa Rita; identificar na proposta educacional do colégio os eixos a partir dos quais se instituiu o discurso da Educação Católica e os dispositivos através dos quais se deu a incorporação do ideário católico ao comportamento das alunas; investigar as implicações daquela educação na constituição das identidades femininas.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a ampliação da memória educacional e para o alargamento da História da Educação Paraibana pela construção de um corpo teórico que subsidie os estudos sócio-históricos educacionais e que ressignifique o papel da Educação Católica e a participação da mulher na formação de gerações no contexto educacional da Paraíba.

Solicitamos a sua colaboração para relatar sua vida acadêmica como aluna/professora do Colégio Santa Rita, através de entrevista e/ou história de vida como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e áreas afins e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua idoneidade.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

x Bettriz Perazzo Barbosa
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutan, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

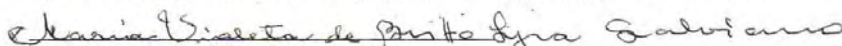
Assinatura da Pesquisadora Responsável

x Autorizo publicação

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.


Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutã, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,



Assinatura da Pesquisadora Responsável



Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Emilde de Almeida Gondim
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arbutan, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

autorizo publicar

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Estelita Antônimo de Sousa
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutã, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

*Autorizo a divulgação do meu nome
e história de vida por mim relatada
Estelita Antônimo de Sousa*

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Priscila Lúcia Pinto Silva
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutan, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Autorizo a publicação.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Josefa Ribeiro da Silva
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arbutan, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Autorizo publicação

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

S. M. Flávia de Brito
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutã, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Autorizo a publicação

M de Brito

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

L. L. Luiz Barbosa Alves, D.S.F.
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arbutan, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Antônio a publicação
Bthues

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Simã Maria Agnes OSE
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutã, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Autorizo publicação

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Dr. M. Neiva de A.
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutã, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia
Assinatura da Pesquisadora Responsável

Autógrafo publicação
ef

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Dr. Maria Anunciada do Espírito Santo, osf
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arabutan, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Antonio publicas meu nome

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Como pesquisadora estou a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

H. M. Rosa de Santana
Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Centro de Educação –

Departamento de Fundamentação da Educação – Cidade Universitária

Av. Índio Arbutan, 161 apto 803 – Cabo Branco – João Pessoa - PB

Telefone: (83) 3216 7447 ou (83) 3247 0778

Atenciosamente,

Maria Ivete Martins Correia

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Autorizo publicação

ANEXO II – CORPO DOCENTE DO COLÉGIO SANTA RITA

ANO LETIVO - 1948

Ginásio Santa Rita

Areia

Paraíba

Ano letivo de 1948

Corpo docente em exercício

Curso Ginásial

Materias	Nome do professor	Número d. registro	Reservado para o visto da Seção de Registro.
Português	Pe. Francisco Lima Ediomar Barrêto Rocha Pr.Nº	6030 94463/45	
Latim	Pe. Francisco Lima M. Carolina, OSF. (Charlotte Schwarz) auxiliar	9340	
Francês	M. Ildefonsa, OSF. (Julia Stauss) M. Carolina (Charl. Schwarz)	25906 25938	
Inglês	M. Ildefonsa, OSF. (Julia Stauss) M. Rafaela (Walb. Hitzler)	25906 25905	
Matemática	M. Carolina, OSF. (Charlotte Schwarz) M. Justitia (Maria Kastner)	25938 25902	
Hist. Geral	M. Ildefonsa, OSF. (Julia Stauss)	25906	
H. do Brasil	Ediomar Barrêto Rocha, Pr.Nº	94463/45	
Geografia	M. Iluminaris, OSF. (Ana Allger)	25945	
G. Brasil	Ediomar Barreto Rocha, Pr.Nº	94463/45	
Geografia	M. Inviolata (M. Scheckenbach)	25904	
Tr. man.	M. Trautlinde, OSF. (Ana Frisch- holz) M. Rafaela (Walb. Hitzler)	25903 25905	
Desenho	M. Rafaela, OSF. (Walburga Hitzler) M. Trautlinde (Ana Frischholz)	25905 25903	
C. Orfeón.	M. Inviolata, OSF. (Maria Schek- kenbach)	25904	
Ec. Domést.	M. Carolina (Charl. Schwarz)	D - 3599	
E. Física	Silvia Gouveia (Monitora)		
C. Naturais	M. Iluminaris (Ana Allger) M. Justitia (M. Kastner)	25945 25902	

ANEXO III – RELATÓRIO MOVIMENTO ESCOLAR DO COLÉGIO SANTA RITA (1937 e 1964)

Relatório do Movimento Escolar
do Colégio Santa Rita em 1937.

Depois de haver levado a efeito uma completa remodelação do Colégio Santa Rita, graças à zelosa iniciativa e generosa dedicação da então Srte. Vigário Revma. Conego João Lourenço, sendo por seus paraguaios generosamente auxiliado – o povo arriense estava ansioso pela reabertura de seu Estabelecimento de Ensino, agraciando-o o Governo do Estado desde já pelo privilégio de um Curso Normal equiparado à Escola Normal de João Pessoa.

Após varias pedidas frustradas a diversas Congregações de Religiosas conhecidas, a Divina Providência atendeu às tão dignas aspirações da Cidade, indicando-lhe em princípios deste ano a Ordem das Franciscanas de Tillingen, Família de Alemanha. Como, porém, devido a longa viagem de alim-mar, se demorasse a chegada das ditas Religiosas destinadas para a Arica, o atual Srte. Vigário Revma. Padre Antonio Costa, por seu grande interesse pelo Colégio Santa Rita, condigno sucessor do seu reconstrutor de acordo com o Governo Estadual organizou uma regência provisoria, formando o corpo Docente de competentes membros do magisterio local. Este ato inicial em 10 de Março de 1937 – foi lavrada a 1ª ata na Livro de Atas de Exames fls 1.

A inauguração do Colégio e inicio da aula letiva de 1937 realizou-se no dia quatorze do mesmo mês, como relata a resp. ata na dito livro fls. 1.

As alunas, em numero de 48, todas do Curso Primario foram selecionadas da modo seguinte.

1ª turma: 12 alunas do 1º ano do Curso Primario, tendo por mestra D. Aniba Almeida.

2ª turma: 18 alunas dos 2º e 3º anos do Curso Primario, tendo por mestra D. Filogenia Cabral.

3ª turma: 18 alunas dos 4º e 5º anos do Curso Primario, tendo por mestra D. Hilda Pereira.

Em quatorze do mês de Abril submeteram-se 13 alunas d

Forma ao exame de Admissão, cujo andamento e resultado figura no rep. livro fls. 2. Entusiasmados as neo-normalistas e seus esforçados leites, pelo esperançoso êxito destes exames, foram imediatamente iniciadas as aulas do 1º ano Normal. As matérias foram assim distribuídas:

Letra da cadeira de Português: D. Aurea Mesquita de Andrade; de Francês e Religião: Revmo. Padre Antonio Costa; de Geografia: D. Eyzilda Milanês; de Aritmetica e Algebra: Dr. Antonio de Farias; de Musica: D. Filadelfia Cabral; de Desenho: D. Maria de Lourdes Pequeno; de Trabalhos manuais: D. Maria do Carmo Louisa e de Ginstica: D. Hilda Pereira.

Antes que terminasse o 1º semestre deste ano letivo, veio a noticia alvissareira da proxima vinda das Religiosas Franciscanas. O Collegio procurou-se a preparar condignamente para a recepção das suas regentes efetivas. Foi o dia 9 de Junho, o dia venturoso que as trouxe de toda a Breia. Vieram em numero de 6 as Religiosas - de ha muito esperadas - a Superiora e Diretora: Madre M. Florencia Kirchmayer, as professoras Madre M. Venantia Schmid, Madre M. Illuminaria Allga, Madre M. Idefonsa Haups, a professora de Trabalhos manuais Madre M. Trautlinde Frischholz e a cozinheira Madre M. Urbana Schöberl, sendo festivamente recebidas pela Elite da Cidade e em particular pelas alunas do Collegio Santa Rita, que em poesia e prosa manifestaram o que lhes ia no seu coração escolar.

E logo nos dias seguintes deram às suas novas mestras provas reais dos seus estudos nos 1º exames parciais, realizados em 14, 15, 16, 17 e 18 de Junho, dos quais consta a ata do livro dos Exames fls. 2 e 3.

Logo após estes exames teve lugar a posse oficial da nova Diretoria, relatando-a a ata inicial do Livro da Congregação da Igreja Sacra deste Collegio.

Haure, portanto, no 2º semestre a seguinte modificação quanto à distribuição nas classes do Curso Primario:

Professora da 1ª turma foi substituída pela Madm M. Venantia Schmid,
a da 2ª turma foi substituída pela Madm M. Viminario Allgar,
e a da 3ª turma foi substituída pela Madm M. Mdefonso Staub,
não havendo alteração a respeito no curso Normal com excepção da Ca-
deira de Francês e de Gimnastica, sendo substituídos Revmo. Padre An-
tonio Costa pelo Sr. Geracimo de Araujo e a Professora T. Hilda Pereira
pela nova Directora do Collegio, a Revma. Madm Superiora M. Francisca
Kirschmayer, O. S. F.

Os intensos trabalhos escolares dos meses julho e agosto seguir a festiva
Semana da Patria - duplamente festiva este ano pela visita das Guarni-
tistas da Escola Normal de João-Pessoa - em excursão a nossa apa-
mada Cidade Senara. Chegadas em 2 de Setembro foram oficialmente
recebidas no Grupo Estadual, tendo sido convidado o nosso Collegio e re-
colhido para o discurso de saudação a nossa normalista Viriam Barreto.
Visitando as excursionistas tambem o nosso Instituto esmeraram-se
as alunas em lhes apresentar o que de melhor haviam aprendido na
aulas de musica e de exercicios fisicos. No dia 4 de Setembro em
visita a Escola de Agronomia - foram acompanhadas por uma
turma das nossas alunas com o fim de compartilharem na en-
tretenimento escolar dai apresentando novamente a hora de arte
a elas oferecida quanto em nosso Collegio.

No dia da Independencia, havendo no Salão do Conselho da Pre-
feitura a Sessão Magna da Semana da Patria, foi convidado
tambem o Collegio Santa Rita, acedendo prontamente em vista
da nobre finalidade.

Em 21 de Setembro Dia da Arvore, a comite da Escola da Agra-
nomia as nossas alunas tomaram parte activa na cerimonia ca-
racteristica do dia, discursando na ocasião a normalista Viriam
Barreto.

Em fins do mesmo mês as nossas collegias foram surpreendidas
por uma visita particular de um Inspector Escolar de João-Pessoa
e em seguida pela visita oficial do nosso dedicado Enr. Fiscal
Sr. Juvenal Espinola de Franca, feliz restabelecido após pu-
ro

tratamento medico. Para auxiliar na instrução chegaram mais duas Madres de Alemanha, a Professora da Pintura, Madre M. Rafaela Hitzler e a Professora do Curso Infantil, Madre M. Friedhe de Späth.

Em 25 de Outubro reuniu-se o Corpo Docente afim de determinar a época e o processo dos exames finais do presente ano letivo a resp. ata foi lançada no livro da Congregação fls.

Realizaram-se os ditos exames nos dias 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13 do mês de Novembro, de que faz menção a ata no livro dos exames fls 3, 4 e 5. Antes de partirem para as férias os nossos colegiais remataram este seu primeiro ano colégio aos pés do "Mestre dos Mestres" em pequeno retiro nos dias 14 e 16.

Em 17 de Novembro, às 9 horas, teve lugar o encerramento das aulas, sendo convidado para este ato as autoridades locais os pais das alunas. Após uma pequena representação de arte por parte das mesmas foram distribuídos pela Madre Diretora os certificados corrigindo palavras de animação e dando os ultimos conselhos à criança da prestes a partir. É o Inr. Vigário Revmo. Padre Antonio Costa, acentuando - os num sentido discurso de despedida rematou de forma solenemente este 1º ano letivo do Colégio Santa Rita, tendo atingido o espaçoso numero de 85 matriculas.

É contentes partirem todas, alunas e seus pais, felizes por ver realizados as aspirações de anos. Arcia possui dentro dos seus muros o seu Colégio Santa Rita. Que ela, a milagrosa Padroeira do Colégio arcieense, assim como o protegeu neste ano inicial o proteja sempre para a maior gloria de Deus e em pro da Juventude!

Arcia

Colégio Santa Rita

Dezembro

de

1937.

João Capinela de Frazes

M. Florencia Kirchmayer, e
II Veneranda Mãe

Relatório do movimento escolar do ano de 1964

A. Matrícula, aulas e férias

As aulas deste ano de 1964, abriram-se para o curso Primário, no dia 24 de fevereiro e para o curso Ginásial, Industrial e Normal no dia 3 de março. Antes porém, nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro teve lugar a 2ª época para o Curso de Admissão ao Ginásio, para os Cursos Ginásial e Normal.

As matrículas deste ano atingiram as seguintes cifras: Curso Primário: 240, sendo 91 para o internato e 219 para o externato. Cursos Ginásial, Industrial e Normal: 251, das quais 128 foram internas.

No dia 3 de março, dia da abertura das aulas, foi proferida, pela Orientadora Educacional, Irmã M. Hildefonesca Stauro, O.S.F. uma palestra inaugural no salão nobre deste Estabelecimento, com a presença de todo o corpo discente e docente. "Realidade Brasileira" foi o tema abordado na dita palestra.

No dia seguinte, dia 4 de março, foi celebrada a Missa de entrada pelo Reme Frei Búcio Reher, O.F.M., digno capelão do Colégio. Tomaram parte todas as alunas e professores, implorando as bênçãos do Céu para o ano que ora se iniciava.

O primeiro semestre encerrou suas atividades no dia 19 de junho para todos os cursos, indo as aulas até o dia 16 de novembro para o Curso Ginásial e Industrial, e até o dia 13 do mesmo mês para o Curso Primário.

O Curso Normal encerrou suas aulas no dia 14 de novembro. Os exames finais iniciaram-se no dia 16 de novembro para o Curso Normal, e no dia 17 para os Ginasiais e Industriais.

B. Festas e comemorações.

No dia 8 de março, as internas veteranas ofereceram uma alegre festinha de recepção às colegas novatas.

O Curso Normal Colegial fundou este ano um Clube litero-recreativo que organizou diversas festinhas animadas para alegrar os recreios no internato.

No dia 26 de março, Quinta-feira Santa, realizou-se a Comunhão Pascal em Missa solene para todo o Colégio.

Houve, este ano, algumas representações dramáticas pelas alunas. Destacamos as seguintes: "José e seus Irmãos", drama bíblico, "O estudante do Paraíso", comédia.

Semana da Pátria: Solene "Hora Cívica", com programa litero-musical, realizou-se no dia 4 de setembro, no auditório do Colégio, pronunciando brilhante palestra a professora de História, D. M. Violeta de Brito Loyra.

No dia 5, através do microfone da Prefeitura municipal, o coral deste Colégio, associado ao grêmio literário do mesmo, prestou solene homenagem à Pátria, constando o programa de cantos, poesias e coro falado.

Como todos os anos, o 7 de setembro foi comemorado com brilhantismo e entusiasmo patriótico pelas nossas alunas, em colaboração com os demais educandários da cidade.

~~Destacou-se a~~ Num dos pátios do Colégio houve o plantio da árvore com a presença do corpo discente e docente. Como já é tradicional, a festinha apresentada na ocasião, com programa litero-musical e dramatização, alusiva à data, coube ao Curso Primário.

No dia 18 de outubro, todo Colégio festejou alegremente o onomástico da Superiora, Sr. M. Justitia Hastner.

Na parte da manhã, as alunas e professores reuniram no auditório deste Educandário, para a homenagem festiva à sua querida Mestre e Superiora. O programa, cujo tema foi "O pai nosso, dai-nos hoje", consistiu de cantos orfeônicos, recital de poesias, peças musicais para violino, piano e acordeon, cântico falado, discurso e da apresentação da dança tradicional folclórica "Pau de fitas", por um grupo de alunas. À tarde foi reservada a jogos recreativos, competições esportivas etc. No dia 18 de

O encerramento festivo do Curso Primário realizou-se no dia 15 de novembro, com a presença dos estimados pais de nossos alunos. Os crianças alegraram a assistência com um programa variado: cantos, dramatizações, danças, poesias. No final, houve a entrega dos Boletins, pronunciando, na ocasião, a diretora do Curso Primário, Sr. M. Uminaris Alger, O.S.F. umas palavras dirigidas aos pais. Cabe destacar, na ocasião, a presença do ilustre professor Dr. Piza Júnior da Universidade Rural de Piracicaba, S.P.

No dia 22 de novembro, recebemos a alegre visita do Coral e Banda Marcial do Colégio São Antônio de Itaquara. Honraram-nos com a exibição de vários números musicais. Em retribuição, o nosso Coral e o Grêmio Literário ofereceram-lhes um ligeiro recital de cantos e poesias, sendo também, apresentada a dança "Pau de Fitas".

Revestiram-se de grande brilhantismo as solenidades com que se comemorou, em 29 de novembro, o encerramento do ano letivo e a diplomação de treze professorandas do Curso Normal Colegial, paraminfadas pelo Professor Afonso Pereira. Estiveram presentes além do paraminfo, outras personalidades ilustres, dentre as quais, o Senhor Prefeito, Dr. Elson da Cunha Lima; o Juiz de Direito, Dr. Nivaldo Fonseca, o Diretor do Estabelecimento, Cônego Francisco Lima, o Diretor da E. A. N., na pessoa de seu representante Dr.

Paulo Abreu; os professores deste Educandário, os senhores pais dos professorandos e várias pessoas de destaque na sociedade ariense. A festa abordou o seguinte tema: "Cinderela somos nós" que foi interpretado em signifi-
cante cena dramática, da autoria da professora Dr.
M. Siegfrieda Heinrich, O.S.F. em colaboração com as
professoras, Dr. M. Imiolata Scheckenbach e Dr. M. Filome-
na Salgado nas partes musicadas e no bailado respecti-
vamente. Após as solenidades foi oferecida de autoria
des presentes e houve uma taça de champagne.

C. Outros acontecimentos.

As alunas tiveram ocasião de assistir aos seguintes
filmes: Viagens de Gulliver; O Gigante do gelo, O Árctico Sel-
vagem, O ascensor para o cadafalso, Só Deus por tes-
temunha (The sinking of the Titanic); O Salário do
medo, São Vicente de Paula, Os três colegas de Bati-
na, Rosa de Castilha, Vítima de sedução; Velentão e
apelido; O dia em que a terra parou, Cidades inglê-
sas; Por ternura também se mata; Satã à meia noi-
te; Sereia do Mar Vermelho; Meu filho deve nascer; O
gordo e o magro; Branca de Neve e os sete anões.
Além destes filmes ainda lhe foram mostrados belos
slides sobre Miami, a Terra Santa e sobre Viações.

O Colégio teve a honra de receber a visita do
professor Dr. Piza Júnior, da Universidade Rural de
Piracicaba, que proferiu uma conferência no nosso
auditório, visando o tema "A conduta animal". As
alunas tiveram ainda oportunidade de ouvir outras
conferências pelo mesmo professor, na E.A.N.. Seus
temas foram: Da sabedoria da natureza e a evolução.

Foi também proferida uma conferência, para as
alunas pelas Irmãs Dorotéias, M. Escobar, secretária da
C. N. B. B. e M. Carvalho também membro da C. N. B. B.

tema da conferência: Recrutando vocações. Após a conferência foi exibido pelas mesmas Irmãs um divertimento teatro de marionetes, ilustrando o tema da mesma conferência.

Recebemos também a visita honrosa de um sacerdote franciscano holandês, membro do movimento PROMUNDI VITA, que pronunciou impressionante conferência sobre "O plano sobre a estratégia e trabalho da Igreja".

Tivemos ainda a honra de receber a visita de dois ilustres areianos: Dr. José Américo de Almeida e Dr. Elpidio de Almeida.

Ainda para fortificar mais a vida espiritual das alunas, foi-lhes pregado excelente retiro espiritual, de 1 a 3 de novembro, pelo Revmo. Padre Eugênio, S.C.J.

Areia, 13 de janeiro de 1965

De Inocência Rastner, vof. Divulgação distribuída
617032/1965/ST/11/11/12

Relatório do movimento escolar

Higiene e Puericultura

Curso Pedagógico

3ª série

- I. A puericultura, problema da salvação nacional.
- II. Medidas da puericultura.
 - 1) A eugenia preventiva, positiva e negativa. 2) A mortalidade materna. 3) A mortalidade infantil. 4) Obras de proteção e assistência à infância. 5) Campanha educacional.
- III. O recém-nascido.
 - 1) Aspectos anatómicos e fisiológicos. 2) Primeiros cuidados. 3) O banho. 4) Vestuário. 5) O berço.
- IV. A alimentação da criança.
 - 1) Substâncias essenciais à nutrição. 2) A alimentação natural da criança. 3) Princípios fundamentais da alimentação artificial. 4) Escolha e conservação do leite. 5) Alimentos complementares. 6) Técnica da alimentação artificial.
- V. Sinais de entrofia.

Peso - estatura - fechamento de fontanelas - aquisições motoras e mentais.
- VI. A criança doente:
 - 1) Sintomas de doença - vacinações - noções de terapêutica infantil.
- VII. Rudimentos de higiene mental nos primeiros anos de vida.
- VIII. A escola, um verdadeiro centro de educação sanitária.
 - 1) Admissão a escola. 2) Inspeção médico-escolar. 3) A caderneta de saúde.
- IX. O edifício escolar.
 - 1) Os vários tipos de escolas primárias. 2) A localização e orientação do edifício escolar. 3) A sala de aula.
- X. O mobiliário escolar.
 - 1) A carteira escolar: coletiva e individual. 2) A adaptação do escolar à carteira. 3) A disposição das carteiras na sala de aula.
- XI. O material escolar.
 - 1) Livros e cadernos. 2) O quadro-negro. 3) Higiene da leitura e da escrita.
- XII. Higiene física dos escolares:

A escola deve a seus alunos, em primeiro lugar, saúde, depois educação e, por fim, instrução.

 - 1) Formação de hábitos sadios.
 - 2) O vestuário do escolar.
 - 3) A alimentação do escolar.
 - 4) Tentativas brasileiras em prol da saúde na Educação Primária.
 - 5) As diversões escolares.
 - 6) A professora e a educação da saúde.

ANEXO IV - PLANOS DE CURSO E ATIVIDADES - HIGIENE E PUERICULTURA, LATIM, FRANCÊS, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, DESENHO E TRABALHOS MANUAIS

Matéria lecionada no ano letivo de 1958

Continuação

Higiene e Educação Sanitária

Curso Pedagógico

2ª série

- XIII. Intoxicações voluntárias: 1) Seu alcance pessoal e social. 2) Tabagismo, morfismo, caciquismo e alcoolismo. 3) Medidas preventivas defensivas e ofensivas.
- XIV. A Higiene urbana. 1) O problema da urbanização e da fuga do campo. 2) O problema do abastecimento d'água. 3) O problema dos esgotos. 4) O problema da remoção e do aproveitamento do lixo. 5) A arborização das nossas cidades. 6) O ruído das cidades.
- XV. Curso prático sobre socorros de urgência, dado por uma enfermeira

A r e i a , 10 de dezembro de 1958

Ílvia Perazzo Barbosa

(Fiscal do Governo)

Matéria lecionada no ano letivo de 1958

Continuação

Higiene e Educação Sanitária

Curso Pedagógico

2ª série

- XIII. Intoxicações voluntárias: 1) Seu alcance pessoal e social. 2) Tabagismo, morfismo, caciquismo e alcoolismo. 3) Medidas preventivas defensivas e ofensivas.
- XIV. A Higiene urbana. 1) O problema da urbanização e da fuga do campo. 2) O problema do abastecimento d'água. 3) O problema dos esgotos. 4) O problema da remoção e do aproveitamento do lixo. 5) A arborização das nossas cidades. 6) O ruído das cidades.
- XV. Curso prático sobre socorros de urgência, dado por uma enfermeira

A r e i a , 10 de dezembro de 1958

Ílvia Perazzo Barbosa

(Fiscal do Governo)

Programa organizado para a 2ª prova parcial e a prova final de 1949.

Latim - 2ª série.

- 1 - Desinências da 3ª declinação, declinar acer, acris, acre - declinar is, ea, id - Casamento do Sol: - tradução: Pedro.
- 2 - Conjugar o verbo hortor, hortatus sum, eri no imperativo, pres. subjuntivo - dissertar sobre o pronome relativo, declinando-o - tradução: Ludus II: nº 9, Socorro, incendio.
- 3 - Conjugar o verbo do, dedi, datum, dare no preterito perfeito ativo e no pres. subj. passivo - dissertar sobre a concordância do atributo, dando exemplo latino - tradução: Ludus II: Carlos Magnus.
- 4 - Declinar hic, haec, hoc - dissertar sobre a concordância do nome predicativo com exemplo latino - tradução: Ludus II: Eneás, 12, 1.
- 5 - Declinar o pronome pessoal (1ª pessoa) e o possessivo meus, a, unum - conjugar o verbo capio presente, preterito perf. ind. e futuro I passivo - Ludus II: Verão nos montes.
- 6 - Declinar o pronome pessoal da 3ª pessoa com tradução - dar os tempos primitivos de um verbo da voz ativa e passar para a voz passiva - Ludus II: A esperança.
- 7 - Declinar o pronome interrogativo quis? - dissertar sobre o vocativo da 2ª declinação com exemplos latinos - Pedro: Casamento do sol.
- 8 - Do genitivo plural em ium - conjugar "possum," no presente, p. perfeito indicativo e presente subjuntivo - Ludus II: Carlos Magnus.
- 9 - Dissertar sobre o pronome relativo e sua concordância, declinando-o - do ablativo da 3ª declinação em I - Ludus: Verão nos montes.
- 10 - Conjugar o verbo prosum, profui, prodesse no presente, imperfeito, pr. perfeito indicativo - desinências da 2ª declinação socer - tradução: Pedro, casamento do sol.
- 11 - Desinências da 4ª declinação, declinar portus - dar os tempos primitivos de um verbo deponente, conjugando o gerundio e participio assado - tradução: A esperança.
- 12 - Declinar is, ea, id com tradução - exceções do genitivo, dativo, ablativo do plural da 1ª declinação - tradução: Ludus II: Socorro.
- 13 - Dissertar sobre as palavras terminadas em er da 2ª declinação - dar a voz passiva dos tempos primitivos do verbo moneo, conjugando-o em mais-que-perfeito subjuntivo - tradução: Ludus II: A esperança.
- 14 - Declinar ille, illa, illud - conjugar um verbo da 4ª conjugação no imperativo de voz ativa e passiva - tradução: Ludus II: Verão nos montes.
- 15 - Conjugar o verbo facio no presente ind. e subjuntivo, pondo o pronome em cada pessoa em ambos os números - declinar hic, haec, hoc - tradução: Ludus II: Carlos Magnus.
- 16 - Declinar o pronome pessoal suus, eius - regras do genitivo plural em ium - tradução: Ludus II: Verão nos montes.
- 17 - Dissertar sobre os verbos da 3ª conjugação em io, conjugando-o verbo capio no presente, futuro simplificado e possessivo - declinar o pronome relativo qui, quae, quod - tradução: Ludus II: Eneás.
- 18 - Regras do acusativo singular em in da 3ª declinação - dar os tempos primitivos do verbo audio na voz passiva, conjugando o imperfeito subjuntivo e futuro anterior - tradução: Socorro, incendio.
- 19 - Formar o comparativo e superlativo de facilis, e, declinando o comparativo - regras do plural neutro em ia - tradução: Ludus: Na aula
- 20 - Conjugar praesum, praefui, praeesse no mais-que-perfeito, imperfeito do ind. e infinito perfeito, dissertando sobre sua regência do genitivo plural em ium - tradução: Pedro: Casamento do Sol.

Arcia, 14 de novembro de 1949.

Programa organizado para a 2ª Prova Parcial
e Prova Final de 1949.

Francês - 1ª série.

- Ponto 1 - Dictée - L'article défini et indéfini - verbes avoir et aller.
Ponto 2 - Dictée - L'article contracté - Verbes être et montrer.
Ponto 3 - Dictée - L'article partitif - Verbe ouvrir.
Ponto 4 - Dictée - Pluriel des noms - Verbe manger.
Ponto 5 - Dictée - Numération - Verbe appeler.
Ponto 6 - Dictée - Adjectifs possessifs - Verbe lire.
Ponto 7 - Dictée - Féminin des noms et des adjectifs - verbe voir.
Ponto 8 - Dictée - Adjectifs démonstratifs - Verbe fermer.
Ponto 9 - Dictée - Pronoms possessifs - Verbe prendre.
Ponto 10 - Dictée - Plural des noms terminés en al et "ou" - Verbe sentir.
Ponto 11 - Dictée - Emploi du verbe impersonnel "Y avoir" - Verbe écrire.
Ponto 12 - Dictée - Féminin irrégulier des adjectifs - Verbe s'appeler.
Ponto 13 - Dictée - Quelle heure est-il? Verbe porter.
Ponto 14 - Dictée - Pronoms démonstratifs - Verbe savoir.
Ponto 15 - Dictée - Pronoms possessifs - Verbe arriver.
Ponto 16 - Dictée - Pluriel des noms - Verbe sortir.
Ponto 17 - Dictée - Adjectifs indéfinis - Verbe finir.
Ponto 18 - Dictée - Le Futur des verbes - Verbe lire.
Ponto 19 - Dictée - La forme négative - Verbe prendre - Exercice.
Ponto 20 - Dictée - Le passé composé - Verbe voir.

Areia, 14 de novembro de 1949.

História da Educação

- A educação primitiva: Meios e fins - a educação indiana.
- A educação indú.
 - a) O tradicionalismo pedagógico oriental.
 - b) A cultura indú: A religião do bramismo, os Vedas, a cultura intelectual.
 - c) A educação: o regime das castas inhumano, exclusivo cultivo da inteligência, desinteresse pela formação do caráter.
- A educação chinesa.
 - a) O espírito chinês: ausência de idealismo.
 - b) A cultura chinesa: O confucionismo, o budismo, o governo monárquico.
 - c) A família chinesa: intransigente tradicionalismo.
 - d) A educação chinesa: caráter político, sistema de exames.
- A educação egípcia.
 - a) O espírito egípcio realista.
 - b) A cultura: A religiosidade, o desenvolvimento das ciências, a grandeza da arte.
 - c) A educação: o sentido aristocrático, a posição social da mulher, a organização escolar com objetivos práticos.
- A educação hebraica.
 - a) O espírito hebraico idealista e religioso.
 - b) A cultura hebraica baseada na Bíblia.
 - c) A educação hebraica: o cultivo das virtudes, a idéia messiânica, elevação espiritual.
 - d) O particularismo judaico, atraso da cultura intelectual.
- A educação persa.
 - a) O espírito persa tipicamente moral.
 - b) A cultura persa prática e guerreira, o dualismo da religião de Zoroastro.
 - c) A educação persa rígida e severa, virtudes da obediência, a justiça, a coragem, o sentimento de honra.
- A antiguidade clássica: 1ª A educação grega.
 - a) O humanismo pedagógico comparado com o tradicionalismo oriental.
 - b) A origem da educação grega nos poemas nacionais.
 - c) O caráter humano e formal da educação helenica.
 - d) A educação espartana: a estrutura social em 3 classes.
 - e) A organização prática: rigorosa disciplina física e moral.
 - f) A educação ateniense: A liberdade civil, o desenvolvimento harmonioso da personalidade.
 - g) A educação familiar, os ginásios, a educação feminina.
 - h) O caráter fundamentalmente religioso da sociedade.
 - i) Educadores gregos: Pitágoras, os sofistas, Sócrates, Platão, Aristóteles.
- A educação romana.
 - a) Sentido prático e utilitário da cultura romana.
 - b) A educação romana: seu objetivo o aperfeiçoamento do Estado, ciência principal: o direito.
 - c) Os três períodos históricos da educação romana.
 - d) Educadores romanos: Catão, Cícero, Seneca, Plutarco.
- O Cristianismo pedagógico.
 - a) A decadência da cultura romana.
 - b) Os nossos valores do Cristianismo.
 - c) O cristianismo e a educação apostólica.
- A educação patrística.
 - a) A cultura clássica, meio para a transmissão das verdades cristãs.
 - b) Evolução da educação patrística: novas condições de existência para o império romano.
 - c) Educadores patrísticos: Orígenes, Stc. Agostinho
- A educação monástica.
 - a) O desenvolvimento do monaquismo no Oriente.
 - b) A influência dos beneditinos na cultura ocidental.
 - c) Carlos Magno e a educação.
- A educação escolástica.
 - a) A difusão da cultura e educação pelas cidades com o último resultado das universidades.
 - b) As causas da florescência cultural da escolástica.
 - c) As universidades.
 - d) Stc. Tomás de Aquino.
- A educação renascentista.
 - a) Do transcendentalismo ao naturalismo pedagógico.
 - b) As causas do Renascimento.
 - c) Educadores renascentistas: Vitorino de Feltre, Erasmo, Vives, Rabelais.

Silvia Perazzo Barbosa

Matéria lecionada no ano letivo de 1958

Desenho e Artes Aplicadas

Curso Pedagógico

1ª série

Unidade I.

Desenho de figura humana, esqueletos em várias posições,
figuras vestidas, desenho de cabeças.

Unidade II.

Aplicação para Artes Aplicadas,
Cartão para o Dia das Mães,
Friso para quarto de crianças,
Porta-chaves em madeira.

Unidade III.

Desenho decorativo:
Uma árvore,
Corte de tesoura,
Dobradura de papel,
mosaico de papéis coloridos do "Cruzeiro".

Unidade IV.

Desenho de letras,
Oferecimento para o Dia das Mães,
Oferecimento para Cartão de Natal,
Cabeçalho para prova Parcial e
Final de Desenho.

Unidade V.

Encadernação,
Um album para coleccionar retratos ou trabalhos manuais,
Preparação de papéis de goma e anilina para a capa,
Folhas dobradas e furadas,
Confecção do album.

A r e i a , 10 de dezembro de 1958

Silvia Perazzo Barboza

(Fiscal do Governo)

Programa organizado para a 2ª prova parcial
e a prova final de 1948.

D e s e n h o - 2ª série.
=====

- 1 - Desenho geométrico: círculo: raio, diâmetro, c.t.s.fl. - definições - cores primárias e secundárias.
- 2 - Desenho geométrico: círculo: segmento, sector, corôa, z.f.l. - ovulo - cores quentes e cores frias.
- 3 - Desenho geométrico: círculos concêntricos, excêntricos, secantes, tangentes - oval regular - cores do espectro solar.
- 4 - Desenho geométrico: concordância de retas e curvas - figuras simétricas - recortar em papel.
- 5 - Desenho geométrico: arco abatido - espiral de dois centros - teoria da cor.
- 6 - Desenho decorativo: aplicação do traçado das concordâncias - janela quadrada - composição de cores.
- 7 - Desenho decorativo: aplicação do traçado das concordâncias - janela redonda - composição de cores.
- 8 - Desenho decorativo: teoria da cor - grafico de cores primárias e secundárias - espiral de 3 centros.
- 9 - Desenho decorativo: simetria na arte decorativa - 2 exemplos - oval regular - cores complementares.
- 10 - Desenho decorativo: exercício para arte aplicada - emprego de cores - cores do espectro solar.
- 11 - Desenho geométrico: figuras iguais, semelhantes, equivalentes - galão em ponto de cruz - emprego de cores.
- 12 - Desenho decorativo: composição para uma janela quadrada - pintar com lapis de cores - galão em ponto de cruz.
- 13 - Desenho decorativo: enfeitar a capa para um programa de festa - pintar com tinta azul - espiral de 2 centros.
- 14 - Desenho decorativo: distribuição dos motivos ornamentais: - traço e ponto - desenho de letras - espiral de 4 centros.
- 15 - Desenho decorativo: enfeitar um quadrado de 6 cm de lado para ser bordado em ponto de cruz - emprego de cores - 2 cilindros em perspectiva.
- 16 - Desenho do Natural: 3 cilindros com indicação das sombras - galão em ponto de cruz - ovulo.
- 17 - Desenho do Natural: jarro em perspectiva - cores do espectro solar - elipse.
- 18 - Desenho do Natural: cestinha - galão em ponto de cruz - desenho de letras.
- 19 - Desenho do Natural: Exercício de observação de objetos de uso comum - desenhar as sombras - grafico da teoria de cores.
- 20 - Desenho do Natural: jarro em perspectiva com sombras - pintar - desenho de letras.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Areia, 14 de novembro de 1948.

M. Rafaela Kitzler V.L.F.

Programa organizado para a 2ª prova parcial e a
prova final de 1949.

D e s e n h o - 3ª série.

- 1 - Desenho do Natural: representar um sólido de revolução (cilindro) - indicar as curvas - pintar.
- 2 - Desenho do Natural: representar um sólido de revolução (esfera) - indicar as curvas - pintar.
- 3 - Desenho do Natural: representar um sólido de revolução (ovoide) - indicar as curvas - pintar.
- 4 - Desenho do Natural: representar um sólido de revolução (elipsoide) - indicar as curvas - pintar.
- 5 - Desenho do Natural: representar um sólido de revolução (cone) - indicar as curvas - pintar.
- 6 - Desenho do Natural: representar um jarro composto de ovoide e cone - indicar as curvas - pintar.
- 7 - Desenho do Natural: representar um jarro composto de esfera e cone - indicar as curvas - pintar.
- 8 - Desenho decorativo: desenho de flores de formas simples - acentuar o característico da begônia - desenvolvimento do cubo.
- 9 - Desenho decorativo: desenhar uma flor de formas simples - acentuar o característico da begônia - desenvolvimento da pirâmide.
- 10 - Desenho decorativo: desenhar uma flor de formas simples - acentuar o característico da xerbera - desenvolvimento do prisma.
- 11 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva do cubo - planificação do mesmo - ovoide.
- 12 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva do prisma - planificação do mesmo - elipsoide.
- 13 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva do prisma triangular - planificação do mesmo - esfera.
- 14 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva da pirâmide quadrangular - planificação do mesmo - cilindro.
- 15 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva da pirâmide triangular - desenvolvimento do mesmo - cone.
- 16 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva do cilindro - desenvolvimento do mesmo - cacho de begônia.
- 17 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva do cone - desenvolvimento do mesmo - flor de benedita.
- 18 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva do tronco do cone - planificação do cone - flor de xerbera.
- 19 - Desenho projetivo e geométrico: representação projetiva do cubo - desenvolvimento do mesmo - cacho de begônia.
- 20 - Desenho geométrico e projetivo: representação projetiva dos sólidos prismáticos: cubo prisma - desenvolvimento do cubo - cacho de begônia.

Areia, 14 de novembro de 1949.

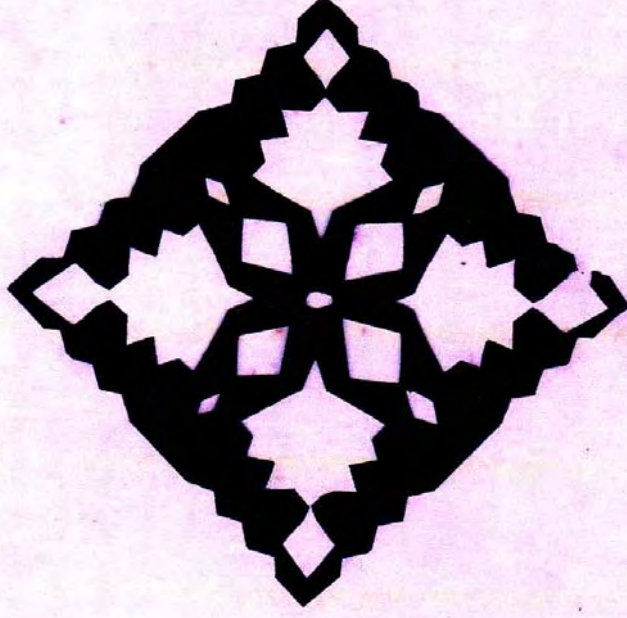
M. Rafaela Hitzler L.S.F.

CCCCCCCC CCCCCC CCCCCC CCCCCC
CCCCCCCC EEEEEEE EEEEEEE EEEEEEE
OOOOOOO LLLLLLL DDDDDDD
QQQQQQQ TTTTTTT PPPPPPP
BBBBBBB HHHHHH JJJJJJ
RRRRRRR FFFFFFF FFFFFFF
SSSSS MMMMM mmmmm
GGGGG NNNNN nnnnn
HHHHH AAAAA LLLLLL
KKKKK VVVVV VVVVV
YYYYY WWWWX XXXXX
ZZZZZ X XXXXX OOOO

Folha

Simetria - Asemetria

2ª Serie



6-6-1948

Estelita Antonino

BEM-TE-VI



v. 9

Estelita

PAPAGAIO



Estelita •

V. 7

GINASIO SANTA RITA

AREIA

Estado da Paraíba

Pontos organizados para a 2ª prova parcial e prova final de 1947

Trabalhos manuais 1ª série.

- Ponto 1 - As várias linhas em ponto de cruz - meios pontos de crochê feito no pano - casa de botão.
- Ponto 2 - Copiar em ponto de cruz uma florzinha - meios pontos de crochê feito no pano - tres várias linhas em ponto de cruz.
- Ponto 3 - Copiar um monograma em ponto de cruz - tres varias linhas em ponto de cruz - meios pontos de crochê feito no pano.
- Ponto 4 - Fazer em ponto de cruz o proprio monograma decorado - meios pontos de crochê feito no pano - casa de botão.
- Ponto 5 - Inventar um galão em ponto de cruz e executar - meios pontos de crochê feito no pano - casa de botão.
- Ponto 6 - Fazer crochê, copiando do quadro negro um canto para aplicar - casa de botão - 10 cm de cordão, atar no dedo -
- Ponto 7 - Fazer crochê, segundo bico - casa de botão - 10 cm de cordão, atar no dedo.
- Ponto 8 - Fazer crochê, terceiro bico - casa de botão - 10 cm de cordão, atar no dedo.
- Ponto 9 - Fazer crochê de la, primeira amostra, ponto tunisiana - acabar a amostra com um bico - fazer cordão no dedo.
- Ponto 10 - Fazer crochê de la, segunda amostra, ponto rendado - acabar a amostra com um bico - fazer 10 cm de cordão no dedo.
- Ponto 11 - Fazer tricô, uma amostra: ponto :folha levantada - acabar a amostra com um bico - casa de botão.
- Ponto 12 - Fazer crochê de la, quarta amostra: ponto: malhas inteiras a direita e esquerda - acabar a amostra com um bico - casa de botão.
- Ponto 13 - Fazer crochê de la, quinta amostra: ponto: malhas fofas - acabar a amostra com um bico - casa de botão.
- Ponto 14 - Fazer crochê de la, sexta amostra: ponto: penachos - acabar a amostra com um bico - casa de botão.
- Ponto 15 - Fazer tricô, ponto formoso - casa de botão - tres várias linhas em ponto de cruz.
- Ponto 16 - Fazer tricô, ponto de folhas levantadas - tres linhas em ponto de cruz - fazer cordão no dedo.
- Ponto 17 - Fazer tricô, ponto francês - tres linhas em ponto de cruz - casa de botão.
- Ponto 18 - Fazer uma casa de botão - fazer crochê, segundo bico - fazer cordão no dedo.
- Ponto 19 - Bordar várias linhas em ponto de cruz - casa de botão - 5 cm de meios pontos, feito no pano.
- Ponto 20 - Fazer uma amostra de tricô, folhas levantadas - casa de botão - tres várias linhas em ponto de cruz.

Areia, 14 de novembro de 1947.

Pontos organizados para a 2ª prova parcial e prova final de 1947

Trabalhos manuais 2ª série

- Ponto 1 - Tricotar um sapatinha de 40 malhas: dez carreiras e o peito do pé em ponto de arroz - ponto de laçadas para enfiar a fita - o cano em ponto de corrente
- Ponto 2 - Tricotar uma touca de 40 malhas: seis carreiras em ponto de arroz - a continuação em ponto de corrente - a diminuição em ponto direito.
- Ponto 3 - Tricotar a parte de frente da blusa de boneca de 20 malhas: seis carreiras em ponto muggo - a continuação em ponto de corre a pala em ponto direito
- Ponto 4 - Encher um quadrado de 2 1/2 cm com ponto contado nº 1 - rodear com ponto de elos - 5 cm de bainha -
- Ponto 5 - Encher um quadrado de 2 1/2 cm com ponto contado nº 3 - rodear com ponto de elos - 5 cm de bainha.
- Ponto 6 - Encher um quadrado de 2 1/2 cm com ponto contado nº 4 - rodear com ponto de elos - 5 bicos caseados.
- Ponto 7 - Encher um quadrado de 2 1/2 cm com ponto contado nº 5 - rodear com ponto de elos - 5 bicos caseados.
- Ponto 8 - Encher um quadrado de 2 1/2 cm com ponto contado nº 6 - rodear com ponto de elos - 5 bicos caseados.
- Ponto 9 - Fazer o franzido nº 1 - embainhar 5 cm - pregar pressão
- Ponto 10 - Fazer franzido nº 2 - embainhar 5 cm - pregar botão.
- Ponto 11 - Fazer o franzido nº 3 - pregar cardaço - pregar pressão.
- Ponto 12 - Ponto de sombra - 3 cm de bainha - 3 cm embainhar.
- Ponto 13 - Franzir "boca de leão" - 3 bicos caseados - casa de botão.
- Ponto 14 - Aplicar uma folha - ponto turco - pregar botão.
- Ponto 15 - Fazer um quadrado de filé de 10 casas - 3 cm de ponto turco - pregar um botão.
- Ponto 16 - Fazer um quadrado de filé de 10 casas - pregar cardaço - pregar um botão.
- Ponto 17 - Bordar filé, ponto linho - 5 cm ponto turco - 3 cm embainhar.
- Ponto 18 - Bordar filé, ponto cheio - casa de botão - pregar pressão.
- Ponto 19 - Fazer um quadrado de filé de 10 casas - casa de botão - pregar pressão.
- Ponto 20 - Ponto de sombra - Franzir "boca de leão" - embainhar 3 cm.

Areia, 14 de novembro de 1947.

M. Franklin Frischholz

Edgar da Silva Lacerda

Programa organizado para a 2ª prova parcial e a prova final de 1949.

Trabalhos manuais - 3ª série.

- 1 - Serzir um raspão - 5 cm de ponto de elo - 5 cm de ponto traspassado.
- 2 - Borendo na roupa branca - 5 cm de ponto americano - 5 cm de ponto de elo.
- 3 - Acabar o canto no lençinho - ponto americano - ponto turco.
- 4 - Aplicar um canto - ponto turco - ponto pé de galinha.
- 5 - Conserto de tricô - remendo! - ponto pé de galinha - ponto romano.
- 6 - Conserto de tricô: malha direita - ponto romano - ponto zige-zage.
- 7 - Conserto de tricô: malha esquerda - ponto zige-zage - ponto triângulo.
- 8 - Bordado tricô: uma florzinha - ponto triângulo - ponto romano.
- 9 - Costura francesa - pospontos - ponto romano.
- 10 - Sobrecostura - pospontos enviezados - ponto triângulo.
- 11 - Acabamento da manga da manga - pospontos - pospontos enviezados.
- 12 - Branziar fazenda - sentar o punho - ponto americano.
- 13 - Acabar 3 arcos de uma extremidade - cortar e emendar envies - alinhavar e costurar.
- 14 - Canto de um lençinho - bainha - remendar malhas direitas.
- 15 - Aplicar um canto - bainha - remendar tricô, malhas esquerdas.
- 16 - Costura francesa - bordar florzinha de tricô - remendar malha direita -
- 17 - Acabamento da manga - remendar malha esquerda - ponto elo.
- 18 - Uma casa de botão - ponto elo traspassado - consertar tricô: malha esquerda.
- 19 - Acabar uma extremidade com arcos - uma casa de botão - ponto de elo.
- 20 - Bordar uma florzinha em tricô - remendar malha direita - remendar malha esquerda.

Areia, 14 de novembro de 1949.

M. Translinda Feischholz O.S.Fr.

Programa organizado para a 1ª Prova Parcial de 1949.

Trabalhos manuais - 4ª série.

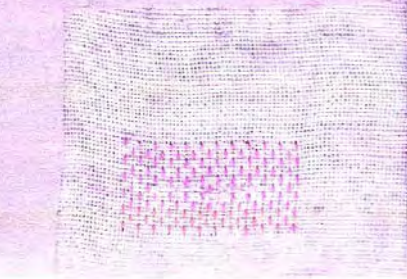
- 1 - Uma florzinha bordado cheio - 5 cm ponto atrás - 3 rodinhas bordado a branco.
- 2 - Ponto crivo - 5 cm ponto atrás - 3 rodinhas bordado a branco.
- 3 - 2 bicos em frivolitê - 5 cm ponto atrás - uma rodinha bordado a branco.
- 4 - Duas pétalas em ponto cheio - 3 rodinhas bordado a branco ponto atrás.
- 5 - 5 cm de bainha - 3 bicos de frivolitê com duas navetas - uma pétala bordado a branco.
- 6 - Um monograma em ponto cheio - ponto atrás - uma rodinha.
- 7 - Frivolitê com uma naveta - bainha - pregar o bico.
- 8 - 2 cm de ponto de cordão - uma rodinha bordado a branco - 3 cm ponto atrás.
- 9 - Uma letra bordado cheio - frivolitê com uma naveta - bainha.
- 10 - 2 cm de ponto de cordão - ponto atrás - 2 rodinhas ponto bordado a branco.

Areia, 14 de junho de 1949.

Folha Fecundação Domestica



Pontos de ornamento para roupinha de crianças



Arzido



Remendo



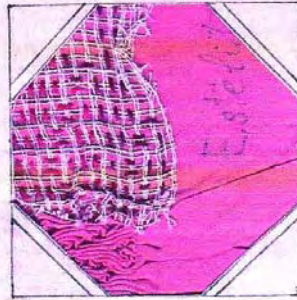
o empre.
nos
es de ba-
nas camiso-



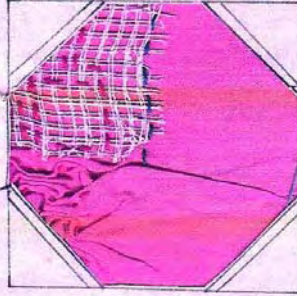
Canto e
gado m
danapo
Toalhas

Estelita Antonino de Assis
Ginásio "Santa Rita" 16 de Agosto de 1949
3ª série ginásial

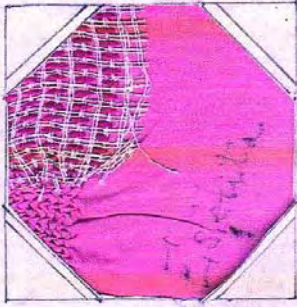
1º franzido



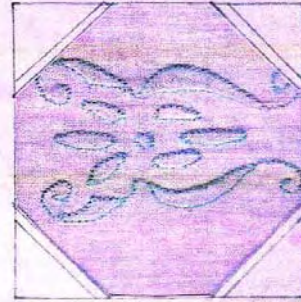
2º franzido



3º franzido



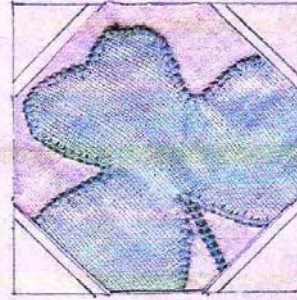
Ponto de sombra



Arte domestica



Arte aplicada



10.

Guarnição de boneca

2ª Serie



1948

Estelita

Escola Normal e Ginásio Santa Rita * A r e i a /Paraíba

Matéria lecionada no ano letivo de 1950

A r t e s A p l i c a d a s

Curso Pedagógico

2ª Série

Filé artístico e filé bordado.

Croché gramado e bordado.

Ponto norueguês.

Estas 4 técnicas foram colecionadas no album de arte aplicada.

Foi feito o molde de uma cueca.

Silvia Penazzo Barbo

Economia domestica

I A casa

É o sonho da moça possuir sua casa, penhor de felicidade, segurança, tranquilidade e paz. A nossa casa deve ter um pouco de nós mesmas, do nosso gosto pessoal, do nosso senso estético, e muito do nosso trabalho.

1º Local da construção: A construção de uma casa deve ser orientada não só pela questão de beleza, como também pelos princípios de higiene e bem-estar. O local da construção obedecerá a esses requisitos: o solo permeável, evitando a proximidade do lençol d'água subterrâneo e os terrenos baixos. Certas vizinhanças como estações ferroviárias, cemitérios, hospitais, grandes fábricas, não são aconselháveis pela má higiene.

2º Ventilação: É feita pelas portas e janelas por isso devem dar para o exterior. Em nosso clima devem possuir frestas,

deixando o ar penetrar por baixo e no tecto abrir pequenos orifícios por onde sai o ar quente.

3º Iluminação: Convém que a casa seja clara e batida largamente pelo sol.

"Casa em que não entra o sol entra o médico porque é úmida, fria e insalubre. O sol é uma fonte de estímulo vital, a luz insuficiente traz mal-estar, cegueiras.

4º Disposição dos aposentos da casa:

A sala de visitas pode ser um misto de escritório e sala: um grupo estofado, algumas estantes, uma poltrona, uma boa secretária, quadros. Sobre as estantes alguns livros raros, álbuns, lembranças de viagens.

A sala de jantar deve ser espaçosa, bem iluminada, bem arejada, de preferência com janelas para o jardim ou para onde se descortine panorama agradável.

A mesa à hora das refeições, não deve faltar uma toalha limpa, bem passada ou engomada, uma jarra com flores

louca e falheres bons. - Conversação moderada, narração de fatos alegres, muita cordialidade, eis o que deve reinar durante as refeições.

É na que se refere à educação à mesa, devem ser os pais de extremo rigor, pois à mesa é onde se conhece a pessoa bem educada e fina.

O quarto de dormir é aquele onde penetre o sol pela manhã, onde não exista calor nem umidade, onde haja bastante luz e ventilação perfeita.

O quarto das crianças: O tipo adequado é o laqueado, que permite o uso de cores e desenhos: animais, bonecos, flores.

O quarto de trabalho é o aposento onde a dona de casa passará grande parte do dia. Deve aí reunir os objetos de que necessita - máquina de costura, armário para guardados, estante, cadeira confortável.

A cozinha é uma das peças mais importantes da casa e deve a dona de casa dispensar cuidados especiais à cozinha.

fiscalizar a arrumação dos armários,
a limpeza do vasilhame, das toalhas,
a higiene no preparo dos alimentos, a
economia no cálculo das rações no gasto
do combustível e no aproveitamento
das sobras de alimentos.

II Arranjo do lar

No arranjo da casa tem a mulher, a cada
momento, a oportunidade de fazer repontar
a sua personalidade, a finura de seu
gosto e a delicadeza de seu carinho.

A) Objectos: As penteadeiras as mesinhas de
cabecera dispõem de lugar no seu interior,
para guardar objectos de tocador: pó,
rôuge, baton, escovas, pentes. A vista
só deve ficar disposto os objectos mais
finos.

As coisas de côr, tais como: vidros,
colchas, cortinas devem ser escolhidas com
cuidado de modo a haver beleza e har-
monia nos conjuntos.

E' mais fácil encontrar a beleza na

simplicidade do que na ostentação e na opulência

- b) Flores: Se há alguma coisa que por si só baste para dar alegria fresca e elegância a um ambiente, é um garbado de flores, bem dispostas numa jarra. Só as flores frescas devem figurar como ornamento e é preciso que sejam dispostas com certo cuidado e arte. À noite devem as flores ser postas fora da casa, para que recebam o sereno e o orvalho que melhor as conservará.
- c) Quadros: O acúmulo de quadros pelas paredes é evidente sinal de mau gosto. Precisam ser dispostas com arte e critério.

Limpeza e arrumação

Da limpeza depende em grande parte a conservação de quanto se possui em casa.

- 1) Cada dia varrer todos os aposentos da casa. As vassouras devem entrar sob os móveis, onde nenhum objeto deve ser guardado. Retira-se o pó que se deposita nos móveis com uma flanela; o uso de

espanadores não convêm. Retira-se cada objeto do lugar para limpá-lo da poeira.

2) Além da limpeza diária, lava-se a casa toda sábado.

3) Uma vez por mês, em semana pre-estabelecida, far-se-á uma arrumação minuciosa, cada dia em um aposento da casa.

4) Anualmente caçar, pintar, esfregar palha de aço no assoalho e encerar de novo, envernizar os móveis, ferver a louça toda em soda caustica.

Depois que a empregada limpa e arruma descobre ainda a dona de casa muito que aperfeiçoar: um canto por onde não passou a vassoura, um móvel onde o pano de pó não esteve, o arranjo das flores na jarra, a posição de um pano bordado para corrigir, tantos outros requintes e minúcias que os olhos de uma empregada nunca enxergam.

Conta-se de um príncipe que, para escolher a noiva, mandou colocar uma

vassoura no chão, em lugar por onde passariam as candidatas.

E escolheu dentre todas aquela que, antes de se lhe dirigir, se abaixou para retirar a vassoura e encostá-la à parede.

Quanta moça não deixaria de desposar o príncipe, se lhe fosse imposta a mais insignificante prova referência à ordem e à arrumação!

IV Jardim e quintal

Um complemento da casa é o jardim.

Existe nele um dos maiores encantos de uma residência.

As flores dão uma nota alegre e agradável à vida. Um pouco de jardinagem pela manhã é excelente ginástica, faz bem à saúde. Para as crianças, além de saudável é instrutivo e constitui motivo de alegria. A mãe chama-lhes a atenção para a beleza das flores, na variedade das cores, no perfume, na delicadeza das pétalas. É ótima ocasião incutir-lhes na

almo o amor à natureza e ao Creador.
Uma pequena horta com uma distribuição
em canteiros fará diminuir a despesa da
quintanilha e aumentará o coeficiente das
vitaminas tão necessárias à saúde.

Do importante papel que as frutas
desempenham na alimentação, ressalta o
valor da casa que é dotada de um bom
pomar. Oferece ainda sombra acolhedora,
uma rede ou uma cadeira para a leitura,
um balanço para distrair-se.

Não deve faltar um baixo quintal, pois
a criança tem que brincar, correr e saltar.
Ela precisa de espaço e de sol.

A alimentação

I Os alimentos são quanto à origem:
minerais, animais, e vegetais; quanto
à função no organismo plásticos,
energéticos, mistos e reguladores.

1. Os alimentos minerais são água
e sais minerais. A água é substância

*A mui digna e presada Reoma, Irmã Octavia do S. C. Perrissoud,
D. D, Diretora do Externato São José, com alta estima e conside-
ração, dedico este trabalho.*

O AUTOR

MIGUEL IZZO

SOLFEJOS E CANTOS ESCOLARES

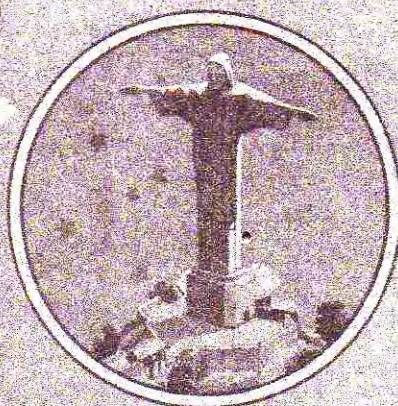
Propriedade reservada da CASA WAGNER - S. Paulo



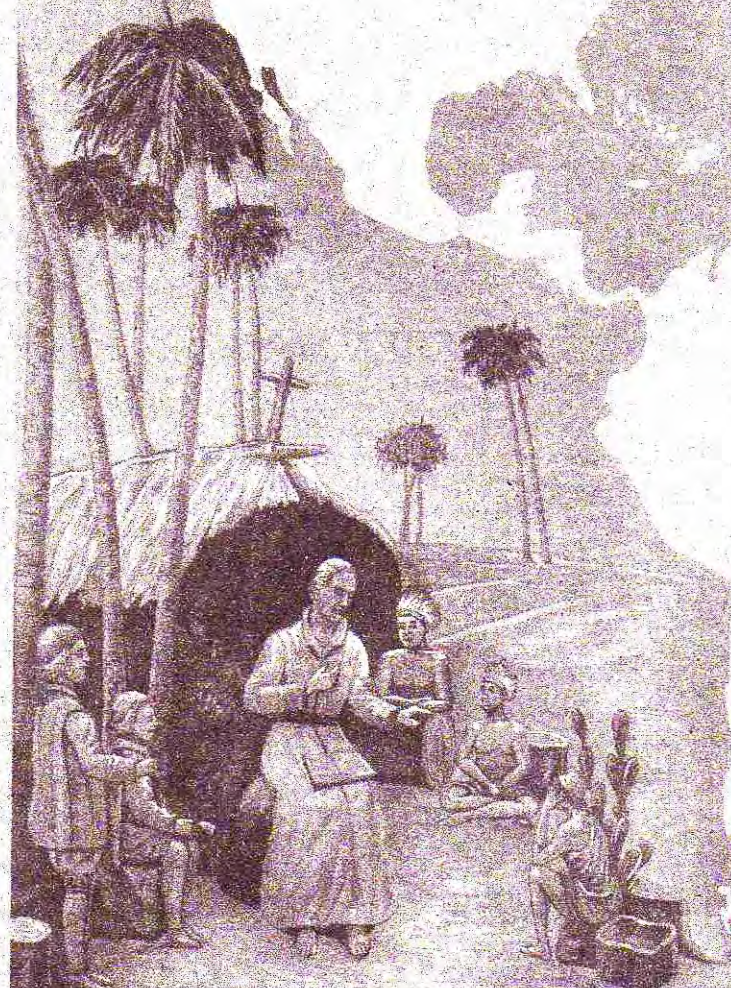
**ANEXO VI – CAPAS – LIVRO DE SOLFEJOS E CANTOS ESCOLARES E
CADERNO DE DITADO DE INGLÊS.**

IV

CONGRESSO INTERAMERICANO
DE EDUCAÇÃO
CATÓLICA



RIO DE JANEIRO
1951



Ditado de
Inglês

Estelida Antonino de Assis

TRECHOS DA CARTA DO SANTO PADRE PIO XII, AO EMO. SNR.
CARDIAL D. JAIME DE BARROS CAMARA SOBRE O 4.º C.I.E.C.

"Sobremaneira grata para Nós foi a auspiciosa noticia do Congresso que a Confederação Interamericana de Educação Católica fará realizar, na cidade do Rio de Janeiro, em 1951, em prosseguimento aos que com tanto fruto, foram celebrados em Bogotá Buenos Aires e La Paz.

☆ ☆ ☆

Estes Congressos, bem orientados, são efficacíssimos para promover o intercâmbio cultural, estreitam a união das vontades e esforços, realizando o anelo do Divino Mestre: "Ut sint unum", contribuem para o aperfeiçoamento e progresso constante dos conhecimentos e métodos pedagógicos.

☆ ☆ ☆

Preciosas consequências terão, também, a difusão entre todos os católicos da América, dos princípios da doutrina católica, no que se refere aos direitos da Igreja e da família; a sólida formação de professores leigos, que venham em auxílio do clero e educadores religiosos.

☆ ☆ ☆

O Divino Mestre, Via, Verdade e Vida, fundou a sua Igreja sobre uma doutrina revelada, uma lei positiva e um Magistério vivo. Numa época, em que tanto se exalta a liberdade, a pedagogia católica insiste em lembrar que o exercício da liberdade é limitado, na sua origem, pelos deveres imutáveis, inerentes à nossa condição de criaturas.

☆ ☆ ☆

Os sábios preceitos de humanismo cristão, insistindo mais na formação do que na multiplicidade de conhecimentos e mais na educação do que puramente no ensino, evitarão o perigo dessas filosofias que a tantos tem levado a um reprovável pragmatismo.

☆ ☆ ☆

É digno de louvor conhecer as escolas modernas, mas procuremos, em primeiro lugar, o conhecimento íntimo da história e pedagogia da Igreja. Verificar-se-á que, muitas vezes, se admira nos outros, o que eles foram copiar na tradição cristã.

☆ ☆ ☆

Com estes sentimentos, fazemos os mais ardentes votos pelo bom resultado do 4.º Congresso Interamericano de Educação Católica e concedemos-te, de todo o coração, amado Filho Nosso, a todos os membros da Associação de Educação Católica do Brasil, ao Comité Executivo e aos seus dedicados colaboradores, a Benção Apostólica."

Vaticano, 7 de Maio de 1949.

Pius P. P. XII

ANEXO VII - CARTA DA IRMÃ MARIA FLÁVIA SCHULTE A
MADRE LAURENTIA MEIMBERGER

Wohllebenswürdige Mutter Generaloberin!

Durch unseren hochw. H. Pfarrer P. Petrus Westermann O.F.M. erfuh ich, Sie geneigt sind eine Niederlassung in Brasilien zu gründen. Es freut mich sehr ein günstiges Angebot machen zu können, das ich wegen Mangel an Schwestern ausschlagen mußte. Der H. H. Pfarrer von Recife im Staate Pernambuco de Norte, von dem ich 1/2 Autostunde zu erreichen, hat mich vor einigen Monaten ganz entgegen dem Schwere, Sie dort eine Schule mit Internat übernehmen könnten. Obwohl man mir von zuverlässiger Seite versicherte, daß es ein ausnehmend günstiges Angebot sei, mußte ich doch, obwohl schweren Herzens, angesichts der vielen Schwestern, abschlägig antworten. Günstig ist vor allem die Lage des Ortes. Das Klima ist sehr gut und beinahe wie in Europa. Es gedeihen hier die Früchte, eine große Seltenheit hier im Norden Brasiliens. Die Bevölkerung ist sehr gut und hat im Verein mit dem H. H. Pfarrer alles getan um den Ort zu einem schönen, gemüthlichen Heim zu schaffen. Die Regierung wünscht, daß die Schwestern sobald als möglich eine Lehrerinnenschule mit 10 Schwestern gründen und verspricht eine jährliche Unterstützung von 20:000\$00 (20 Contos). Das ist überaus günstig und ein Ausnahmefall. Für den Anfang würden 4 bis 6 Schwestern genügen, es sind einige junge Lehrerinnen im Ort, die gerne bereit sind den Schwestern zu helfen. Obwohl es nicht notwendig ist, daß alle Schwestern Lehrertinnen seien, ist es doch gut, wenn eine jede ihre Fertigkeiten für ihre Klasse mitbringt, selbst wenn es keine officiellen Zeugnisse sind, es kann für die Zukunft von großem Nutzen sein. Sehr erwünscht ist Schwester die Zeichnen und Malen, Sticken und Blumen machen kann, eben eine Haus haltungslehrerin, eine Musiklehrerin, eine Sprachlehrerin und eine in Rechnen, Naturlehre etc. Portugiesisch, Geschichte, Ackerbaukunde wird von hiesigen Lehrern oder Lehrerinnen gegeben. Die einzige Schwierigkeit ist Anfang die Sprache, doch ist sie nicht so schwer. Ich bin gerne bereit den Schwestern mit Rat und Tat zur Seite zu stehen um ihnen über die Anfangsschwierigkeiten hinwegzuhelfen. Die Reise geht von Hamburg nach Pernambuco mit einem deutschen Schiff oder mit einem italienischen von Triest oder nach Pernambuco.

Wollen Sie, ob Wohllebenswürdige Mutter Generaloberin die Antwort als möglich mit der Luftpost senden, damit ich dem hochw. H. Pfarrer sofort Kenntnis setzen kann.

Indem ich meine vielen großen und kleinen Anliegen Ihnen frommen Gebete aufopfe, verbleibe ich

Ihre ergebene

S. M. Flavia Schulte O.F.M.

ANEXO VIII – FOTOS DO COLÉGIO SANTA RITA





